UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

IRENE NOGUEIRA DE REZENDE

**NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: FAZENDEIROS DA ZONA DA
MATA DE MINAS GERAIS (1821-1841)**

SÃO PAULO
2008

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

**NEGÓCIOS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: FAZENDEIROS DA ZONA DA
MATA DE MINAS GERAIS (1821-1841)**

IRENE NOGUEIRA DE REZENDE

TESE APRESENTADA AO PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA FACULDADE
DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, PARA
OBTENÇÃO DO TÍTULO DE DOUTOR EM
HISTÓRIA SOCIAL.

**ORIENTADOR: PROF^a DR^a CECÍLIA HELENA LORENZINI DE SALLES
OLIVEIRA**

Deves sempre temer as grandezas, oh alma.

*Se não consegues dominar as ambições
que tenhas, cuida então, com dúvida e prudência
de as tolerar. E quanto mais adiante fores,
mais cuidadosa, mais inquisitiva sê.*

Konstantino Kaváfis

Aos meus amores de sempre, Helena e Ana Maria.

Em memória de: Corina, Olympio e Elza.

ABREVIATURAS

AAB/FT: Arquivo Antonio Brant/Fernandes Torres

APM: Arquivo Público Mineiro

BN: Biblioteca Nacional

CSM: Casa Setecentista de Mariana

HMG: Hemeroteca de Minas Gerais

RAPM: Revista do Arquivo Público Mineiros

SUMÁRIO

Resumo	1
Agradecimentos.....	2
Introdução.....	4
 Capítulo I - A Zona da Mata Norte e Minas Gerais nas primeiras décadas do oitocentos.....	 34
.A Zona da Mata norte, Sertões do Leste e Áreas Proibidas: um recorte espacial.....	35
.As origens das cidades matenses.....	44
.Um mundo em transformação.....	52
 Capítulo II - Fazendas e fazendeiros.....	 80
.Os homens e as coisas: vida cotidiana ou vida privada?.....	81
.O Barão e o Senador: suas vidas, suas posses ou.....	104
.Os escravos: o caso da Senhorinha Rocha.....	132
 Capítulo III – Ação política dos representantes da Mata Norte.....	 145
.Um preâmbulo.....	146
.A Junta rebelde e as “veleidades separatistas”	153
.Fomos liberais na Regência?.....	172
.A Revolta do Ano da Fumaça.....	195
.A Repilha de Mané Pança.....	206
.Santa Luzia.....	217
.Pequenas notícias de alguns fazendeiros da Mata norte.....	224
 Considerações finais.....	 226
 Fontes.....	 230
Bibliografia.....	233

Resumo: Este trabalho tem como objetivo demonstrar que os proprietários da parte norte da Zona da Mata mineira também tiveram sua participação na construção do Estado nacional. A partir de um conjunto documental formado por inventários, testamentos, listas de eleitores, jornais de época e listas nominativas estudamos as bases econômicas e materiais de um grupo de fazendeiros nos meados do século XIX, avaliando concomitantemente sua participação política na configuração dos poderes provinciais e no âmbito mais amplo do Estado monárquico. O espaço geográfico escolhido foi uma parcela da zona da Mata norte, mais precisamente, a região que inclui as cidades de Barra Longa, Viçosa e Ponte Nova. O recorte temporal foi estabelecido entre 1821 e 1841.

Palavras-chave: Zona da Mata norte, fazendeiros, participação política, construção do Estado nacional.

Abstract: This work tries to demonstrate that the landlords from the north side of the “Zona da Mata Mineira” had their share in the construction of the Brazilian National State. Their economic and political powers as well as their participation on politics are analyzed through data obtained from inventories, wills, lists of voters and census lists.

The context is the region of Barra Longa, Viçosa and Ponte Nova in the period from 1821 to 1841.

Keywords: North of Zona da Mata, landlords, construction of the National State, political action.

AGRADECIMENTOS

Todos sabem, é quase um truísmo, como é difícil produzir uma tese. O que ameniza o trabalho é o apoio das pessoas que nos rodeiam, daquelas que nos querem bem e que nos incentivam. Graças a Deus, são muitas as pessoas a quem preciso agradecer:

À minha orientadora, Prof^{ra} Dr^a Cecília Helena de Salles Oliveira, que me acompanhou durante o Mestrado e agora no Doutorado, sempre com competência e seriedade, meus sinceros agradecimentos.

Ao ICAM (Instituto Cultural Amílcar Martins) e USIMINAS pela bolsa de estudos durante seis meses, de abril a setembro de 2005.

Ao CNPq que me financiou na reta final do meu trabalho, uma ajuda inestimável.

À banca de qualificação: Prof^{ra} Dr^a Maria de Lourdes Mônaco Janotti e Prof. Dr. José Flávio Motta, meu muito obrigada pelas valiosas sugestões.

Mas é principalmente a duas pessoas muito queridas a quem devo a maior parte da minha caminhada: Maria Helena Capelato e Janaína Marcon Machado. A vocês duas, muito obrigada, de coração, pelo apoio, carinho e paciência.

Muito obrigada a Claus Rodarte, meu amigo epistolar, interlocutor incansável e competente que me apontou erros que pude corrigir graças a sua generosidade ímpar.

À Eliana de Freitas Dutra, agradeço pelo apoio e carinho.

Ao Antonio Brant, grata por ter me cedido os documentos da família Fernandes Torres

À Maria das Graças de Freitas Mucci, pela revisão do texto e pela amizade.

Registro aqui meus agradecimentos especiais a várias pessoas. A ordem é aleatória, não pelo mérito: Flávia Rezende Albuquerque, Eduardo Rezende Fonseca, Heloísa Maria Teixeira, Ivani Maria da Silva (Ivone), Fabiano, Coralinda, Daniela Capelato, Leonardo Magalhães Gomes, Alice Mehreb, Simões, Kátia, Jonas e Fábio.

A três criaturinhas que me ajudaram a tornar mais leve esta jornada: Francisco, Antonio e Gabriela, obrigada por me apontarem o futuro.

Minas há, às vezes, pela ausência e brilha pela sombra em que se envolve.

Afonso Arinos de Melo Franco

INTRODUÇÃO

A escolha do tema para uma pesquisa de doutoramento é, às vezes, um processo delicado e complicado. No meu caso, a opção foi decorrência natural da minha dissertação de Mestrado o que pode, à primeira vista, ser uma escolha cômoda. Mas isto definitivamente não ocorreu; ao contrário, se revelou muito árdua mais essa caminhada pela história de Minas Gerais. Se na dissertação o que me motivou foram os cafezais e a vida cotidiana dos fazendeiros da zona da Mata durante a República Velha, agora me embrenhei por outra Minas, uma Minas mais antiga e mais silenciosa; a dos fazendeiros, comerciantes e políticos das primeiras décadas do século XIX na mesma zona da Mata só que em sua parte norte. Aquela, vizinha às minas do ouro, à Leal Cidade de Mariana e à Vila Rica do Ouro Preto.

Região que teve seu acesso proibido pela Coroa Portuguesa, chamada então de Áreas Proibidas ou Sertões do Leste que foi sendo ocupada no rastro dos aventureiros que adentravam pelas suas densas matas não só à procura de novas jazidas, mas também da ipecacoanha ou poaia, raiz muito utilizada durante os séculos XVIII e XIX e ingrediente precioso para elixires e mezinhas. Aventureiros que enfrentaram (e dizimaram) os índios, entre eles, os temidos botocudos, foram erigindo capelas e ermidas pelo caminho, sementes de arraiais e vilas futuras. Região, que apesar de proibida, foi também retalhada no século XVIII e XIX (no início) em sesmarias para os portugueses recém chegados do Reino e de outras partes da América Portuguesa.

Aproveitando um corpo documental que inclui inventários, testamentos, listas de eleitores, registros de terras e listas nominativas, tenho como um dos principais objetivos estudar as bases econômicas e materiais de grupo de fazendeiros estabelecidos na Zona da Mata de Minas Gerais nas décadas iniciais do século XIX.

Outro objetivo perseguido foi identificar se os proprietários da Zona da Mata Norte tiveram atuação direta na configuração do Estado nacional e como conclui que isso

realmente ocorreu, era natural que houvesse um desdobramento dos escopos no sentido de comprovar através das fontes as atividades dos políticos oriundos da região.

Como participação política entendo a protagonização direta e indireta de indivíduos na vida política de uma determinada unidade, seja ela uma nação ou uma região dessa mesma nação já organizada ou em processo de organização como é o caso em tela. Aqui a participação política direta se refere àqueles que se candidataram e foram eleitos para cargos representativos e, através dessa representatividade, seja na deputação ou na senatoria engendraram as bases institucionais da nação; e ainda me refiro também, àqueles que foram nomeados por uma autoridade legalmente constituída. E, como participação indireta, entendo o uso de estratégias que legitimem a representatividade, como ato de votar ou então outras formas tais como fazer parte das sociedades ditas secretas, escrever cartas e artigos em jornais, elaborar panfletos e distribuí-los, se engajar em manifestações e protestos de rua e, no limite, pegar em armas para defender uma causa que mobilize a sociedade ou parte dela. Certamente, essas considerações são referentes a um contexto temporal específico de estruturação de um Estado.¹

Outra questão seria quem participaria, quais segmentos fariam parte da coletividade e poderiam ser considerados cidadãos para exercer o direito de voto? Era muito matizado o contingente de indivíduos que poderiam ingressar na condição de cidadãos, com a exclusão lógica dos escravos. A esse respeito recorro a Cecília Helena de Salles Oliveira que diz:

“Era múltiplo e muito nuançado o espectro de homens livres que poderia ter acesso à cidadania, atuando como votante e/ou eleitor e em muitos casos chegando a postos de mando, ainda que não decisórios. Cabe lembrar que, nas instruções que presidiram a escolha dos deputados às Cortes em Lisboa, pobres, escravos, serventes domésticos e gente sem ocupação fixa foram alijados do exercício da cidadania, mas foi garantido o direito de voto a caixeiros, artesãos, lavradores, rendeiros, foreiros, empregados públicos e

¹ **BOBBIO**, Norberto, **MATTEUCCI**, Nicola e **PASQUINO**, Gianfranco – *Dicionário de Política*, 2 vols. Brasília, UNB/LGE, 2004, pág. 888.

homens livres que se dedicavam a atividades fixas e possuíam residência conhecida.”²

A princípio, quando as pesquisas ainda engatinhavam, eu me surpreendia com o conteúdo dos inventários e me perguntava por que tanto tempo ficaram calados esses homens. Por que a história de Minas nunca havia falado deles, ou se falaram foi muito *en passant*? À medida que avançaram as investigações, concluí que esses proprietários tiveram dois representantes durante a estruturação do Estado nacional: Manoel Ignácio de Mello e Souza (1781-1859) e José Joaquim Fernandes Torres (1797-1869). O primeiro terminou sua vida como Barão do Pontal; o outro, como Conselheiro e Ministro de Estado do Império. Foi dissecando suas vidas, privadas e públicas, que me deparei com trajetórias de homens que participaram da construção da nação e do Estado. Quem diria que de recanto tão distante saíam indivíduos que influíram na configuração das instituições políticas que seriam os alicerces do Estado nacional?

Já possuíam esses proprietários a percepção de pertencimento a uma unidade maior no início do século XIX que os levassem a pensar politicamente na sua região ou província como um local a ser desenvolvido e defendido? As pesquisas históricas dizem que sim, e aqui novamente recorro a Salles de Oliveira:

“Assim, ao mesmo tempo em que se reconhece que, nas primeiras décadas do século XIX, o território do Império, encontrava-se em processo de definição, seja no tocante às fronteiras externas seja em termos dos limites provinciais, observa-se também que, desde os fins do século XVIII, foram feitos investimentos significativos, por parte das autoridades e de empreendedores coloniais, tendo em vista o mapeamento e exploração de localidades e capitanias assim como a

² OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles – Ressonâncias da Revolução: delineamento do império do Brasil, 1808/1831. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs) – *Brasil Império*. Rio, Civ. Brasileira, 2007, pág. 21.

produção de saberes específicos sobre os recursos naturais disponíveis para a geração de riquezas”³

Numa época de indefinições em que se preparava o terreno para os fundamentos da nação, qual o papel desempenhado por esses fazendeiros cujos representantes eram certamente o Barão e Conselheiro? Teriam eles algum projeto político para sua “pátria” que valesse a pena lutar? Até onde foram suas articulações e atividades políticas e se lograram

É o que tentarei mostrar ao longo deste trabalho e para tanto foi preciso contextualizar sua região, suas posses, seu tipo de vida e como se comportaram diante dos acontecimentos que marcaram as primeiras décadas do oitocentos tais como a Independência, a abdicação de D. Pedro I, o turbulento período regencial e o processo que levou à maioridade do imperador menino.

Nos anos iniciais do século XIX, os fazendeiros da Mata norte produziam diversos tipos de gêneros alimentícios, inclusive o café, mas havia uma certa preponderância do açúcar e aguardente, informação revelada pelos inventários pesquisados. Afinal eles produziam para quem e para qual mercado? Suas produções eram enviadas para fora da capitania e posterior província⁴ ou eram consumidas na própria região? Estas questões também serão discutidas no texto bem como os liames existentes entre os negócios e a política.

Mas nem só de grandes fazendeiros e grandes comerciantes vivia a zona da Mata norte; muitos médios proprietários e pequenos comerciantes também participavam desse movimento mercantil, o que matizava também os projetos políticos na medida em que participavam como votantes e, em muitos casos, até como eleitores.

Aqui uma ressalva: com este trabalho não pretendo endossar a tese de que a Independência e configuração do Estado nacional se constituíram dentro de um processo totalmente engendrado no Rio, Minas e São Paulo como reclama com certa razão Evaldo

³ Idem, pág., 20.

⁴ A questão do emprego do termo província ainda não foi definida pelos historiadores. Para alguns a data que as capitanias passaram a ser chamadas províncias foi logo depois do Brasil ser elevado à condição de Reino Unido de Portugal e Algarves, no final de 1815 (16 de dezembro), outros, porém, acham que foi a partir de 1821, logo após a partida de D. João VI. Fica a questão.

Cabral de Mello⁵; por outro lado, não concordo que o viés federalista “*tenha se constituído uma sensibilidade política eminentemente pernambucana*” como quer o mesmo Evaldo. Nem tanto ao mar, nem tanto a terra. Reitero que os combates por projetos encontram similitudes e diferenças na maioria das regiões brasileiras onde ocorreram conflitos políticos. Em algumas localidades, como Rio Grande do Sul e Pernambuco, esses projetos poderiam conter concepções políticas ou modelos institucionais menos matizados e observados com maior ou mais nitidez. Em outras, foram mais difusas como Maranhão e Minas Gerais.

Esses mesmos modelos institucionais e concepções políticas sofreram influência de práticas e pensamentos europeus e norte-americanos. Isabel Marson, ao estudar as repercussões da Revolução Americana no processo de formação do Estado brasileiro através das reflexões de Hannah Arendt, observa:

*“A convicção sobre as diferenças existentes entre a história e a sociedade americana e européia sinalizada por Arendt nas falas de John Adams, Thomas Jefferson e Tocqueville, foi compartilhada, ao longo da primeira metade do século XIX, por políticos europeus e brasileiros republicanos ou mesmo por partidários da monarquia; e tal argumento foi por eles retomado para justificar o direito dos cidadãos livres do Brasil à independência e ao exercício de um inédito pacto político e social.”*⁶

Momento fundamental para a configuração do Estado e da nação e também, ou por causa disso, um dos mais complexos da história do Brasil, em que localismos e grupos distintos se mobilizaram para engendrar projetos para a nação que queriam.

A minha hipótese principal é aquela em que os proprietários da Mata norte de Minas Gerais formaram um segmento que lutou para impor seu projeto de Estado na medida em

⁵ **MELLO**, Evaldo Cabral de – *A outra Independência. O federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. S. Paulo, Editora 34, 2004.

⁶ **MARSON**, Isabel Andrade – Hannah Arendt e a Revolução: ressonâncias da Revolução Americana no Império Brasileiro. In: **DUARTE**, André, **LOPREATO**, Christina e **MAGALHÃES**, Marion – *A banalização da violência: a atualidade no pensamento de Hannah Arendt*. Rio, Relume Dumará, 2004, pág. 57.

que se pugnou pelo federalismo “expurgado de sua face democrática”, tomando emprestada a expressão de Miriam Dolhnikoff⁷, para o maior controle das instituições provinciais criadas, principalmente, a partir do Ato Adicional e para a manutenção da ordem escravista. Esses setores sociais tinham vínculos fortes com seus locais de origem, mas simultaneamente queriam alongar seus braços até o poder central, influenciando em suas decisões.

No aspecto metodológico me preocupei mais em qualificar do que quantificar a vida desse segmento composto de proprietários rurais e alguns comerciantes; como viviam, o que produziam, como se relacionavam, enfim quais eram as dimensões de suas existências que podiam ser exploradas a partir das fontes disponíveis. Para tanto busquei caracterizar bem o cenário não só da zona da Mata em sua porção norte também de Minas como um todo, durante o espaço temporal escolhido. Dar-lhes uma “face humana”, como diz Peter Burke, foi um das minhas metas na medida em que listei dezenas de objetos do uso cotidiano das famílias proprietárias reveladores de seus hábitos domésticos e pessoais; usei documentos de cunho particular como algumas (poucas) cartas pessoais, mas que abrem uma fresta para observar alguns aspectos da vida íntima do Barão e do Senador.

A primeira vez que tive acesso à documentação foi ainda durante as pesquisas para minha dissertação de Mestrado. À procura de elementos para enriquecer uma documentação particular, cheguei até o fórum da cidade de Viçosa no interior mineiro. Além de encontrar muitos subsídios que procurava, deparei também com um conjunto documental dos mais significativos: dezenas de inventários, processos, litígios, lista de emancipação de escravos, enfim, a história de uma parte da zona da Mata estava ali extremamente mal conservada.

Para complementar as pesquisas, busquei novos elementos nos inventários depositados na Casa Setecentista de Mariana que, por uma coincidência, está localizada quase defronte à Casa do Barão do Pontal, como é hoje conhecida a bela residência de Manoel Ignácio de Mello e Souza na cidade.

Recorri também ao fórum da cidade de Ponte Nova onde encontrei o inventário do Barão do Pontal e um de seus dois testamentos – o outro está depositado na Biblioteca Nacional, onde também estive. Investiguei também no Arquivo Público Mineiro e na

⁷ **DOLHNIKOFF**, Miriam – *O pacto imperial. Origens do federalismo no Brasil*. S. Paulo, Globo, 2005.

Hemeroteca de Minas Gerais, sempre procurando subsídios que complementassem a minha análise sobre esses homens que até então foram ignorados pela historiografia.

A princípio, busquei expandir os marcos cronológicos da pesquisa de 1831, o ano em que Manoel Ignácio de Mello e Souza ganha a presidência da província de Minas Gerais, a 1859, a data de sua morte. Porém, a própria documentação foi, com o tempo, apontando para outras balizas. Por isso concluí que seria mais pertinente iniciar com o ano de 1821, instalação da primeira Junta Governativa para a qual Mello e Souza foi eleito membro, até 1841, ano que recebeu o título de Barão do Pontal do governo imperial e, de certa forma, sai de cena.

Um período de vinte anos fundamental para a formação do Estado nacional e, durante o qual, Mello e Souza esteve na linha de frente dos embates para concretizar os projetos que incluíam a autonomia provincial e uma monarquia federativa.

Tempo esse em que entra em cena também José Joaquim Fernandes Torres e é a partir de 1833 que a documentação começa a revelar mais nitidamente elementos da sua trajetória na magistratura e na política. Diferentemente do Barão do Pontal que depois de conseguir a nobilitação em 1841 tem uma participação como senador bem discreta até sua morte em 1859, Torres vai se destacar mais no cenário político do Império a partir de sua escolha para senador em 1847.

Como este trabalho objetiva olhar as bases materiais e a participação política (e na política) dos proprietários de terras da parte norte da Zona da Mata mineira no período de 1821 a 1841, optei por refletir um pouco sobre a produção historiográfica.

A história de Minas Gerais na primeira metade do século XIX é pouco explorada. O século XVIII acaba por atrair mais pesquisadores por uma série de motivos entre eles a fascinação por uma sociedade surgida com a descoberta das minas de ouro e a comodidade dos arquivos organizados e da documentação abundante. A primeira metade do dezenove carece, portanto, de mais pesquisas o que dificulta, enormemente, quando se necessita de apoio para estudar a época e a região focada.

O tema e as questões foram pouco explorados até então pelo predomínio ou difusão de interpretações que ora possuíam cunho de ensaio ora visavam sínteses gerais. Resulta daí a procura em autores que tenham alguma referência, por mínima que seja ao período e à região escolhidas para minha pesquisa.

Não obstante, cada historiador tem suas empatias e convergências por e com determinados autores e determinados temas. Durante nossa produção acadêmica, escolhemos como referências aqueles autores que nos dizem mais que os outros, aqueles com quem nos identificamos mais nas suas metodologias, nos objetos escolhidos para a investigação, na sua precisão no uso dos dados, na estrutura e beleza de um texto, no recorte espacial, cronológico e temático. Aqui selecionei obras escritas por historiadores que de uma maneira ou de outra são representativas da história social, econômica e política do Brasil, e mais especificamente de Minas Gerais e que, acima de tudo, considero relevantes para embasar minhas investigações, ou ainda, seja para corroborá-las ou para confrontá-las.

No âmbito da história da América Portuguesa como um todo, as análises macroeconômicas, muito em voga nos anos 70 do século passado, ajudaram a reforçar a idéia de um território praticamente homogêneo, desconsiderando muitas vezes as peculiaridades regionais. Assim se igualavam configurações históricas regionais específicas, analisando-as dentro de um mesmo padrão e uniformizando elementos díspares como a história do Maranhão, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Hoje esse panorama se transformou e *“passou a ser possível tanto buscar permanências e similitudes quanto perceber diferenças e mudanças entre conjunturas e regiões diversas”*.⁸

As análises marxistas, sobejamente aplicadas até há três décadas, privilegiavam o viés macroeconômico e, durante muito tempo, foram referências para os estudos não só da história do Brasil como, em particular, sobre Minas Gerais.

Não desfazendo da importância que a vertente interpretativa supracitada representou em seu tempo, ela não deixou, por outro lado, de cristalizar visões homogêneas sobre a colônia. Aqui me refiro aos casos das interpretações de Caio Prado Júnior, Roberto Simonsen e Celso Furtado.⁹ Em seus trabalhos perpassa a idéia da inexistência de um mercado interno significativo na colônia, não havendo, portanto, aquilo que Fragoso definiu como uma “acumulação endógena”. Celso Furtado até acha que haveria condições para o

⁸ **LARA**, Sílvia Hunold - Conectando historiografias: a escravidão africana e o Antigo Regime na América portuguesa. In: **BICALHO**, Maria Fernanda e **FERLINI**, Vera Lúcia Amaral - *Modos de governar. Idéias e práticas políticas no Império Português, séculos XVI a XIX*. S. Paulo, Alameda, 2005, pág. 31.

⁹ **FURTADO**, Celso – *Formação econômica do Brasil*. S. Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1974; **PRADO JR.** Caio – *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 1975; **SIMONSEN**, Roberto – *História econômica do Brasil (1500-1820)*. S. Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1969.

desenvolvimento de atividades mercantis fora do mercado açucareiro, mas que por um conjunto de circunstâncias e por ser uma economia eminentemente exportadora tal não aconteceu:

*“Pode-se admitir, como ponto pacífico, que a economia açucareira constituía um mercado de dimensões relativamente grandes, podendo, portanto, atuar como fator altamente dinâmico do desenvolvimento de outras regiões do país. Um conjunto de circunstâncias tenderam, sem embargo, a desviar para o exterior em sua quase totalidade esse impulso dinâmico. Em primeiro lugar havia os interesses criados dos exportadores portugueses e holandeses, os quais gozavam dos fretes excepcionalmente baixos que podiam propiciar os barcos que seguiam para recolher açúcar. Em segundo lugar estava a preocupação política de evitar o surgimento na colônia de qualquer atividade que concorresse com a economia metropolitana.”*¹⁰

Caio Prado Júnior, em sua análise da economia colonial, já é mais enfático sobre o não aparecimento de um mercado interno e reforça a durabilidade do processo dizendo que, durante três séculos, a colônia não modificou seu *status quo*:

“Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção e considerações que não

¹⁰ FURTADO, Celso, op. cit., pág. 55

*fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. ”.*¹¹

Mais um trecho esclarecedor (embora um pouco extenso) do modelo interpretativo de Prado Júnior onde analisa o comércio interno enfatizando a auto-suficiência das fazendas e pequenos vilarejos do interior da América Portuguesa.

*“Passemos ao comércio interior (...). Não temos muitos dados; o interesse que despertava, subsidiário como era, foi pequeno, e os contemporâneos nos deixaram poucas informações.[...] O mais resume-se quase unicamente no comércio de abastecimento dos grandes centros urbanos, pois quanto às populações e estabelecimentos rurais, elas são em regra, a este respeito, autônomas; o mesmo se dá com as pequenas aglomerações que se constituem em geral em habitantes do campo que as procuram só aos domingos e dias de festa. [...] Assim o comércio interno, com exclusão do setor que vimos acima e que deriva do extremo, só aparece com vulto ponderável na convergência dos gêneros de subsistência para os grandes centros urbanos.”*¹²

O incremento das pesquisas históricas foi revelando evidências que indicavam, no entanto, que o comércio de abastecimento e a agricultura diversificada geraram um capital que não era absorvido pela Metrópole e sim reaplicado na própria América portuguesa. Os donos desses capitais também diversificavam suas atividades entre o comércio, a agricultura (ou pecuária) e muitas vezes a mineração, formando um grupo social de detentores de poder econômico e instrumentos de coerção social na medida em que os usavam para controle de escravos e poder sobre meeiros, rendeiros e jornaleiros.

¹¹ PRADO JÚNIOR, Caio, op. cit. págs. 31 e 32.

¹² PRADO JÚNIOR, Caio – *História econômica do Brasil*. S. Paulo, Brasiliense, 1965, pág. 118.

Durante a maior parte do século XX, foi consenso entre os historiadores que a capitania mineira tinha como atividade preponderante a mineração. A agricultura, a pecuária e o comércio eram vistos como meros apêndices da gigantesca estrutura mineradora que enviava para Portugal toneladas de ouro. A agricultura era sempre considerada atividade menor: algumas roças onde se plantava milho e se criavam porcos nos arrabaldes das vilas. Com a decadência da produção aurífera, Minas teria sofrido uma “atrofia” econômica vendo, então, sua população minguar e seus escravos sendo vendidos para outras regiões até a província mineira se reerguer com a produção de café iniciada nos meados do século XIX, notadamente nas regiões da zona da Mata e no Sul da província.

Nessa vertente encontram-se análises como aquelas formuladas por Furtado e Prado Júnior. Aqui Furtado é tão catastrófico quanto Caio Prado Júnior ao explicar as causas da decadência mineira. Assim inicia um capítulo curto onde analisa a situação mineira no final do século XVIII e início do XIX:

*“Não se havendo criado nas regiões mineiras formas permanentes de atividades econômicas – a exceção de alguma agricultura de subsistência – era natural que, com o declínio da produção do ouro, viesse uma rápida e geral decadência. Na medida em que se reduzia a produção, as maiores empresas se iam descapitalizando e desagregando. A reposição da mão de obra escrava já não se podia fazer, e muitos empresários de lavras, com o tempo, se foram reduzindo a simples faiscadores. (...) A ilusão de que uma nova descoberta poderia vir a qualquer momento induzia o empresário a persistir na lenta destruição de seu ativo, antes de transferir algum saldo liquidável para outra atividade econômica. Todo o sistema ia assim se atrofiando, perdendo vitalidade, para finalmente desagregar-se numa economia de subsistência.”*¹³

¹³ FURTADO, Celso, op. cit., pág. 84.

E as palavras de Prado Júnior com as quais ele pinta com cores sombrias a crise da mineração em Minas Gerais são elucidativas de um tipo de interpretação que irei problematizar neste trabalho:

“Chega-se em fins do século XVIII em um momento a que já se tinham esgotado praticamente os depósitos auríferos superficiais em toda vasta área em que ocorreram. A mineração sofre então seu colapso final. Nada se acumulara na fase mais próspera para fazer frente à eventualidade. Os recursos necessários para restaurar a mineração, reorganizá-la sobre novas bases que a situação impunha, se tinham volatilizado, através do oneroso sistema fiscal vigente, no fausto da corte portuguesa e na suas dispendiosa e ineficiente administração; as migalhas que sobravam desta orgia financeira também se foram na dissipação imprevidente dos mineradores e na compra de escravos importados da África. A ignorância, a rotina, a incapacidade de organização nesta sociedade caótica que se instalara nas minas, e cuja constituição não fora condicionada por outro critério que dar quintos a um rei esbanjador e à sua corte de parasitos, e no resto satisfazer o apetite imoderado de aventureiros, davam-se as mãos para completar o desastre.”¹⁴

Não foram somente os historiadores de outras regiões que analisaram o período sob a perspectiva de uma estagnação econômica vivenciada pela província mineira após o declínio da mineração. O historiador mineiro Francisco Iglesias também focou a questão sob a mesma ótica:

¹⁴ PRADO JÚNIOR, Caio, op. cit., pág. 63.

“Quando começa o século XIX Minas é região que vive em decadência: terminado o brilho da mineração, insiste-se ainda na busca da antiga riqueza, já sem perspectiva. Na atividade agrícola, que então se sobreleva, distingue-se a pecuária. A criação e a lavoura devem conquistar novas áreas, principalmente as que ficam entre o centro mineiro e São Paulo e Rio: o Sul e a Mata vão ser povoados para outra forma de exploração econômica.”¹⁵

Poucas vozes discordaram dessa interpretação, mas ao que parece, não foram muito consideradas. Um dos pesquisadores que alertou sobre a diversidade e dinamismo da economia mineira nos séculos XVIII e XIX foi Daniel de Carvalho:

“Enganam-se, por conseguinte, os escritores que colocam a agricultura mineira no quadro geral da estrutura agrária do Brasil com os três caracteres fundamentais: grande propriedade, monocultura e trabalho escravo. Caio Prado Junior, embora atenua um pouco o rigorismo da tese em relação a Minas, onde aponta zonas de exceção, ainda se equivoca ao manter a regra, quando ela devia ser notada como exceção.”¹⁶

O abastecimento da capitania de Minas Gerais no século XVIII, resultado da tese de Doutorado de Mafalda Zemella em 1951 e que, surpreendentemente só foi editado em 1990, tornou-se um clássico quando se estuda Minas Gerais. Resultado de uma pesquisa elaborada e cuidadosa, a autora explora a questão do abastecimento da região aurífera e diamantífera analisando as suas várias dimensões como o povoamento, o aparecimento dos núcleos urbanos, os vários mercados que abasteciam as minas principalmente nos primeiros

¹⁵ IGLESIAS, Francisco – Minas Gerais. In. **HOLANDA**, Sérgio Buarque de – *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo II, vol. 2. S. Paulo, Difel, 1964, pág. 364.

¹⁶ **CARVALHO**, Daniel – Formação histórica das Minas Gerais. In: *Primeiro Seminário de Estudos Mineiros*. B. Horizonte, UMG, 1956, pág. 25.

anos da mineração, os caminhos, os itens mais consumidos. Embora Zemella admita a convivência de uma agricultura incipiente com a mineração, suas pesquisas não comprovaram que, justamente, uma agricultura diversificada – e em menor escala a pecuária, coexistiram durante a maior parte do século XVIII. Para ela a agricultura ganhou força à medida que o ouro minguava: “*À medida que decrescia o rendimento das lavras, ganhava em importância a agricultura, ampliavam-se as áreas de plantação que avançavam cada vez mais para a zona da mata.*”¹⁷

É curioso observar que ela cita outras razões do desenvolvimento da agricultura mineira como resultado da decadência das minas, mas não diz uma palavra sobre o abastecimento interno e a demanda de outras regiões por produtos mineiros:

“*Ao lado da decadência do minério aurífero, outros fatores concorreram para impelir os mineiros à prática da agricultura: a alta dos preços dos gêneros; o menor dispêndio de ferramentas; o menor desgaste dos escravos; a economia de pólvora e a maior segurança do rendimento.*”¹⁸

Zemella teve o valor de, nos anos 50, já assinalar para a importância da produção da região do rio das Mortes, principalmente São João Del Rei, da Comarca do Serro do Frio, a região de Minas Novas e o sul da capitania como produtores de gêneros diversos.

A partir do final dos anos 70, as pesquisas de Alcir Lenharo, Roberto Borges Martins, Amílcar Martins, Douglas Cole Libby e João Fragoso e Kátia Mattoso¹⁹ tiveram o mérito de acelerar o processo de desvendamento das grandes atividades de comércio de abastecimento e agricultura/pecuária nas Minas e na Bahia dos séculos XVIII e XIX.

¹⁷ **ZEMELLA**, Mafalda p. – *O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII*. S. Paulo, Hucitec, 1990, pág. 215.

¹⁸ Idem, pág. 217.

¹⁹ **LENHARO**, Alcir – *As tropas da moderação*. S. Paulo, Símbolo, 1979; **MARTINS FILHO**, Amílcar e **MARTINS**, Roberto Borges – *Slavery in a nonexport economy: nineteenth century Minas Gerais revisited*. In: *Hispanic American Historical Review*, nº 63, agos. 1983; **MARTINS**, Roberto Borges – *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. B. Horizonte, Cedeplar/UFMG, 1980; **MARTINS**, Roberto Borges – *Minas Gerais no século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não exportadora*. In: *Estudos Econômicos*, vol. 13, nº 1. S. Paulo, Fipe/USP, 1983; **LIBBY**, Douglas Cole – *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo, Brasiliense, 1989; **MATTOSO**, Kátia Queirós – *Bahia século XIX. Uma província no império*. Rio Nova Fronteira, 1992.

Amílcar Martins e Roberto Martins constataram que Minas abrigava, durante o oitocentos, o maior plantel de escravos do país e em uma região que não se sobressaía por nenhum produto exportador majoritário que justificasse o grande número de cativos. Douglas Cole Libby, em seu trabalho sobre a escravidão no início do século XIX, também constatou esse crescimento vigoroso da população escrava, demonstrando que, além das atividades agrícolas, outros setores foram importantes na economia mineira no período, como as tecelagens domésticas, a siderurgia e a extração de ouro subterrânea, todos eles usando da mão de obra escrava, acrescentando assim novas contribuições aos estudos sobre escravidão no período provincial e a existência de níveis de riqueza distintos onde se incorporavam trabalhadores livres e pequenos produtores.

Alcir Lenharo foi outro autor que deu uma significativa contribuição, com suas pesquisas, para esta nova visão da economia mineira nas últimas décadas do século XVIII e as primeiras do XIX. Lenharo investigou a questão do abastecimento interno na Província, concluindo que o comércio e distribuição de gêneros alimentícios tinham sido a base para a formação de segmento proprietário importante que, nas décadas de 1830 e 1840, investiu na expansão da economia cafeeira, ressaltando a relevância do Sul de Minas no fornecimento de produtos para o Rio de Janeiro. Mais ainda, o autor envereda também pela história política e evidencia de que modo esses proprietários tiveram atuação fundamental na configuração do Estado monárquico durante o período regencial e os primeiros anos do Segundo Reinado, agindo tanto em âmbito local quanto em termos do parlamento e do poder executivo, demonstrando que política e negócios estavam inexoravelmente imbricados. Lenharo elucidou intrincadas relações comerciais e de parentesco, bem como suas conexões com o governo local e o poder central.

Dentro dessa nova perspectiva, o livro *Homens de grossa aventura*, de João Luís Frago²⁰ também se tornou uma referência para quem quer estudar história do século XIX. Além de apontar novas diretrizes teóricas e metodológicas revelou também um amplo conhecimento da documentação utilizada para comprovar o dinamismo dos setores produtivos existentes na colônia, colônia que foi analisada sem aquela perspectiva tradicional que sempre lhe era imputada de “quintal da Europa”.

²⁰ **FRAGOSO**, João Luís – *Homens de grossa aventura. Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro 1790-1830*. Rio, Civ. Brasileira, 1998

Para Fragoso o “campesinato” e o escravismo caracterizariam formas não capitalistas de produção. Esse mercado interno, coexistindo e interagindo com o sistema agrário escravista exportador, teria gerado uma elite mercantil que se concentraria, em sua maior parte, na praça do Rio de Janeiro, então o *locus* ideal para as operações de compra e venda dos produtos vindos do interior e mercadorias importadas. Observa também que a colônia atravessava, sem grandes percalços, as grandes crises econômicas internacionais, sem ser afetada no seu ritmo interno.

Estudando a movimentação do mercado interno na praça do Rio de Janeiro, no período de 1790 a 1830, Fragoso nota que Minas enviava seus produtos para a área fluminense e para a cidade do Rio de Janeiro, transformada em sede da Corte portuguesa a partir de 1808:

*“[...] a economia de Minas Gerais deixara de ter como eixo dinâmico a atividade mineradora, passando a se basear, em finais dos anos de 1700, em uma agricultura e uma pecuária voltadas para o mercado interno. Na verdade, o que assistimos é, ao lado do definhamento da atividade mineradora, o crescimento de uma agricultura e uma pecuária mercantis não-exportadoras já existentes desde o início do século XVIII; isto explica o fato de Minas aparecer, em 1819, como a maior capitania escravista do país.”*²¹

Como elemento referencial de outra realidade diversa da mineira no período optei pelo livro *Bahia século XIX*, resultado da tese de Doutorado de Kátia Mattoso (Sorbonne, 1986). Através de um grande painel geográfico, econômico, social e político da província baiana, Mattoso também constata a existência de um mercado interno dinâmico e outras atividades além das grandes plantações de cana de açúcar que sempre caracterizaram a economia da Bahia. A historiadora comprovou a existência de uma pecuária desenvolvida que abastecia os mercados do Recôncavo e de Salvador; uma significativa produção de

²¹ **FRAGOSO**, João Luis – *Homens de grossa ventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio, Arquivo Nacional, 1992, págs. 105/106.

fumo, de caráter familiar, que mais tarde, a partir de meados do século XIX traria fama aos charutos e cigarrilhas baianos. A autora concluiu também que a Bahia não foi uma província decadente, vivendo somente da produção dos engenhos de açúcar que sobraram dos séculos anteriores.

Trabalhos posteriores vieram corroborar e enriquecer a historiografia sobre o tema do dinamismo da economia mineira: Júnia Ferreira Furtado, Cláudia M. das Graças Chaves, Clotilde Paiva, Laird Bergad e Newton Menezes²² reforçaram as pesquisas anteriores com novas perspectivas e comprovando que, além de uma agricultura e pecuária consideráveis coexistindo com as atividades mineradoras, houve também, no século XVIII, uma rede de comércio ativo dentro da capitania que foi se expandindo e adentrou o oitocentos bastante vigorosa, não só abastecendo a própria capitania como também exportando para outras. Ou seja, houve uma articulação entre agricultura e mineração e uma “acumulação endógena” que garantiu a continuidade de uma alentada produção de alimentos, tecidos grosseiros, pecuária e seus produtos derivados.

Entretanto, observa-se ainda a ausência de investigações sistemáticas sobre a Zona da Mata de Minas Gerais, notadamente em sua parte norte. A sensação é a mesma que se tem em relação à historiografia mineira atual quando olhamos para trás e vemos as revelações sobre a existência de um mercado interno vigoroso nos séculos XVIII e XIX. A Zona da Mata é tão pouco estudada na primeira metade do oitocentos que é como se nela nada existisse, ou melhor, como se ela passasse a existir somente nos meados do século XIX com a chegada do café, e mesmo assim, em sua parte sul (Juiz de Fora, Leopoldina e Mar de Espanha).

Os autores acima citados são unânimes em destacar o sul de Minas como a grande área mineira abastecedora do comércio fluminense e carioca. Obviamente estavam certos quanto à importância do sul mineiro, mas ignoraram a Zona da Mata. No entanto, fica a

²² **BERGAD**, Laird W. – *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais 1720-1888*. Bauru, EDUSC, 2004. **CHAVES**, Cláudia Maria das Graças – *Perfeitos negociantes: mercadores das Minas setecentistas*. S. Paulo, Annablume, 1999; **FURTADO**, Júnia Ferreira – *Homens de negócios: a interiorização da Metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo, Hucitec, 1999 e **MENEZES**, José Newton Coelho – *O continente rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina, Ed. Maria Fumaça, 2000. **PAIVA**, Clotilde Andrade – *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. Tese de Doutorado. S. Paulo, USP, 1996.

questão: por que, então, segundo dados de Roberto Martins,²³ a Zona da Mata abrigava o maior contingente de cativos (em relação ao número de livres) da capitania e posteriormente província de Minas Gerais? Como explicar o grande número de inventários da parte norte da região onde foram listadas propriedades produtivas de gêneros diversos, algumas de grande porte e com um número significativo de escravos se não existisse um mercado para consumir a produção?

João Luís Fragoso considera a Zona da Mata como um local “diferente”. Ele diz:

*“Uma região que terá um histórico diferente das demais será a zona da Mata, área de fronteira aberta ao longo do século XVIII. Em finais da primeira metade do século seguinte experimentaria o crescimento da cafeicultura, a exemplo de Mar de Espanha, que, por essa época, já presenciava o avanço das fazendas de café”.*²⁴

Ao longo do século XVIII ocorreu o processo de ocupação de todo o território mineiro e não somente a Zona da Mata. Fragoso considera, então, a Mata de maneira homogênea, como se fosse uma unidade e que a região só teve seu crescimento com o café, ressaltando a parte sul (Juiz de Fora, Mar de Espanha) como se o café se espalhasse por toda sua extensão simultaneamente. Antes do café existia o quê?

Alcir Lenharo, ao estabelecer as articulações dos grupos proprietários para participar na configuração do Estado que se esboçava no início do século XIX, também não faz referências mais concretas à Zona da Mata. Dividindo o conjunto do abastecimento brasileiro em três fontes, a externa, a do Sul (Rio Grande e Santa Catarina) e do Sul²⁵ de Minas, o autor observa:

²³ MARTINS, Roberto – Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez. In. SZMRECSÁNYI, Tamás e LAPA, José Roberto do Amaral – *História econômica da Independência e do Império*. S. Paulo, Edusp/Imprensa Oficial, 2002.

²⁴ FRAGOSO, João Luís – *Homens de grossa aventura. Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro 1790-1830*. Rio, Civilização Brasileira, 1998, pág. 130.

²⁵ Lenharo cita as cidades de São João Del Rei e Barbacena como sendo do “sul” de Minas quando elas integram a região atual das Vertentes-Mantiqueira. Obviamente o historiador optou por outro recorte regional agregando estas duas cidades a outras como Campanha e Baependi, estas sim, situadas no sul mineiro.

*“O terceiro setor abastecedor, objeto deste estudo, produzia e exportava gado em pé em grande quantidade além de porcos, galinhas, carneiros, toucinhos, queijos, cereais. O principal centro abastecedor era o Sul de Minas. Sua produção era complementada por outras regiões de Minas, Paracatu, por exemplo, e pela produção paulista”.*²⁶

No entanto, a Zona da Mata foi, ao longo do século XIX, de significativa relevância econômica. Numa primeira etapa, já nos meados do século XVIII, iniciava uma produção agrícola e foi se projetando como uma economia agroexportadora no final do setecentos e primeiras décadas do oitocentos para, em seguida, ser coberta pelos cafezais que financiariam o surgimento do primeiro grande núcleo industrial de Minas na cidade de Juiz de Fora.

Como referências sobre a história da região em tela posso citar o livro de Paulo Mercadante, *Os Sertões do Leste*²⁷, onde foi investigada a origem das cidades da Zona da Mata, sem, contudo, aprofundar nas questões que pretendo abordar. Mercadante também considera a Mata de maneira homogênea, mas seu estudo oferece muitas contribuições aos pesquisadores, principalmente sobre as primeiras investidas do homem branco naquele espaço, o confronto com os índios e o devassamento das bacias dos rios Doce e Paraíba.

A historiadora Mônica Ribeiro de Oliveira pesquisou as origens e consolidação da cafeicultura na Zona da Mata mineira de 1780 a 1870. Em *Negócios de famílias*, o recorte geográfico, todavia, incluiu a região de Juiz de Fora, parte da região das Vertentes-Mantiqueira (fatia de terra situada a sudeste do território mineiro) e arredores, fato que não invalida a contribuição de sua pesquisa para a história da Zona da Mata. Para fundamentar seu trabalho a autora distingue três tipos de casos: o paulista, o fluminense e o mineiro objetivando descrever a transição de uma economia de subsistência para a expansão das grandes lavouras de café. Demonstra também a importância das redes parentais – oriundas

²⁶ LENHARO, Alcir – *As tropas da moderação*. S. Paulo, Símbolo, 1978, pág. 25.

²⁷ MERCADANTE, Paulo – *Os sertões do Leste. Estudo de uma região: a Mata mineira*. Rio, Zahar, 1973.

da região das minas - para a prosperidade do sistema agrário-exportador que se espalhará pela Mata mineira no século XIX e primeiras décadas do XX, impulsionando o progresso do pequeno povoado de Santo Antonio do Paraibuna para a dinâmica cidade de Juiz de Fora que se tornaria, no decorrer do oitocentos, o grande centro industrial e comercial de Minas Gerais.

Localizei também alguns cronistas locais, memorialistas e estudos esparsos sobre a história das cidades focadas pela pesquisa. Tais livros, em que pesem os esforços dos autores, são, em geral, obras laudatórias e saudosistas carecendo, muitas vezes, de pesquisas mais apuradas. Sobre a história de Ponte Nova destaco o livro de Antonio Brant²⁸ em que o autor inicia sua narrativa contando sobre as primeiras incursões de bandeirantes que passaram pela região sempre à procura de metais preciosos, e segue descrevendo a chegada dos primeiros sesmeiros, a formação das grandes fazendas e a origem das principais famílias locais – foco principal de seu livro – a ocupação e desenvolvimento do núcleo habitacional que deu origem à cidade de Ponte Nova. Investigação de cunho amador nos auxiliará, no entanto, com informações compiladas pelo autor.

Embora os trabalhos sobre a economia mineira sejam, não digo abundantes, mas satisfatórios, o mesmo não posso dizer sobre a política provincial mineira porque ela é ainda muito pouco estudada. Como já observado, o século XVIII é mais atraente para os pesquisadores, pois o que não faltam são trabalhos sobre a fase áurea da mineração seja nos aspectos econômicos, políticos ou de cunho social. Talvez falte ao oitocentos um certo, com perdão da palavra, *glamour* do século XVIII, talvez falte um Assumar, um Conde de Valadares ou um D. Rodrigo José de Menezes para atrair mais pesquisadores.

No levantamento bibliográfico não consegui encontrar nenhum texto com um panorama mais consistente da política nesse período. Dentro da bibliografia consultada, há o livro de João Camilo de Oliveira Torres²⁹, publicado durante a década de 60 do século passado, na verdade um grande compêndio onde são narrados, muitas vezes em tom laudatório, os fatos mais importantes da história mineira, sempre destacando o papel dos “grandes homens” e a intrínseca rebeldia dos mineiros.

²⁸ **BRANT**, Antonio – *Ponte Nova: 150 anos de história (1770-1920)*. Viçosa, 1993.

²⁹ **TORRES**, João Camilo de Oliveira – *História de Minas Gerais*. B. Horizonte/Brasília, Lemi/INL, 1980.

Para o autor todos os movimentos ocorridos nas primeiras décadas do oitocentos, como por exemplo, as “insubordinações” da primeira Junta Governativa e a Sedição de Ouro Preto de 1833 seriam prolongamentos da Inconfidência Mineira, ressaltando assim, o espírito revolucionário e inquieto dos mineiros. O que não quer dizer que a obra de Torres não possa trazer informações relevantes e transcrições de documentos coevos. Há de se louvar o trabalho de pesquisa do autor que resultou num painel de referências sobre os fatos políticos acontecidos na província de Minas Gerais.

Francisco Iglesias foi o autor do texto *Minas Gerais*³⁰ onde trata da política provincial durante a Regência. Em cerca de treze páginas, o historiador mineiro traça um painel da política de Minas Gerais, passando pela Revolta do Ano da Fumaça, que define, diga-se de passagem, como um “movimento sem consistência” até a Revolução Liberal de 1842. Em que pese a sua grande contribuição para uma visão analítica da história mineira na fase regencial, o texto de Iglesias deixa muitas lacunas e interrogações para quem pretende conhecer um pouco mais a fundo a movimentação política desse período.

Seriam somente esses dois autores que escreveram sobre a política mineira durante os anos do Primeiro Reinado e da Regência, embora o trabalho de Lenharo, como já foi citado acima, aponte para novas perspectivas de análises sobre o tema, abordando de forma inovadora alguns aspectos da política provincial. Os outros estudos são obras pontuais e esparsas de onde se retira uma informação ali e outra acolá.

Em um seminário³¹ sobre a historiografia mineira, economistas e historiadores como Roberto Borges Martins, João Antonio de Paula, José Murilo de Carvalho e Renato Pinto Venâncio lamentaram a ausência de trabalhos que privilegiem essa fase da história de Minas Gerais. Abundam trabalhos sobre a época de Minas capitania no auge da produção aurífera, porém, a história do período provincial mineiro está para ser escrita, mormente em seus aspectos políticos.

No âmbito geral, o livro de José Murilo de Carvalho, *A construção da ordem*, funciona como um compêndio sobre a estrutura da máquina burocrática imperial e sua configuração, momento definido por ele como uma “acumulação primitiva do poder”. Ele

³⁰ IGLESIAS, Francisco, op. cit.

³¹ **Seminário Internacional sobre Historiografia Mineira**, que teve lugar em Belo Horizonte de 19 a 21 de julho de 2004. Este seminário foi uma iniciativa do ICAM (Instituto Cultural Amílcar Martins) www.icam.org.br

salienta que a construção do Estado foi realização de uma “elite” de magistrados treinada em Coimbra e oriunda principalmente da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, e além de minimizar a transferência da Corte para a América portuguesa em detrimento da importância que os magistrados coimbrenses teriam no processo de construção do Estado imperial brasileiro. Diz Carvalho:

*“A homogeneidade ideológica e o treinamento foram características marcantes da elite política portuguesa, criatura e criadora do Estado absolutista. Uma das políticas dessa elite foi reproduzir na colônia uma outra elite feita à sua imagem e semelhança. A elite brasileira, sobretudo na primeira metade do século XIX, teve treinamento em Coimbra, concentrando na formação jurídica, e tornou-se, em sua grande maioria, parte do funcionalismo público, sobretudo da magistratura e do Exército. Essa transposição de um grupo dirigente teve talvez a maior importância que a transposição da própria Corte portuguesa e foi fenômeno único nas Américas.”*³²

Dissecando a burocracia imperial, investigando a origem e o credo dos políticos brasileiros, Carvalho justifica a posição subalterna de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo no processo por possuírem economias “estagnadas e atrasadas” e não contarem com um número significativo de pessoas com educação superior. Ele tenta comprovar suas hipóteses e afirma ainda que a sustentação econômica dessa burocracia se daria mais por uma coincidência de interesses entre ela e outros setores da elite dominante do que por (ou através) de vínculos socialmente estabelecidos:

“Por outro lado, embora a posição centralista dos magistrados coincidissem com os interesses do grande

³² CARVALHO, José Murilo de – *A construção da ordem. Teatro de sombras*. Rio, Civilização Brasileira, 2003, pág. 37.

*comércio e da grande agricultura de exportação, ela decorria antes de sua formação e posição dentro do Estado do que do fato de se vincularem socialmente a esses setores. Os magistrados comportavam-se de maneira mais homogênea que os padres, independentemente de sua origem. Tanto era centralista e conservador o magistrado do Rio de Janeiro, terra de grandes cafeicultores, como o era o de Minas, terra de padres libertários.”*³³

José Murilo de Carvalho insiste na tese em que a economia estagnada de Minas Gerais teria propiciado o liberalismo do tipo clássico durante o Primeiro Reinado e as regências, já no Segundo Reinado esse liberalismo seria transfigurado pelo *boom* do café em outro tipo baseado na reivindicação de autonomia individual. O historiador minimiza o papel dos segmentos proprietários regionais no processo da formação do Estado nacional, questão que pretendo discutir no decorrer do trabalho.

Ao contrário de Carvalho que via nos magistrados coimbreenses os engenheiros do edifício estatal, Miriam Dolhnikoff estudou o processo de construção do Estado a partir do papel exercido pelas elites regionais. Analisando o funcionamento dos governos provinciais de São Paulo, Pernambuco e Rio Grande do Sul, a autora objetiva demonstrar o exercício de autonomia dos políticos provinciais e sua função na consolidação do Estado nacional. Para Dolhnikoff, a partir do período regencial configurou-se um arranjo político-institucional orquestrado pelas elites regionais com forte cunho federalista.

“O problema de não considerar a efetiva participação das elites provinciais na construção do Estado está no perigo de entendê-las como elemento a ele externo e que em um determinado momento, na República, o teriam tomado de assalto. Cria-se assim falsas dicotomias que escondem a natureza e o perfil do Estado brasileiro no que diz respeito à participação dessas elites. Não se trata, por outro lado, de

³³ Idem, pág. 193.

afirmar que o Estado se tornava instrumento da elite econômica. O fato de não se ter dado a devida atenção à articulação dessas elites em torno dos governos provinciais e de que estes funcionaram como uma forma efetiva de sua integração ao Estado nacional tem levado à crença de que elas tinham a sua atuação marcada pelo localismo e pelo interesse privado. Ao contrário, as elites provinciais também se constituíram como elite política, cuja prioridade era a consolidação e preservação do Estado.”³⁴

A autora analisa, portanto, os processos de inserção do que ela denomina de “elites provinciais” na configuração do Estado imperial, marcando indelevelmente suas instituições com um cunho federalista, mesmo depois das reformas operadas pelo “regresso”. Examinando o papel desempenhado pelas três províncias, ela procura demonstrar que essa inserção das “elites” no processo de configuração se deu em várias regiões do Brasil em que pesem aí suas especificidades, origens e demandas.

Para Dolhnikoff os historiadores têm uma visão de que o federalismo passou ao largo do processo de construção e efetivação do Estado imperial brasileiro, o que na realidade não ocorreu. Para a autora, seria nos arranjos institucionais que os federalistas brasileiros plantaram sua cunha:

“É preciso ir além do discurso e analisar a organização institucional do período. (...) o Ato Adicional resultou em profunda transformação institucional, na medida em que promoveu a divisão constitucional das competências legislativas, tributária e coercitiva entre centro e províncias, de modo que estas últimas gozavam de efetiva autonomia em itens importantes do funcionamento do Estado, como cobrança de tributos, investimentos em obras públicas,

³⁴ **DOLHNIKOFF**, Miriam – *O pacto imperial. Origens do federalismo no Brasil*. S. Paulo, Globo, 2005, pág. 19.

*criação e manutenção de uma força policial, o controle sobre todos os empregos provinciais e municipais, a instrução pública, etc.”*³⁵

Interpretação diversa da de Dolhnikoff é a de Ilmar Mattos que atribui ao grupo saquarema³⁶ o sucesso na construção do Estado e na capacidade de submeter os grupos regionais ao seu projeto, ou seja, a centralização política teve como corolário o fortalecimento de um núcleo político afinado entre si.

*“Efetivando muitas das proposições ‘regressistas’ de Vasconcellos, tendo a seu lado a figura ímpar de Honório Hermeto Carneiro Leão e contando com o apoio de José da Costa Carvalho na província paulista, a ‘trindade saquarema’ constituiria o núcleo do grupo que deu forma e expressão à força que, entre os últimos anos do Período Regencial e o renascer liberal dos anos sessenta, não só alterou os rumos da ‘Ação’, mas, sobretudo imprimiu o tom e definiu o conteúdo do Estado imperial”*³⁷

O autor reflete sobre a gênese do Estado imperial, as etapas de sua configuração e sua natureza socialmente excludente. Mattos explica minuciosamente as etapas do processo de construção do edifício estatal e o fortalecimento de uma camada de proprietários escravistas que daria as cartas no Segundo Reinado, fortalecimento esse que não se dá sem embates internos.

Na sua interpretação, as diversas rebeliões do período regencial serviriam, portanto, de munição para os regressistas demonstrarem a fragilidade do projeto liberal, se apropriarem do poder e completarem a obra da estrutura institucional conservadora. A

³⁵ Idem, pág. 286.

³⁶ O termo saquarema que designa os conservadores fluminenses advém do lugar Saquarema, área de produção de café e celeiro de políticos que vão dominar o Império no final dos anos de 1840. Os saquaremas mais de maior destaque foram: Eusébio de Queiroz Joaquim José Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí), Paulino José Soares de Souza (Visconde de Uruguai), os dois últimos grandes proprietários na região de Saquarema, no Rio de Janeiro.

³⁷ MATTOS, Ilmar, op.cit.pág. 120.

centralização teria seu início com interpretação do Ato Adicional de 1834 que levaria ao golpe da maioria intentado pelos liberais e que redundaria em efeito contrário. Mattos se preocupa em esclarecer e ressaltar as diferenças entre *luzias* e *saquaremas*, enfatizando o poder maior que o segundo grupo tinha sobre o primeiro.

*“A um só tempo, os saquaremas deixavam claro por que eram diferentes dos luzias, embora ambos fizessem parte do Mundo do governo: marcavam a posição de vencedores propondo uma relação distinta entre o Executivo e a Câmara, maneira de também levar a cabo uma direção – a um só tempo, repetimos. A Historiografia, contudo, ainda hoje parece não perceber assim. Ora insiste unicamente na semelhança entre luzias e saquaremas; ora sublinha apenas a diferença entre conservadores e liberais; quase sempre ignora a relação hierarquizada que se estabeleceu entre ambos”.*³⁸

A ele se articula o trabalho de Cecília Helena de Salles Oliveira, *A Astúcia liberal*³⁹, onde a autora, através de um grupo de incluindo Joaquim Gonçalves Ledo, Januário da Cunha Barbosa e José Clemente Pereira, demonstra o intrincado jogo político e as redes de poder estabelecidos no Rio de Janeiro num período estratégico para os rumos do Reino do Brasil, onde se definiam as instituições políticas através de debates nem sempre pacíficos ao mesmo tempo que se vivenciavam o processo da Independência: momento fulcral para definições em torno dos projetos de estruturação do Estado Nacional. Cecília examina ainda a importância de periódicos que foram veículos fundamentais para o debate entre os grupos divergentes, notadamente o jornal *Revérbero Constitucional Fluminense*. Sua análise explicita os diversos interesses subjacentes aos acontecimentos ocorridos na Corte como a Revolta da Praça do Comércio em abril de 1821 e revela os imbricamentos existentes entre política e negócios. Sua pesquisa será um importante referencial na medida

³⁸ MATTOS, Ilmar Rohloff de. Op. cit., pág. 130.

³⁹ OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles – *A astúcia liberal. Relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)*. Bragança Paulista, EDUSF/Ícone, 1999.

em que apóia muitas de minhas considerações sobre os grupos de políticos que atuavam na Corte e seus liames com segmentos de outras províncias, além de me indicar referências metodológicas para estudar o período escolhido.

Outro texto que penso ser relevante mencionar é a pesquisa de Maria Fernanda Vieira Martins sobre a composição do Conselho de Estado no Segundo Reinado.⁴⁰ Em seu texto, fruto de uma abrangente e minuciosa investigação, Maria Fernanda caracteriza as ligações políticas, formadas através de uma rede de parentesco e os nexos entre a política e os negócios dos homens que formaram o Conselho de Estado durante o reinado de Pedro II.

*“À primeira vista, os conselheiros de Estado no segundo reinado formavam um conjunto eclético, mas com diversos elementos unificadores. Em um primeiro panorama, verifica-se que foram ministros, deputados, senadores, fazendeiros, negociantes, capitalistas, militares, militantes, jornalistas, historiadores, homens de ciência, literatos, magistrados... Eram, em geral, descendentes das antigas famílias que controlavam a política, os cargos administrativos e as atividades econômicas no país já no período colonial, filhos, netos e bisnetos da antiga nobreza da terra ou de portugueses que aqui se uniram a famílias de origens paulistas, baianas e fluminenses, que na maior parte do caso se deslocaram para Minas Gerais nos áureos tempos do ouro.”*⁴¹

Para Vieira Martins, elementos de poderosas famílias ligadas à lavoura cafeeira, em franca e acelerada prosperidade a partir de 1830 e representantes da velha aristocracia rural oriundos, principalmente de Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro sofreram influência do pensamento liberal europeu e norte-americano – logicamente adaptado à realidade brasileira – no tempo em que estudaram direito em Coimbra e ao voltarem para o Brasil,

⁴⁰ MARTINS, Maria Fernanda Vieira – *A velha arte de governar: um estudo sobre políticas e elite a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Tese de Doutorado. Rio, UFRJ, 2005.

⁴¹ MARTINS, Maria Fernanda Vieira, op. cit. pág. 96.

empregavam-se na administração pública, dedicando-se a atividades como o comércio, a agricultura e atividades rentistas. Mas para entender como funcionava o “cérebro da monarquia” é preciso, segundo a autora, desvendar as redes de sociabilidade e parentesco para então compreender as demandas políticas dessas redes e definir os objetivos e decisões atreladas e acordadas entre os membros desses grupos dominantes que nas suas teias muitas vezes se ligavam, às vezes indiretamente, à famílias da zona da Mata norte. Sua pesquisa é significativa também para acompanhar a trajetória de elementos liberais de Minas Gerais (ou ligados a eles) que foram cooptados pelo *regresso* e acabaram no Conselho de Estado como Antonio Paulino Limpo de Abreu e José Pedro Dias de Carvalho.

Em que pese a contribuição – tanto na metodologia quanto no conteúdo – dos historiadores acima comentados, especialmente Alcir Lenharo, Ilmar Mattos, Miriam Dolhnikoff, José Murilo de Carvalho e Cecília Helena de Salles Oliveira para o desenvolvimento da pesquisa, várias lacunas sobre a história de Minas ainda subsistem, especialmente no que se refere ao recorte espacial e temporal escolhido. Na tentativa de suprir essas lacunas, esta pesquisa refere-se a uma temática pouco explorada anteriormente por outros estudiosos, ou seja, à análise da representação política e da economia da Zona da Mata norte.

O primeiro capítulo forma, na verdade, um grande painel de Minas e da Zona da Mata norte dentro dos marcos cronológicos estabelecidos pela pesquisa. Na primeira parte deste capítulo problematizo algumas questões teóricas sobre o conceito de região e justifico o recorte espacial, inserindo-o dentro de um contexto histórico. Em seguida, examino as origens das cidades da Zona da Mata procurando ressaltar as peculiaridades e características de cada uma delas. No terceiro item do primeiro capítulo, detenho-me mais no exame da situação da província de Minas Gerais nas primeiras décadas do século XIX, onde procuro explorar o maior número possível de informações sobre os aspectos sociais e econômicos, inclusive com a preocupação de mencionar as impressões dos viajantes estrangeiros, fontes fundamentais para se conhecer uma época tão pouco estudada pelos historiadores.

No segundo capítulo, observo aspectos da vida material dos fazendeiros, os “homens e as coisas” no dizer de Braudel: os gêneros produzidos, as benfeitorias, os objetos usados no cotidiano não só da casa grande como também nos engenhos de açúcar,

nas casas de tear, nos currais; elementos que se misturavam num entrelaçamento de duas dimensões: a empresa e o lar; o *locus* da sobrevivência e produção de bens.

Através de inventários, testamentos e documentos particulares procurei fazer um levantamento da vida do Barão do Pontal e do Senador José Joaquim Fernandes Torres através de suas origens, educação, laços de amizade e de negócios. Procurei resgatar o máximo possível de elementos biográficos que caracterizassem bem a vida e a personalidade desses dois políticos que representaram a zona da Mata norte na configuração do Estado imperial.

Ainda no segundo capítulo, estudo alguns aspectos da escravidão na região. Força de trabalho que sustentou a produção dos fazendeiros e um dos setores que os senhores mais lutaram para conservar na fase dos embates para a formação do Estado e da nação. Através da tocante história da Senhorinha Rocha busquei tirar do anonimato pelos menos uma dessas criaturas que só se conhece no conjunto, dificilmente na sua individualidade.

No terceiro capítulo, procurei resgatar a história do ambiente político na capital da província na medida em que a cidade foi palco privilegiado dos embates na maior parte orquestrado pelos artigos de *O Universal*. E à frente desses embates, um dos líderes mais atuantes: Manoel Ignácio de Mello e Souza e, é claro, o mais famosos deles, Bernardo Pereira de Vasconcellos, cuja sombra contribuiu para obscurecer as trajetórias de muitos políticos atuantes durante o período regencial inclusive o próprio Barão, embora não seja propósito meu estudar a trajetória política de Vasconcellos, o que já foi feito há tempo por Octávio Tarquínio de Sousa.⁴² A atuação de José Joaquim Fernandes Torres também será destacada para complementar meu objetivo de lançar algumas luzes sobre suas atividades políticas. Para tanto exploro alguns aspectos da Sedição de Ouro Preto de 1833, conhecida também como Revolta do Ano da Fumaça; e da Revolução Liberal de 1842, embora não me aprofunde em nenhuma das duas por fugir dos objetivos do meu trabalho.

Por fim, elaborei um reduzido painel da participação política de alguns fazendeiros da Zona da Mata norte mais para enfatizar o papel do Barão do Pontal e de Fernandes Torres e comprovar que eles foram realmente os únicos naquela época e naquela região que tiveram destaque com suas participações diretas na política provincial e geral.

⁴² SOUSA, Octávio Tarquínio de – *Bernardo Pereira de Vasconcellos. História dos fundadores do Império do Brasil*, vol. 5. B. Horizonte, Itatiaia/S. Paulo, EDUSP, 1998.

Com esta pesquisa busquei compreender um pouco do processo de configuração do Estado nacional através da ação política de alguns indivíduos que se destacaram em sua região, seja por sua capacidade política, seja pela posse de altos cabedais. Partindo do conhecimento da realidade coeva através da contextualização de Minas, da parte norte da Zona da Mata e da vida material de um grupo de proprietários de terras e alguns poucos comerciantes, objetivei mais acompanhar a carreira política de seus representantes e comprovar a sua relevância no cenário político dos anos de 1821 a 1841, o que espero ter conseguido ao finalizar o trabalho.

Através de uma feliz coincidência achei recentemente na Internet a íntegra de uma peça teatral de autoria do padre mineiro Justiniano da Cunha Pereira, *O clube dos anarquistas*. O texto é uma sátira aos políticos da época em que se engendrava, na província de Minas Gerais, a resistência aos projetos de reforma do Ato Adicional e do Código de Processo Criminal, orquestrada por um grupo de deputados provinciais liderados por Mello e Souza. A peça, publicada, em 1838, por um jornal de Barbacena veio, através do humor, trazer novos elementos que enriqueceram a pesquisa.

CAPÍTULO I

A ZONA DA MATA NORTE E MINAS GERAIS NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO OITOCENTOS

“Os desbravadores arrojaram-se aos perigos das Áreas Proibidas, a partir dos contrafortes da Mantiqueira. Conheceram a selva inóspita, cravaram os mourões nos vales e encostas. Nada impediu o avanço rio acima: nem a correnteza, nem o sumidouro. A região pouco a pouco é devassada, a conquista se faz pedaço por pedaço. Que era a Mata de então? Floresta violada apenas pelos rios. Indígena e mistério. Nela cresceriam fogos e fazendas. E na paisagem sem rota foram por fim sepultados os pioneiros.”

Paulo Mercadante

1. A Zona da Mata norte, Sertões do Leste e Áreas Proibidas: um recorte espacial.

Áreas Proibidas, Sertões do Leste e “mato dentro”. Assim era denominada a Zona da Mata em sua porção norte no século XVIII. Rincão coberto por verdejante mata atlântica, povoada por montanhas constantes, mas não muito íngremes, vales e poucas e pequenas planícies. Os rios Piranga e o Carmo que irão formar o rio Doce forneciam água abundante, algum ouro efêmero e pesca generosa. Terrenos potencialmente férteis por baixo das sombras das árvores notados, em 1818, pelos viajantes Spix e Martius:

*“Mais ricas que pelo metal são, entretanto, estas terras, em virtude de sua fertilidade, e é de esperar que aqui as minas ainda sejam completamente suplantadas pela lavoura.”*⁴³

O léxico Zona da Mata passará a ser usado amplamente a partir do final do século XIX, antes, porém, era usado para distinguir esta área do resto da capitania onde a floresta tropical inexistia. Em suas memórias, escritas na segunda metade do século XIX, Francisco de Paula Ferreira de Rezende já se referia à região como “a mata”.⁴⁴

O termo *sertão* remete sempre a um espaço isolado, distante da civilização. E é grande a dimensão das imagens e dos sentidos criados sobre o *sertão*: desde a carta de Pero Vaz de Caminha até os grandes sertões da obra de Guimarães Rosa. Aqui interessa a concepção de *sertão* dos mandatários portugueses que claramente remete a uma idéia de lugar não civilizado, espaço a ser explorado e dominado assim como seus habitantes indígenas. Era preocupação da Coroa manter esses sertões sobre controle, afinal como

⁴³ MARTIUS, Carl Frederic Philipp e SPIX, Johann Baptist von – Viagem pelo Brasil: 1817-1820. S. Paulo/B. Horizonte, EDUSP/Itatiaia, 1981. Vol. 1, pág. 218

⁴⁴ REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de – *Minhas recordações*. B. Horizonte, Itatiaia/EDUSP, 1988, pág. 346.

região inexplorada haveria sempre a oportunidade de se descobrir novas e ricas minas de ouro.

*“Assim, pode-se afirmar que no âmbito da historiografia colonial brasileira Sertões eram regiões que ainda não haviam passado por processos civilizatórios, ou seja, ainda eram habitadas e controladas por grupos que não estavam subjugados pelo poder oficial. No decorrer de todo o período colonial, essas imagens praticamente não sofreram mudanças. O Sertão continuou sendo – na visão das autoridades – o espaço habitado por índios ferozes (...) Manteve-se como uma região perigosa, mas cada vez que a civilização precisava avançar rumo ao interior, novas áreas eram requisitadas e novas necessidades se impunham aos colonos. Controlá-la passou a ser condição importante para a viabilização econômica da colônia.”*⁴⁵

No século XVIII, os Sertões do Leste, pela sua posição limítrofe ao Distrito do Ouro, era área interdita pelo governo português para povoamento, exploração e passagem. Em Alvará de 1736 proibia-se a abertura de novos caminhos passando pela região. O primeiro motivo e, acreditamos mais forte, era proteger o erário contra o contrabando do ouro impondo uma rota única para o escoamento do metal em direção ao Rio de Janeiro. O roteiro desse caminho oficial foi descrito por Antonil em seu livro *Cultura e opulência do Brasil*⁴⁶. O segundo motivo da proibição seria a esperança de novos achados de ouro nas Áreas Proibidas. D. Rodrigo José de Menezes, governador da capitania de Minas Gerais (1780-1783) – diferentemente da maioria de seus pares que não se interessavam pelas regiões circunvizinhas – enviou expedições para as Áreas Proibidas

⁴⁵ AMATINO, Márcia – O sertão oeste em Minas Gerais: um espaço rebelde. In: *Revista Varia História*, nº 29. B. Horizonte, UFMG, 2003, pág. 84.

⁴⁶ ANTONIL, André João – *Cultura e opulência do Brasil*. S. Paulo, cia Editora Nacional, s/d, pág. 288. Caio Prado Júnior em sua obra *Formação do Brasil contemporâneo* descreve os caminhos abertos do Rio de Janeiro em direção ao Distrito do Ouro (págs. 243 a 247).

na esperança de encontrar novos veios auríferos. Ele mesmo foi pessoalmente à região, no ano de 1781, conferir o serviço de seus enviados.

Apesar dos alvarás, interdições e proibições definitivamente as autoridades metropolitanas não se entendiam quanto à questão das Áreas Proibidas. Em 1744, oito anos após o edital de proibição do acesso aos Sertões do Leste, um certo José de Mattos⁴⁷ recebeu uma sesmaria de terras próxima a Barra Longa. Comprovadamente existiam, então, grandes divergências e falta de entendimento nas esferas administrativas coloniais sobre essas áreas: umas interditavam e outras liberavam. A historiadora Carla Anastasia, ao estudar a criminalidade na capitania mineira, comentou o fato:

*“Outra questão foram as divergências dos ministros do rei quanto à necessidade da ocupação das áreas consideradas proibidas desde 1736, além de interesses privados dos que insistiam em mantê-las fora do alcance da população da Capitania. E, finalmente, o processo de autonomização da burocracia que gerava não só iniquidade da ação das autoridades, como, principalmente, os reiterados conflitos de jurisdição.”*⁴⁸

A mata tropical (e os indígenas que nela habitavam) servia, então, no entender dos administradores lusos, de uma densa barreira de florestas contra os sonegadores e o contrabando. As próprias autoridades portuguesas confirmavam as vantagens da barreira verde; em 1784, Luis da Cunha Meneses, governador da capitania observou sobre a região:

“Certão para a parte de Leste denominado Árias Prohibidas, na epoteze de servirem os ditos certões de uma barreira

⁴⁷ APM – Catálogo de sesmarias, cód. sc 80, pág. 91.

⁴⁸ ANASTASIA, Carla Maria Junho – *A geografia do crime. Violência nas Minas setecentistas*. B. Horizonte, Editora UFMG, 2005, pág.35.

*natural a esta capitania para segurança de sua fraude...”*⁴⁹

Esse comentário do governador revela que, por essa época, as Áreas Proibidas eram proibidas somente no nome: vários sesmeiros já exploravam suas terras formando fazendas de culturas variadas e aventureiros rasgavam as matas à procura de ouro ou de produtos extrativos como a ipecacoanha ou poaia⁵⁰, planta medicinal muito usada na época e hoje praticamente desconhecida. Chernoviz dá a descrição das propriedades medicinais dessa planta que tinha seu uso muito difundido nos séculos XVIII e XIX, sendo, portanto, fonte de renda para aqueles que se aventuravam pelas florestas atrás desta planta medicinal.

*“Ipecacuanha ou Poaya (Cephaelis ipecacuanha) Pequeno arbusto que habita nos Mattos do Brazil, nos Estados de Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Matto Grosso, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo. Tem só 33 centímetros de elevação (...) A planta habita à sombra das árvores magestosas, e mais particularmente na terra humida que avizinha os pântanos (...) Propriedades e usos: vomitiva em altas doses, tonica e expectorante em pequenas. Empregase com vantagem na desynteria, nas febres de mau caráter, garrotilho, coqueluche, bronchite, etc.; foi aconselhada na peritonite puerperal. É um dos medicamentos mais recomendáveis.”*⁵¹

⁴⁹ Citado por VASCONCELOS, Diogo de – *História média de Minas Gerais*. B. Horizonte, Itatiaia, 1974, pág. 275.

⁵⁰ A ipecacoanha era um dos produtos exportados pela América Portuguesa. Sobre o assunto ver: ARRUDA, José Jobson de Andrade – A economia brasileira no fim da época colonial: a diversificação da produção. O ganho de monopólio e a falsa euforia do Maranhão. In., *Revista de História*, nº 119, jul/dez 1985. S. Paulo, USP, pág. 7.

⁵¹ CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão – *Formulário e Guia Médico contendo a descrição dos medicamentos, as doses, as doenças em que são empregados, as plantas medicinaes indígenas do Brazil, um Compendio alphabetico das Águas mineraes, a escolha das melhores formulas e muitíssimas indicações úteis*. Paris, Livraria de R. Roger e F. Chernoviz, 1908, pág. 752.

A proibição (“*leis que obedeciam, mas não cumpriam*”) de explorar os terrenos e a vigilância sobre eles já havia sido observada por Sérgio Buarque em *Metais e pedras preciosas*, quando comentou o despreparo da máquina administrativa e fiscal da Coroa para agir sobre outros negócios que não as atividades de mineração.

*“Mais importante seria frisar, talvez, que voltando-se quase exclusivamente para a riqueza aurífera e diamantífera, pois tinha sido forjada e estava mobilizada para atender, em face dela, o exigido pela Coroa, a pesada máquina administrativa e fiscal que se implantara na capitania se achava mal preparada para agir fortemente sobre outros negócios.”*⁵²

Segundo estudos de Carla Anastasia, o impedimento de adentrar as Áreas Proibidas acabou criando uma situação complexa pelo teor ambíguo da legislação: estimulava novas prospecções através de bandeiras e tropas com permissão oficial. As iniciativas dos desbravadores clandestinos eram coibidas e, quando denunciados (o que não era tão fácil) recebiam a mesma pena que os criminosos e bandidos assaltantes de estradas. Ainda segundo a historiadora mineira, em 1766 uma ordem real, atendendo as contínuas reclamações dos moradores das Minas, estabeleceu que:

“(...) todos os indivíduos que se achassem dispersos se estabelecessem em povoações civis com mais de 50 fogos, juiz ordinário, vereadores e procurador do conselho, repartindo-se, entre eles, com justa proporção, as terras adjacentes. Preocupava-se D. José I com a perversa convivência de pessoas de bem com ‘homens separados da sociedade civil e

⁵² **HOLANDA**, Sérgio Buarque de – Metais e pedras preciosas. In: **HOLANDA**, Sérgio Buarque de (org.) - *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo I, vol. 2. S. Paulo, Difel, 1973, pág. 294.

*do comércio humano', que exerciam o mandonismo bandoleiro nessas zonas de **non-droit**.*"⁵³

O certo é que, em que pesem proibições e dificuldades, os Sertões do Leste foram povoados ao longo do século XVIII, os índios dominados (e dizimados), formaram-se fazendas, arraiais e vilas. Se no início prevaleceu a variedade de culturas (com uma clara preponderância dos engenhos de açúcar) para o abastecimento dos aglomerados urbanos surgidos por causa das minas, a região que crescia e prosperava "silenciosa" até o final do século XIX adquiriu, então, visibilidade com as grandes lavouras de café.⁵⁴

Mas, estudar a Zona da Mata mineira como se fosse um só bloco homogêneo é uma tarefa impossível, não fosse essa grande extensão territorial cenário de diversidade cultural e produtiva. Para exemplificar um só aspecto, nela encontramos, atualmente, desde o mais puro clima de montanha (como é o caso de Araponga com mais de mil metros de altitude) até um clima muito quente e úmido como o da cidade de Ubá (com aproximadamente 250 metros), fator que implica diferentes tipos de produtos agrícolas e suas conseqüentes repercussões. Temos áreas fronteiriças com os atuais estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo e outras rentes à região do antigo Distrito do Ouro. Porém, não podemos desconsiderar certa homogeneidade, pois é região onde vicejava densa mata atlântica em seus áureos tempos.

O topônimo Zona da Mata foi oficializado no início da República quando o Serviço de Estatística Geral da Secretaria da Agricultura de Minas Gerais dividiu o estado em zonas fisiográficas.⁵⁵

Para situar de maneira clara esse recorte espacial, precisamos defini-lo com mais precisão, sem a pretensão, contudo, que seja o mais exato. Operacionalmente, ele apenas se enquadra melhor dentro de nossas variáveis. Em primeiro lugar, lembramos que dentro dos marcos cronológicos estabelecidos pela pesquisa, os *homens bons* se preocupavam em manter os privilégios no universo das autonomias locais como também em marcar a posição de sua região, ou melhor dizendo, articulavam-se para inseri-la no quadro da

⁵³ ANASTASIA, Carla Maria Junho, op. cit. pág. 37

⁵⁴ Sobre a ocupação territorial na capitania de Minas Gerais ver: CARRARA, Ângelo Alves – *Agricultura e pecuária na capitania de Minas Gerais (1674-1807)*. Tese de Doutorado, Rio, UFRJ, 1997.

⁵⁵ COSTA, Joaquim Ribeiro – *Toponímia de Minas Gerais*. B. Horizonte, BDMG, 1997, pág. 25.

formação da nação que se esboçava nesse momento, assim concretizando uma embrionária noção de pertencimento, desde que suas prerrogativas de mando não fossem solapadas. Esses Sertões do Leste foram o que hoje integraria a parte norte da Zona da Mata de Minas Gerais.

Em segundo lugar, temos em mente que “região” é uma noção abstrata, que mesmo referida a registros documentais e conceituais, é relativa. Esses percalços em estabelecer e delimitar espaços é um fato presente em muitas reflexões de historiadores que se propõem trabalhar no âmbito de uma história regional. Ciro F. Cardoso – em ensaio que já é considerado um clássico sobre a conceituação de região – teoriza a respeito, argumentando que o historiador, ao escolher uma determinada delimitação territorial, não pode usá-la como se fosse a única e correta.

*“As razões são principalmente duas: 1) no fundo, toda delimitação territorial é uma abstração, uma simplificação de uma realidade mais complexa para finalidades de pesquisa ou ação prática; 2) além disso, as relações entre o homem e o espaço, que em princípio servem de base à definição regional, não são imóveis, modificam-se no tempo conforme os graus variáveis de organização e exploração do meio ambiente pelo grupo humano, pior ou melhor armado de forças produtivas. Por esses motivos, seria absurdo querer recortar o espaço de uma vez por todas em regiões unívocas e estanques como parece ter sido a pretensão da Geografia tradicional de Vidal de La Blanche.”*⁵⁶

Maria Yeda Linhares e Francisco Carlos Silva debateram também o conceito de região num trabalho de 1995. Segundo eles, “[...] ao fim e ao cabo do seu trabalho, o historiador deveria ser capaz de revelar a dimensão regional de sua pesquisa, corrigir ou reafirmar pretensões iniciais e desvendar conexões até então não pensadas.”⁵⁷

⁵⁶ CARDOSO, Ciro Flamarion – *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis, Vozes, 1979, pág. 73.

⁵⁷ LINHARES, Maria Yeda e SILVA, Antonio Carlos Teixeira da – Região e história agrária. In. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, nº 15, 1995, págs. 17 a 26.

Marc Bloch já advertia que, ao estudar uma região, o pesquisador teria que estar atento para o fato de que as fronteiras da área escolhida não fossem de grandes dimensões colocando em risco a unidade da documentação, enfatizando que o espaço territorial proposto deveria possuir uma unidade real sem a necessidade de fronteiras naturais; necessidade esta só defendida pelos cartógrafos de uma linha já obsoleta.⁵⁸

Como definir “Zona da Mata norte”, este enclave não delimitado formalmente para esboçar alguns limites espaciais? Proponho uma delimitação com fins operacionais que atenda os objetivos da pesquisa sem a pretensão de estabelecer uma divisão estanque, um bloco com fronteiras rígidas. Aproveitando a denominação já estabelecida da macrorregião da Zona da Mata, recortei, então, um espaço regional usando para defini-lo três nomes: Zona da Mata norte, Áreas Proibidas ou ainda Sertões do Leste; uma microrregião que abrange as cidades de Barra Longa, Ponte Nova, Viçosa e as pequenas cidades de Araponga, Guaraciaba, Pedra do Anta e Amparo do Serra. Este recorte obedeceu a critérios emanados a partir da leitura das fontes escolhidas. Os inventários pesquisados demonstram que, majoritariamente, os fazendeiros possuíam suas propriedades nos arredores dessas localidades que atualmente são: Barra Longa, Viçosa, Ponte Nova, Pedra do Anta, Guaraciaba e Araponga.

É importante reiterar que as localidades focadas estão num espaço bem vizinho a Mariana e Ouro Preto. A parte norte da Zona da Mata é onde se iniciava a grande cobertura da mata atlântica. Melhor explicando: saindo de Mariana em direção a Ponte Nova, a paisagem vai aos poucos se modificando; daqueles terrenos “*esterilíssimos*” no dizer de Antonil com sua vegetação rala – semelhante à de um cerrado – é possível observar que, à medida que se aproxima da cidade de Ponte Nova, as árvores vão se encorpando, a vegetação é mais densa, indicando já a diferença do solo. Ali começavam os terrenos mais férteis e que, depois de abatidas as matas, a sua produtividade se mostrava excelente, assim vistos por Spix e Martius em 1818:

“Pouco a pouco, foi-se fechando a perspectiva cada vez mais: passávamos junto de profundos, pavorosos abismos, cobertos de densa vegetação, e vindos de campos

⁵⁸ BLOCH, Marc – *La história rural francesa*. Barcelona, Ed. Critica, 1978.

*claros, nos vimos de repente de novo na escuridão do mato. Densas grinaldas de lianas, com cortinas de flores de todos os matizes ligam árvores gigantescas umas às outras, entre as quais se elevam fetos escamosos, formando majestosas alamedas verde-escuras e frescas, que trespasa o viajante, num enlevo solene, interrompido apenas pelos gritos estridentes dos papagaios, o martelar do pica-pau ou os urros dos monos. A não serem os fossos ao longo da estrada que levam água para as lavras, nesta solidão nada faz lembrar a vizinhança de homens ativos.”*⁵⁹

A parte sul da Zona da Mata compreende, atualmente, a região de Juiz de Fora, Leopoldina e Mar de Espanha, precursora do cultivo intensivo do café. Os fazendeiros que ali formaram suas propriedades⁶⁰ tiveram sua origem, parte vinda das áreas de mineração e, parte ligada a grupos que se dedicavam ao abastecimento interno da colônia. Pelo Caminho Novo de Garcia Rodrigues Paes desceram também antigos mineiros e comerciantes com o olhar voltado para as áreas férteis da região de Vassouras.⁶¹

Na área central se situam as cidades de Ubá, Rio Pomba, Visconde de Rio Branco, antigo São João Batista do Presídio e Viçosa, também ocupada por famílias oriundas da região aurífera, de antigos tropeiros e negociantes. Local habitado primitivamente por índios purís, coroados e coropós.

⁵⁹ MARTIUS, Carl Frederic Philipp e SPIX, Johann Baptist Von, op. cit., pág. 218.

⁶⁰ Sobre os fazendeiros da região sul da zona da Mata ver o trabalho já citado de OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de *Negócios de família: mercado, terra e poder na cafeicultura mineira 1780-1870*.

⁶¹ Sobre o tema ver STEIN, Stanley – *Vassouras. Um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio, Nova Fronteira, 1990. FRAGOSO, João Luis e RIOS, Ana Maria Lugão – *Um empresário brasileiro do oitocentos*. In: CASTRO, Hebe de e SCHNOOR, Eduardo (org.) *Resgate. Uma janela para o oitocentos*. Rio, Topbooks, 1995.

2.As origens das cidades matenses

Na parte norte, vizinha bem próxima à região das minas, foram fundadas as cidades de Barra Longa e Ponte Nova. Esta última se situa a cerca de 40 quilômetros de Viçosa e as duas sempre tiveram estreitas ligações, sempre imbricadas administrativamente até o final do século XIX. Entre Viçosa e Ponte Nova vamos encontrar várias cidadezinhas que também serão objetos de atenção como Barra do Bacalhau (Guaraciaba), Arripiados (Araponga) e Pedra do Anta, que permaneceu com o mesmo nome até os dias atuais.

As origens dessas localidades são, em sua maioria, obscuras e estão ainda à espera de investigações mais rigorosas para determinar a exata época em que surgiram. As evidências apontam para determinadas condições comuns nas origens desses aglomerados. É plausível argumentar que, dada a situação da região na época (primeira metade do setecentos), o tipo de ocupação e as novas revelações trazidas pelos inventários, os povoados surgiram no entorno de uma fazenda, de um rancho, de alguma venda, ou até mesmo de um agrupamento indígena; em seguida, construía-se uma capela tosca invocando algum santo.

O vilarejo de Furquim teve certa importância porque possuía jazidas de ouro e começou a ser povoado nos primeiros anos do século XVIII, mas entrou em decadência e se tornou, mais tarde, um distrito de Mariana.

Barra Longa, que também surgiu alguns anos após os primeiros achados do ouro, tem como fundador Matias Barbosa da Silva, homem rico e empreendedor que recebia afagos das autoridades portuguesas. Em 1736, o então governador da capitania – Martinho de Mendonça de Pina – se referiu a Matias Barbosa dizendo se tratar de homem “interessado nos contratos reais, abrindo caminhos e povoando sítios e mandando fazer alguns descobrimentos, contribuiu muito para o aumento das rendas reais.”⁶² Matias Barbosa faleceu em 1742 e deixou uma enorme fortuna em terras, escravos e ouro. Sua viúva teria doado terras para a capela de São José da Barra do Gualaxo, primeira denominação do local. Pela sua localização próxima a Mariana e com suas terras férteis

⁶² Citado por **BARBOSA**, Waldemar de Almeida – *Dicionário histórico e geográfico de Minas Gerais*. B. Horizonte, Itatiaia, 1995, pág.44.

foram se formando em seu entorno grandes fazendas que produziam gêneros diversos para o abastecimento das minas.

Mapa I

Fonte: João Tonucci/FACE/UFGM

A pequena cidade de Guaraciaba – antiga Santana dos Ferros e Barra do Bacalhau – é considerada também uma das mais antigas povoações da Zona da Mata. Waldemar Barbosa informa que, em 1749, foi erigida capela por provisão episcopal com o primitivo nome de Santana dos Ferros. Ou seja, nessa data já possuía capela e o mais provável é que tenha sido povoada alguns anos antes. No final do século XVIII já era popularmente conhecida como Barra do Bacalhau. Dessa localidade temos o registro de viajantes que por lá estiveram: Freyress em 1814 e dos austríacos Spix e Martius em 1818.

*“O tempo enfarruscou no dia seguinte, e apressamo-nos a seguir, passando por algumas bonitas quintas nos morros, por entre os quais o Ribeirão do Bacalhau faz meandros. Grandes réxias (quaresmas) enfeitam os morros com suas flores roxas; e, ao anoitecer, apeamos na Aldeia de Sant’Ana dos Ferros, geralmente chamada de Barra do Bacalhau. Aqui se juntam o Ribeirão do Bacalhau e logo depois o Rio Turvo com o Rio Piranga que corre para nordeste, e se une com o Ribeirão do Carmo, tomando juntos o nome de Rio Doce. (...) O povoado consiste em poucas casas habitadas, na maioria por pretos e mulatos. Mesmo neste lugarejo remoto, notam-se ainda vestígios de costumes e civilização européia: a venda era abastecida não só de alguns dos mais necessários gêneros, toicinho, açúcar, cachaça, fubá, mas também chitas, rendas, utensílios de ferro e outros artigos. À noite, o capitão do lugar, um português, trouxe-nos, como especial prova de consideração, pão fresco de trigo, que tinha mandado cozer.”*⁶³

Não se pode precisar com exatidão a origem da cidade de Viçosa⁶⁴, hoje um pólo educacional da Zona da Mata norte que abriga uma universidade federal. Waldemar Barbosa credita seu aparecimento por volta de 1800 quando foi expedida provisão episcopal para construir uma capela em homenagem a Santa Rita, mas inventários consultados revelam que bem antes o local já era habitado e com fazendas produzindo gêneros de primeira necessidade. Por lá passou, no dia de Natal de 1814, o viajante G. W. Freireyss (dileto amigo do Barão Von Eschwege) a caminho do presídio de São João Batista (atual Rio Pomba) onde ficou hospedado com o capitão Guido Thomas Marlière, o

⁶³ **SPIX e MARTIUS**, op. cit. pág. 219.

⁶⁴ Um recente trabalho levanta algumas questões sobre as origens de Viçosa. Ver: **MACHADO**, Janaína Marcon – *Família e herança na Zona da Mata mineira: a formação do povoado de Santa Rita do Turvo (1813-1850)*. Dissertação de Mestrado, B. Horizonte, UFMG, 2007.

lendário militar francês que se tornou um sertanista *avant la lettre*. Com uma dose razoável de má-vontade em relação aos brasileiros, Freireyss observou:

*“Como hoje é dia de Natal, encontramos muitos fazendeiros indo à missa com suas mulheres, filhos e escravos. Essas pessoas não tinham nada de atraente. Pode-se dizer que são feias e muitas delas têm bócio. (...) Quase todas as mulheres andavam a cavalo, como é costume em Minas Gerais, montando como homens, e não sentando de lado sobre a sela. Às três horas chegamos a Santa Rita, situada a 5 léguas de Santana dos Ferros e 1 légua da Mata dos Puris. As poucas casas estavam repletas de pessoas, por causa das festas, e não tivemos outra alternativa a não ser procurar a casa do padre, na esperança de encontrar acomodação. Mas tivemos que nos conformar com uma resposta negativa e continuar nossa jornada até uma fazenda próxima, onde fomos recebidos com hospitalidade. Só que tivemos pouco sossego à noite, por causa do barulho e da algazarra com que os numerosos escravos comemoravam o dia de Natal, à sua maneira, no pátio da casa”*⁶⁵

Pedra do Anta também tem sua origem nebulosa. Ainda hoje é possível observar as características barrocas de seu casario. Quem visita a igreja matriz se surpreende pela beleza de seu prédio, embora precisando de reparos. Dentro do templo observa-se uma mescla de estilos resultado, logo se vê, das intervenções e reformas feitas ao longo do tempo. O teto – já em processo de restauração, depois de raspada a tinta branca que o envolvia – revela pinturas de motivos religiosos de evidente estilo barroco. Porém são inegáveis ali os vestígios – que podem ser longínquos – de um tempo de prosperidade. Barbosa⁶⁶ dá sua origem na década de vinte do século XIX e diz que, posteriormente, ao

⁶⁵ **ESCHWEGE**, Wilhelm Ludwig von – *Jornal do Brasil 1811-1817 ou relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas por...* B. Horizonte, Fundação João Pinheiro, 2002, pág. 139.

⁶⁶ **BARBOSA**, Waldemar de Almeida, op.cit., pág. 247.

redor da capela, surgiu um aldeamento indígena, mas evidentemente incorre em equívoco porque as casas e sobrados, além da igreja, remetem a uma arquitetura notadamente do século XVIII. Opinião semelhante a minha tem o historiador pontenovense Antonio Brant⁶⁷ que também vê imprecisões nos dados do dicionarista.

Em um dos inventários consultados, de 1845, o comerciante José Caetano Malaquias Gomes⁶⁸ deixa como herança um bem sortido empório em Pedra do Anta. Pode, à primeira vista, parecer surpreendente que naquela época os fregueses nos confins da Mata mineira consumissem vinhos e champanhes franceses, tecidos finos ingleses, talheres de prata, cristais e porcelanas, luvas, sapatos finos, rendas e toda sorte de produtos vindos da Europa. Afinal Spix e Martius também ficaram surpresos ao encontrarem produtos europeus sendo comercializados numa venda em Barra do Bacalhau no início do século XIX. Porém será aqui evidenciado que isto foi possível porque, já em meados do século XVIII, essas terras foram ocupadas por fazendeiros que produziam, vendiam e lucravam com suas propriedades, sendo assim natural que consumissem produtos de relativo luxo e símbolos de distinção social como baixelas de prata, porcelanas finas, bebidas sofisticadas e roupas da moda.

Segundo Haruf Salmen Espindola, em sua pesquisa sobre a exploração da bacia do Rio Doce pela Coroa Portuguesa, já em 1755 eram distribuídas sesmarias na região de Ponte Nova.⁶⁹ Em 1770 o padre e fazendeiro João do Monte Medeiros obteve licença do bispado de Mariana para erigir uma capela em sua fazenda. Ao redor dessa capela surgiu o povoado de São Sebastião e Almas da Ponte Nova que, em 1866, foi elevado à categoria de cidade.

Considerando que os Monte Medeiros receberam suas sesmarias em 1755, pode-se deduzir que essas terras já deviam ser devidamente reconhecidas pelos interessados alguns anos antes. Para confirmar nossa hipótese, é necessário problematizar alguns pontos.

Em primeiro lugar, lembre-se que o total de ouro levado para Lisboa teve seus altos e baixos. Em 1720 entraram na capital lusa 25.000 quilos do metal; há um período de oscilações e aqui nos interessam os números de 1740, pois, segundo Sérgio Buarque, a

⁶⁷ **BRANT**, Antonio – *Desbravamento, caminhos antigos e povoamento nos Sertões do Leste*. Viçosa, CRP, 2004.

⁶⁸ Fórum de Ponte Nova - 1º ofício, caixa 977/994 B, doc. 994. Inventário de 1861.

⁶⁹ **ESPINDOLA**, Haruf Salmen – *Sertão do Rio Doce*. Governador Valadares, Ed. Univale, 2005, pág. 50.

partir desse ano as frotas não levaram menos que 14.000 quilos até 1755, com duas exceções (1744 com 6.000 quilos e 1754 com 10.500 quilos)⁷⁰ Por que então se largaria o lucro certo e mais fácil do Distrito do Ouro para se aventurar em terras inóspitas? Já se teria consciência do próximo esgotamento das catas? Ou o propósito era diversificar as fontes de renda enxergando no abastecimento interno uma atividade lucrativa?

Ouso afirmar que muitos dos homens chegados à região das minas viram na atividade de abastecimento um outro caminho para o enriquecimento. Sabemos como era problemática a distribuição de víveres no Distrito do Ouro. Antonil, em sua viagem pela região no alvorecer do século XVIII, observou com razão que *“a terra que dá ouro é esterilíssima de tudo que há mister para a vida humana”*. Dependiam, então, os mineiros de produtos vindos de lugares distantes. É ainda Antonil que nos informa sobre as oportunidades que a extração do ouro proporcionava àqueles que se dedicavam ao comércio:

*“Porém, tanto que se viu a abundância do ouro que se tirava e a largueza com que se pagava tudo o que lá ia, logo se fizeram estalagens e logo começaram os mercadores a mandar às minas o melhor que chega nos navios do Reino e de outras partes, assim de mantimentos, como de regalo e pomposo para se vestirem, além de mil bugiarias de França, que lá também foram dar. E, a este respeito, de todas as partes do Brasil se começou a enviar tudo o que dá a terra, com lucro não somente grande, mas excessivo.”*⁷¹

Certamente, nos primeiros anos da corrida do ouro, com todos os atabalhoamentos consequentes da implantação febril das atividades mineratórias, e o atrativo do lucro fácil, advindos da extração do ouro, a agricultura não foi considerada, pelo menos no momento, como uma opção rentável ou viável; todos sabemos como seria difícil a formação de uma propriedade agrícola num primeiro momento de deslumbramento perante às valiosas

⁷⁰ **HOLANDA**, Sérgio Buarque de, op. cit..

⁷¹ **ANTONIL**, André João – *Cultura e opulência do Brasil*. S. Paulo, Cia. Editora Nacional, s/d, pág. 267.

pepitas de ouro, isto sem falar no desconhecimento das vizinhas áreas férteis, infestada de indígenas nem sempre amigáveis. A sedução pelos negócios agrícolas viria um pouco mais tarde...

“Suscitadas, embora, e sustentadas, pela riqueza aurífera, a verdade é que o comércio, assim como a lavoura e outras atividades de produção, gozariam, comparadas à extração e benefício dos metais, de uma liberdade de ação, de uma capacidade de iniciativa e expressão própria, que as destacava vivamente do labor das minas.(...) Acresce que o ouro dessas minas é o único produto, entre elas, que tem valor certo e marcado, não cabendo a pessoas particulares levantar-lhe ou baixar-lhe o preço, segundo a menor ou maior abundância da safra, ao contrário do que sucede a todas outras mercadorias e produtos manufaturados. E se o próprio ouro das lavras, e o diamante, se livravam com freqüência das restrições impostas, de sorte que o contrabando era efetuado em alguns lugares quase sem reservas, e nos próprios registros só se descobria, em geral, quando houvesse delação, havendo uma infinidade de meios para dissimulá-lo, que dizer das mercadorias, vendidas, compradas e trocadas sem tais restrições e disfarces?”⁷²

Logo os homens perceberam que poderiam ganhar seu sustento e até fazer fortunas com outras atividades que não a mineração. O abastecimento das vilas e cidades mineiras foi o grande filão e os arrabaldes dessas mesmas localidades se tornaram acanhados para os projetos agrícolas. Lançaram-se, então, em direção às Áreas Proibidas ou Sertões do Leste atrás das terras férteis e das boas pastagens; para isto tiveram que enfrentar feras, índios e doenças, mas a empreitada valeria a pena.

⁷² **HOLANDA**, Sérgio Buarque de, op. cit., págs. 294/95.

“A sede insaciável do ouro estimulou a tantos a deixarem suas terras e a meterem-se por caminhos tão ásperos como são os das minas, que dificultosamente se poderá dar conta do número das pessoas que atualmente lá estão. Contudo, os que assistiram nelas nestes últimos anos por largo tempo, e as correram todas, dizem que mais de trinta mil almas se ocupam, umas em catar, e outras em mandar catar nos ribeiros do ouro, e outras em negociar, vendendo e comprando o que se há mister não só para a vida, mas para o regalo, mais que nos portos do mar.

*Cada ano vem nas frotas quantidades de portugueses e de estrangeiros para passarem às minas. Das cidades, vilas, recôncavos e sertões do Brasil, vão brancos, pardos e pretos, e muitos índios, de que os paulistas se servem. A mistura é de toda condição de pessoas: homens e mulheres, moços e velhos, pobres e ricos, nobres e plebeus, seculares e clérigos, e religiosos de diversos institutos, muitos dos quais não têm no Brasil convento nem casa.”*⁷³

⁷³ ANTONIL, André João, op. cit., pág. 263.

3. Um mundo em transformação: Minas Gerais nas primeiras décadas do século XIX.

Já é quase um clichê o aforismo do escritor mineiro Guimarães Rosa sobre sua terra: *Minas é muitas*, mas é também uma grande verdade em se considerando o espaço mineiro como um todo. E para melhor compreender e situar a Mata norte é necessário esboçar um panorama da província de Minas Gerais nas décadas iniciais do século XIX, o que é uma tarefa das mais complexas, tanto pela exigüidade de pesquisas sobre o período – a produção historiográfica demonstra como a fase áurea da mineração é muito mais estudada do que o século XIX mineiro – como também pelas dimensões e diversidades de uma área tão extensa, compondo um verdadeiro mosaico, seja em sua dimensão social, econômica e cultural. Corre-se o risco, portanto, de deixar de lado aspectos que podem ser significativos ou mesmo fundamentais para caracterizar as Minas no período em tela.

De capitania exuberante e urbana – não negando a dimensão rural, como previne João Antonio de Paula – construída sob os sonhos do Eldorado de onde brotaria ouro da terra à província que retornou maciçamente ao campo e aprendeu a ser agrícola e pecuarista, foi percorrido um longo caminho, nuançado com crises e rebeliões. O mesmo João Antonio afirma que a modernidade foi inaugurada no Brasil pela capitania:

*“Minas Gerais, a capitania que inaugurou a modernidade no Brasil, a província que continuou urbana, populosa e dinâmica, que desenvolveu sistema político e cultural, que diversificou atividades econômicas e comerciais, que continuou a manter grande contingente de escravos, a maior do Brasil, durante o século XIX, Minas Gerais foi tudo isso.”*⁷⁴

⁷⁴ PAULA, João Antonio de – *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. B. Horizonte, Autêntica, 2000, pág.83.

Aqui se trata, então, de uma tentativa, embora imperfeita, de elaborar algumas observações sobre Minas Gerais dentro das balizas cronológicas propostas para a pesquisa objetivando lançar algumas luzes sobre o cenário oitocentista mineiro, não sem antes inseri-lo no âmbito geral do Brasil.

As primeiras décadas do século XIX serão decisivas para a formação da nação brasileira. Foi o momento em que refletiram sobre a América portuguesa os fatores que levaram a grandes transformações estruturais no contexto europeu. E alguns desses reflexos foram a transferência da corte portuguesa para o continente americano empurrada pelas hordas napoleônicas que chegavam às portas de Lisboa e a crise do antigo sistema colonial que impeliu a transformações nas estruturas políticas e econômicas da então colônia do Brasil. Uma das conseqüências dessas transformações foi um incremento e diversificação nas atividades produtivas e comerciais, e Minas se integraria rapidamente nessas atividades.⁷⁵

Na década de 50 do século passado, o historiador Francisco Iglesias chamou a atenção para a ausência de estudos específicos sobre o período em que Minas foi província. A sua intenção, logo se vê, foi das mais nobres: incentivar estudos sobre a referida época que não atraía a atenção dos pesquisadores, então voltados para a “fisionomia vistosa” do século do ouro. Mas, infelizmente, o grande mestre mineiro incorre em equívoco ao afirmar que Minas, durante o tempo em que foi província, não teve nada que a distinguisse das outras unidades do Império.

“Embora deficientemente, a capitania foi estudada, enquanto a província não mereceu atenção. Entretanto, os que se dedicam à história mineira continuam a preferir o período colonial. Compreende-se a insistência: durante a Colônia, com fisionomia vistosa e legislação especial, Minas tem mais interesse. A capitania distingue-se de todas as outras, tem várias características que a singularizam,

⁷⁵ Sobre o tema ver: **NOVAIS**, Fernando A. – *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. S. Paulo, Hucitec, 1986; **MAXWELL**, Kenneth – *A devassa da devassa. A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal 1750-1808*. S. Paulo, Paz e Terra, 1995; **DIAS**, Maria Odila Leite da Silva – *A interiorização da Metrópole e outros estudos*. S. Paulo, Alameda, 2005; **FURTADO**, Júnia Ferreira – *Homens de negócio. A interiorização da Metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. S. Paulo, Hucitec, 2006.

*enquanto a província nada tem que a distinga: como desenvolvimento tranqüilo, sem pompas ou misérias muito assinaláveis, rege-se por lei que rege também as outras províncias. No Império não há distinções especiais”.*⁷⁶

Logo se verá que em Minas, no período em que Iglesias denomina de Império, não houve um desenvolvimento tão tranqüilo como se pensava, principalmente em se tratando do mosaico econômico e social de suas várias regiões, das questões políticas com suas diversas tendências e dos embates que caracterizarão o reinado de Pedro I e a Regência. Minimizar o papel que Minas desempenhou ao longo do Império é fazer pouco do poder que a província mineira exerceu seja no campo da política, seja no campo das atividades econômicas.

Muito já se escreveu sobre as peculiaridades e especificidades da formação da sociedade mineira dentro do quadro da América portuguesa. Considero estudos fundamentais sobre o tema os trabalhos de Sérgio Buarque de Holanda em *Metais e pedras preciosas*; Laura de Mello e Souza em *O sol e a sombra* – onde registra que, no citado texto de Buarque de Holanda, estão “as melhores páginas escritas sobre Minas” – e *Os desclassificados do ouro*; Maria Arminda Arruda em *Mitologia da mineiridade e Raízes da modernidade em Minas Gerais* de João Antonio de Paula⁷⁷. E sem esquecer Pedro Nava⁷⁸ que com suas memórias se transformou na referência fundamental quando se fala na origem dos mineiros. Não cabe aqui, portanto, estender-me em assunto fora de minha alçada e já explorado com grande competência pelos autores acima citados.

A leitura desses textos é fundamental para elucidar a formação diferenciada que teve a capitania e a gente mineira, mas também para derrubar mitos e idéias pré-concebidas sobre Minas e seu povo. Assim como, por exemplo, foi construído o mito do mineiro

⁷⁶ IGLÉSIAS, Francisco – *Política econômica do governo provincial mineiro (1835-1889)*. B. Horizonte, UFMG, 1954, pág. 5.

⁷⁷ ARRUDA, Maria Arminda – *Mitologia da mineiridade*. S. Paulo, Brasiliense, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque de – *Metais e pedras preciosas*. In. HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.) – *História Geral da Civilização Brasileira*. vol. I, tomo 2. S. Paulo, Difel, 1973.

PAULA, João Antonio de – *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. B. Horizonte, Autêntica, 2000.

SOUZA, Laura de Mello e – *O sol e a sombra. Política e administração na América portuguesa do século XVIII*. S. Paulo, Cia das Letras, 2006.

– *Os desclassificados do ouro*. Rio, Graal, 1986.

⁷⁸ NAVA, Pedro – *Bau de ossos*. Rio, José Olympio, 1974.

rebelde e seu caráter libertário, talvez já a partir das famosas palavras do Conde de Assumar (D. Pedro de Almeida, governador da capitania entre 1717 a 1721) sobre os mineiros: “[...] o estar tão radicado o amotinar-se a gente das Minas, que muitos tinham por brio entrar voluntariamente nos motins.”⁷⁹ ao jeito “manhoso e astucioso” das “raposas” políticas da República Velha, o que veio exacerbar a fama de serem os habitantes das Minas mestres na esperteza, infensos a patacoadas e dotados de um espírito libertário mourejado nas rebeliões do século XVIII de onde emergiria a figura sofrida e injustiçada do mártir Tiradentes.

Até uma carta de José Bonifácio a D. Pedro colaborou para reforçar o mito do mineiro astucioso. Nela o “patriarca” classifica os mineiros de os “*mais finos e trapaceiros do Universo*” e pede prudência no trato com os habitantes da província porque eles poderiam muito bem “*deitar poeiras nos olhos de V.A.R.*” para se livrarem de processos e acusações de delitos graves por eles cometidos. José Bonifácio na mesma carta alerta, ainda, que o príncipe regente fique esperto com os mineiros que só aspiram “mercês e cargos públicos”.⁸⁰

Essas construções se cristalizaram no imaginário do brasileiro e até hoje, às vezes, ainda escutamos frases como: “o mineiro é desconfiado por natureza”, “mineiro que é mineiro esconde o leite” ou ainda “desde a Inconfidência Mineira os habitantes de Minas têm o espírito revolucionário e não aceitam serem intimidados”. Dito isto que fique claro o cuidado da pesquisa para não resvalar por armadilhas das simplificações e anacronismos.

Concordo com Sérgio B. de Holanda que a sociedade mineira se desenvolveu de forma aluvial, em camadas. Camadas de paulistas, portugueses, mulatos, escravos, índios e demais brasileiros vindos de toda parte da América portuguesa e muitos estrangeiros de diversas procedências. Essa conformação, ainda segundo Holanda, caracterizou um povoamento mais democrático que outras regiões da colônia: “*ganha-se quem tem mais sorte, não o que mais pode*”. Pedro Nava, poeticamente, concorda com Holanda:

⁷⁹ Citado por VASCONCELLOS, Sylvio de – *Mineiridade. Ensaio de caracterização*. S. Paulo, Abril Cultural, 1981, pág.15. Tiragem limitada de 2 000 exemplares por encomenda da Fiat Automóveis S.A.

⁸⁰ A carta de J. Bonifácio ao príncipe regente foi escrita em março de 1822 e citada por MONTEIRO, Tobias – *História do Império: a elaboração da independência*. S. Paulo, EDUP, B. Horizonte, Itatiaia, 1981, pág.454. Mais à frente voltarei a esta carta quando tratar da política provincial.

“Solo imantado, metálico, pulverulento e pegajoso que segurou firmemente o pé errante dos paulistas, desmanchou-lhes a prosápia, triturou-os no sofrimento, na fome, no crime, na pestilência, na cobiça, no medo, no pagode, no homizio. Ficaram na terra e foram – fomos! – ficando mineiros. E tome coito com índia. E mistura e mais mistura com emboaba, padre, levantino, fidalgo, cuircunsizado, escravo da Costa, e sequaz de Mafoma – apesar de cada um dos nossos maiores de declarar documentalmente cristão puro – sem liga com negro, mouro, judeu ou quaisquer outras ‘infectas naçoens’.”⁸¹

Laura Mello e Souza corrobora a interpretação de Sérgio Buarque sobre a formação social dos mineiros, mas ressalva que o aluvionismo foi mais intenso no início da exploração do ouro. Quando a Metrópole iniciou a cooptação dos mineiros em seus quadros administrativos e os mais abonados social e economicamente passaram a se organizar em ordens terceiras, surgiu um “desejo de distinção” e, então, esse aluvionismo foi assim diminuindo e dando origem a um comportamento mais elitista. A sociedade que se originou aluvional vai, aos poucos, reforçando e mostrando suas diferenças. A autora sintetizou assim a questão das origens nas Minas:

“Os linhagistas da segunda metade do século XVIII – Borges de Macedo, Jaboaão, Pedro Taques – puderam construir genealogias para Pernambuco, para a Bahia e mesmo para São Paulo, nas quais mitificam as origens mamelucas dos paulistas com ficções bem-urdidadas. Em Minas os ralos esforços de inventar tradições se fizeram por meio de presumíveis origens paulistas, como no caso de Cláudio Manuel da Costa. Minas não reclamou foros de nobreza ou fidalguia porque sua sociedade, quando assentou, já trazia

⁸¹ NAVA, Pedro – *Baú de ossos*. Rio, José Olympio, 1974, pág. 104.

*traços inequívocos de uma outra ordem, em que as divisões eram de classe e se fundavam, portanto, no dinheiro.”*⁸²

Esses mineiros, assim formados em sua estrutura social, compunham um grande contingente habitacional já nas primeiras décadas do século XIX. Mas quantos habitantes possuía a província de Minas Gerais dentro dos marcos cronológicos da pesquisa?

O primeiro obstáculo para a elaboração desta visão panorâmica sobre Minas na fase provincial está em quantificar a população nas primeiras décadas do século XIX, já que era distribuída de maneira desigual com algumas áreas densamente ocupadas, e outras com baixa densidade demográfica como era o caso da Comarca do Serro do Frio resultado das leis severas que regulamentavam a exploração dos diamantes⁸³. Para efeitos comparativos, Kenneth Maxwell indica que, em 1786, a capitania mineira contava com 188.212 habitantes e mais 174.135 escravos, ou seja, o número de livres quase se igualava ao de cativos. É sempre bom ressaltar o cuidado que se deve ter ao lidar com esses dados.

Eschwege criticou, em suas andanças por Minas entre os anos de 1811 e 1817, a administração pública e seus métodos de levantamento do número de habitantes e como era arriscado contar com dados como se eles fossem exatos:

*“Não obstante as muito repetidas Ordens, e inssinuações dos Governadores para se formarem todos os annos e com toda exactidão os Mappas da população, não tem sido possível sua realização e nunca a será enquanto não se empregar certas pessoas para este effeito, tirando as Listas de População dos Livros de Assentos dos Parochos.”*⁸⁴

⁸² SOUZA, Laura de Mello e – *O sol e a sombra. Política e administração na América portuguesa do século XVIII*. S. Paulo, Cia das Letras, 2006, pág. 180.

⁸³ Kenneth Maxwell investigou a população da capitania mineira nas últimas décadas do século XVIII. Ver em *A devassa da devassa*. S. Paulo, Paz e Terra, 1995, págs. 109 e 110. Da mesma forma Francisco Vidal Luna e Iraci Del Nero em *Minas colonial: economia e sociedade*. S. Paulo, Pioneira, 1982.

⁸⁴ ESCHWEGE, Wilhelm Von – Notícias e reflexões estadísticas da Província de Minas Gerais. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. B. Horizonte, Imprensa Oficial, 1899, vol. 4, pág. 743

Já na década de 1830, o governo regencial se viu forçado a tomar medidas para controlar o funcionamento da máquina político-administrativa. Eleger deputados e juizes de paz, recrutar soldados e cobrar impostos seriam tarefas impossíveis de ser executadas se não fosse concretizado um recenseamento, objetivando quantificar e qualificar a população que vivia em Minas Gerais e saber exatamente o número dos distritos existentes na província. Para isso, a Regência decretou no ano de 1832 que se fizessem os mapas populacionais de cada distrito, tarefa delegada aos juizes de paz.

Segundo investigações realizadas por Maria do Carmo Salazar Martins⁸⁵ sobre o fato, não foi encontrado o texto do decreto de 17 de julho de 1832, embora os mapas populacionais façam constantemente menção a ele. O processo demorou até 1835, e mesmo assim, vários juizes de paz não entregaram os mapas.

Em dezembro de 1832, no relatório anual o presidente da província de Minas Gerais, Manoel Ignácio de Mello e Souza, queixa-se da má vontade dos juizes e justifica o possível crescimento populacional:

*“Muito dezejava, Srs., poder apresentar o mais aproximado mapa da população da Província; mas à falta dos precisos dados, que antecipada e repetidamente se exigirão dos Juizes de Paz (os quais alguns têm sido omissos) vejo-me na mesma impossibilidade que no anno transacto; estou, porém, convencido de que a população se há augmentado, assim pelo estado de quietude pública de que temos gozado, como pela bondade do clima e fertilidade do Solo.”*⁸⁶

⁸⁵ MARTINS, Maria do Carmo Salazar – Revisitando a província: comarca, termos, distritos e população de Minas Gerais em 1833-35. In: *Revista V Seminário sobre Economia Mineira*. B. Horizonte, UFMG, 1990, págs. 13 a 29.

⁸⁶ HEMEROTECA DE MINAS GERAIS: *O Universal*, 05 de dezembro de 1832, pág. 2.

Outro trabalho focado na tentativa de quantificar os habitantes das Minas foi elaborado por Clotilde Andrade Paiva,⁸⁷ que alerta sobre as dificuldades em estabelecer dados precisos sobre a população nas primeiras décadas do oitocentos:

*“O século XIX mineiro é pobre em estatísticas populacionais sustentadas em bases sólidas. Os historiadores que se apóiam nos valores publicados para elaborar suas análises devem, portanto, se cercar de cautela.”*⁸⁸

Ficaram, portanto, dados que requerem cuidados ao serem aplicados. No entanto, por mais díspares que sejam as informações extraídas das fontes existentes, os números devem, pelo menos, indicar aproximadamente a quantidade dos habitantes de Minas Gerais.

Tabela I

Minas Gerais: população livre e escrava

	População livre	População escrava	Total
1823	425.000	215.000	640.000
1835	416.315	208.302	624.617
1855	984.392	317.760	1.302.152

Fontes: 1823: Oliveira Vianna: Resumo histórico dos inquéritos censitários realizados no Brasil, págs. 404 a 414, citado por Stanley Stein: Vassouras. Um município brasileiro do café, pág. 342.

1835: Maria do Carmo Salazar Martins: Revisitando a província: comarcas, termos, distritos e população de Minas Gerais, pág. 18.

1855: Roberto Borges Martins: Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez, pág. 101.

Na tabela acima temos uma discrepância nos números entre 1823 e 1835, indicando uma retração significativa da população no período. Como não se tem registro de retração populacional na província mineira, ficam patentes nos dados acima as incorreções como consequência de censos mal feitos como já denunciava Eschwege no início do oitocentos.

⁸⁷ **PAIVA**, Clotilde Andrade – *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. S. Paulo, USP, 1996. Tese de Doutorado

⁸⁸ Idem, pág. 14

Para todos os efeitos, porém, penso ser mais fidedignos os números do ano de 1835, resultado da contagem das listas nominativas. Maria do Carmo Martins enfatiza a preocupação do governo regencial e provincial em quantificar a população para um maior controle das funções da máquina burocrática, porque: “[...] *nem as diversas autoridades que assumiram a Presidência da província durante a década de 1830, nem mesmo seus funcionários, pareciam conhecer a complexa rede de povoamento mineiro e muito menos o tamanho de sua população.*”⁸⁹

O que pode ser comprovado pela fala do presidente Antonio Paulino Limpo de Abreu em 1º de dezembro de 1833 perante o Conselho Geral da Província:

[...] apenas posso submeter a vossa sábia consideração mappas parciaes que tenho recebido de diversos Districtos. Por elles poder-se-há computar a população da Província entre oitocentos e um milhão de habitantes, havendo até a idade de 15 annos 173.450 pessoas livres e 120.000 desta idade até os 30 annos. Este calculo, posto que incompleto e mesquinho, pode desde já fornecer-vos esclarecimentos úteis, e preciosos, que iluminem tanto as vossas observações.”⁹⁰

Nesse período de 1833/35, Minas Gerais contaria com uma população de 624. 617 almas; deste total 33,3% eram de escravos⁹¹. Em 1855 a população mineira passou para 1.302.152 habitantes. Desse total, 317.760, ou 24,4%, perfaziam o contingente escravo da província. Refinando os números, a zona da Mata contava na mesma época com 95.279 habitantes livres e 61.502 escravos: 36,4% dos habitantes eram, portanto, de cativos⁹². A zona da Mata em sua totalidade possuía, então, o maior número de escravos por habitante de toda a província mineira.

⁸⁹ MARTINS, Maria do Carmo Salazar, op. cit., pág. 14.

⁹⁰ RAPM, versão digitalizada, CD 03, pasta 17, págs. 129/30

⁹¹ MARTINS, Maria do Carmo S., op. cit, pág. 29

⁹² MARTINS, Roberto Borges – Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez – In:

SZMRECSÁNYI, Tamás e LAPA, José Roberto do Amaral (orgs.) - *História econômica da independência e do império*. S. Paulo, EDUSP/Imprensa Oficial, 2002, pág. 101.

Tabela II**Minas Gerais: população em 1855, por regiões**

Regiões	Livres	%	Escravos	%	Escravos/total %
Metalúrgica/Mantiqueira	240.426	24,4	80.934	25,5	25,2
Mata	95.279	9,7	61.502	19,4	39,2
Sul	185.306	18,8	76.085	23,9	29,1
Oeste	100.544	10,2	33.739	10,6	25,1
Triângulo	24.835	2,5	8.804	2,8	26,1
Alto Paranaíba	45.431	4,6	10.486	3,3	18,7
São Francisco - Montes Claros	85.934	8,7	7.815	2,5	8,3
Jequitinhonha-Mucuri-Doce	177.900	18,1	35.352	11,1	16,6
Paracatu	28.737	2,9	3.043	0,9	9,6
Minas Gerais	984.392	100,0	317.760	100,0	24,4

Fonte: Roberto Borges Martins: Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez, pág. 101

Em 1835, Ponte Nova possuía 3 285 habitantes e 1 472 escravos; Viçosa tinha 1 484 habitantes e 591 escravos; Arripiados com 1 429 habitantes e 663 escravos: Barra do Bacalhau com 1 561 habitantes e 1 284 escravos e Barra Longa com 1 387 livres e 924 escravos. Reafirma-se, entretanto, a precariedade desse primeiro censo⁹³.

Nenhuma das estatísticas revela o contingente indígena da província mineira. Como são desconhecidos levantamentos sobre o número de índios nas primeiras décadas do oitocentos, qualquer projeção sobre sua população será mera especulação. O que se sabe é que a população indígena era motivo de preocupação para as autoridades. São inúmeros os relatórios dos “diretores de índios” aos presidentes da província sobre a situação das tribos.

⁹³ **MARTINS**, Maria do Carmo Salazar Martins, op. cit., pág. 21.

Um ofício do diretor dos índios do Jequitinhonha ao presidente da província em 1824 pedia que se providenciassem os seguintes itens para o aldeamento “50 camizas de homem, 50 camizas de mulher, 50 calças, 50 saias, 12 lenços, 12 tizoras, 12 massos de misangas, 200 anzoas, 12 espelhos, 12 colheres de metal.”⁹⁴ Na lista em questão é digno de nota o tratamento dos índios pelas autoridades e a concepção de “cuidar” bem com o oferecimento de roupas para tapar “as vergonhas”, miçangas e espelhos na tentativa de torná-los mais dóceis.

No relatório anual do presidente da província, em dezembro 1832, o discurso de Manoel Ignácio Mello e Souza sobre os índios é emblemático de como os mandatários lidavam com a população indígena:

“Fallando sobre o Rio Doce, Snrs., é apropriado dizer-vos que a civilização dos Índios que habitão as suas margens e as mattas adjacentes ao litoral vagamente progride, se porém no Districto de Minas Novas , algumas correria fizeram, logo retrocederão. [...] Em mais districtos os índios não tem comettido atrocidade alguma, mas disto não se conclui que sejam desnecessárias as Guardas: elles são todos muito desconfiados, e vingativos não reconhecem o direito de propriedade; e não duvidão de apossar-se de genereos de cultura produzidos por trabalhos dos colonos.

Qualquer resistência destes e mesmo cautellas são motivos promptos para o mal e commetterem assassínios, seguindo-se o terror dos cultivadores e o abandono das Fazendas. Uma triste experiência tem se verificado mais de uma vez este facto e se os Quartéis postados em diversos pontos forem desamparados, em breve os selvagens voltam

⁹⁴ RAPM, versão digitalizada, CD 02, pasta 10, pág. 474. Neste mesmo número a Revista traz uma curiosidade: uma espécie de gramática da “língua botecuda” elaborada pelo sertanista Guido Marlière, onde ele tenta estruturar a linguagem dos índios botocudos de acordo com a gramática latina.

*aos subúrbios das nossas povoações como fizeram em 1807.”*⁹⁵

O presidente da província se referia a um ataque perpetrado pelos índios botocudos ao povoado de Barra Longa, em 1807, que deixou mortos e feridos de ambos os lados e açodou mais ainda a fama da crueldade dessa tribo. A luta ficou no imaginário popular como um glorioso embate entre “civilizados” e os “índios bárbaros”, notadamente os ferozes botocudos

Na Zona da Mata norte habitavam as tribos de coroados, os “famigerados” botocudos, puris e caetés. Segundo Paulo Mercadante, essas populações foram empurradas do litoral para o interior à medida que os portugueses colonizavam e ocupavam suas terras⁹⁶.

No ano da chegada da família real portuguesa, em 1808, o território da capitania mineira não possuía fronteiras definidas – como também o território da América Portuguesa – o que acabava por gerar toda sorte de imprecisões. Para se ter uma idéia, até 1827 Minas fazia divisa com a província de Pernambuco⁹⁷ por causa da Comarca (pernambucana) do Rio São Francisco (que abrangia sua margem esquerda). Somente nessa data a comarca foi incorporada à província da Bahia. O Triângulo Mineiro só passaria a integrar o território em 1816, desmembrado da capitania de Goiás.

Até 1808, Minas contava com apenas uma cidade – Mariana – e quinze vilas distribuídas por quatro comarcas: Vila Rica, Rio das Velhas, Rio das Mortes e Serro do Frio; as vilas eram Vila Rica, Sabará, São João Del Rei, Serro, Caeté, Pitangui, São José Del Rei (atual cidade de Tiradentes), Minas Novas, Itapecerica, Barbacena, Queluz (atual Conselheiro Lafaiete), Campanha, Paracatu, Jacui e Baependi (essas ultimas só se tornaram vilas em 1814). Não há estatísticas para o número de arraiais nessa época em Minas Gerais.

⁹⁵ Idem, CD 03, pasta 17, pág. 118.

⁹⁶ MERCADANTE, Paulo – *Os Sertões do Leste. Estudo de uma região: a Mata mineira*. Rio, Zahar, 1973, pág. 28.

⁹⁷ Por decreto imperial de 1824 a província de Pernambuco foi anexada à Comarca de São Francisco, pertencendo, portanto, a Minas Gerais até 1827 quando o deputado Bernardo Pereira de Vasconcellos apresentou projeto, que foi aprovado, onde desanexava a Comarca de S. Francisco e a incorporava a província da Bahia.

Os léxicos definidores das localidades mineiras eram sempre confusos em se tratando das divisões administrativas.⁹⁸

Mapa II

Fonte: Cedeplar/UFGM

A Zona da Mata norte localizava-se parte na comarca de Ouro Preto, parte na comarca de Piracicaba (ou Piracicava) e parte na comarca de Paraibuna.

Desde a chegada do Regente português ao Brasil seriam criadas mais 14 comarcas até 1855; no ano de 1858 mais duas, trazendo os habituais transtornos dos remanejamentos de freguesias e cidades, ora pertencendo a uma comarca, ora a outra recém criada. Em 1876, o número de comarcas dentro da província chegava a 76.

⁹⁸ Sobre as divisões administrativas e o papel exercido pelos padres seculares na administração ver: **MATA**, Sérgio da – *Chão de Deus. Catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil. Séculos XVIII e XIX*. Berlim, Wiss. Verl., 2002, pág. 45.

FONSECA, Cláudia Damasceno – *Des terres aux Villes de l'or. Pouvoirs et territoires urbains au Minas Gerais (Brésil, XVIII siècle)*. Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2003, pág. 81

A vila de Santa Rita do Turvo (Viçosa), por exemplo, pertenceu a várias comarcas durante os anos de 1831 a 1859; há inventários com Santa Rita na Comarca de Mariana, de Parahybuna e de Muriaeh. Ora ela foi vila e capela, ora distrito e freguesia. Todas essas inexatidões e complicações administrativas se arrastarão pelo período provincial gerando toda a sorte de problemas e, muitas vezes, benefícios para os arranjos políticos em épocas de eleições.

“A verdade é que Minas conheceu, durante a primeira metade do século XIX, uma política administrativa dinâmica (para não dizer confusa), em que as divisões política, administrativa, judiciária e eclesiástica se sobrepunham, fazendo com que distritos, vilas e comarcas fossem constantemente desmembrados, reagrupados, suprimidos e reinstalados.”⁹⁹

Dentro das balizas cronológicas da pesquisa, Minas se beneficiava com os resultados das políticas de D. João VI para facilitar e agilizar o escoamento de produtos para o abastecimento da Corte. Várias vias¹⁰⁰ foram abertas através da Capitania em direção ao Rio de Janeiro. Além das estradas que ligavam Minas a São Paulo e Bahia, o Caminho Novo iniciado por Garcia Paes no início do século XVIII unia a região das minas com o Rio de Janeiro. Até o início do XIX para ir do Rio a Minas era preciso chegar até Parati pelo mar seguindo por terra serra acima (região de Petrópolis) de onde descia para Minas. Uma variante foi aberta nos primeiros anos do XIX com o intuito de agilizar as viagens. Essa nova rota não passava mais por Parati, eliminando, assim, o percurso marítimo. Entrava por Iguaçu, indo até Valença para, então, adentrar Minas. Em 1811 abre-se outra via totalmente por terra, de Minas até Campos de Goitacazes, muito usada para levar as boiadas para serem vendidas na Corte. Outra rota importante foi aberta nessa época para ligar a Capitania mineira ao Espírito Santo, passando pela bacia do rio Doce. Essa estrada

⁹⁹ FONSECA, Cláudia Damasceno, op. cit. pág.16.

¹⁰⁰ Essas rotas do Rio de Janeiro para Minas foram detalhadamente descritas por ANTONIL, op. cit. pág. 288 e LENHARO, Alcir – *As tropas da moderação*. S. Paulo, Símbolo, 1979, págs. 57 a 64.

saía de Vitória e “seguindo uma direção oeste, cortava os rios Guandu, Manhuaçu, Casca, e por Ponte Nova alcançava Mariana e Vila Rica.”¹⁰¹

Alcir Lenharo descreve muito bem o roteiro das outras vias que davam na região da Comarca do Rio das Mortes, onde o comércio conheceu grande atividade durante o período joanino e o Primeiro Reinado.¹⁰²

No período que nos interessa, desciam por essas estradas em direção ao Rio de Janeiro vários produtos para o abastecimento não só da Corte, mas também de outras áreas da província fluminense, notadamente aquelas que estavam agora voltadas para a produção intensiva do café e que careciam dos gêneros produzidos na província mineira. Na volta as tropas subiam com artigos importados e mercadorias não encontradas na Província.

Da Comarca do Rio das Velhas e do Serro desciam em direção à Corte gado em pé, algodão em rama, pedras preciosas e fumo. Da Comarca do Rio das Mortes¹⁰³ também descia gado em pé, porcos, galinhas, queijos, toucinhos, fumo (ou tabaco), açúcar, rapadura, aguardente, algodão em rama, tecidos grosseiros e cereais diversos. A Comarca de Ouro Preto fornecia ainda ouro, ferro, toucinho, açúcar, doces, rapadura e aguardente.¹⁰⁴ O povoado de São Bartolomeu, próximo a Vila Rica, era um grande produtor de doces em pasta e compotas exportados para o Rio de Janeiro. E foi com admiração que o comerciante inglês John Luccok, que esteve no local, observou sobre a fabricação dos doces:

*“Se alguém estiver disposto a sorrir de um comércio de compotas, deverá esse lembrar-se de quão grande é a falta de emprego generalizada por este país e de que por esse meio há frutas, açúcar, lenha e trabalho que se tornam úteis.”*¹⁰⁵

¹⁰¹ PRADO JR., Caio – *Formação do Brasil contemporâneo*. S. Paulo, Brasiliense, 1973, pág. 247.

¹⁰² LENHARO, Alcir, op. cit.

¹⁰³ Sobre o intenso comércio na Comarca do rio das Mortes e, em particular, na cidade de São João Del Rei ver: GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro – *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais (1831-1888)*. S. Paulo, Annablume, 2002.

¹⁰⁴ IGLÉSIAS, Francisco – Minas Gerais. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de – *Historia Geral da Civilização Brasileira*, tomo II, vol. 2. S. Paulo, Difel, 1964 e CHAVES, Cláudia Maria das Graças – *Perfeitos negociantes. Mercadores das minas setecentistas*. S. Paulo, Annablume, 1999.

¹⁰⁵ LUCCOK, John – *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil (1808-1818)*. B. Horizonte, Itatiaia/ S. Paulo, EDUSP, 1975, pág. 337.

Vila Rica, no início do século XIX, era local de intensa vida comercial, uma espécie de entreposto. Para lá se dirigiam as tropas vindas dos arredores, carregadas de produtos da terra para serem vendidos ou enviados para outras localidades. Quando as tropas retornavam a seus locais de origem, transportavam aqueles gêneros encomendados pelos fazendeiros ou mesmo para o abastecimento dos pequenos empórios e vendas dos arraiais.

Toda essa movimentação do comércio de Vila Rica foi observada por Spix e Martius quando por lá passaram em suas viagens pelo interior da Província, em 1818:

*“Entre todas as cidades do interior do Brasil, nenhuma é tão animada como Vila Rica. Daqui partem estradas para São Paulo, passando por São João Del Rei; por Minas Novas, para a Bahia [...] porém, nenhuma é tão movimentada, com o vaivém de tropas, como a estrada que leva ao Rio de Janeiro, sede do governo, distante setenta léguas. Quase toda as semanas, ou cada mês do ano, seguem grandes caravanas carregadas com os produtos da região: algodão, couros, marmelada, queijos, pedras preciosas, barras de ouro, etc. O comércio com o mais longínquo sertão que vai até Goiás e Mato Grosso, não é tão extenso de fato como o de São Paulo e Bahia; entretanto, expande-se além do Rio São Francisco, quase que por toda a capitania, e abastece-a não só com mercadorias européias adquiridas no Rio de Janeiro, mas também, com os produtos das imediações como, por exemplo, os aqui fabricados: artigos de ferro, chapéus de feltro, louça de barro, queijo, milho, feijão, marmelada, carne de porco e toicinho: este é empregado em vez de manteiga e banha, e constitui grande artigo de comércio da província.”*¹⁰⁶

¹⁰⁶ SPIX, Johann Baptist e MARTIUS, Carl Friedrich, op. cit., págs. 205 e 206.

A menção dos viajantes austríacos aos artigos de ferro é confirmada pela existência de fundições já em pleno funcionamento naquela época. A fundição do ferro teve início com os esforços do Intendente Câmara (Manuel Ferreira Câmara) que, em 1808, pôe a funcionar a primeira fábrica de ferro na Comarca do Serro Frio. Logo a seguir, em 1812, o Barão Eschwege e o Conde de Palma inauguraram em Congonhas do Campo (Comarca de Ouro Preto) a Fábrica Patriótica. Todas essas iniciativas são conseqüências da política de incentivos para a siderurgia incrementada por D. João. Nesse mesmo período, chega a Minas o engenheiro francês Jean de Monlevade que, com sua pertinácia e competência, daria um grande impulso à indústria siderúrgica em Minas Gerais.

Os ingleses não tardaram a investir com tecnologia e muito capital na exploração do ouro. Eles utilizavam técnicas de extração subterrânea que foram pela primeira vez usadas no Brasil. A primeira empresa a chegar, em 1824, foi a *Imperial Brazilian Mining Association* que explorou várias minas, inclusive a maior delas que foi a do Gongo Soco. No ano de 1830 se instalou a *St. John d'El Rey Mining Company*. Essa empresa seria a primeira responsável pela extração na mina de Morro Velho que está em atividade até os dias atuais. Outras firmas inglesas se instalaram, no correr dos anos, na Província mineira. Essas empresas utilizavam grandes contingentes de mão de obra escrava, tanto de posse própria como de negros alugados de proprietários das regiões onde atuava. “A *Saint John*, em 1865, empregava cerca de 1700 escravos, a grande maioria deles alugada.”¹⁰⁷

Alguns dos dados mais importantes sobre a movimentação do comércio mineiro devem ser creditados ao agudo senso de observação do nobre alemão, Barão Wilhelm Ludwig Von Eschwege (1777-1850). Geógrafo, geólogo e especialista em metalurgia, melhor definindo, um generalista que dominava vários campos do conhecimento, ele veio a chamado de D. João VI – já trabalhara anteriormente em Portugal – e foi o primeiro a notar a existência de manganês no solo mineiro. Chamá-lo de viajante seria simplificar muito tudo que ele era e o que escreveu sobre o Brasil. Observador atento das imensas possibilidades do território mineiro e, muitas vezes, um crítico ácido e impaciente do pouco aproveitamento que faziam de suas riquezas e do desinteresse que observava nos

¹⁰⁷ LIBBY, Douglas Cole e GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro – *A economia do Império brasileiro*. S. Paulo, Atual, 2004, pág. 22.

habitantes, Eschwege escreveu várias obras sobre mineralogia. Como bem notou Douglas Libby: “

*“Eschwege não conseguia se livrar de suas origens nem de uma visão de mundo que enxergava algo de incerto ou errado em quase tudo que distanciasse das práticas e dos hábitos europeus. É bem verdade que a índole e a fleuma teutônicas de Eschwege nunca lhe permitiram superar sua irritação com o jeito e jeitinho brasileiros, menos ainda seu desdém por tudo que era manchado por origens africanas – os negros e seus costumes e, em especial, os mulatos e sua falta de indústria.”*¹⁰⁸

Em outras palavras: preconceituoso e intolerante, mas fascinado pelos indígenas e seus costumes, tendo viajado por várias regiões de Minas para observá-los. Malgrado todas essas falhas, o Barão deixou preciosos registros de suas observações sobre a topografia, clima, frutas e legumes da terra, potencialidades mineralógicas, o movimento do comércio mineiro. Em suas anotações se encontra até uma curiosa tabela da distribuição de chuvas durante os anos de 1818 a 1820 em Vila Rica e seus arredores.¹⁰⁹

Seu registro sobre exportações e importações do ano de 1818/19 constitui uma fonte importante usada por aqueles que desejam estudar a economia mineira, embora os dados colhidos pelo Barão devam ser utilizados com o devido cuidado, levando-se em conta variáveis que poderiam interferir na soma final: sonegações, contrabandos, as limitações inerentes à época, mas servem como referências e indicadores dos principais itens comprados pela província e dos bens por ela produzidos.

No mapa das importações observa-se que a grande maioria de bens que entravam na capitania vinha do registro de Matias Barbosa e do Rio Preto, ou seja, do Rio de Janeiro e do porto de Parati; depois deles, bem distante em números, o registro de Itajubá no sul de

¹⁰⁸ **LIBBY**, Douglas Cole – Eschwege e os primeiros anos no Brasil. In: *Jornal do Brasil 1811-1817 ou Relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas por Wilhelm Ludwig Von Eschwege*. B. Horizonte, Fundação João Pinheiro, 2002, pág. 19.

¹⁰⁹ **ESCHWEGE**, Wilhelm Von, op. cit., pág. 740.

Minas, demonstrando que São Paulo também desempenhava um importante papel como produtor e exportador de mercadorias para o território mineiro; atenção igualmente para a grande quantidade de metais importados, reforçando a informação de que, na província, a indústria siderúrgica ainda engatinhava e a demanda pelos metais era significativa.

Nota-se também o volume de “letria e maçãs” que se consumia em Minas, o que quer dizer macarrão. Frieiro afirmava que o consumo do macarrão “só entrou habitualmente na cozinha dos lares mineiros depois de iniciado o século XX, com a fábrica de pastas alimentícias fundadas por imigrantes italianos, os quais começaram a entrar no país depois de 1871.”¹¹⁰ Temos aqui a comprovação de que, desde o começo do século XIX, os mineiros já incluíam as massas em seu cardápio. Outra curiosidade é o consumo de passas e figos secos e do peixe seco que era bem provavelmente o bacalhau. Vindo de Portugal esse peixe se tornou *pièce de résistance* da alimentação dos mineiros no século XIX e XX. Pelo seu preço baixo, era consumido por todos, inclusive em algumas senzalas mais privilegiadas.

Sobre as exportações, segundo Eschwege, fica evidente a grande quantidade de queijos vendida por Minas no período 1818/19: mais de um milhão de unidades. O café ainda era uma cultura tímida, ultrapassada em muito pelo açúcar e algodão, este liderando as exportações. A ipecacuanha, planta medicinal muito procurada, era também um item considerável de exportação como já assinalado anteriormente. Igualmente a marmelada que aqui se refere à designação genérica de doces em pastas que podiam ser a própria marmelada, goiabada ou bananada. A pequena vila de São Bartolomeu, próxima a Ouro Preto, ficou famosa pelo grande volume de doces que produzia. E, a confiar nas informações do Barão, o grande consumidor dos bens exportados por Minas Gerais era, sem dúvida, o Rio de Janeiro.

É bom notar que toda essa atividade mercantil fazia parte também das transformações profundas e estruturais ocorridas no Brasil num momento muito especial. O colapso do Antigo Sistema Colonial, a vinda da família real portuguesa e a abertura dos portos incrementaram o desenvolvimento das atividades produtivas e comerciais. A província mineira desempenhou um papel dos mais importantes em todas essas transformações ocorridas nas primeiras décadas do século XIX. Um dos reflexos de todas

¹¹⁰ **FRIEIRO**, Eduardo – *Feijão, angu e couve*. S. Paulo, EDUSP, B. Horizonte, Itatiaia, 1982, pág. 171.

essas mudanças foi o surgimento da imprensa que, até a chegada de D. João, era proibida na América Portuguesa.

Mappa de Importação do mês de Julho de 1818 até o fim de Junho de 1819 para a Capitania de Minas Geraes

[illegible]

Mapa da Exportação do mez de Julho de 1818 até o fim de Junho de 1819 da Capitania de Minas Geraes																		
Registros nos Limites da Capitania		Caminho Novo ou Mathias Barbosa	Rio Preto	Presidio do Rio Preto	Porto da Cunha	Barra do Pomba	Mantiqueira	Jaguari	Campanha de Toledo	Itajubá	Sapucahi mirim	Malhada	Rio Pardo	Santa Anna do Rio das Velhas	Soma de cada hum dos artigos	Preço dos mesmos Artigos	Somma total da importancia dos mesmos	
Numeros	Mantas de algodão.....	1.712	551	257	*	*	*	*	*	*	*	3.384	5.757	*	*	600	6.996.600	
	Queijos.....	161.765	246.157	78.785	1.400	10.100	2.650	376.100	50.450	10.100	21.000	*	*	1.100	11.961	100	105.960.700	
	Gado Vacum.....	1.624	13.999	27.381	55	2.192	803	104	189	3.750	803	850	7.707	432	62.106	4.000	248.424.000	
	Carneiros e cabras.....	329	2.471	5.543	*	*	2.220	*	510	206	*	*	10.000	94	9.153	1.000	9.153.000	
	Cavallos.....	144	64	330	*	*	*	*	*	*	*	488	2.031	30.570.000	3.057	10.000	30.570.000	
	Basilas.....	4	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	3.629	3.625	25.000	25.000	90.725.000	
	Porcos.....	1.367	14.764	16.077	76	1.493	1.806	143	53	3.479	911	*	*	*	40.169	3.000	120.507.000	
	Galinhas.....	38.643	28.281	10.877	2.750	90	8.450	970	93	17.900	7.200	*	*	*	114.654	150	17.198.100	
	Patos.....	*	*	190	*	*	*	*	*	*	*	*	212	90	600	877	150	28.50
	Couros de boi.....	*	591	81	*	*	*	*	*	*	*	*	90	600	877	600	526.200	
Arrobas	Couros de Veados.....	*	131	46	400	*	*	*	*	*	*	*	*	174.000	300	300	174.000	
	Sellas.....	*	127	31	*	*	*	*	*	*	*	*	*	161	4.000	4.000	644.000	
	Chapeos de lã.....	*	42	26	*	*	*	*	*	*	*	*	*	133.000	68	2.000	133.000	
	Facas.....	*	30	30	*	*	*	*	*	*	*	30	300	300	30	300	9.000	
	Gamelas.....	*	20	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	12.000	600	600	12.000	
	Algodão em ramas.....	67.413	10.429	1.398	120	*	2.310	*	*	*	*	2.428	7.839	69	91.904	4.000	357.976.000	
	Assucar.....	12.699	117	997	72	*	20	*	*	*	*	8.842	110	22.944	22.944	4.000	45.698.000	
	Café.....	9.226	42	258	151	*	*	*	*	*	*	32	110	9.739	3.000	3.000	29.217.000	
	Toucinho, e carne salgada.....	69.445	50.962	20.157	1/2	512	*	52	780	1.371	1.341	1.325	1.885	50	145.478	2.000	290.957.000	
	Farinha de Trigo.....	10.471	36	40	1/2	*	228	*	*	*	1.130	1.37	*	10.107.000	3.369	3.000	10.107.000	
Alqueires	Marmelada.....	1.232	260	24	*	*	*	*	*	*	*	137	*	11.133	1/2	1.000	11.136.400	
	Salitre.....	215	*	183	*	98	41.386	616	293	11.128	258	*	100	398	1/2	19.200	7.651.200	
	Epicacuanha.....	*	4.570	192	1/2	*	*	*	*	*	*	*	100	58.647	1/2	1.200	70.377.000	
	Tabaco, ou Fumo.....	*	1	3	*	*	*	*	*	*	*	*	*	3	1	1.290	3.84	
	Pimenta.....	*	*	1	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	
	Cara da Terra.....	87 1/2	*	16 1/2	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	18 1/2	128.000	2.968.000	
	Amestiza.....	*	*	18 1/2	*	*	*	*	*	*	*	4.267	*	4.207	600	600	2.968.000	
	Farinha de Mandioca.....	*	*	*	*	*	*	40	*	*	*	433	*	320	12.800	320	12.800	
	Farinha de Milho.....	*	*	*	*	*	*	396	*	*	120	276	*	600	433	129.900	129.900	
	Barris	Felijo.....	*	*	*	*	*	*	*	*	*	1.000	70	*	70	396	600	227.000
Aroz.....		*	*	*	*	*	*	*	*	*	1.000	70	*	70	396	600	227.000	
Carne de Porco.....		9	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	9	5	6.000	54.000	
Pardes.....		*	*	5 1/2	*	*	*	*	*	*	*	*	*	26	31.000	1.200	31.000	
Azeite de manna.....		5	12	9	*	*	*	*	*	*	*	242	*	67	302	660	181.200	
Aguardente de Canã.....		*	*	60	*	*	*	*	*	*	*	67	*	5.000	67	5.000	335.000	
Tabaco.....		*	*	72	*	*	*	*	*	*	*	72	*	1.000	72.000	1.000	72.000	
Xcofe.....		*	*	35	*	*	*	*	*	*	*	*	*	35	35.000	1.000	35.000	
Paras de Estitbos.....		*	*	50.702	350	2.700	50.000	*	*	*	*	2.000	50.160	1.430	1.242.543	150	183.381.453	
Algodão em pano. . Varas.....		973.345	111.855	16.120	*	2.700	50.000	*	*	*	*	2.000	50.160	1.430	1.242.543	150	183.381.453	
Provincias para onde se exportarão os Geraes	Toalhas com Guardanapos.....	*	*	50.120	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	16 120	9.000	144.000	
	Solles.....	18.017	433	34	*	*	*	*	*	*	*	124	*	*	18.623	600	14.175.600	
	P/ o Rio de Janeiro	Para o Rio de Janeiro	Para o Rio de Janeiro	Para o Rio de Janeiro	Para o Rio de Janeiro	Para o Rio de Janeiro	Para o Rio de Janeiro	Para Sam Paulo	*	*	*	P/ a Bahia e Pernambuco. 2° 3° 4° trim. de 1818, 1° trim. de 1819	Para a Bahia e R. de Janeiro 1° e 2° trim. de 1819	Para S. Paulo e R. de Janeiro 1° e 2° trim. de 1819	*	1.673.477.190		
	Agosto 1818	de Janeiro	de Janeiro	de Janeiro	de Janeiro	de Janeiro	de Janeiro	1° do 1819				1° do 1819	1° do 1819					

Vários periódicos foram surgindo nos principais núcleos urbanos de Minas que teve, assim, uma imprensa ativa na primeira metade do XIX. Em Ouro Preto foi fundado o *Universal* que circulou de 1825 a 1842 e, até 1836, teve como mentor Bernardo Pereira de Vasconcellos. O jornal circulava três vezes por semana e servia também como órgão oficial publicando ofícios, decretos e avisos do governo provincial. Vasconcellos imprimiu sua marca no periódico através de artigos, cartas e reportagens onde atacava os “retrógrados” ou caramurus e defendia um projeto político liberal moderado. Mas a partir de 1836, quando Vasconcellos se alinhou com os chamados “regressistas”, o seu proprietário José Pedro Dias de Carvalho, advogando a causa liberal (por sinal um dos deputados provinciais mais votados no ano de 1837).¹¹¹, coordenou a linha editorial de *O Universal* que, na realidade, tinha como redator Joaquim Antão Fernandes Leão que também se elegerá deputado.

Um jornal que alimentou polêmica com os outros de tendência mais liberal foi *O Telégrafo*, que circulou em Ouro Preto de 1829 a 1831. Seu redator era José Gonçalves Côrtes e, segundo seus opositores, ele se mostraria afinado com os “absolutistas”. Na verdade, as evidências apontam que *O Telégrafo* servia aos objetivos do grupo em volta do presidente da província João José Lopes Mendes Ribeiro que serviu no cargo durante quase três anos (18/12/1827 a 22/04/1830) e amealhou várias inimizades entre os liberais moderados ligados a Bernardo Pereira de Vasconcellos, Manoel Ignácio de Mello e Souza e até a Teófilo Otoni que atacava os “telegráficos” do seu jornal no Serro.¹¹² Engrossando a lista dos jornais havia ainda *O Novo Argos* (circulou de 1829-1834); *A Gazeta de Minas* (1831) e o *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública* (1832-1834). A cidade de Mariana teve também seus periódicos sendo que o *Estrela Marianense* foi o que mais durou, de 1830 a 1832. Em São João Del Rei surgiu o *Astro de Minas* e no Serro, no final da década de 20, Teófilo Otoni funda o jornal *A Sentinela do Serro* de nítida inspiração nos ideais republicanos de Thomas Jefferson e que ficaria famoso pelos intensos ataques à

¹¹¹ VEIGA, J. P. Xavier da – A imprensa em Minas Gerais. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto, Ano III, 1887, anexo 8.2, s/p.

¹¹² Essas informações sobre o jornal *O Telégrafo* me foram transmitidas pelo historiador Claus Rodarte que pesquisa sobre o processo político mineiro na época da regência.

política de D. Pedro I. Através do jornal, Otoni se tornou um dos críticos mais ferrenhos e teve uma atuação de destaque no processo que levaria à abdicação do monarca.

A imprensa teve um papel fundamental no período estudado e funcionou como uma arma política e veículo para a propagação de idéias. Basta folhear alguns exemplares de *O Universal* para se ter a noção de como o jornal era usado para convencer os leitores a adotar o projeto liberal de Bernardo Pereira de Vasconcellos e seus pares. A este jornal e sua atuação nos anos decisivos da Regência, voltarei quando tratar da política provincial. Compartilho aqui da opinião de Marcos Morel que estudou a imprensa no período da Independência. Para ele, os jornais da época, além de funcionarem como veículo de prática política, têm outra dimensão normalmente atribuída aos livros: a de fonte histórica portadora de “conteúdos que formulem, de maneira mais consistente, idéias, tendências e projetos”.

*“Para melhor dimensionar o estudo histórico da imprensa na primeira metade do século XIX é instigante compreendê-la como um dos mecanismos de participação política, com sua própria especificidade e ritmos, mas interligada a outros mecanismos que transcendiam a palavra impressa, como: pertencimento às sociabilidades (institucionalizadas ou não), lutas eleitorais e parlamentares, exercício da coerção governamental, movimentação nas ruas, mobilização de expressivos contingentes da população, recursos à luta armada (por meio de motins, rebeliões, etc.) e, sobretudo, formas de transmissão oral e manuscrita tão marcantes nas sociedades daquela época.”*¹¹³

Na realidade, a imprensa brasileira, em seus primeiros anos de existência estava experimentando uma espécie de fascínio com a liberdade depois da supressão da censura prévia decretada por D. João VI, em 1821, em função de deliberações das Cortes em

¹¹³ MOREL, Marco – Independência no papel: a imprensa periódica. In. JANCÓS, István (org.) - *Independência: história e historiografia*. S. Paulo, Fapesp/Hucitec, 2005.

Lisboa. Durante o período que antecedeu a Independência, e mesmo depois, o Rio de Janeiro testemunhou o aparecimento de vários veículos, o que veio enriquecer o debate político. A cientista política Isabel Lustosa, que pesquisou a imprensa nesse período conturbado, notou:

*“O que tornou diferente, o que deu um toque novo e original ao debate político da Independência, obrigando a imprensa a adotar recursos da oralidade popular, foram o fim da censura e a democratização do prelo. A liberação da imprensa, em 1821, possibilitou a escritores e leitores brasileiros a abertura para uma multiplicidade de idéias e atitudes que lhes passaram a ser oferecidas todos os dias pelos jornais.”*¹¹⁴

Outro campo que necessita de pesquisas mais aprofundadas é o da instrução pública em Minas Gerais durante a primeira metade do XIX. É muito difícil se ter uma estatística precisa dos alfabetizados no recorte temporal desse trabalho pela exigüidade das fontes.¹¹⁵ Desde o século XVIII a escola nunca foi uma preocupação das autoridades coloniais, fato que refletiria na sociedade mineira do início do século XIX. E as poucas que existiam estavam a cargo de religiosos como o Seminário de Mariana e o Colégio do Caraça. Porém, Luiz Carlos Villalta observou que:

“Na sociedade colonial, malgrado a negligência das autoridades e o desinteresse social, a escola foi objeto de valorização, que se distribuiu de forma irregular pelos grupos sociais, concentrando-se entre os bem situados na ordem social e crescendo a partir do século XVIII. Na falta de escolas públicas, a instrução escolar veio se agasalhar no

¹¹⁴ LUSTOSA, Isabel – *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência*. S. Paulo. Cia das Letras, 2000, pág. 434. Da autora ver também: *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio, Zahar, 2003.

¹¹⁵ Segundo informação de Douglas Cole Libby nas listas nominativas de 1838/39 um dos itens pesquisados era sobre a alfabetização ou não dos habitantes, o que já é um alento para pesquisas sobre a instrução pública.

espaço privado, repousando em vínculos mais ou menos formais que ligavam um mestre aos aprendizes [...]. Sendo apanágio de poucos, perpassada por juízos estamentais, constituiu ao mesmo tempo, um elemento de reprodução da ordem social e de ostentação, integrando a civilidade das aparências do Antigo Regime.”¹¹⁶

As fontes sobre o oitocentos apontam que a instrução estava muito mais a cargo de particulares do que do governo, malgrado as várias resoluções que se tomam a partir de 1822. Nas páginas do jornal ouropretano *O Universal*, consta um sem números de professores particulares oferecendo seus préstimos, inclusive o Padre José Antonio Marinho, futuro deputado e partícipe ativo da Revolta Liberal de 1842. Em 1829, Dona Beatriz Francisca de Assis Brandão, no dia 12 de janeiro, anuncia nas páginas de *O Universal* que está aberto um colégio para educação das moças mineiras que, além das “prendas domésticas”, aprenderiam também italiano, francês, dança e música. No dia 25 de novembro de 1831, um professor de retórica, francês e filosofia publica uma lista com o nome dos alunos aprovados.¹¹⁷

Em dezembro de 1830, o presidente da província, Marechal José Manoel de Almeida, leu o relatório anual perante o Conselho Geral da Província. Na sua fala pude extrair algumas informações que podem ilustrar a situação da educação em Minas:

“A educação da mocidade tem tido um progresso, como consta da tabella nº 2 que será apresentada a este Conselho, pois contando-se no anno de 1826, 1.500 discípulos em sessenta e duas Escolas Públicas inclusive o Seminário de Marianna e o Caraça e 3.015 em 281 particulares, presentemente além dos ditos Seminários e do novo de Congonhas do Campo onde já existem 140 discípulos

¹¹⁶ VILLALTA, Luiz Carlos – O que se fala, o que se lê: língua, instrução e leitura. In. NOVAIS, Fernando A. (org.) – *História da vida privada no Brasil. Cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. Vol. 1. S. Paulo, Cia das Letras, 1997, pág. 383. Sobre a educação em Minas colonial ver: CARRATO, José Ferreira – *Igreja, Iluminismo e escolas mineiras coloniais*. S. Paulo, Cia Editora Nacional, 1968.

¹¹⁷ Hemeroteca de MG: *O Universal* do dia 12/01/1829, pág. 4 e do dia 25/11/1831, pág. 4.

achão-se creadas 126 Cadeiras, e provida 75, nas quaes apesar da falta de informações relativas a 19 já se contão 2.13 disciplinas. Ignorando-se o número dos que freqüentam Escolas particulares só consta que nos termos de Queluz, Campanha, Baependy e Sabará existião 673 em 41 de primeiras Lettras, e 41 em duas de Grammatica Latina, por aqui se collige quanto avança a concurrencia para a instrucção.”¹¹⁸

Seguindo sua fala, o presidente lamenta a ausência de escolas agrícolas por ser Minas uma província com imensas terras agricultáveis. Em que pese o otimismo de Almeida, a situação educacional não era das melhores e, num universo de quase meio milhão de habitantes, os números por ele declarados, ao longo de seu relatório não deixam de revelar a situação precária da educação na província de Minas Gerais na época.

Dentro das balizas cronológicas da pesquisa, Minas Gerais passaria – a partir, principalmente, da década de 50 – a produzir e exportar café em grande escala. Na verdade, esse grão já era produzido desde o início do século XIX em todas as grandes fazendas da zona da Mata norte. Seu destino era o consumo próprio e o abastecimento das localidades próximas. Em 1827 vamos achar o produto no inventário de Vicente Ferreira de Sá e Castro, fazendeiro nas cercanias de Barra do Bacalhau e nos mapas de exportação de 1818/1819 realizados por Eschwege. O café mineiro, tanto da zona da Mata (incluindo aí as grandes plantações de Juiz de Fora) como do sul da província, conhecerá grande estímulo a partir de 1850 com a grande demanda internacional pelo produto.

Nos seus estudos sobre a produção mineira do café, Anderson Pires¹¹⁹ observou que nos quinquênios de 1851/54, a província produziu 711.732 arrobas do produto; nos anos de 1855/59 passou para 809.780 arrobas e no quinquênio seguinte que vai de 1860/64 a produção foi de 1.150.152 e assim seguindo numa linha ascendente até o auge da produção já no século XX.

¹¹⁸ RAPM. Versão digitalizada: CD 03, pasta 17, pág. 102.

¹¹⁹ **PIRES**, Anderson – Tendências da produção agroexportadora da zona da Mata de Minas Gerais: 1870/1930. In. *Revista Locus*, vol. 3, nº 2, Juiz de Fora, UFJF, 1997, pág. 122.

Na Mata norte o café só chegaria como produção em grande escala nos anos finais do oitocentos e início do século XX. As fazendas próximas a Ponte Nova e Viçosa se cobriram das grandes manchas verdes dos cafezais, com grande produtividade do grão em consequência da fertilidade dos terrenos.¹²⁰

De uma região de culturas diversificadas nas primeiras décadas do século XIX e de onde saíam dois personagens – Manoel Ignácio de Mello e Souza e José Joaquim Fernandes Torres – que atuavam com destaque na política provincial e no governo central, passaria quase um século para que a economia regional fosse novamente alavancada graças à produção do café e, de seus representantes, também sairia outro personagem da política nacional: Arthur Bernardes. A zona da Mata norte foi, então, inicialmente, uma área de influência maior na política provincial e depois de um interregno, volta a recuperar seu prestígio, já no século XX, com a força que lhe dava o grande número de votos e da produção de café.

¹²⁰ Para o café na zona da Mata norte ver: **REZENDE**, Irene Nogueira de – *O Paraíso e a Esperança. Vida cotidiana de fazendeiros na zona da Mata de Minas Gerais (1889-1930)*. S.Paulo, Humanitas, 2004.

CAPÍTULO II

FAZENDAS E FAZENDEIROS

Sabemos que é uma tarefa que se impõe a algumas gerações de historiadores dispostos a trabalhar com humildade e persistência no labor pouco sofisticado de arquivos dispersos e desorganizados, tentando perseguir pistas fugidias, colher informações na maioria das vezes decepcionante, revendo, numa outra leitura, fontes já conhecidas e chamadas tradicionais, rebuscando os “velhos” historiadores também ditos tradicionais, criticando-os, revolvendo-os, sob o crivo de premissas recolocadas, de novas interrogações postas e da perspectiva global que deve orientar o pesquisador.

Maria Yeda Linhares

1. Os homens e as coisas: vida cotidiana ou vida privada?

Escolhi o trecho de Maria Yeda Linhares como epígrafe deste capítulo por ter, especialmente, nesta pesquisa, identificado-me com sua reflexão a respeito do trabalho árduo dos historiadores. Pesquisar em condições adversas com documentos sujos de poeiras centenárias, matar traças, ficar horas com máscaras e luvas em locais pouco ventilados em que, muitas vezes, não se tem lugar nem como se sentar para copiar um documento, tudo isso passa longe de um trabalho sofisticado. É uma diferença abissal de quem pesquisa numa Biblioteca Nacional ou num Arquivo Público Mineiro. Só quem viveu pode avaliar. Em contrapartida, numa região em que as fontes históricas são cada vez mais raras e as que sobraram são relegadas ao descaso e com pouquíssimas iniciativas para salvá-las, constitui um privilégio poder contar com inventários para investigar a história dos homens e das coisas desse determinado lugar.

Selecionei cerca de 130 inventários e testamentos (em números absolutos, descartando aqueles documentos que examinei, mas não eram utilizáveis ou pelo estado lastimável ou por ser de habitantes dos pequenos povoados, o que fugia ao escopo da pesquisa). Uma parte deles se encontra no Fórum de Viçosa onde, desde o ano 2000, venho acompanhando um lote de documentos valiosíssimos para se compreender a história da região. Apesar dos esforços de algumas pessoas empenhadas em preservar tal acervo, os documentos estão em petição de miséria, mofados, faltando partes e sendo devorado por traças.

No Fórum de Ponte Nova a situação é um pouco melhor porque os documentos estão guardados em caixas, mas sem organização, sujos e em número bem menor se comparado com os de Viçosa.

No arquivo da Casa Setecentista de Mariana, os inventários e testamentos consultados estão em melhores condições, porém a instituição tem ainda um grande número de documentos não organizados, indisponíveis, portanto, às consultas.

Algumas vezes a própria condição física do conjunto documental me indicou o caminho a seguir: os inventários menores estavam mais sujeitos à deterioração, com poucas páginas legíveis, enquanto que os maiores conservavam melhor as páginas internas, daí ter sido, muitas vezes, menos complexo examinar os documentos das pessoas mais abonadas.

Desde a minha pesquisa para o Mestrado, vi que aqueles inventários, na sua maioria de proprietários rurais, revelavam uma face da história da região que eu desconhecia: a presença de muitas unidades produtivas, numa área que, até pouco tempo, foi considerada como ocupada, inicialmente, pelas plantações de café a partir das três últimas décadas do século XIX. Já havia observado, no Fórum da cidade de Viçosa, que muitos inventários eram de 1830 em diante, fato que me levou a questionar sobre a cronologia da ocupação da zona da Mata: se aqueles proprietários, ao falecerem, já legavam em seus espólios fazendas bem formadas com todas as benfeitorias, era porque tinham chegado bem antes àquela parte da província. Nas pesquisas para o presente trabalho fui, averiguar os documentos da Casa Setecentista e me deparei, então, com inventários da zona da Mata norte, datados do final do século XVIII e início do XIX. À medida que a pesquisa avançava, pude comprovar que a região estava já bem explorada e ocupada nas últimas décadas do setecentos.

Mas, obviamente, tive que adotar alguns critérios de ordem prática na seleção das fontes: selecionei aqueles inventários que tinham condições de serem examinados com maior exatidão, pois, em muitos faltavam páginas, foram comidos por traças e pouco se podia aproveitar das informações neles contidas. Havia também aqueles ilegíveis – as letras dos escrivães locais nem sempre primavam pela clareza. Dos inventários em condições de leitura, optei por analisar aqueles em que os inventariados eram proprietários de terras com certos cabedais e com condições de serem votantes e eleitores para, mais tarde, cotejar com os nomes de políticos e averiguar assim a participação política desses fazendeiros na política provincial. E não foi sem surpresa que cheguei aos nomes de José Joaquim Fernandes Torres e Manoel Ignácio de Mello e Souza, fazendeiros que, como já observado, tiveram participação não só no âmbito provincial, mas também na esfera do governo central e que serão objeto de estudo mais circunstanciado ainda neste capítulo.

Dos muitos dados obtidos através dos inventários, optei por aqueles que me possibilitassem mais qualificar que quantificar os aspectos do cotidiano dos segmentos

proprietários. Foi feito o possível para extrair dessas fontes elementos que concretizassem o exame desses aspectos que revelaram toda uma vida vivida numa região, muitas vezes inóspita, de acesso difícil e, paradoxalmente, desvendaram também que, mesmo nesses espaços remotos, as pessoas se vestiam com apuro, usavam porcelanas finas, escutavam música de um piano e articulavam acordos políticos. Enfim, a documentação possibilitou abrir algumas frestas que revelaram o dia a dia na vida desses proprietários e suas famílias.

Para lançar um olhar mais atento sobre elementos da vida material e do cotidiano em Minas Gerais nas primeiras décadas do século XIX, é necessário, antes de tudo, enfatizar a importância dos inventários como fonte. É através deles nas listas e profissões dos escravos, o total do monte mor, a quantidade de terras, o arrolamento dos objetos do uso diário seja para o trabalho ou para o lazer que se concretiza a possibilidade de ser revelada a composição do patrimônio dos fazendeiros (ferramentas, máquinas, animais, produtos agrícolas da fazenda, alimentos, objetos do uso diário como vasilhames, móveis, roupas, objetos de decoração, jóias, imagens sacras, livros, medicamentos, bebidas, armas, materiais de construção que por sua vez possibilitam recriar aspectos da existência cotidiana) e as bases materiais dos grupos sociais. É também através desses arrolamentos de bens que se apresentam possibilidades para explorar as várias dimensões da existência, numa determinada época e num determinado lugar, permitindo, como observou Peter Burke¹²¹, dar uma “face humana” ao estudo de um tema histórico.

Porém, faz-se necessário uma consideração de ordem metodológica: por mais ricos que sejam como fonte, os inventários também podem não transmitir todas as informações sobre o espólio de um defunto. Nem todas as posses do inventariado eram declaradas em juízo. O historiador Jurandir Malerba conta que, no inventário de D. Rodrigo de Souza Coutinho, o Conde de Linhares, foram listados “*uma casa, uma cama, uma canoa velha, uma mesa velha e uns trastes medíocres, cujo monte em pouco ultrapassava os três contos de réis*”.¹²² E é sabido que o Conde legou enorme fortuna, inclusive fazendas na Zona da Mata norte, próximas a Barra Longa.

Para falar sobre as bases materiais de um determinado agrupamento é sempre útil recorrer aos estudos de Fernand Braudel para destacar a forma pioneira com que o

¹²¹ BURKE, Peter (org.) – *A escrita da história. Novas perspectivas*. S. Paulo, UNESP, 1992.

¹²² MALERBA, Jurandir – *A Corte no exílio. Civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821)*. S. Paulo, Cia das Letras, 2000, pág. 148.

historiador tratou do tema da vida material e da existência cotidiana dos grupos por ele analisados.

Para Braudel, vida material ou civilização material designa tudo aquilo que está na base, “rente ao chão” do campo econômico, constituindo sua primeira parte vindo em seguida a economia de mercado e por último o capitalismo, este num estágio mais avançado das relações de produção, o que ele chama de “esquema tripartido”. O que não quer dizer que essas três partes não coexistam dentro de uma sociedade ou de um recorte temporal específico. De acordo com o historiador francês, o conceito civilização material está interligado à infra-estrutura da sociedade e, habitando essa “zona espessa, rente ao chão”, encontram-se seus elementos como os alimentos (o necessário e o supérfluo), o vestuário (e a moda), as técnicas, os transportes, as cidades, ou seja, tudo que é imprescindível para a vida humana.

Braudel nos adverte, porém, que é necessário para compreender essa civilização material um exercício de despojamento da realidade para conseguir assimilar elementos do mundo por ele investigado. Um mundo que vai do século XV ao século XVIII e fica “do lado de cá das facilidades e dos hábitos que a vida atual nos proporciona.”

“Temos pois de, uma vez por todas, nos desprender de nossas realidades ambientes para fazer, como convém, esta viagem contra a corrente dos séculos, para reencontrar as regras que, durante muito tempo, encerraram o mundo numa estabilidade bem pouco explicável quando pensamos na mutação fantástica que iria se seguir.”¹²³

Já Daniel Roche, em seu livro *História das coisas banais*, vai mais além, em que pese admitir a importância das concepções braudelianas; para ele é preciso tratar os objetos através de uma abordagem que enxergue além da produção e do consumo. Diz ele:

¹²³ **BRAUDEL**, Fernand – *Civilização material, economia e capitalismo. Séculos XV-XVIII*, vol 1 (As estruturas do cotidiano: o possível e o impossível). S. Paulo, Martins Fontes, 1997, pág.16.

*“Os objetos, as relações físicas ou humanas que eles criam não podem se reduzir a uma simples materialidade, nem a simples instrumentos de comunicação ou de distinção social. Eles não pertencem apenas ao porão ou ao sótão, ou então simultaneamente aos dois, e devemos recolocá-los em redes de abstração e sensibilidade essenciais à compreensão dos fatos sociais. Sem dúvida, na história a vida material estabelece os limites do possível e impossível”, como desejava Braudel, mas ela o faz na imbricação de contextos sociais de informações e de comunicações que organizam a significação das coisas e dos bens, e não na sucessão e na separação nítida de temporalidades propícias a comportamentos típicos.”*¹²⁴

Roche prega, então, uma concepção interpretativa dos objetos do cotidiano em que perpassem as idéias, práticas e representações do mundo social para poder analisar as transformações e permanências desse mesmo mundo. Aliás, uma concepção que vem ao encontro dos objetivos dessa pesquisa.

*“História das coisas banais deseja considerar de outra maneira as práticas habituais e o lugar dos objetos no viver cotidiano, as relações de uso e troca que eles criam quando são raros e sua duração tem um valor diferente da nossa, quando a sociedade é menos complexa, e quando as relações sociais surgem além das formas econômicas, dos valores simbólicos. Em suma quando as produções do homem estão no centro da identidade e das relações do indivíduo com a família, com o grupo.”*¹²⁵

¹²⁴ **ROCHE**, Daniel – *História das coisas banais. Nascimento do consumo séc. XVII-XIX*. Rio, Rocco, 2000, pág. 13.

¹²⁵ Idem, pág. 19.

E sobre a existência cotidiana, definida por Braudel como o reino da rotina, e por alguns historiadores, como a única e verdadeira história “o centro a que tudo o mais deve será relacionado”,¹²⁶ aqui pretendo apresentar senão fragmentos do dia-a-dia da existência privada de alguns fazendeiros, para, ao fim e ao cabo, não finalizar uma pesquisa sobre o papel exercido numa época determinada por um grupo social sem lhes dar uma “face humana”.¹²⁷

Não há uma unanimidade em torno da definição de cotidiano entre os historiadores. Michel de Certeau o vê como um conjunto de práticas prosaicas e criativas encetadas pelas pessoas comuns para enfrentar as estruturas de dominação através de pequenas resistências, ou “performances operacionais”.¹²⁸

E há também historiadores que vêem o estudo da vida cotidiana como uma espécie de similar de vida privada. Luiz Felipe de Alencastro pensa que não se deve separar as duas. Para ele:

*“Deliberadamente, procedeu-se ao amálgama de “vida privada” e “vida cotidiana”. Com efeito não há por que separar-se os dois gêneros de história, na medida em que “cotidiano” refira-se à intimidade, aos modos de vida, ao dia-a-dia da existência privada, familiar, pública, às formas de transmissão dos costumes e dos comportamentos. Tenho para mim que os motivos que levaram Áries e Duby a distinguir, aliás de modo pouco explícito, o privado e o cotidiano, decorreram, entre outras circunstâncias, da necessidade de apartar os estudos por eles organizados na **Histoire de la vie privée** (Paris, Le Seuil, 1985) da coleção **La vie quotidienne en...**, iniciada pela editora Hachette nos anos de 1940 e contando com títulos prestigiosos. Na Alemanha, onde não existia impasse editorial, o corte história*

¹²⁶ BURKE, Peter, op. cit, pág. 23

¹²⁷ Idem, pág. 36.

¹²⁸ CERTEAU, Michel de – *A invenção do cotidiano. Artes de fazer*. Petrópolis, Vozes, 2007, pág. 47.

*privada/história do cotidiano não ganha relevo entre os especialistas da **Alltagsgeschichte** (história do cotidiano). ”*¹²⁹

Como não tenho a pretensão de elaborar uma definição definitiva sobre a vida privada ou cotidiana, nem a preocupação em discorrer sobre os significados e polêmicas afins, mesmo porque me identifico com a posição de Alencastro quanto ao significado(s) de vida cotidiana e vida privada, ou seja, como era a intimidade de um grupo familiar, o que usavam e faziam, isto incluindo como dormiam, se alimentavam, se vestiam, se portavam, o que liam e o que possuíam e como se relacionavam socialmente. Como era a sua rotina tanto pública quanto privada dentro de casa (centro da vida, da existência) e fora dela.

Sobre Minas ¹³⁰ não são comuns os estudos sobre o cotidiano nas vilas e fazendas e suas bases materiais. Eduardo Frieiro¹³¹ em *Feijão, angu e couve* trata das origens alimentares dos mineiros e, enviesadamente, acaba por comentar sobre alguns aspectos do cotidiano, notadamente no espaço temporal em que os viajantes como Pohl, Saint Hilaire e Luccock andavam pelo interior de Minas. Seu livro é uma das referências sobre o tema como é também o trabalho de Claudia Marques Martinez¹³² sobre o vale do Paraopeba onde ela examinou mais de 700 inventários para estudar o processo de transformação da riqueza e da cultura material em diferentes grupos sociais durante a transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Embora em objetivos e espaços temporal e físico diferentes da minha pesquisa, não deixa de ser uma importante contribuição para o conhecimento da vida material em Minas no século XIX.

¹²⁹ **ALENCASTRO**, Luiz Felipe de – Modelos da história e da historiografia imperial. In. **NOVAIS**, Fernando (dir.) – *História da vida privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional*, vol. 2. S. Paulo, Cia das Letras, 1997.

¹³⁰ Aqui no Brasil, lamentavelmente, não temos livros publicados sobre a existência cotidiana e vida material em Minas Gerais. Na coleção *História da vida privada no Brasil* que poderia servir a esse propósito, constata-se a ausência imperdoável de algum texto sobre a vida cotidiana e bases materiais dos mineiros. No volume que aqui interessa mais, o segundo, fala-se do Rio, Bahia, de São Paulo e Pernambuco, mas de Minas nem uma palavra... É como se a província não existisse, fosse coisa sem significância, embora o organizador Luiz Felipe de Alencastro cite, na introdução, a Revolução Liberal de 1842, o que torna mais estranha ainda a ausência de um estudo sobre Minas Gerais. Assim também como se sente a lacuna sobre a província do Rio Grande, região que se destacou por suas condições específicas e peculiaridades que a distinguiram das outras não só no período colonial como no provincial. **ALENCASTRO**, Luiz Felipe de, op. cit.

¹³¹ **FRIEIRO**, Eduardo, op. cit.

¹³² **MARTINEZ**, Claudia Marques – *Cinzas do passado. Riqueza e cultura material no vale do Paraopeba, 1840/1914*. Tese de Doutorado. S. Paulo, USP, 2006.

É muito sentida, portanto, a carência de trabalhos que resgatem o legado da vida privada e das bases materiais na Minas provincial nas suas vilas e fazendas do interior. Não possuímos estudos alentados como, por exemplo, o livro de Kátia Mattoso sobre a Bahia. Aliás, a Bahia foi privilegiada nesse aspecto. Temos o estudo de Wanderley Pinho¹³³ sobre o engenho Freguesia em que ele conta toda a história de uma propriedade no Recôncavo de 1522 até 1944. Também na Bahia, só que no interior, Lycurgo Santos Filho¹³⁴ recuperou a história de uma grande propriedade rural da família Pinheiro Pinto, o Brejo Seco. Isto sem falar no testemunho do português Luis dos Santos Vilhena sobre a Bahia no século XVIII e início do XIX tão caro à Kátia Mattoso. Todas essas obras citadas dão oportunidades a um conhecimento concreto sobre a vida privada nas cidades e fazendas baianas.

Mesmo no Rio Grande do Sul temos a saga de Érico Veríssimo *O tempo e o vento*, que, embora pertença à categoria de romance ficcional, é inigualável para a reconstituição da existência cotidiana dos riograndenses. Fruto de uma acurada pesquisa por parte do autor tornou-se uma fonte rica de detalhes sobre a vida dos moradores do interior do Rio Grande do Sul dos séculos XVIII, XIX e primeira metade do XX.

Em Minas, as referências mais fortes, embora dispersas, sobre a história da vida privada, hábitos e costumes são também encontradas em obras da literatura: as memórias de Pedro Nava¹³⁵ em seus cinco volumes. Mas o que nos interessa se encontra mais nos dois primeiros volumes: *Baú de ossos* e *Balão cativo*, onde ele recria através de documentos a história de sua família, parte dela oriunda do interior de Minas. Como também nas memórias de Francisco Ferreira de Rezende,¹³⁶ encontramos registros preciosos sobre a vida cotidiana numa pequena vila do interior mineiro. É difícil algum trabalho sobre Minas no século XIX que não use as lembranças vividas de Rezende como referência.

As bases materiais e o cotidiano das fazendas ressaltam a interação daquilo que Maria Sylvia de Carvalho Franco chamou dos dois princípios reguladores da atividade econômica que são, na realidade, opostos entre si: “a produção direta de meios de vida e a

¹³³ **PINHO**, Wanderley – *História de um engenho do Recôncavo. Matoim, Novo Caboto, Freguesia 1552-1944*. S. Paulo, Cia. Editora Nacional, 1982.

¹³⁴ **SANTOS FILHO**, Lycurgo – *Uma comunidade rural do Brasil antigo. Aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX*. S. Paulo, Cia. Editora Nacional, 1956.

¹³⁵ **NAVA**, Pedro – *Baú de ossos*. Rio, José Olympio, 1974 e *Balão cativo*. Rio, Nova Fronteira, 1986.

¹³⁶ **REZENDE**, Francisco de Paula Ferreira de, op. cit.

produção de mercadorias”¹³⁷ e que, entre nós, as duas modalidades se imbricariam e passam uma não existir sem a outra, é a “*fazenda concretizada em empresa e lar.*” O locus da sobrevivência e da produção de bens. Assim sendo, estudar a vida nas fazendas é tão relevante quanto estudar a vida que se levava nas cidades mineiras.

Na parte norte da Zona da Mata as fontes não revelaram se as fazendas produziam gêneros que fossem enviados para o Rio de Janeiro no início do século XIX. Pode-se inferir, mas não demonstrar, além do que as evidências apontam para o fato de que o escoamento da produção abastecia Ouro Preto, Mariana e as vilas próximas. Se parte desses produtos era enviada para a Corte ainda não se sabe, mas é muito provável que tal pudesse ocorrer principalmente com os gêneros mais duráveis como açúcar, rapadura, toucinho e aguardente, tecidos grosseiros de algodão, lã e doces.

Os inventários pesquisados revelam uma grande diversidade de gêneros produzidos pelas fazendas da região, embora preponderem, na maioria dos documentos, os engenhos de moer cana e alambiques que eram sempre itens arrolados nas listas de bens dos falecidos proprietários, principalmente naqueles situados nas cercanias de Ponte Nova e Barra Longa. As evidências sugerem, então, que as fazendas produziam voltadas também para o mercado, se não como explicar o grande número de engenhos de cana-de-açúcar? Opinião compartilhada pelo economista Marcelo Godoy em um estudo sobre as atividades agroaçucazeiras em Minas Gerais:

“Assim, paralelamente à própria expansão geográfica da extração de ouro, depois, diamantes, processou-se a disseminação de engenhos e engenhocas de cana pelo território mineiro. Conclui-se que a interiorização do cultivo e a transformação da cana-de-açúcar inscrevem-se no amplo movimento de ocupação de novos territórios com base na exploração aurífera. Ao longo de todo período colonial e à revelia de restrições criadas pela coroa portuguesa, a economia canavieira de Minas Gerais experimentou

¹³⁷ **FRANCO**, Maria Sylvania de Carvalho- *Homens livres na ordem escravocrata*. S. Paulo UNESP, 1997, pág. 11.

*pronunciado desenvolvimento. Inserida nos quadros do abastecimento das zonas mineradoras, a fabricação de açúcar, rapadura e aguardente apresentou-se como empresa longeva e rentável.”*¹³⁸

A interiorização das técnicas de plantação e produção do açúcar e aguardente nas terras mineiras Godoy credita aos trabalhadores dos engenhos do Nordeste que desceram para a região das minas movidos pela estagnação da produção açucareira daquela área – principalmente a partir de 1710 – e pela procura dos atrativos da mineração aurífera. Além disso, Godoy constatou que Minas foi, durante o século XIX e parte do XX, o maior produtor de açúcar do Brasil:

*“Para a década de 1830, estima-se a existência em Minas Gerais de quase que 4.150 unidades produtivas com transformação da cana-de-açúcar. Provavelmente a soma de todos os engenhos do litoral nordestino, do norte fluminense e do planalto paulista, as principais regiões produtoras de açúcar para mercados externos, não alcançavam a metade do número de engenhos mineiros. Para este mesmo período estima-se que aproximadamente 40% da força de trabalho escrava de Minas, mais de 85.000 cativos, era empregada, sazonalmente, na fabricação de açúcar, rapadura e aguardente. É grande a probabilidade de que em nenhum outro espaço canavieiro, em qualquer período da história do Brasil escravista, tenha sido empregado contingente desta magnitude.”*¹³⁹

¹³⁸ **GODOY**, Marcelo Magalhães – Civilizações da cana-de-açúcar: dois paradigmas de atividades agroaçucareiras no Novo Mundo, séculos XVI a XIX. In: *Revista História Econômica & História de Empresas/ABPHE*, vol. X, nº 2. S. Paulo, jul./dez. 2007, pág. 33

¹³⁹ **GODOY**, Marcelo Magalhães – *No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócios – Um estudo das atividades agroaçucareiras tradicionais mineiras, entre o Setecentos e o Novecentos, e do complexo mercantil da província de Minas Gerais*. Tese de Doutorado. S. Paulo, USP, 2004, pág. 525

Ainda segundo os dados compilados por Marcelo Godoy na década de 1840, Minas Gerais produziu cerca de 33.200 toneladas de açúcar e rapadura e mais de 22 milhões de litros de aguardente, superando a produção para o mesmo período de Pernambuco (27.000 toneladas), Bahia (30.000 toneladas) e São Paulo (8.500 toneladas). As atividades agroaçucareiras só não prosperaram mais pela dificuldade do transporte do produto até os portos marítimos.¹⁴⁰

Embora não tenha nenhuma estatística precisa sobre o número e produção dos engenhos da Mata norte, a quantidade de engenhos constantes nos inventários sugere uma produção de açúcar, rapadura e cachaça muito maior do que somente para o consumo local e que bem provavelmente geraria excedentes para a venda desses produtos até para fora da província.

Na lista de bens do espólio do Sargento Mor Joaquim José Fernandes, proprietário de duas fazendas na Mata norte e falecido em 1837, constam:

“Fazenda com Engenho de serras e moer canna, trez taixas de fazer assucar, Alambique, casa de formas e todos os mais pertences ao fabrico do assucar e Aguardente; Cazas de morar, senzalla, Paiol, Moinho, Monjolo (ileg.) tudo coberto de telhas compreendendo também todos os trastes de cama, meza e cozinha do serventuário da caza e todas as colheitas e manufacturas existentes, vistas e avaliadas em 14:200\$000”

No arrolamento dos utensílios domésticos constam somente “12 colheres de prata grandes com garfos mais 12 colheres de chá” e mais “100 cabeças de porcos; 17 juntas de bois de carro; 6 vacas; 5 bezerros; 3 vitelas e hum boi curraleiro.” Essa fazenda contava com 56 escravos avaliados em 19:600\$000.

Na segunda propriedade do Sargento Mor Fernandes constam também os objetos para o fabrico do açúcar:

¹⁴⁰Idem, pág. 557.

“A Fazenda do Jaracathea com engenho; duas Taixas; alambique e tudo mais pertencente ao fabrico do assucar, Aguardente e mais Cazas de morar; Capella adornada e paramentada; Paiol, senzallas, Moinho, Chiqueiro e caza de Assucar; com todos os trastes de cama, meza e cozinha da serventia da caza e todas as colheitas, plantaçoens e manufacturas existentes que foi tudo visto e avaliado por 6:800\$000”¹⁴¹

Essa fazenda possuía um contingente de 16 escravos, avaliados em 6:200\$000; também contava com mais 100 porcos e 14 juntas de bois de carro. Fica claro que a produção de açúcar e aguardente das duas fazendas do Sargento Mor era em muito maior escala do que para o próprio consumo, assim como o número de suínos indica, provavelmente, que faziam tocinho e embutidos. Atenção também para o grande número de cativos (num total de 72) e seu alto valor.

Mas é preciso notar que, em muitas propriedades, conviviam as lavras e a agricultura ou pecuária. Kenneth Maxwell, na década de 70, quando estudou a Inconfidência Mineira, já tinha observado o fato:

“Com a implantação de engenhos de açúcar em Minas Gerais e a considerável demanda urbana, passou a haver um tipo especial de propriedade territorial, diferente tanto dos grandes latifúndios monocultores do litoral quanto das fazendas de gado daquelas áreas do interior, onde elas tinham-se estabelecido em um período de expansão anterior. A fazenda de Minas, muitas vezes, combinava o engenho de açúcar com a mina, ou esta última com a pecuária. Muitos latifúndios de Minas tinham lavras auríferas, grande lavoura e engenhos de açúcar e de farinha. (...) O advogado de Vila

¹⁴¹ CSM - 2º ofício, cod. 54, auto 1214. Inventário de 1837. O Sargento Mor Joaquim José Fernandes era o pai do Senador José Joaquim Fernandes Torres.

Rica, Cláudio Manuel da Costa, era sócio da atividade mineradora realizada em sua fazenda, onde também criava gado e porcos perto de Vila Rica”¹⁴²

Tome-se como exemplo o inventário de Dona Francisca Constança da Rocha, viúva do Sargento Mor Miguel Martins Chaves - português que obteve sesmaria em Ponte Nova no ano de 1785,¹⁴³ - falecida em sua fazenda do Engenho da Aplicação de Ponte Nova, freguesia de Furquim do termo da Leal Cidade de Mariana. Como o nome da propriedade já revelava, os proprietários se dedicavam ao cultivo da cana de açúcar com engenho, alambique, formas de açúcar, tachas e, como muitos fazendeiros da região, mantinham ainda um pé na mineração:

“Metade da parte das Lavras do Itacolomi, São João e Brumado e Agoas pertencentes às mesmas Lavras conforme avaliação 807\$000”¹⁴⁴

Dona Francisca Constança da Rocha era irmã de Antonia Constança da Rocha, casada com o tio do Barão do Pontal, este um dos personagens centrais desta pesquisa. Francisca se uniu ao português Miguel Martins Chaves. Retornarei a essa família no terceiro capítulo quando me ativer à projeção na política local de alguns de seus membros.

O abastado fazendeiro Vicente Ferreira de Sá e Castro, falecido em 1827 deixou para os herdeiros além das terras agricultáveis perto de Barra do Bacalhau, terrenos com lavras próximos à cidade de Mariana:

“Terras: campos e matas no lugar denominado Dom José, onde faz divisa com o alferes Serafim Ferreira de Jesus e Domiciano Ferreira de Castro; huma sesmaria de terras num lugar chamado São Thiago; sorte de terras num lugar denominado [ilegível]; fazenda Boa Vista do Turvo com casa

¹⁴² MAXWELL, Kenneth, op. cit., pág. 111.

¹⁴³ APM - SC, cód. 234, pág. 149 v.

¹⁴⁴ CSM - 1º ofício, cód. 54, auto 1197. Inventário de 1847.

*de vivenda de sobrado, engenho de água e de moer cana, dous moinhos, paiol, senzala, chiqueiro, coberta de carpintaria, duas tendas de ferreiro, com terras de cultura, matos virgens, capoeiras, pastos, quintaes com fructas, árvores de espinho e cafezaes; terras de mineraes em Mainard e no Descoberto; uma sorte de terras no sertão do Araxá (...)*¹⁴⁵

Esse fazendeiro produzia grande diversidade de gêneros em suas terras e, como outros vizinhos da região, também se dedicava ao cultivo da cana e produção de açúcar. Não obstante todas as atividades de plantios variados, Vicente ainda contava com tropa própria e juntas de bois para realizar o transporte das mercadorias produzidas em suas propriedades, como é possível observar em seu inventário:

“2 canaviais; 140 arrobas de açúcar; 40 arrobas de café; 145 alqueires de arroz; 100 alqueires de feijão; 800 alqueires de milho; 12 barris de sal de tropa. Animais: 40 cabeças de ovelhas; 110 porcos; 83 capados, 24 bestas de tropas e 18 juntas de bois”.

Dona Maria Joaquina da Conceição, falecida em 1839, e uma das proprietárias da fazenda do Quebra-Canoas, na freguesia da Barra Longa, termo de Mariana, legou alguns dos objetos citados que constam no seu inventário:

“hum engenho de moer cana, alambique de cobre, cinco cones de azedar garapa, hum couxe de garapa doce, quatro paroes de caxaça, 2 caixões de guardar assucar, 200 cabeças de porcos.” e também *“setenta e cinco datas de terras minerais nesta Fazenda constante nos títulos”*¹⁴⁶, além de estoques de milho, feijão e café.

Os inventários de famílias com propriedades na Vila da Ponte Nova, Santa Rita do Turvo, Arripiados e Barra do Bacalhau mostram maior diversidade de culturas, embora

¹⁴⁵ CSM – 2º ofício, cód. 23, auto 577. Inventário de 1827

¹⁴⁶ CSM – 1º ofício, cód. 20, auto 552. Inventário de 1839

quase todas tenham seu alambique ou seu engenho de fazer açúcar. Na fazenda da Várzea¹⁴⁷, freguesia de Arripiados, termo da Vila do Presídio, comarca do Rio Pomba, além de porcos, bois e muares estão arrolados “8 carros de milho, 8 alqueires de feijão e 5 arrobas de café em casca”.

Na Vila da Ponte Nova, José Joaquim da Silva¹⁴⁸ ao falecer deixa para os herdeiros seis escravos e mais “250 alqueires de milho na rossa; 60 alqueires de arroz na rossa; 22 alqueires de feijão na rossa; hum canavial plantado e quaze a corte; café plantado e quaze a colher-se; 45 arrobas de assucar claro; 70 arrobas de café colhido e prompto.”

Outra atividade constante nas propriedades da região era a confecção caseira de tecidos de algodão. Em Santa Rita do Turvo, na fazenda do Padre Manuel Inácio de Castro, a atividade principal, segundo seu inventário de 1819, era justamente a tecelagem. Com uma posse de 73 escravos fica evidente que o padre fabricava seus tecidos numa escala maior do que apenas para consumo próprio. Está no arrolamento de seus bens:

“ Huma casa de vivenda, engenho de bois, ermida, moinhos, monjolos, casas (ilegível) senzala, engenho de serra, casa de tear de algodão com sua roda e fusos, carros, carretões (...) terras que se compõem de uma sesmaria e um quarto.¹⁴⁹

Theodora Angélica Perpétua da Luz¹⁵⁰ faleceu em 1819 na fazenda Capoeira do Turvo Sujo na Aplicação de Santa Rita do Turvo na Freguesia do Pomba. No inventário, além de oito escravos, estão incluídos “hum alambique de cobre com seu capello; hum taxo grande de cobre; huma chocolateria; (...) hum tear aparelhado; quatro rodas de fiar algodão” e também “250 alqueires de milho no paiol; 140 arrobas de algodão e 100 arrobas de algodão por colher” indicando que na propriedade de Theodora se produzia aguardente e tecidos de algodão.

¹⁴⁷ Fórum de Viçosa - Inventário de 1851

¹⁴⁸ CSM – 1º ofício, cód. 24, auto 618. Inventário de 1818.

¹⁴⁹ CSM - 2º ofício, cód. 79, auto 1690. Inventário com testamento de 1819.

Sobre teares em Minas Gerais ver: MAXWELL, Kenneth – *A devassa da devassa*. S. Paulo, Paz e Terra, 1995, pág.86 e *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Nº especial sobre os teares em Minas Gerais no século XVIII. B. Horizonte, Imprensa Oficial, 1995.

¹⁵⁰ CSM – 2º ofício, cód. 98, auto 2081. Inventário de 1819.

Freireyss já havia observado plantações de algodão e “*extensos campos de milho*” quando atravessou a região no ano de 1814.

O detalhe da chocolateira no inventário citado pode suscitar dúvidas, mas era mais comum que se pensa a existência de plantações de cacau na região durante o século XIX. Em vários inventários consultados, encontram-se chocolateiras e citação de árvores de cacau. Por um processo doméstico e muito usado nas fazendas coevas o cacau era beneficiado e transformado em pó e também em barras que eram conservadas durante muito tempo nas despensas das fazendas. Após o advento do chocolate industrializado, foi caindo em desuso o hábito doméstico de beneficiar o cacau naquela região.

Os inventários dos comerciantes locais são fontes muito profícuas para conhecer algumas dimensões da vida material dos habitantes dos vilarejos e fazendas da região em tela. Por eles podemos observar os itens mais consumidos, um pouco da moda entre homens e mulheres, os tecidos mais usados, a paulatina instalação de hábitos de consumo nitidamente europeus e os objetos que faziam parte do dia a dia de uma vila no interior de Minas Gerais nas primeiras décadas do século XIX. No dizer de Braudel: um *savoir-vivre* que se instala lentamente.

Em 1850, no arraial de Santa Rita do Turvo, faleceu Maria José Bitarães¹⁵¹ casada com o comerciante Luiz Maurício Alemão. Eles eram proprietários de uma casa comercial no arraial onde vendiam de um tudo. No estabelecimento os habitantes do local ou das fazendas próximas poderiam adquirir suas roupas, vasilhames, armas, bebidas, artigos de montaria, remédios e sementes. A seguir alguns itens arrolados no inventário de Maria José que nos revelam muito dos hábitos e costumes dos habitantes matenses:

42 covados¹⁵² de chita

16 lenços brancos bordados

7 lenços indianos

1 chale de cazemira azul

6 pares de calças d’algodam riscado

¹⁵¹ Fórum de Viçosa. Inventário de 1850.

¹⁵² Côvado: segundo o Dicionário Koogan Larousse trata-se unidade de comprimento usada pelos antigos, variável segundo o país, mas baseada na distância que separa o cotovelo da extremidade do dedo médio. No Brasil o côvado valia 68 cm.

2 jaquetas de riscado
3 colletes de pano azul Ferreti
19 varas¹⁵³ de murim
11 pares de meias para homens
4 ditos para senhoras
20 varas de renda estreita
14 pares de sapatos para homem
21 ditos de couro de veado para mulher
7 ditos de Gorgorão para mulher
7 ditos de Gorgorão para meninas
23 ditos de couro branco para homem
1 par de xinellos rasos
2 ditos de tamancos
4 rabichos¹⁵⁴ para cangalha

E mais dezenas de itens incluindo copos, facas, estribos, anzóis, navalhas, resmas de papel, remédios, ferraduras, relógios “d’algibeira”, barris de aguardente, pistolas e até uma colher de ouro.

Outro arrolamento bem esclarecedor dos objetos usados no cotidiano dos segmentos mais abastados da Mata norte vem de um inventário de um comerciante, proprietário de um empório em Pedra do Anta no ano de 1845. Esse documento é muito interessante para quem deseja estudar as bases materiais e o consumo dos segmentos mais ricos das pequenas cidades do interior mineiro. São quase 30 páginas de arrolamento de bens minuciosamente descritos, que pertenciam a José Caetano Malaquias Gomes¹⁵⁵:

39 cortes de Casimira Minerva
10 cortes de Casimira (ileg.)
2 cortes de Casimira francesa
4 vestidos brancos bordados

¹⁵³ Vara: segundo o mesmo dicionário antiga medida de comprimento equivalente a um metro e meio

¹⁵⁴ Rabicho é uma tira de couro que passa por baixo da cauda do cavalo e se prende à parte traseira da sela.

¹⁵⁵ Fórum de Ponte Nova – 1º ofício, caixa 977/994, doc.994. Inventário de 1845.

1 dúzia de colheres e garfos de metal

1 dúzia de talheres de prata inglesa

6 pares de esporas

4 dúzias de bocetas de couro

5 pentes de trança à imperatriz

2 pares de sapatos franceses

2 bules chineses

9 garrafas de cervejas

9 garrafas de vinho

1 garrafa de champanhe

4 saias balão

2 coletes para senhoras

Segue imensa lista de retalhos e panos (casimira, algodão mesclado, merino, riscado, zuarte inglês, cassa, brim, sarja, brim de linho, setineta, etc.), lenços, luvas, chapéu de sol e chapéus para senhoras.

Não obstante, é apropriado observar que, contrariando possíveis idéias pré-concebidas de que no interior brasileiro, mais especificamente na Zona da Mata, no recorte espacial estudado, seria um local distante com raros traços de civilização e sociabilidade, observa-se que, com os elementos revelados através das fontes, essas idéias são confrontadas com dados concretos. Ao fim e ao cabo, essas famílias proprietárias, dotadas de maior refinamento e que consumiam bens mais sofisticados, foram beneficiadas pelas transformações advindas com a chegada da corte portuguesa e posteriores oportunidades trazidas pelo incremento do mercado interno e exportador. Já com a abertura dos portos houve um grande afluxo de produtos importados que transformaram hábitos, não só na esfera da Corte, mas como podemos notar, também em lugares mais longínquos. Como observou Luiz Felipe de Alencastro:

“A corte, as embaixadas estrangeiras, o comércio marítimos, as escalas contínuas de viajantes que cruzam o Atlântico Sul, a chegada de profissionais europeus,

engendraram no Rio de Janeiro um mercado de hábitos de consumos relativamente europeizados, num ultramar ainda pouco ocupado por essas “falsas Europas” (a expressão é de Fernand Braudel) [...]”¹⁵⁶

Para o historiador, com a cessação do tráfico após 1850, o capital para financiar a compra de cativos vai ser aplicado na compra de produtos importados. Todo esse afluxo de mercadorias e decorrentes hábitos implantados vão mudar até a concepção de tempo, na medida em que chegam ao Rio e a outras províncias toda sorte de mercancias, inclusive os relógios de algibeira, os famosos “cebolões” que vão passar a marcar o tempo:

“Vários fatores demonstram que houve um forte acréscimo na entrada de importados – bens de consumo semiduráveis, duráveis, supérfluos, jóias etc. – destinado aos consumidores endinheirados da corte e das zonas rurais vizinhas [...] Horas e minutos da regularidade diurna dos trópicos, cuja medida costumava parecer aleatória e desnecessária aos luso-brasileiros, começam a poder ser marcados passo a passo, de cebolão na mão, nas casas, nas fazendas, nas estradas, nos rio e nos portos do litoral”¹⁵⁷

Normalmente a idéia de consumismo nos remete a algo contemporâneo, moderno, característico do século XX com seu ápice nas últimas décadas e na primeira década do XXI. Portanto não se deve estranhar a revelação de sinais inequívocos do consumismo em regiões distantes numa época igualmente distante. Daniel Roche faz uma observação sobre a realidade histórica européia, mas que pode ser adaptada ao nosso caso pelo menos em alguns pontos:

¹⁵⁶ **ALENCASTRO**, Luiz Felipe de – Vida privada e ordem privada no Império. In. **NOVAIS**, Fernando (dir.) – *História da vida privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional*, vol. 2. S. Paulo, Cia das Letras, 1997, pág. 35 e 36.

¹⁵⁷ Idem, págs. 37 e 38.

“O consumo já era uma realidade bem antes da revolução industrial e comercial iniciada no século XVIII. Ele era inseparável da dimensão familiar na qual as despesas não se organizavam em volta do indivíduo, agente econômico isolado, e sim do conjunto pais-filhos, essa coletividade dinâmica na qual se construía as identidades individuais, principalmente antes da escolaridade ampliada e maciça. Nas despesas, e, portanto, nas escolhas que caracterizavam a economia do cotidiano, se mesclavam de maneira complexa os fatores de socialização, o cultural, o antropológico e também o social e o econômico, o nível de renda e as distâncias entre as rendas, e a representação dos atores.”¹⁵⁸

Os sapatos de gorgorão, rendas, xales de seda, pentes para adornar os cabelos, sapatos franceses, vestidos bordados, cortes de casimira, lenços brancos bordados, talheres de prata e vinhos remetem a padrões de sociabilidade bem estruturados naquelas paragens. A preocupação com elementos de distinção social como talheres de prata, louças, jóias e vestidos finos indicam que estas pessoas recebiam e eram recebidos em suas casas e mais, tinham poder aquisitivo suficiente para consumir itens que não aqueles de primeira necessidade. Além disso, o consumo desses objetos apontava para um determinado modo de viver e de se relacionar, e “era também uma maneira de se definir e de se comportar, segundo um conjunto de normas de identidades e de conhecimentos.”¹⁵⁹ Para Fernand Braudel, todos esses novos luxos na maneira de se vestir, de dormir e de comer atingem a Europa no século XVIII e foram também incorporados nas colônias.

O comerciante e viajante inglês John Mawe, que visitou parte da Zona da Mata norte entre os anos de 1809-1810, surpreendeu-se com a casa de uma das fazendas de D. Rodrigo de Souza Coutinho, o Conde de Linhares¹⁶⁰ e ficou admirado com o que viu:

¹⁵⁸ ROCHE, Daniel, op. cit. pág. 31.

¹⁵⁹ Idem, pág. 31.

¹⁶⁰ Ver: BARBOSA, Waldemar de Almeida, op. cit. pág. 199

*“A casa e o estabelecimento em geral valiam incomparavelmente mais, sob todos os aspectos, do que tudo o que havíamos visto no gênero. Depois do jantar fomos passear no jardim, onde os cafeeiros fluorescentes pareciam, ao longe, cobertos de neve. Avistamos uma região encantadora, agradavelmente matizada de colinas e grandes vales, e bem arborizada. Na margem oposta do rio, que corre a trezentos pés da casa, se leva um belo outeiro, muito apropriado a toda espécie de culturas, ligado a outros, igualmente férteis.”*¹⁶¹

D. Rodrigo de Souza Coutinho (1745?-1812) foi Ministro da Marinha e de Ultramar e com D. João no Brasil, foi Ministro do Negócios Estrangeiros e da Guerra. O Conde de Linhares, embora morando no Rio de Janeiro onde morreu em 1812, manteve propriedades em Minas Gerais. Ele sempre se interessou por Minas tanto que a região teve atenção privilegiada em sua *Memória sobre o melhoramento dos domínios de Sua Majestade na América* (propostas de modernização do império Luso). É curioso observar que D. Rodrigo nasceu em Chaves, na região de Trás os Montes, a mesma cidade do Sargento Miguel Martins Chaves, um dos grandes proprietários da Mata norte e, além disso, o Conde de Linhares era bisneto de Matias Barbosa da Silva, grande potentado nas Minas do século XVIII que deixou enorme fortuna inclusive “3 fazendas no Gualaxo, terras minerais no Guarapiranga e casas em Ouro Preto.”¹⁶²

Os inventários, além de propiciar uma significativa amostragem da vida material, são ricos também em informações sobre o cotidiano das famílias proprietárias. É interessante observar que, desde o final do século XVIII, as fazendas localizadas nas terras dos Sertões do Leste possuíam nas suas sedes elementos que denotam requintes de padrão europeu. Como já notado anteriormente, não eram incomuns móveis elaborados em madeiras nobres – as madeiras de lei –, pianos, faqueiros de prata, castiçais, porcelanas das Índias, jóias, vestidos de seda, roupas de cama e mesa de linho bordadas. No entanto,

¹⁶¹ MAWE, John – *Viagens ao interior do Brasil*. S. Paulo/B. Horizonte, EDUSP/Itatiaia, 1978, pág.133.

¹⁶² BARBOSA, Waldemar de Almeida, op. cit., pág. 44.

muitas vezes os talheres de pratas são listados juntamente com jóias, moedas, correntes rosários de ouro e outros objetos preciosos, podendo indicar que eram considerados mais como símbolos de distinção do que como elementos usados no dia a dia de uma família.¹⁶³

Braudel disse a respeito dos requintes do mobiliário europeu encontrado nas casas ricas:

*“O essencial está além dos móveis propriamente ditos, na sua disposição, livre ou não, e numa atmosfera, uma arte de viver, ao mesmo tempo no aposento que os contém e fora dele, na casa a que pertence. Como é que se vivia, comia, dormia nesses universos à parte, universos luxuosos, entenda-se?”*¹⁶⁴

Na fazenda do Quebra-Canoas¹⁶⁵, as refeições de seus proprietários eram servidas em pratos da Companhia das Índias (sete dúzias) – sobre toalhas de linho finamente bordadas, postas em longa mesa de jacarandá maciço –, talheres e bandejas de prata. O cafezinho era apreciado em xícaras de delicada porcelana também das Índias. Faziam suas orações em uma capela no interior da sede, decorada com um quadro da Santa Ceia pintado por Mestre Manoel da Costa Ataíde, seis tocheiros pintados de ouro, turíbulo, “hum misssal, hum vaso de Santos Óleos de prata, hum Thuríbulo e naveta de latão, hum lustre, hum crucifixo, quatro imagens, pedra de altar, tres thoalhas, quatro veos, duas bolças de corporaes¹⁶⁶, tres ornamentos, hum branco, outro vermelho, outro roxo, quatro portadas¹⁶⁷ de Damasco, hum frontal de Damasco vermelho com franjas de retros amarello e Pia Baptismal”, e ainda uma mesa de altar delicadamente pintada com motivos florais.

O quadro da Santa Ceia foi vendido pelos herdeiros, em meados do século passado, ao governo do Estado de Minas Gerais; a mesa do altar integra a coleção particular de Beatriz de Pimenta Camargo e foi exibido recentemente na Europa numa exposição sobre

¹⁶³ MALERBA, Jurandir, op. cit., pág. 161.

¹⁶⁴ BRAUDEL, Fernand, op. cit. pág. 275.

¹⁶⁵ CSM - 1º ofício, códs. 20 e 22, autos 552 e 590. Inventários de 1839 e 1849. Estes dois inventários são de Maria da Joaquina da Conceição e de seu marido o Capitão Francisco Martins da Silva. Um arrolamento minucioso permite a reconstituição da capela.

¹⁶⁶ Corporal: pano de linho branco bento, sobre o qual se põe o cálice com as hóstias.

¹⁶⁷ Portada: portal ou pórtico, geralmente com enfeites pintados a sua volta.

arte barroca brasileira; quanto aos tocheiros tive oportunidade de apreciá-los na residência da Sra. Maria da Conceição Gomes Martins em Belo Horizonte.

A fazenda do Quebra-Canoas e a família dos proprietários têm uma história peculiar que merece ser aqui relatada resumidamente.

Em 1760, o padre João Ferreira de Souza, filho de um casal de portugueses açorianos, recebeu uma sesmaria de terras na então Freguesia de Furquim, próximo de Mariana, no sentido da direção dos Sertões do Leste. Ele e seu irmão também padre José Ferreira de Souza aumentaram suas posses adquirindo as terras do sesmeiro José de Mattos. Os padres possuíam uma única irmã Maria Genoveva da Conceição que se casou com o alferes e comerciante Leonardo José Teixeira e, dessa união, nasceram duas filhas: Ana Leonarda da Conceição e Maria Joaquina de Souza, portanto, únicas sobrinhas dos religiosos.

Certo dia, o alferes Leonardo despediu-se da mulher e das filhas e se pôs a caminho do Rio de Janeiro com suas tropas carregadas de produtos para vender na Corte.

Por este tempo – década de 80 do setecentos – a região da Mantiqueira se viu assombrada pela ação de um bando liderado por um certo Manuel Henriques, mais conhecido como Mão de Luva. A alcunha vinha pelo fato de Manuel não possuir um das mãos e substituí-la por uma de pano. Esses homens tinham seu pouso fixo num arraial nos sertões do Macacu, atual estado do Rio de Janeiro, próximo a Teresópolis e Nova Friburgo, rota de passagem para quem “descia” com as tropas para o Rio. Apesar de receber comerciantes em seu arraial, não se sabe por que Mão de Luva assassinou o alferes Leonardo.¹⁶⁸ Maria Genoveva ficou viúva com duas filhas pequenas. Seus irmãos padres se condoeram da sorte da irmã e nomearam as sobrinhas como suas herdeiras. Assim a fazenda do Quebra Canoas passa para as mãos de Ana Leonarda da Conceição e Maria Joaquina de Souza.

Os padres João e José prosperaram e ampliaram seus domínios construindo uma bela sede com 24 quartos. O amigo Manuel da Costa Ataíde se prontificou em pintar a capela que fora construída na sede. Como notou gongoricamente o Cônego Trindade: “A

¹⁶⁸ As informações sobre a família dos padres e da fazenda do Quebra Canoas foram tiradas de: **COELHO**, Maria Sylvia Salles – *Guardei na memória*. Rio, Ed. da Autora, 1984 ; **TRINDADE**, Raymundo – *Genealogias da Zona do Carmo*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1943. Sobre o bandoleiro Mão de Luva recorri a: **ANASTASIA**, Carla Maria Junho – *A geografia do crime. Violência nas Minas setecentistas*. B. Horizonte, Editora da UFMG, 2005.

fazenda do Quebra Canoas cuja sede, nobre solar, que o pincel de Ataíde ornou esplendidamente (há restos das magníficas pinturas na capela da fazenda) (...).”¹⁶⁹

As sobrinhas dos padres se casaram com dois irmãos naturais do Reino: Francisco Martins da Silva casou-se com Maria Joaquina e Manuel José Martins da Silva casou-se com Ana Leonarda. Os dois casais foram morar na sede da fazenda do Quebra Canoas. Comenta-se, com muita reserva, entre os descendentes, que um dos irmãos teria se apaixonado pela cunhada, daí o fato de o então tenente Manuel José ter se mudado para outra fazenda no ano de 1840. Maria Joaquina e Francisco tiveram dez filhos e entre eles Francisco Martins da Silva, homônimo do pai, que teria projeção na política provincial como deputado. Até hoje a casa sede da fazenda do Quebra Canoas causa admiração pelas suas dimensões. Embora prestes a desmoronar e faltando algumas partes já demolidas, ela impressiona pela imponência de suas dimensões.

¹⁶⁹ TRINDADE, Raymundo, op. cit. pág. 62.

2. O Barão e o Senador: suas vidas, suas posses ou as muitas mortes do Barão do Pontal

Como observou Maria de Lourdes Janotti “havia um abismo entre políticos do Rio de Janeiro e os das províncias”.¹⁷⁰ Para ultrapassar esse abismo era necessário construir “pontes” bem firmes para ascender até aos meandros do poder. Participar diretamente ou possuir representantes junto ao poder central era, indubitavelmente o grande objetivo das classes dominantes provinciais. Unidas ou em disputas internas era esse o cenário nas províncias brasileiras. Em Minas o quadro não poderia ser diferente.

Não seriam o futuro Barão do Pontal e Fernandes Torres os canais que ligariam esses grupos proprietários da Mata norte às esferas do poder imperial? Canais não tão poderosos como os grupos mais próximos (e mais ricos) da Corte, mas as evidências apontam que essa inserção era articulada à medida que os fazendeiros ampliavam suas propriedades e seus plantéis de escravos. Melhor dizendo, com o Barão e Fernandes Torres esse grupo pleiteava o poder que até então não tinham conseguido engendrar através de seus negócios. A esse respeito diz Lenharo:

*“O envolvimento com a propriedade e com os negócios estava inserido na lógica da prática política desses homens. Políticos porque proprietários, somente através da garantia ou expansão de suas propriedades é que poderiam dar continuidade à atividade política. Disto provém a vinculação entre ambos os níveis da realidade – política e negócios – que, pelo visto constituíam uma mesma face da mesma moeda.”*¹⁷¹

Vejamos alguns dados biográficos desses dois políticos que também eram ligados por laços familiares, necessários a meu ver para elucidar como se dava essa imbricação entre política e negócios.

¹⁷⁰ JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco – *A Balaiada*. S. Paulo, Brasiliense, 1987, pág. 9

¹⁷¹ LENHARO, Alcir, op. cit., pág. 120

Manoel Ignácio de Mello e Souza, “*nascido e batizado na Província do Minho do Reino de Portugal*” em 1781, chegou ao Brasil em 1806. No início de seu testamento está escrito: “*Desde o ano de 1806 residi no Brasil, e se até 1822 fui português – jurei as bases da Constituição Portuguesa, depois de feita a separação, jurei a do Brasil, onde fiquei com todo meu coração.*”¹⁷²

Bacharel em Coimbra estabeleceu-se na cidade de Mariana onde morava seu tio Ignácio José de Souza Rabello – casado com Antonia Constancia da Rocha, tia de José Joaquim Fernandes Torres. Em junho de 1806, antes de vir para o Brasil, Manoel Ignácio foi habilitado na Mesa de Desembargo do Paço de Lisboa para serviço de Sua Alteza Real, o Príncipe D. João.¹⁷³ Chegando a Mariana, sob a proteção do tio com o qual era muito ligado, começou a advogar, mas já de olho em alguma sinecura que lhe garantisse um futuro e também que lhe pudesse abrir portas para um possível ingresso na política local. Através de um ofício enviado ao imperador somos informados que ele, já no ano de 1808, conseguiu o cargo de segundo vereador na “Câmara da Leal Cidade de Mariana”.¹⁷⁴

Com menos de dois anos advogando em Mariana foi integrante da Comissão da Câmara e Povo da Leal Cidade de Mariana para desejar as boas vindas à família real no Rio de Janeiro e, aproveitando o ensejo, pediu uma nomeação na magistratura:

“*Diz o Bacharel Manoel Ignácio de Mello e Souza natural da Villa de Monção na Província d’Entre Douro e Minho, que elle tendo lido na Meza de Dezembargo do Paço em 21 de junho de 1806, foi pela mesma habilitado para o serviço de Vossa Alteza Real no lugar de Letras, como a certidão junta mostra; e ainda que posteriormente chegou à Cidade de Marianna sempre conservou o ânimo e dezejo de ser empregado no Real Serviço, e ao prezente se acha nesta Corte onde veio encarregado pela Câmara daquella Cidade para em seu nome ter a honra de*

¹⁷² Fórum de Ponte Nova - 2º Ofício, Caixa 1494/1506 B. Inventário de 1860.

¹⁷³ BIBLIOTECA NACIONAL. Seção de Manuscritos, I, 32, 6, 23.

¹⁷⁴ Idem, Carta de 12 de outubro de 1808.

beijar a Real Mão de V. A. e de expor os mais vivos sentimentos de humildade e fidelidade em que sempre a mesma cidade e seos Povos se distinguirão (...) porque o lugar de Juiz de Fora da Villa de Campanha do Rio Verde se acha nos termos desprovidos e quazi no mesmo o da cidade de Mariana (...) por isso:

Pede a V. A. R. se Digne a admittir o suplicante ao Real Serviço empregando-o no lugar de Juiz de Fora da Cidade de Marianna, ou no da Villa da Campanha do Rio Verde, ou em outro que for mais do Real agrado.”¹⁷⁵

Em seu primeiro testamento escrito em 1850 – posteriormente, em 1859, ele faria outro, pouco antes de morrer na fazenda do Pontal na Vila da Ponte Nova – e depositado na Biblioteca Nacional, ele mesmo conta um pouco de sua trajetória:

“Nascido na Província do Minho do Reino de Portugal ahi fui educado com as máximas e princípios da Religião Catholica Apostólica Romana que [ileg.] segui athe o prezente e dezejo novamente até a morte [...] No mesmo Reino tive os primeiros estudos e os superiores freqüentando as aulas da Universidade de Coimbra ahi fiz os actos de Bacharel e formatura seguindo no anno de 1806 ler no Dezembargo do Paço habilitar-me para os logares de Letras: logo depois parti para o Rio de Janeiro e dali para Marianna onde advoguei; sendo despachado para o lugar de Juiz da Campanha do Rio Verde mudado para Intendente do Ouro de Goiaz e pouco depois para o de Juiz de Fora de Villa Boa [ileg.] onde estive de 1809 athe 1813, regressei à Cidade de Ouro Preto e despachado para servir o lugar de Ouvidor na Comarca do Rio das Mortes fui tomar posse em Fevereiro de 1814 e servi athe fim de

¹⁷⁵ BN, Seção de Manuscritos, C - 911, 35. Sem data.

*Julho de 1820 fazendo todo esforço para cumprir os deveres dos cargos [...]*¹⁷⁶

Sua primeira nomeação foi, então, como juiz na cidade de Campanha, no sul de Minas, mas não é possível afirmar se ele efetivamente tomou posse do cargo porque logo depois passou um período na província goiana até ser designado como ouvidor da Comarca de São João Del Rei.¹⁷⁷ Permaneceu, portanto, durante seis anos em São João, tempo suficiente para travar contatos, estreitar laços de amizade com os grandes comerciantes e produtores que trabalhavam para o abastecimento da Corte¹⁷⁸. Certamente esse período passado na região do Rio das Mortes foi profícuo para sua futura vida política.

No início de 1820, Mello e Souza tenta se transferir para Mariana, cansado, por certo, de seus deslocamentos entre São João Del Rei e sua cidade de adoção. Para isto alegou problemas de saúde:

“Diz Manoel Ignácio de Mello e Souza que tendo dado posse a seu Sucessor do Lugar de Ouvidor da Comarca do Rio das Mortes [...] e querendo continuar no Real Serviço a que se destinou sem detrimento de sua saúde, a qual de certo se arruinará gravemente com perigo de uma vida, se o Suplicante sair desta Província, como lhe prognosticão os mais hábeis Proffessores nos attestados junctos, requer a Vossa Majestade a Mercê do Lugar d’Ouvidor na Comarca de Ouro Preto, ou de Juiz de Fora em Marianna, no qual por ser mais análogo o Clima a sua constituição valetudinária pode o Sup. prestar serviços sem deterioração da saúde a que muito attende. Para Vossa

¹⁷⁶ Idem, documento datado de 04 de março de 1850. Este último testamento se encontra no Fórum local.

¹⁷⁷ VEIGA, José Pedro Xavier da – *Efemérides mineiras 1664-1897*. B. Horizonte, Fundação João Pinheiro, 1998, pág. 506 e 507. Infelizmente o historiador não registrou as datas das nomeações de Manoel Ignácio.

¹⁷⁸ Para saber sobre o dinamismo da Comarca do Rio das Mortes ver: GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro – *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais. São João Del Rei (1831-1888)*. S. Paulo, Annablume, 2002.

Majestade que tomando em consideração o estado de enfermo do Sup.; se digne a Conferir-lhe o lugar que impetra.”¹⁷⁹

Mas, afinal, Manoel Ignácio se achava mesmo doente ou era um artifício usado para voltar para perto de seus negócios? Em nenhum momento posterior foram encontrados registros semelhantes que apontassem para alguma moléstia séria. No entanto, um médico de Ouro Preto passou-lhe um atestado como se sofresse de “sintomas escobúrticos” e “frouxidão geral do sistema nervoso”:

“Bernardo Antonio Monteiro, Bacharel em Filosofia e Formado em Medicina pela Universidade de Coimbra, Físico das tropas desta Capitania (sic) e Director do Real Hospital desta Villa.

Attesto que Manoel Ignácio de Melloe Souza padece há annos de huma frouxidão geral do systema nervoso, consequência de moléstias graves que no anno de 1808 e no anno de 1815 padeção na Corte do Rio de Janeiro e das quaes só convalescêo quando se retirou para esta Capital cuja temperatura e clima he mais favorável a semelhantes moléstias, e mais própria para obstar à desenvolção (sic) dos symptomas scrobuticos que reluzem no mesmo sujeito. Por estas razoes além do uso de assíduo dos remédios que lhe tenho aconselhado elle deve fazer a sua residência nestes climas, que até a experiência lhe tem mostrado serem mais adequadas à sua constituição e assim pode dilatar mais sua vida e não se expor a alteraçoes do tempo, evitando ao mesmo tempo longas jornadas [...]

Villa Rica, 29 de maio de 1820

Bernardo Antonio Monteiro ”¹⁸⁰

¹⁷⁹ BN, Seção de Manuscritos, C - 911, 35. Sem data

¹⁸⁰ Idem

Fica difícil acreditar que Mello e Souza sofreria de escorbuto, carência de vitamina C que atacava principalmente marinheiros que passavam longo tempo sem ingerir alimentos frescos. A “frouxidão geral do sistema nervoso” torna tudo muito vago e dificulta para se estabelecer algum tipo de moléstia que o atacasse a ponto de impedi-lo de exercer suas funções tanto de empresário como de político. Contudo, não se deve desprezar os esforços de Manoel Ignácio em seus constantes deslocamentos entre suas fazendas, Mariana, Ouro Preto e a Corte. Mas é bem plausível a hipótese de que se tratou de um estratagema urdido por ele e seus amigos médicos para conseguir seu intento de retornar a Mariana, levando-se em conta que seis anos depois, em 1826, eleito deputado, ele vai trabalhar na Casa de Suplicação do Rio de Janeiro. Para quem sofria de perigosa moléstia agravada por não se dar com o clima da Corte...

Sua entrada efetiva na política provincial se deu em setembro de 1821 quando se elegeu um dos dez membros da primeira Junta Governativa do Governo Provisório. Foi nessa época que integrou o núcleo rebelde da Junta naquela conspiração que tinha suas “veleidades separatistas”. Em 1826 foi eleito deputado, representando a província na Assembléia Geral. Na mesma ocasião foi trabalhar na Casa da Suplicação do Brasil, instituição que equivalia a um tribunal de última instância e que tinha como regedor o Conde de Palma (Francisco de Assis Mascarenhas), ex-governador das Capitanias de Goiás (1804-1809) e de Minas Gerais (1810-1814) com quem Mello e Souza deve ter mantido contato na época em que foi juiz de fora na Vila Boa de Goiás, ou mesmo durante alguma estadia em Minas, o que torna bem provável que tenha conseguido o cargo por intervenção do Conde de Palma.¹⁸¹

Em 1825 vamos encontrar o futuro Barão como integrante do Conselho de Governo da Província de Minas Gerais, função que ocuparia durante todo o tempo da existência desse órgão que foi extinto em outubro de 1834. Mello e Souza participou também do Conselho Geral da Província de Minas Gerais – outro órgão criado pela Constituição de 1824, extinto em 1833 quando foi substituído pela Assembléia Provincial – sempre tendo como companheiros nos cargos de conselheiros Bernardo Pereira de Vasconcellos e o padre

¹⁸¹ Na pasta de documentos do Barão do Pontal depositada na BN há uma carta de recomendação de D. Francisco de Assis Mascarenhas, escrita em Vila Rica a 02/04/1814, para Manoel Ignácio de Mello e Souza cobrindo-o de elogios e “digno de minha real consideração”. BN, Seção de Manuscritos, C - 911, 35.

José Bento Leite Ferreira de Mello entre outros. Não obstante seus cargos junto aos dois Conselhos, Mello e Souza acumulava também o de deputado por Minas e seu posto na Casa de Suplicação do Rio de Janeiro.

Homem de negócios, político, fazendeiro, magistrado: acumulando tantas funções é natural que alguma delas fosse prejudicada e, no caso, há indícios que sua atuação como deputado foi um tanto negligenciada. Apesar de as datas das reuniões dos Conselhos e do parlamento não coincidirem, pois as sessões do legislativo começavam normalmente em meados do mês de abril e iam até setembro quando podiam ser prorrogadas, e a dos Conselhos normalmente no final e início do ano, constatei inúmeras ausências de Mello e Souza nos trabalhos da Câmara. Por exemplo, no dia oito de outubro de 1827, ele não compareceu; cinco dias depois, no dia 13, também estava ausente. No dia 25 de abril de 1829, início do ano legislativo, ele faltou a uma sessão importante para os interesses relativos a Minas Gerais quando se discutia o “gravame do imposto da carne verde.”¹⁸² Em 1836, Mello e Souza vai para a Câmara no lugar do padre José Custódio Dias que fora escolhido para o Senado. Nessa legislatura, a presença de Mello e Souza já é mais visível, assinando alguns pareceres e projetos.

A 22 de abril de 1831, foi designado Presidente da Província pela Regência Provisória. Ser nomeado para o cargo (criado em 1823) de presidente funcionava como um degrau para alçar postos mais elevados na carreira política. A presidência provincial era um cargo de rotatividade e, normalmente, esses administradores permaneciam poucos meses no local para onde foram nomeados, mormente após a Abdicação. Mesmo com as reformas liberais da década de 1830, a função continuou sendo muito importante para a carreira de qualquer político e estratégico para fixar alicerces do Estado em construção.¹⁸³

A escolha de Mello e Souza, que desde sua chegada de Portugal tinha Mariana como seu domicílio, já demonstra a sua influência e sua provável participação nas articulações do processo que levou à abdicação de Pedro I, lembrando aqui que esta ocorreu 15 dias antes de sua indicação para o cargo. A sua permanência frente à administração de Minas por quase três anos também leva a crer que suas relações junto ao poder central fossem bem sólidas. No primeiro relatório ao Conselho Geral da Província, lido no dia

¹⁸² Anais da Câmara dos Deputados. www.camara.gov.br

¹⁸³ DOLHNIKOFF, Miriam – *O pacto imperial. Origens do federalismo no Brasil*. S. Paulo, Globo, 2005.

primeiro de dezembro de 1831, menos de oito meses, portanto, após a sua posse como presidente da província, apesar de toda a formalidade e o cuidado usados no discurso, algumas impressões pessoais emergem de sua fala:

*“Não pode deixar de ser lisongeiro, Senhores, o ter de anunciar-vos, que o gênio do mal que em muitas Províncias tem produzido estragos não obstante a gloriosa Regeneração obtida pelos patrióticos Fluminenses, e abraçada com entusiasmo em todo Império, como que tem respeitado a Província de Minas Geraes: os Ministros tem sabido repulsar as maliciosas sugestões dos desordeiros e seus emissários, bem como as intrigas dos ambiciosos e descontentes, que de ordinário apparecem em taes épocas; e este facto é a prova mais authentica de firmeza de seu character, e do progresso de sua civilização.”*¹⁸⁴

A certa altura do relatório revela-se um ecologista *avant la lettre* ponderando sobre os malefícios das queimadas e fazendo apologia do uso do arado como instrumento agrícola para melhorar a capacidade produtiva do solo e ajudar assim a poupar as matas:

“Vós sabeis, Srs, que a destruição dos mattos é neste Paiz o methodo de cultivar a terra que com os repetidos fogos e plantações sem arte, em breve tempo se enfraquece, e deixa de produzir com vantagem; o que obriga aos cultivadores a procurar outras mattas, e a se repetir igual destruição; de sorte que as cidades, Villas e Povoados tem ficado privadas, já não digo de madeiras para a construção mesmo de lenha para o uso ordinário recebendo os gêneros de consumo de grandes distâncias, e alto preço pelo transporte[...]É pois

¹⁸⁴ RAPM. Versão digitalizada. CD 3, pasta 17, pág. 99.

mister providencia re fazer que o,lavrador reduzindo parte dos mattos a campos nelle empregue o arado [..]. ¹⁸⁵

As evidências apontam aqui para um político articulado e integrado ao grupo que ascendeu ao poder depois do 7 de Abril. Mello e Souza era amigo íntimo do Padre José Bento Ferreira de Mello. Essa amizade se estreitou nos tempos da primeira Junta Administrativa em que ambos participaram como também seriam eleitos em 1826 para a Assembléia Geral do Império; além disso, foram também colegas no Conselho Geral da Província. Quando Mello e Souza assumiu a administração da província, Ferreira de Mello se hospedava freqüentemente na casa do presidente, fazendo as vezes de secretário informal do governo. Acredito que ele fosse um dos mais próximos interlocutores de Mello e Souza. Quando eclodiu a Sedição de Ouro Preto, em março de 1833, o padre se encontrava no palácio de governo em companhia do vice Bernardo Pereira de Vasconcellos.

Em 1835, o futuro Barão foi eleito para a Primeira Legislatura Provincial e nomeado vice-presidente da Província ainda durante o segundo exercício de seu amigo e conterrâneo Antonio Paulino Limpo de Abreu e, no ano seguinte, é escolhido pelo regente Diogo Feijó para ocupar uma cadeira no Senado. A escolha de Mello e Souza se deu antes mesmo de Bernardo P. de Vasconcellos que seria escolhido somente em 1838, apesar de sua explícita intenção de ocupar a cadeira senatorial e seu prestígio como deputado e articulador político. A essas articulações voltarei no próximo capítulo.

Uma evidência de seu prestígio junto aos eleitores está na ata das eleições de 1837, onde Mello e Souza aparece em quarto lugar antecedido por José Feliciano Pinto Coelho da Cunha, Teófilo Otoni e José Pedro de Carvalho, este último proprietário do jornal *O Universal*.

“Acta da ultima apuração Geral dos votos recebidos dos differentes Collegios desta Província de Minas Geraes para Deputados à Assembleia Legislativa Provincial como abaixo se vê. Aos 14 de janeiro de 1837 nesta Imperial Cidade de Ouro Preto com os 38 Collegios que compoem esta

¹⁸⁵ Idem, pág. 108

Província. Tenente Cel. José Feliciano Pinto Coelho da Cunha, 837; Teophilo Benecdito Ottoni 787; José Pedro de Carvalho 775; Dez. Manuel Ignácio de Mello e Souza 757; José Joaquim Fernandes Torres 734 [...]”¹⁸⁶

Manoel Ignácio participou do Clube da Maioridade e foi um dos signatários do projeto apresentado por Holanda Cavalcanti no mês de maio de 1840 que anteciparia a maioridade do menino imperador. No ano seguinte, foi nobilitado por Pedro II com o título de Barão do Pontal¹⁸⁷, homenageando a sua propriedade às margens do rio Piranga. E foi na tão amada fazenda do Pontal que faleceu e foi enterrado em seu cemitério particular.

Manoel Ignácio de Mello e Souza teria sido um homem ardiloso e extremamente prático no que se referia aos negócios e à política e, acrescido a esses predicados, um sedutor irresistível com cujo fascínio atraía o afeto irrestrito dos parentes? Durante sua vida recebeu três heranças: a primeira (1830) e bem substancial veio de seus tios que não tinham filhos e o consideravam como tal, a segunda (1852) de seu irmão o Cônego Antonio José de Mello¹⁸⁸ que comandou a paróquia de Barra Longa por 23 anos. Como era comum entre os padres da época, o Cônego era, ao falecer, um homem rico. Deixou para o irmão 26 escravos, terras e casas na Barra Longa, Mariana e Juiz de Fora. A terceira (1857) foi mais simbólica – o legado da forra Senhorinha Rocha. Uma quarta herança recebida de uma senhora solteirona, talvez irmã de sua tia Antonia Constância da Rocha, teria sido a origem da fazenda do Pontal. Infelizmente não foram encontrados indícios que comprovassem o recebimento desse legado.

Além das heranças recebidas, o Barão requereu e obteve sesmaria em 1815¹⁸⁹ num local chamado Ribeirão de Santo Antonio na Estrada Nova de Goitacases.

A fazenda do Pontal era sempre citada como uma referência quando se falava das grandes propriedades de Ponte Nova. Teve fim inglório. No início da década de 90 do século passado ela foi demolida por um proprietário que não queria saber de restaurar casas

¹⁸⁶ APM - SP/PP 1/11 – Caixa 78, doc. 07.

¹⁸⁷ Há um certo desencontro de datas quanto à doação do baronato de Mello e Souza. Em um documento dá como se ele recebesse o título em 1841 e outro, uma espécie de recibo onde ele teria pago 200\$000 para passar a Carta a 27 de agosto de 1844. O mais provável é que ele tenha sido nobilitado em 1841, mas o título só saiu em 44.

¹⁸⁸ CSM – 1º ofício, cód. 41, auto 934. Inventário com testamento de 1852.

¹⁸⁹ CSM – 1º ofício, cód.2, auto 60. Carta de sesmaria de 1815.

antigas. Entre as ruínas sobrou um retrato pintado de Manoel Ignácio de Mello e Souza em pose orgulhosa que foi resgatado por um morador da cidade que o conserva até hoje. De seu cemitério particular restam algumas lápides anônimas semidestruídas e sua própria sepultura não existe mais.

Maria Sylvia Salles Coelho – que nasceu na fazenda do Pontal, quando a propriedade já não estava mais na família do Barão – conta em suas memórias, como era a sede da fazenda.

“Nesta fazenda de aparência majestosa com um casarão em estilo colonial português, às margens do rio Piranga, nasci e passei parte da minha infância. Da fachada da casa abriam-se 17 janelas, que davam para uma vista encantadora, de calma e agradável paisagem bucólica. Um bloco de pedra sabão de forma arredondada formava a escada da entrada principal da casa. Várias salas com o mobiliário quase todo deixado pelo Barão do Pontal, quando vendeu a fazenda de portas fechadas: eram lindos canapés de palhinha, mesas e cadeiras de “medalhão” em jacarandá. O chão de tábuas corridas com 60 cm. de largura cada uma e ainda 14 quartos, vários deles com carretéis de madeira dependurados no teto, para a sustentação de cortinados de filó branco.

*A casa possuía um jardim interno, com uma mistura desordenada de flores, como é comum no interior de Minas [...] Na sala de visitas havia um piano. Este piano foi um dos primeiros a entrar em Ponte Nova, vindo do Rio, em carro de boi. Um professor alemão ensinava piano e bandolim às moças do Pontal.”*¹⁹⁰

¹⁹⁰ **COELHO**, Maria Sylvia Salles – *Guardei na memória*. Rio, Ed. da autora, 1984, págs. 29 e 30. A autora incorre em erro quando diz que a fazenda do Pontal foi vendida pelo Barão. A propriedade foi vendida por uma filha do Barão depois que tomou posse da parte do espólio que lhe tocou.

Além da fazenda do Pontal, Manoel Ignácio de Mello e Souza possuía mais duas propriedades na região: as fazendas do Gualaxo e do Lima, esta última próxima a Juiz de Fora. Para suas estadias na Corte, por conta de suas obrigações como deputado e depois senador, possuía uma chácara nos arredores da cidade do Rio de Janeiro.

Em Mariana, primeiro local a se fixar após chegar de Portugal, Mello e Souza possuía um lindo e imponente sobrado na rua Direita, próximo à Sé, que até hoje está lá para quem quiser apreciá-lo e é conhecida como “a casa do Barão”. Na sua fachada, o que chama mais atenção dos passantes são as quatro sacadas rendilhadas feitas em pedra sabão, consideradas peças únicas na arquitetura barroca mineira.¹⁹¹ No interior do casarão existem dois pátios que iluminam e facilitam a circulação e, em uma das salas, na parte da frente, restou ainda um belo altar dos tempos do Barão. Ao que tudo indica, mesmo durante a época em que foi presidente da província – tendo que, em tese, permanecer em Ouro Preto – era para este sobrado que Manoel Ignácio ia sempre. A Revolta do Ano da Fumaça, em 1833, o surpreendeu nesta sua morada de Mariana.

Homem de negócios e político, tudo leva a crer que tinha vida atribulada, deslocando-se continuamente entre a província e a Corte. Conciliava suas duas atividades contando com funcionários competentes. Em seu testamento contempla seu administrador e homem de confiança José Joaquim Gonçalves Pereira:

*“A terça de minha herança a que posso dispor se dividirá em três partes, huma para meu compadre e amigo José Joaquim Gonçalves Pereira que muito me ajudou com sua companhia e administração das fazendas e outros negócios de que o encarreguei por mais de 25 annos por isso o instituo herdeiro legatário de terça da terça de minha herança.”*¹⁹²

O Barão era um homem atento com o andamento de seus negócios e se preocupava em ficar sempre bem informado sobre eles quando envolvido com suas articulações

¹⁹¹ Dossiê de restauração. Plano de conservação, valorização e desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana. B. Horizonte, Fund. João Pinheiro, s/d. Ver também www.iphan.gov.br

¹⁹² Fórum de Ponte Nova - 2º ofício, caixa 1494/1506 B. Inventário com testamento 1860.

políticas e permanecia sempre vigilante aos problemas que surgiam em suas propriedades. Uma carta sem assinatura recebida por ele e achada por acaso dentro de seu inventário e, sem dúvidas, escrita por seu administrador, mostra como o funcionário o deixava a par de todos os acontecimentos das fazendas realizando um verdadeiro relatório.

“ Exmo Sr. Barão

Pontal, 13 de Fevereiro de 1845

Tenho recebido as estimas de V. Excia escriptas da Corte, e [ileg.] de 25 passado, sentimos em extremo os incômodos que V. Excia sofre e desejamos promptos allívios, assim como os desarranjos de jornadas, que era de esperar [ileg.] aos maoes caminhos que devia atravessar e a continuação das chuvas. Nos vamos passando sofrendo os incômodos proprios dos mezes chuvosos nestes lugares, e desde que V. Excia desta se retirou, os doentes são de numero 16 a 20, mas excepto uns 2 ou 3 dias que regulou a 12 ou 14 sendo hoje 21, freqüentes constipações acompanhadas de alguma febre, o que noto mesmo nas pessoas do trabalho, 2 de inflamações. Sergio e Gil que V. Excia já os deixou, o Crispim complicou-se [ileg] com os remédios dados para os vermes sofrendo elle uma desinteria que aparece e desaparece.

Estou arrumando já para plantar a cana, preparando a terra para o feijão e começar a colheita do arroz.

Desmanchei a senzala grande dos pretos que ameaçava cair e amanhã principiamos levantar ela de novo com madeira também [ileg].

No Gualacho não tenho ido pelas razões acima expendidas e o Luiz só uma vez aqui veio e disse que tendo perdido a egoa Mascarada e uma vaca.

*As chuvas estragarão também parte do muro da orte
(sic)”¹⁹³*

O seu último testamento, depositado no Fórum de Ponte Nova, está muito danificado e faltando partes, resultado, logo se vê, de um incessante manuseio pelos curiosos. Mas, mesmo assim, consegue ainda revelar facetas da personalidade de Manoel Ignácio. Como por exemplo, a lista de seus livros mostra que o Barão se dedicava muito à leitura de obras jurídicas e de tratados de medicina inclusive o clássico **Chernoviz**. Em Tocqueville ele se inteirava do funcionamento da democracia norte-americana. O **Tratado sobre ciência de exploração das minas** nos faz pensar que o Barão ainda se interessava por terras minerais, quem sabe, usado na esperança de modernizar as técnicas de mineração na época que presidia a província. Nas tardes chuvosas, poderia ocupar seu tempo relendo Cícero, **História filosófica** ou algum dos volumes de História do Brasil, ou ainda, jogando partidas de gamão com seus hóspedes.

É bem provável que o Barão fosse um partido disputado, mas solteirão empedernido não sucumbiu aos desejos de formar uma família *comme il faut*. Porém, em seu testamento revela um pouco de sua vida íntima: “*Declaro que meus Pays são falecidos e que não fui cazado; porem tive fragilidade e comunicação ilícita com mulheres solteiras o que resultou o nascimento de duas filhas que reconheço como tais (...)*”¹⁹⁴ Em todo o corpo de documentos pesquisados não foram encontradas qualquer referência às mães de suas filhas.

Mello e Souza não deixa de ser generoso ao legar para vários amigos e afilhados quantias em dinheiro e até um escravo doado a uma afilhada. Para o vigário de Ponte Nova deixou a quantia de 200 mil réis e, para sua afilhada, irmã do dito vigário, deixou 800 mil réis. Não se esqueceu de sua irmã que morava em Portugal: “*Doação à minha prezada irmã, Dona Maria Benedita do Carmo Souza e Mello do usufruto enquanto viva for de dez ações do Banco Hypotecário cujo rendimento ou dividendo tenho recebido e remetido até o segundo semestre p. p.*”¹⁹⁵

Católico convicto, irmão remido da Ordem de São Francisco de Paula, sempre presenteou a paróquia de Ponte Nova: no ano de 1838 doou paramentos para missa cantada

¹⁹³ Fórum de Ponte Nova - 2º ofício, caixa 1494/1506 B. Inventário com testamento 1860. Carta inclusa

¹⁹⁴ BIBLIOTECA NACIONAL. Seção de Manuscritos, I, 32, 6, 23.

¹⁹⁵ Fórum de Ponte Nova - 2º ofício, caixa 1494/1506 B. Inventário com testamento 1860.

e “outras alfaías”; em 1841 doou um vaso de “prata lavrado e dourado” para o sacramento e, em 1854, presenteou o templo com seis castiçais e uma cruz de casquinha branca para o altar mor. Tudo com a condição de que os objetos não saíssem da igreja da Vila de Ponte Nova em nenhuma hipótese.

Em vida reconheceu uma filha, Ignácia Luiza, casada com Albino Cerqueira Leite e no testamento reconhece outra filha, Antonia Felícia, esta casada com Francisco Machado de Magalhães. Procurou unir suas filhas com filhos de famílias abastadas e influentes.

Seu genro Albino Cerqueira Leite foi o mais feroz na disputa pelos bens deixados pelo Barão. Ele era magistrado e fazendeiro em Juiz de Fora e tinha dois irmãos de prestígio na magistratura e na política: Francisco de Paula Cerqueira Leite que foi juiz de fora em Campanha e Mariana e, mais tarde Ministro do Supremo Tribunal de Justiça e deputado e Pedro de Alcântara Cerqueira Leite, que recebeu de D. Pedro II o título de Barão de São João Nepomuceno. Apesar de ser mera especulação de minha parte, é bem possível que tenha sido através de Francisco ou de Pedro que Manoel Ignácio tratou o casamento de sua filha, pois, além de ambos serem seus colegas na magistratura foram também deputados provinciais. Pedro, na primeira e segunda legislaturas; e Francisco, na segunda.

A outra filha de Manoel Ignácio se casou com gente enraizada na região da Mata norte, os Machado de Magalhães. E tudo leva a crer que o genro Francisco sempre foi mais próximo ao Barão, pois foi indicado como um de seus testamenteiros.

Mello e Souza faleceu em 1859 e, no ano seguinte, foi iniciada uma verdadeira guerra entre as duas herdeiras. No seu inventário constam alguns documentos que atestam esta disputa familiar. Em 1860, o inventário e a partilha foram anulados e o inventariante e genro Francisco Machado de Magalhães mandou o seguinte ofício ao juiz de órfãos que aponta para os vários locais onde Mello e Souza tinha propriedades:

“Ilmo Sr. Dr. Juiz Municipal de Órfãos

“Diz Francisco Machado de Magalhães, um dos herdeiros do Barão do Pontal, que achando-se nulo o inventário e a partilha a que se procedeu nos bens que deixou o mesmo falecido Barão, torna-se indispensável a nova e

também competente partilha entre os interessados que o representam; e sendo o (Francisco) inventariante do espólio, vem desde já propor as louvadas, que tem de estimar os bens nas diversas localidades onde se acham, a fim de serem aprovadas ou reprovadas pelos herdeiros.

Propõe, pois, para esta cidade os louvados Comandante Antonio Vicente Ferreira de Oliveira e o Comandante Francisco da Silva Lessa.

Para o Gualaxo e Furquim João Severiano Soares e Felisberto Gonçalves Carneiro.

Para o Pontal Comandante Manoel Francisco de Souza e Silva, José Mariano da Costa Lanna, Dr. Francisco Martins Ferreira da Silva e José de Deus Sá e Castro.

Para o Lima, José Domingues da Silva, Brás Antonio Portugal; Tenente Coronel José Ribeiro de Rezende e Francisco das Chagas Alvim.

Para o Rio de Janeiro a Francisco de Siqueira Dias, João de Miranda Ribeiro, Comandante Manuel Gomes Ferreira e José Joaquim Hortegal Barbosa.”¹⁹⁶

Não é possível precisar com exatidão por causa do estado danificado do inventário e testamento, mas tudo indica que o Coronel Albino Cerqueira Leite e sua esposa afirmavam ter Francisco Machado de Magalhães recebido um dote vultoso do Barão por ocasião do seu casamento com Antonia Felícia e que eles somente reconheciam como filha verdadeira Ignácia Luiza, já que Antonia só foi perfilhada oficialmente no testamento e mais acusações sobre malversação de bens sob guarda de Francisco que teria, então, pedido o embargo da partilha. No centro de tudo estava a não aceitação de que Manoel Ignácio tivesse outra

¹⁹⁶ Fórum de Ponte Nova - 2º ofício, caixa 1494/1506 B. Inventário com testamento 1860. Um dos avaliadores da fazenda do Lima (próxima à Juiz de Fora) é José Ribeiro de Rezende, futuro Barão de Juiz de Fora e sobrinho do Marquês de Valença (Estevão Ribeiro de Rezende).

herdeira necessária. A defesa do casal Albino/Luiza foi feita por Francisco de Paula Silveira Lobo.¹⁹⁷

Como em todas as querelas familiares vêm à superfície mágoas antigas e todo tipo de cobranças, mesquinhas e conflitos vividos pelo grupo e aqui não poderia ser de modo diferente. A certa altura, num documento acusatório são revelados atritos entre Mello e Souza e seu genro Albino que envolviam a doação de alguns escravos e desqualificação do dote recebido. Mas, é bom lembrar, que essas acusações feitas no calor da disputa devem ser relativizadas:

[...] essa carta do próprio Embargado só prova o ressentimento e capricho (sic) com que o Embargado tratava o Barão do Pontal, julgando poder jogar de cima, porque, tendo afinal, como único herdeiro, que então era, lhe iria ter às mãos, só prova o desprezo e orgulho em que encarou os bens doados, qualificando os escravos que lhe foram oferecidos de incapazes de com eles se empenhassem serviço sério, esta mesma qualificação deprimente rejeitando-os e dando bem a ver que só não se dignaria de aceitar os escravos [ileg.] outros que não aqueles, terminando por devolver e recambiar do promitente, Barão do Pontal, os títulos que este lhe enviava como formalmente se lê.”¹⁹⁸

O processo se estendeu até 1873, quatorze anos, portanto, após a morte de Manoel Ignácio de Mello e Souza.

Até os dias atuais, as lendas em torno da figura do Barão do Pontal ainda persistem na memória dos moradores da pequena vila surgida em torno da fazenda. Considerado como um senhor implacável para os escravos, sobram relatos sobre suas crueldades. Um deles dá conta que Mello e Souza castigava os cativos com a ingestão compulsória de doses

¹⁹⁷ Francisco de Paula Silveira Lobo era genro de José Joaquim Fernandes Torres. Formado em Olinda, serviu como juiz em Mariana; foi deputado, senador e presidente da província de Minas Gerais (1878/9). Fonte: www.senadofederal.gov.br

¹⁹⁸ Fórum de Ponte Nova - 2º ofício, caixa 1494/1506 B. Inventário com testamento 1860.

cavaleiros de óleo de rícino. Mas a mais conhecida das lendas relata os vários enterros do Barão: sepultado no cemitério de sua propriedade, seu corpo apareceu desenterrado no dia seguinte; voltaram a enterrar, mas novamente o corpo apareceu desenterrado; jogaram o defunto no rio Piranga, mas ele apareceu boiando agarrado à margem; resolveram, então, levá-lo para um pasto num alto de morro, mas os urubus se recusaram a devorá-lo. Como última tentativa, acorrentaram seu corpo no porão da casa grande, tendo ele por companhia um enorme bando de morcegos que habitavam o local e lá, finalmente, se aquietou. Porém a casa ficou com fama de mal assombrada e que os miasmas maléficos faziam a infelicidade daqueles que habitavam o casarão.

Ao contrário do Barão, que as evidências apontam como de origem mais modesta, José Joaquim Fernandes Torres nasceu em berço rico, no dia 17 de abril de 1797 na cidade de Mariana. Seu avô português, o Coronel Antonio Gonçalves Torres foi talvez um dos mais ricos proprietários dos Sertões do Leste. Recebeu, em 1744, carta de sesmaria na região de Barra Longa.¹⁹⁹ No seu volumoso e danificado inventário, o que consegui apurar é que ele, ao morrer, deixou fazendas não só em Barra Longa como também na região de São Sebastião e Almas da Ponte Nova. No arrolamento dos bens constam 157 barris de aguardente produzidos no ano de sua morte e um plantel de 137 escravos.²⁰⁰

O futuro senador se formou em Coimbra no ano de 1827 e, dois anos depois, era nomeado pelo Imperador Pedro I lente da Escola de Direito do Largo de São Francisco em São Paulo.²⁰¹ Durante a Regência foi nomeado Juiz de Direito da Comarca de Ouro Preto no ano de 1833. Na primeira eleição para a Assembléia Provincial, legislatura de 1835-1837, José Joaquim é eleito deputado junto com Manoel Ignácio de Mello e Souza. Além de colegas na política, eram também ligados por laços de parentesco. A tia de José, Antonia Constância da Rocha, era casada com o tio de Manoel, Ignácio José de Souza Rabello. Na pasta com os documentos referentes ao Barão do Pontal, depositada na Biblioteca Nacional, achei uma carta datada do ano de 1824 e dirigida a D. Pedro I, onde ele renuncia a “*graça de Cavaleiro da Ordem de Cristo*” em favor de seu parente José Joaquim.

¹⁹⁹ RAPM. Catálogo de sesmarias, vol. II. B. Horizonte, APM, 1988, pág. 209.

²⁰⁰ CSM – 1º ofício, cód. 59, auto 1305. Inventário de 1776.

²⁰¹ Os documentos da família Fernandes Torres pertencem a um acervo particular. Seu proprietário é Antonio Brant. As referências a estes documentos trarão a sigla AAB/FT A nomeação de José Joaquim como lente da Escola de Direito traz o número 1.

“Quando SMI, o Senhor Dom Pedro Primeiro Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil, se Digne conceder-me licença para renunciar a Graça ou Mercê de Cavalheiro da Ordem de Nosso Senhor Jesus Christo, que se me conferiu por effeito da Régia Resolução de 26 de Março de 1810, tomada sob consulta da Meza de Dezembargo do Paço de 31 de Agosto de 1809 e por ter servido no anno de 1808 o cargo de segundo Vereador da Câmara desta Leal Cidade de Marianna, faço renunciar gratuita a bem de meu parente José Joaquim Fernandes Torres em que concorrem as necessárias qualidades [...]

Marianna aos 12 de outubro de 1824

*Manoel Ignácio de Mello e Souza*²⁰²

No ano de 1837 perde seu pai, o Sargento Mor Joaquim José Fernandes, e herda junto com seu irmão Joaquim José (homônimo do pai) fortuna em terras e escravos.

Ao contrário do Barão do Pontal, José Joaquim se casou três vezes e se preocupou, pelo menos da primeira vez, em se unir com a integrante de uma família importante com laços em Minas, São Paulo e Bahia. Dona Águeda Rodrigues Horta era sobrinha neta do famoso contratador de diamantes Felisberto Caldeira Brant e neta de um paulista, o Tenente Coronel José Caetano Rodrigues Horta que, por sua, vez descendia de bandeirantes paulistas, assim sendo, pelo lado da família Caldeira Brant a fazia prima de Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira, o Marquês de Barbacena. Nessa primeira união, Fernandes Torres reforçou laços com a “elite” paulista (não é sem razão que ele ocuparia a presidência da província de São Paulo de setembro de 1857 até o início de 1860), mas não tiveram filhos.²⁰³

²⁰² B N. Seção de Manuscritos, I, 32, 6, 23.

Sobre a Ordem de Cristo ver: **HOLANDA**, Sérgio Buarque de – A herança colonial: sua desagregação. In, **HOLANDA**, Sérgio Buarque de – *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo II, vol. 3. Rio, Bertand Brasil, pág. 37 e seguintes.

²⁰³ As informações sobre as redes parentais de D.Águeda R. Horta devo a Fernanda Vieira Martins e as referências sobre os filhos do Senador devo a Antonio Brant, pesquisador de famílias pontenovenses. Infelizmente não foi possível localizar o inventário de Dona Águeda.

Seu segundo matrimônio foi com uma sobrinha de sua falecida esposa, Bárbara (Soares de Gouvêa) Fernandes Torres²⁰⁴ que faleceu em 1842. Desse casamento nasceram dois filhos: Luiza Adelaide e José Joaquim.

E finalmente, seu terceiro casamento se realizou com sua sobrinha direta, filha do seu único irmão Joaquim José.²⁰⁵ No inventário de sua terceira esposa, Dona Antonia Joaquina Fernandes Torres, consta uma certidão de dote, na verdade um eufemismo para um draconiano contrato de casamento firmado entre José Joaquim e Joaquim José.

Dessa união nasceram mais dois filhos: Antonio Fernandes Torres e José Fernandes Torres. Tive acesso a uma carta do Senador a este seu filho caçula (apelidado de Zezé), com o timbre do Gabinete do Ministério do Império (pasta que naquele momento ocupava) e enviada para São Paulo onde o rapaz estudava Direito no Largo de São Francisco. Já com a letra irregular revelando uma mão trêmula – estava para completar 70 anos – ele dá conselhos ao filho:

“Rio, 1 de Março de 1867

Zezé,

Não hé de minha natureza, não hé de meu gênio dar demonstrações externas em presença de um grande pesar; mas compreenda bem, acredite certamente quão sensível e dolorosa a tua ausência que pode ser disfarçada pela lembrança de que tem ella por fim tua felicidade e depois da felicidade de nossa cara Pátria e seus filhos há na minha vida o [ileg.] principal fito.

Deos, o onipotente Criador e árbitro de todas as maravilhas deste mundo e de nós outros te dê forças e te coadjuve em aperfeiçoar teo bom coração, e tua consciência; um coração bem formado, uma consciência pura hé o Juiz mais severo e mais efficaz de nossas crenças; àquelles que tem adquirido este bem, isto hé, bom coração e pureza de

²⁰⁴ CSM – 1º ofício – cód. 69 – auto 1464. Inventário de 1842.

²⁰⁵ TRINDADE, Raimundo – *Genealogias da Zona do Carmo*. Ponte Nova, Imprensa Gutenberg, 1943, pág. 258

consciência, pode bem aplicar a doutrina: o premio da virtude hé a própria virtude , o castigo do vício hé o próprio vício.

Espero que [ileg] todos os dias, qual o fim que vais conseguir na Academia de São Paulo, e com este fim diante dos olhos [ileg] cumprir os teus deveres; assim te habilitaras para servires tua Pátria, e continuarás a encher de satisfação o coração amoroso de teu Pay e dar gosto a todos os nossos parentes.

Tem sempre na lembrança que o bem mais valioso deste mundo he o bom conceito e a estima dos que nos conhecem e nos admirão.Tenho em toda minha vida me esmerado em seguir o caminho da virtude [ileg.] e assim espero da tua boa índole e para tua felicidade.

Recebe a benção de

Teo Pay e verdadeiro amigo.

J. J. Fernandes Torres”²⁰⁶

Esse filho mais novo de Fernandes Torres se casou com Sebastiana Machado de Magalhães, neta do Barão do Pontal. Sua filha mais velha, Luiza Adelaide F. Torres se casou com Francisco de Paula Silveira Lobo que era neto de Francisco José da Silveira, um dos líderes da Revolução Pernambucana de 1817. Silveira Lobo foi deputado, Senador e presidente das províncias de Minas Gerais e Pernambuco.

O Dr. José Joaquim se enquadrava bem na observação de Maria de Lourdes Janotti sobre a maioria dos políticos do Império:

“Concordando com Raymundo Faoro sobre a natureza patrimonialista do Estado Brasileiro, compreende-se que era a posse de cargos na administração pública, mesmo os de caráter honorífico, que garantia

²⁰⁶ AAB/FT. Carta avulsa, não numerada.

*respeitabilidade, enriquecimento e, principalmente, o reconhecimento da autoridade. Portanto não bastava ser comerciante ou possuir terras e escravos: era preciso representar o governo e impor-se aos políticos da Corte que monopolizavam as fontes de poder.”*²⁰⁷

Sua nomeação para Juiz de Direito para a comarca de Ouro Preto em 29 de agosto de 1833, foi estratégica, afinal estavam em curso os processos contra os sediciosos de 22 de março e quem melhor que um parente e amigo do Presidente da Província para julgar os casos?

*“A Regência Permanente, em Nome do Imperador, o Senhor Dom Pedro Segundo, faz saber a todas as Authoridades, e mais pessoas a quem o conhecimento d’esta Carta pertencer que Nomeia a Joze Joaquim Fernandes Torres para Juiz de Direito da Comarca de Ouro Preto da Província de Minas Gerais [...] Dada no Palácio do Rio de Janeiro em vinte e nove de Agosto de mil oito centos e trinta e três, duodécimo da Independência e do Império. Francisco de Lima e Silva, João Bráulio Moniz e Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho.”*²⁰⁸

Dez anos depois, vamos encontrá-lo deputado provincial e Juiz de Direito da Comarca de Piracicaba – uma das divisões administrativas que abrangia parte da Zona da Mata – nomeado já por D. Pedro II e Honório Hermeto Carneiro Leão. No ano seguinte foi eleito deputado geral e nomeado Juiz de Direito da Primeira Vara Criminal da Capital do Pará. Sua passagem por lá ou foi rápida ou nem se concretizou porque, em 1846, alcança o *status* de Ministro:

²⁰⁷ JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco, op.cit., págs.9 e 10.

²⁰⁸ AAB/FT, doc. 2

“Hei por bem nomear ao Deputado Jozé Joaquim Fernandes Torres, Ministro e Secretário d’Estado dos Negócios da Justiça. Palácio do Rio de Janeiro em cinco de Maio de mil oito centos e quarenta e seis, vigésimo quinto da Independência e do Império.

*P e Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti d’Albuquerque.”*²⁰⁹

No dia 16 do mesmo mês, recebe o título de Conselheiro,²¹⁰ mas isso não quer dizer que fosse membro do Conselho de Estado. Aí se tratava somente de um título honorífico dado pelo Imperador.²¹¹ Em agosto do ano seguinte (1847) é nomeado para Desembargador da Relação de Pernambuco²¹². É bom lembrar que a província pernambucana andava inflamada já com as articulações do Partido da Praia que, no ano seguinte, resultariam na rebelião. Nesse ponto podemos questionar a nomeação do Conselheiro para julgar processos de uma província, cuja capital estava vivendo momentos de grandes agitações. O governo central necessitava, portanto, de um agente de confiança para julgar questões delicadas. Nesse mesmo ano foi escolhido Senador do Império.

Em 1857 foi nomeado presidente da Província de São Paulo; em 1862, foi escolhido vice-presidente da Província de Minas Gerais. Aos 71 anos, em 1866, foi novamente nomeado ministro dos Negócios do Império:

“Hei por bem Nomear o Conselheiro Jozé Joaquim Fernandes Torres para o Cargo de Ministro e Secretario de Estado dos Negócios do Império. Palácio do Rio de Janeiro, em três de Agosto de mil oitocentos e sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independência e do Império.

²⁰⁹ AAB/FT, doc. 5

²¹⁰ AAB/FT, doc. 7

²¹¹ Sobre a composição do Conselho de Estado ver: **MARTINS**, Maria Fernanda Vieira – *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Tese de Doutorado. Niterói, UFRJ, 2005.

²¹² “Relação de Pernambuco: tribunal de instância superior estabelecido na Província pelo Alvará Régio de 6 de fevereiro de 1822”: **BOTELHO**, Ângela V. e **REIS**, Liana Maria – *Dicionário Histórico Brasil Colônia e Império*. B. Horizonte, 2001, pág.293.

P e Z. de Góes e Vasconcellos. ”²¹³

Como o Barão do Pontal, Fernandes Torres também morreu em uma de suas fazendas, a Jaracatiá, em 1869.

Infelizmente não consegui encontrar o inventário do Conselheiro, mas os inventários de suas duas últimas esposas possibilitaram o levantamento de alguns dados sobre suas posses.

Na fazenda Marimbondo, freguesia de Saúde, termo de Mariana e residência rural dos Fernandes Torres, foi possível, através desses documentos, explorar alguns elementos do cotidiano, além, é claro, dos itens necessários para se movimentar uma propriedade de grande porte. O inventário da sua segunda esposa Dona Bárbara Fernandes Torres,²¹⁴ falecida em 1842, possibilita perceber que, nas suas temporadas no Marimbondo, o Senador e seus familiares usufruíam de conforto e requintes. Se não, vejamos alguns dos objetos arrolados que nos dão a idéia do cotidiano dentro e fora da casa-grande da fazenda Marimbondo:

Diferentes peças em ouro lavrado: cordões, grilhões, caixilhos, collar, etc.

Hum anel de brilhantes

Hum alfinete com dois brilhantes

Três pares de brincos com brilhantes

4 castiças de prata

Hum oratório com imagem de Santo Expedito, Santa Anna, Santa Rita, São Sebastião e outras imagens menores todas ornadas com resplendores

Três mesas de jogos

300 volumes de Autores escolhidos em Política, História e Jurisprudência

32 lençoes de pano de linho novos

20 lençoes de morim Americano

20 colxas de xita, algodão e baeta

²¹³ AAB/FT, doc.12

²¹⁴ CSM -1º ofício, cód. 69, auto 1464. Inventário de 1842.

A terceira esposa foi sua sobrinha Dona Antonia Joaquina que faleceu em 1850, ou seja, no intervalo de oito anos José Joaquim ficou viúvo da segunda esposa, se casou pela terceira vez e ficou viúvo novamente.

12 toalhas de algodão
10 toalhas de mão
4 toalhas de Guimarães com huma dúzia de guardanapos
2 duzias de xícaras azuis
2 duzias de louça azul
2 duzias de xícaras e pires de serviço ordinário
hum serviço ordinário de louça branca
huma dúzia e meia de copos de vidros lapidados
4 garrafas brancas de vidro lapidado
2 duzias de copos de champagne
huma dúzia de copos de beber vinho
4 chocolateiras
200 garrafas para vinho ordinário
huma botica contendo 50 vidros de remédios
hum toucador de madeira fina
4 rodas de fiar algodão
huma bigorna, folles e mais ferramentas
9 caixões de goardar assucar
huma balança grande de pesos de ferro
31 formas de assucar
2 esfriadeiras de assucar
hum coxo de espesar garapa doce
8 coxos de azedar garapa
hum alambique grande em bom uso
huma taxa de cobre de 3 arrobas
huma taxa de cobre de 2 arrobas
Mil alqueires de milho
300 barris de restillo (?)
50 alqueires de feijão
20 alqueires de arroz
20 arrobas de assucar

50 arrobas de algodão em rama

80 arrobas de café

80 cabeças de Porcos entre capados, porcos e leitões.

Essa longa lista²¹⁵ é rica em revelações sobre os negócios e o estilo de vida da família do Senador. Muito apegado à sua região, José Joaquim sempre passava suas temporadas na fazenda Marimbondó e, como é possível observar, além de político, era também um próspero proprietário. Acumulava suas tarefas de magistrado com os empreendimentos agrícolas. Em suas fazendas, produzia cachaça e açúcar, tecidos grosseiros, cereais de primeira necessidade e toucinho. O total de escravos citados no inventário é de 55 pessoas, o que representa um número razoável de cativos, levando-se em conta o universo mineiro onde raramente um fazendeiro possuía mais de 100 escravos como já foi observado anteriormente.

Através da lista de roupas – atenção para o grande número de lençóis de linho – e móveis podemos inferir que, na casa grande, desfrutava-se de grandes comodidades, acompanhando de perto as novas tendências e concepções de moradias européias, como a sala de jantar com a grande mesa de madeira nobre, coberta por toalhas bordadas e todos os objetos que o uso requintado requeria como louças, porcelanas, pratarias, cristais, guardanapos e pajens uniformizados para servir os comensais. Como notou Roche:

*“Desde o século XVI, a mesa ditava maneiras de civilidade; no século XVII, ela era o lugar expressivo de um outro prazer de comer. Da habitação do campo à morada aristocrática, a diferença era grande, mas em ambos os casos a mesa respondia a uma necessidade na relação do homem com o homem: nela a alimentação foi transfigurada em relações sociais.”*²¹⁶

²¹⁵ Obviamente o arrolamento do inventário é muito mais longo, com dezenas de outros itens; aqui optei por citar aqueles bens que caracterizam melhor os negócios e o estilo de vida do Senador e sua família.

²¹⁶ ROCHE, Daniel, op. cit. pág. 233.

Dormia-se em lençóis de linho bordados com perfume de folhas de malva que é como se guardavam as roupas de cama para não pegar cheiro de mofo. E, para espantar o tédio das temporadas na roça, havia a opção de jogar cartas ou gamão em mesas feitas com essa finalidade, ou ler algum livro da biblioteca do Senador que, infelizmente, não foram nomeados um a um como no inventário do Barão do Pontal.

Oito anos depois, no inventário da terceira mulher de José Joaquim Fernandes Torres, Dona Antonia Joaquina,²¹⁷ observa-se que as comodidades foram ampliadas porque são citados alguns itens que no inventário anterior não constavam, como por exemplo, um piano e uniformes de pajens que serviam para o conforto de seus patrões em suas estadias no Marimbondo.

Esse último inventário traz uma curiosidade: é o único de toda a documentação pesquisada onde consta um contrato de casamento. O Senador, como genro do próprio irmão, dava as garantias de que a esposa e sobrinha não sairia prejudicada em suas posses em caso de sua morte, já que se tratava do terceiro matrimônio de José Joaquim. Por ironia, Dona Antonia morreu primeiro:

Primeiro: que não averá (sic) comunicação dos bens do contratante Dr. José Joaquim Fernandes Torres nem daqueles que forem prometidos em dote à Contratante que seo pae, dito Capitão Joaquim José Fernandes Torres ainda que hajam filho ou filha deste matrimônio.

Segundo: Que averá sim a dita comunicação nos bens adquiridos durante o matrimônio bem como nos frutos dos bens actuais dos contratantes.

Terceiro: Que por morte do Contratante a viúva terá direito dos bens que ficaram delle, a quarta parte do valor do dote entregue pelo SR. seo pae.

José Joaquim Fernandes Torres, como os grandes fazendeiros locais, possuía outras propriedades como casas em Mariana e na Barra Longa, sítios e sesmarias. A dificuldade

²¹⁷ CSM – 1º ofício, cód. 36, auto 827. Inventário de 1850.

para dimensionar as terras dos proprietários é um fato. Para a descrição e medição das fazendas, eram usados critérios dos mais subjetivos. Uma sesmaria de terras poderia ter medidas variadas, pois as cartas de doação eram imprecisas no que se refere ao tamanho e as delimitações da mesma.²¹⁸ Uma doação poderia começar nas “cabeceiras do Córrego Santo Antonio” e terminar onde começa a propriedade de fulano de tal. Nos inventário é comuníssimo entrar na relação de bens “uma sorte de terras” ou “um sítio” em tal lugar. Somente com a Lei de Terras de 1850 teria início algum critério para se medirem as propriedades e, mesmo assim, não foi daquela vez que se definiram concreta e objetivamente as medições.

Não obstante a amizade, o contraparentesco, a profissão, o apego à região e certas afinidades, as trajetórias políticas do Barão e de Fernandes Torres compreenderam momentos diferentes. A carreira política de Torres se inicia efetivamente quando é eleito deputado pela província de Minas Gerais em 1834 e, no ano seguinte, é também eleito deputado provincial (até então podia ser eleito pelas duas deputações simultaneamente) e vai chegar a ministro de D. Pedro II em 1866 quando Mello e Souza já havia morrido. Ou seja, o Barão representa a região do Primeiro Reinado até o final da Regência; e Torres representa da Regência até a fase do Segundo Reinado, quando os liberais progressistas ascendem ao poder através do gabinete Zacarias.

²¹⁸ As delimitações eram tão vagas que muitas vezes soam como estapafúrdias as explicações sobre os limites das sesmarias. A esse respeito ver: **SILVA**, Lúcia Osório – *Terras devolutas e latifúndios. Efeitos da lei de 1850*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1996, pág.43/44 e **NOZOE**, Nelson – *Sesmaria e apossamento de terras no Brasil Colônia*. Artigo disponível na Internet: www.anpec.org.br/encontro_2005/artigos

3. Os escravos: o caso da Senhorinha Rocha

A vinda da família real para a América portuguesa como consequência da agressiva política de Napoleão Bonaparte vai impulsionar a expansão econômica da região centro-sul, principalmente o interior fluminense, Minas e São Paulo. O consumo dos produtos de primeira necessidade que já se encontrava aquecido com a chegada da corte portuguesa vai ampliar ainda mais a demanda com a ocupação do solo fluminense pelas lavouras de café a partir de 1830. Os cafeicultores ocupavam o máximo do solo de suas propriedades com os cafezais e a mão-de-obra escrava era toda direcionada para a colheita, beneficiamento e manutenção das lavouras. Era, portanto, muito dispendioso deslocar o trabalho escravo para a produção dos bens de primeira necessidade para o abastecimento das fazendas. O mais estratégico seria, então, adquirir estes bens: milho, arroz, feijão, toucinho, carnes, açúcar, farinhas, doces e toda sorte de itens necessários eram comprados pelos fazendeiros de café da província fluminense.

Minas Gerais vai se beneficiar sobremaneira dessa grande procura por toda sorte de gêneros essenciais e, para produzir ainda mais seria necessário ampliar o plantel da mão-de-obra escrava para dar conta de suprir o mercado, sem falar na própria demanda do mercado interno; portanto, não é de estranhar que a província mineira contasse com o maior contingente de cativos do país.²¹⁹

Porém, não tenho como finalidade entabular aqui um estudo sobre a escravidão porque foge e muito aos objetivos deste trabalho, e sim apenas tecer algumas considerações, ensejadas pelas fontes que consultei, sobre as posses de escravos na Zona da Mata Norte, durante esse período em que a região também iria se beneficiar com a ampliação do mercado consumidor.

Um escravo poderia valer mais do que terras ou jóias. O Dr. Francisco Ferreira da Silva, falecido em 1864 na Vila da Ponte Nova, deixou para os herdeiros 20 escravos no valor de 11:490\$000 e várias partes de terras, inclusive dez alqueires num local chamado Boqueirão por 194\$000, uma casa com quintal na mesma vila avaliada por 500\$000 num

²¹⁹ Sobre a expansão do mercado abastecedor e suas causas ver: **STEIN**, Stanley – *Vassouras. Um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio, Nova Fronteira, 1990, principalmente caps. 1 e 4 e também **LENHARO**, Alcir, op. cit., cap. 1.

total de 1:751\$250. Para se ter uma noção do alto preço dos cativos, três escravos do Dr. Francisco foram avaliados em 1:300\$000 cada, ou seja, duas vezes e meia o preço de uma casa com quintal na vila.²²⁰

No ano de 1840, na Vila de Coimbra (hoje cidade de Coimbra, próxima a Viçosa) os nove escravos do espólio de Dona Sebastiana Carolina somaram 3:230\$000 enquanto seus imóveis que incluíam “*1 casa de sobrado por acabar-se coberta de telhas avaliada em 400\$000; 1 casa de coberta avaliada em 400\$000; 1 moinho coberto de telhas avaliado em 150\$000; 1 monjolo avaliado em 8\$000; 1 pomar cercado avaliado em 150\$000; 1 pasto de gramma avaliado em 100\$000; meia sesmaria de terra de cultura no Ribeirão Moqueca e mais huma porção de terra unida àquela por 2:400\$000*”²²¹, assim os bens imóveis somaram 3:508\$000, quase o mesmo valor dos nove cativos.

Na freguesia de Arripiados, Termo da Vila de São João Batista do Presídio e Comarca do Rio Pomba, o fazendeiro Domingos Correa da Silva legou aos herdeiros 12 escravos no valor de 4:815\$000 e a metade das “terras de cultura” da Fazenda Córrego Seco e mais um pasto de grama foram avaliadas em 739\$000. No ano de 1848, os preços dos escravos de Domingos oscilavam entre 580\$000 e 200\$000.²²²

Houve casos mais explícitos ainda, como no espólio de Manoel José da Silva, proprietário da Fazenda do Turvão próxima a São Sebastião dos Aflitos (hoje cidade de Ervália). Foram arrolados 15 escravos no valor total de 12:900\$000 enquanto sua fazenda toda foi estimada em 1:575\$000.²²³

Através desses casos acima ilustrados fica comprovado o alto valor dos escravos sempre suplantando o preço das terras e outros imóveis, obviamente o valor dos cativos vai se alterar ao longo do tempo; eram freqüentes as oscilações do mercado de escravos e até boatos interferiam nas cotações: Stein relata em seu livro que, em 1828, a queda nos preços se deu em consequência de um boato absurdo de que os ingleses estavam dispostos a permitir a prorrogação do tráfico por mais dez anos, ou então, logo depois de 1850, com o término do tráfico, ocasião em que os preços praticamente dobraram.²²⁴ Mas é inegável o

²²⁰ Fórum de Ponte Nova - 2º ofício, caixa 805/810 B. Inventário de 1864.

²²¹ Fórum de Viçosa. Inventário de 1840.

²²² Fórum de Viçosa. Inventário de 1848.

²²³ Fórum de Viçosa. Inventário de 1858.

²²⁴ STEIN, Stanley, op. cit, pág. 93.

alto valor do escravo que só veria seu preço despencar drasticamente às vésperas da abolição.

Nos exemplos também é possível notar que no universo da Zona da Mata norte, não eram comuns as grandes posses de escravos, como de resto não eram em Minas Gerais como um todo; mas, por outro lado, não era corriqueiro também encontrar uma propriedade matense sem cativos, o que vem corroborar as pesquisas de Roberto Martins²²⁵ sobre a população escrava em 1855, onde constatou que a Zona da Mata possuía 61.502 escravos para 95.279 homens livres.

Porém, essa proporção discrepante entre livres e escravos não era prerrogativa somente da região matense. Luiz Felipe de Alencastro notou que:

*“Outros municípios e cidades brasileiras e americanas tinham proporções maiores de cativos. Uma das mais fortes deve ter sido a registrada defronte à corte, em Niterói, onde em 1833, quatro quintos da população eram escravos. Ou em Campos, ainda na província fluminense, povoada em 1840 por 58 mil habitantes, dos quais 59% eram escravos.”*²²⁶

O fato de Minas ser a maior província escravista durante o século XIX já foi demonstrado através de um profícuo debate entre os historiadores, como Amílcar e Roberto Martins, Douglas Libby, e Robert Slenes. Para Roberto Martins, a economia mineira na primeira metade do XIX estava ancorada na produção para autoconsumo e abastecimento de mercados locais, não produzindo para o mercado externo (ou seja, para fora da província ou do país). Ainda, segundo Martins, a explicação para o grande número de mão-de-obra escrava se devia ao fato de haver grande disponibilidade de terras livres o que ocuparia os trabalhadores livres e aumentaria a demanda pelo trabalho escravo, justificando assim as grandes importações de cativos feitas por Minas nas primeiras décadas do oitocentos.

²²⁵ MARTINS, Roberto Borges – Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez – In: *História econômica da independência e do império*. S. Paulo, EDUSP/Imprensa Oficial, 2002, pág. 101.

²²⁶ ALENCASTRO, Luiz Felipe de – Vida privada e ordem privada no Império. In. NOVAIS, Fernando (dir.) – *História da vida privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional*, vol. 2. S. Paulo, Cia das Letras, 1997

Francisco Luna e Wilson Cano concordam com Roberto Martins quanto ao caráter da economia mineira, mas têm outro argumento para explicar o grande plantel de cativos. Justificam, então, o grande contingente de escravos em Minas pelo “abrandamento” no trato dos cativos, ou seja, aqui eles eram mais bem tratados e menos explorados que em outras regiões do Brasil, criando condições favoráveis e facilitando assim um aumento substancial da população escrava:

*“Na realidade pensamos que, justamente no baixo grau de mercantilização reside a explicação do imenso plantel: a violenta diminuição da taxa de exploração e o relaxamento dos costumes (mestiçagens e casamentos) permitiram o crescimento demográfico.”*²²⁷

Já Roberto Slenes e Alcir Lenharo vêem Minas como uma região de economia diversificada que, além de abastecer as demandas internas, exportavam seus produtos para outras províncias, notadamente para o Rio de Janeiro, explicando assim a existência do grande contingente escravista mineiro. Slenes reforça ainda o papel das atividades mineradoras que teria um grande peso nas exportações mineiras até meados do século XIX.²²⁸ Os trabalhos de Slenes e Lenharo apontam, a meu ver, para uma análise histórica mais enriquecedora e lógica que se ajusta com os parâmetros da minha pesquisa.

Assim sendo, no universo da Zona da Mata Norte também se aplicariam os argumentos de Slenes e Lenharo, não obstante pontos de convergências com Martins, Luna e Cano. O grande número de escravos detectados pela pesquisa de Martins justificaria, então, os dados coletados nos inventários que revelam grande número de propriedades que produziam gêneros diversificados tanto para autoconsumo como para o abastecimento de localidades próximas e ainda a possibilidade existente dos excedentes serem transportados para outras províncias, especialmente a do Rio de Janeiro.

²²⁷ LUNA, Francisco V. e CANO, Wilson – *Economia escravista em Minas Gerais*. Cadernos IFCH, nº 10. Campinas, UNICAMP, 1983, pág.13.

²²⁸ SLENES, Robert – *Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista em Minas Gerais no século XIX*. Cadernos IFCH, nº 17. Campinas, UNICAMP, 1985 e LENHARO, Alcir, op. cit.

Mas como eram as posses de cativos desses fazendeiros? Informações truncadas podem levar à idéia errônea de que estes proprietários possuiriam plantéis enormes de escravos com suas senzalas atulhadas. Douglas Cole Libby, em seu estudo sobre a escravidão em Minas no século XIX, observou que:

“[...] entre os 6.583 domicílios com escravos encontramos apenas 163 com contingentes mancipios compostos por mais de 30 cativos. Desses apenas seis contavam com mais de 100, sendo que o maior contingente – e único com mais de 200 cativos – corresponde aos 382 escravos pertencentes Imperial Brazilian Mining Association, proprietária da rica mina de Congo Soco. As posses entre 50 e 100 escravos eram em número de 42. Assim, fica claro que as grandes posses eram bastante raras na paisagem mineira do século XIX”²²⁹

Libby reforça ainda as evidências apontadas por minha pesquisa quando afirma que, no Brasil, as grandes posses de escravos eram bem relativas. Nem no Nordeste açucareiro, nem no sudeste cafeeiro se viam posses muito maiores do que 100 cativos. Segundo Libby, no Recôncavo Baiano, nas duas primeiras décadas do oitocentos, grande número de engenhos funcionavam usando o trabalho de vinte a sessenta escravos e 76% dos donos de escravos possuíam de um a nove cativos.²³⁰ Na região fluminense e paulista das grandes lavouras de café, dois potentados causavam espanto pelas suas posses de escravos, ambos com fazendas próximas ao município de Bananal: Manoel de Aguiar Valim, proprietário da fazenda Resgate, legou aos herdeiros em 1878 cerca de 400 escravos e Luciano José de

²²⁹ **LIBBY**, Douglas Cole – *Transformação do trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais no século XIX*. S. Paulo, Brasiliense, 1988, pág. 99.

²³⁰ **GRAÇA FILHO**, Afonso de Alencastro e **LIBBY**, Douglas Cole – *A Economia do Império brasileiro*. S. Paulo, Atual, 2004, pág. 27.

Almeida, deixou, ao falecer no ano de 1854, nada menos que 812 cativos.²³¹ Uma enormidade!

Na Zona da Mata observam-se posses bem mais modestas, mas significativas das fortunas de seus donos. A maior posse de escravos detectada pela pesquisa foi, sem dúvidas, a do Barão do Pontal: 108 escravos e um monte mor de 458:382\$165 que legou às duas filhas depois de sua morte em maio de 1859.²³² O pai de Fernandes Torres possuía, ao falecer, um plantel de 72 escravos, também um número considerável para os padrões locais²³³.

O fazendeiro Vicente Ferreira de Sá e Castro, já citado, possuía, ao falecer em 1827, 66 escravos; seu irmão Serafim Ferreira de Jesus²³⁴, outro rico proprietário nas proximidades de Barra do Bacalhau e falecido em 1830, deixou aos herdeiros 51 cativos.

O Tenente Coronel Miguel Martins Chaves, português natural do Arcebispado de Braga, ganhou uma sesmaria às margens do rio Piranga e formou uma fazenda com engenho de moer cana e mais culturas diversas. Morreu no ano de 1827, deixando para a viúva e filhos 39 escravos.²³⁵

Na fazenda do Quebra-Canoas, em 1839, no espólio de uma de suas proprietárias Maria Joaquina da Conceição,²³⁶ esposa do Capitão Francisco Martins da Silva, constam 43 escravos, mas lembrando que na mencionada fazenda morava o outro casal proprietário formado pelos irmãos Manoel José (irmão de Francisco) e Ana Leonarda (irmã de Maria Joaquina), portanto, é de se supor que eles também possuíam, nessa época, a mesma quantidade de escravos, ou seja: 86 cativos trabalhavam na propriedade.

²³¹ **FARIA**, Sheila Siqueira de Castro – Fortuna e família em Bananal no século XIX. In **CASTRO**, Hebe Maria Mattos de e **SCHNOOR**, Eduardo (orgs.) *Resgate. Uma janela para o oitocentos*. Rio, Topbooks, 1995.

Sobre posses de cativos ver também: **MOTTA**, José Flávio – *Corpos escravos vontades livres. Posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. S. Paulo, Anablume/FAPESP, 1999. Motta além de estudar a escravidão na região de Bananal, ampliou também suas reflexões sobre a historiografia referente a outros locais como Minas e São Paulo.

²³² Fórum de Ponte Nova – Cx 1494-1506, doc. 1496. Inventário de 1860. A fortuna do Barão se transformada em libras esterlinas daria no cambio da época 49.276 libras (tabela de Kátia Matoso).

²³³ CSM – 2º ofício, cod. 54, auto 1214. Inventário de 1837.

²³⁴ CSM – 2º ofício, cód. 80, auto 1734. Inventário de 1830.

²³⁵ CSM – 2º ofício, cód. 76, auto 1637. Inventário de 1827.

²³⁶ CSM – 1º ofício, cód. 20, auto 552. Inventário de 1839.

Já o tio e protetor do Barão, Desembargador Ignácio José de Souza Rabello e sua esposa Dona Antonia Constancia da Rocha²³⁷ – falecidos ambos no espaço de três meses, em 1830 – deixaram de herança para o seu sobrinho, na época deputado, 66 escravos. Aqui temos uma história no mínimo curiosa: uma escrava forra que deixa seus bens para o futuro Barão do Pontal.

O fato se deu da seguinte forma: ao falecer, Dona Antonia Constância da Rocha deixa especificado em seu testamento²³⁸ que dava a liberdade para a escrava Senhorinha Constância da Rocha e, além disso, dotou-a com “*uma morada de casas*” e “*huma escrava*”. Localizei o inventário de Senhorinha doando seus bens para o Barão do Pontal vinte e sete anos depois. E é ela quem diz em seu testamento:

*“Nasci nesta Freguesia de Furquim e vivi na companhia de meus Senhores, e ainda depois de liberta por minha Senhora Donna Antonia Constância da Rocha e pelo Senhor Desembargador Ignácio José de Souza Rabello e acompanhei até sua morte e depois voltei a esta fazenda do Gualaxo onde resido por favor e estima do Senhor Barão do Pontal que me offereceo a sua casa. Fui solteira, não tenho Paes vivos, nem filhos, educada com os princípios da Religião Catholica Apostólica Romana ...”*²³⁹

Nos vinte e sete anos que seguiu à morte de seus donos ela aumentou sua posse de cativos por procriação e recebeu de presente do Barão mais uma escrava, a Filisbina, contando no total quatro escravos:

“Declaro que a preta Catharina me foi dada pela minha Senhora Donna Antonia Constância da

²³⁷ CSM - 2º ofício, cód. 133, auto 2695. Testamento incluso em inventário duplo (com o marido Desembargador Ignácio José de Souza Rabello) de 1830.

²³⁸ CSM – 2º ofício, cód. 133, auto 2695. Testamento incluso em inventário duplo (com o marido Desembargador Ignácio José de Souza Rabello) de 1830.

²³⁹ CSM – 1º ofício – cód. 128, auto 2676. Testamento incluso em inventário de 1857.

Rocha e meo Senhor Ignácio José de Souza Rabello depois que viemos da Cidade de Ouro Preto para a de Marianna e que dessa mesma escrava nasceo a crioula Lauriana, a huma e outra dou a liberdade (...) Declaro que a escrava Filisbina parda também me foi dada pelo Exmo. Snr. Barão do Pontal (...) e por conhecimento do mesmo Barão sou authorisada para a forrar e dar-lhe a liberdade e a filha da mesma por nome Fortunata”²⁴⁰

Vaidosa, Senhorinha Rocha ia aos cultos religiosos com vestido de seda e lenço também de seda nos cabelos. Não foi possível averiguar a idade de Senhorinha, mas é possível fazer uma projeção, já que, em 1830, ela já era adulta e herdou os bens deixados pelos seus antigos senhores. Digamos que ela já estivesse entre trinta e quarenta anos. É bem plausível que Senhorinha, falecida em 1857, contasse com 70 anos ou mais. Não deixa de ser comovente a parte do testamento onde Senhorinha lega alguns de seus trastes para escravos, seus amigos, e se preocupa com os primeiros tempos de liberdade de suas alforriadas, implorando ao testamenteiro que cuidasse das recém libertas que, segundo ela, não estariam preparadas para enfrentar a nova condição de vida:

“Deixo em legado a minha parenta Feliciano escrava do Barão do Pontal a minha roupa millhor (sic) como capote, vestido de seda, xalle e lenço de seda, e a roupa de uso que se repartirá pelas minhas escravas e por Filisbina e sua filha Fortunata. Peço e rogo ao meo testamenteiro favoreça no que for possível as libertas principalmente enquanto não souberam dirigirem-se e governarem-se consentindo-as em sua

²⁴⁰ Idem

*casa e encarregando-as a quem possa dirigir-lhes (...)*²⁴¹

A história da Senhorinha Rocha nos leva a algumas reflexões: a começar pelo próprio nome da escrava que adotou o sobrenome de sua senhora. É bem provável que seu nome seja uma homenagem a Dona Antonia, ou à sua família, ou ainda ela poderia ser uma parenta próxima, ou mesmo filha de seu marido, ou quem sabe, sua irmã. Isso não se saberá jamais, mas, pelos indícios, qualquer uma dessas hipóteses pode ser verdadeira. Não era incomum senhoras adotarem ou protegerem filhos naturais de seus maridos com negras das senzalas ou manterem dentro de casa os parentes mulatos. Outro dado que reforça a hipótese do parentesco é o fato de Senhorinha fazer do Barão seu herdeiro e testamentário. De qualquer forma, ela era uma escrava forra diferenciada, o que fica evidente através do tratamento que lhe foi dispensado pelo Barão que a presenteou com outra escrava e a levou para morar em uma de suas fazendas.

O fato de uma forra como Senhorinha possuir escravos não é tão inusitado quanto possa parecer. Pesquisadores que estudam a escravidão já detectaram outros casos semelhantes. José Flávio Motta, em seu livro *Corpos escravos vontades livres*, comenta o fato – a partir da visão de outros autores como Francisco Vidal Luna e Stuart Schwartz – mostrando que em Minas a situação de forros proprietários era comum e para ilustrar cita casos de libertos donos de escravos no Serro do Frio e em Sabará no século XVIII.²⁴²

O mais inusitado, a meu ver, não seria Senhorinha possuir escravos ou alforriá-los no seu testamento; o inusitado é ela deixar seus poucos haveres para um homem de fortuna como era o Barão do Pontal.

Manoel Ignácio de Mello e Souza aparece nas listas nominativas²⁴³ de 1831/32 já com uma posse de 131 escravos e proprietário em Furquim de três “fábricas” de mineração, cana e cultura. Significa, então, que, antes da morte de seus tios, ele já era proprietário de 65 cativos. Foi neste mesmo ano de 1831 que ele foi indicado pelo governo regencial para ocupar a presidência da província de Minas Gerais.

²⁴¹ Ibidem

²⁴² MOTT, José Flávio, op. cit., págs. 99 e 100.

²⁴³ Fonte digitalizada. MARTINS, Roberto B.; GODOY, Marcel; PAIVA, Clotilde e MARTINS, Maria do Carmo – *Listas nominativas de Minas Gerais 1831-1832*. Brasília, IPA, 2001. APM, lista nominativa de habitantes de Furquim, Termo de Mariana. Pasta 17, doc. 11, 1831.

Na cidade de Ponte Nova diziam que o Barão não tratava bem seus escravos. Tinha fama de implacável. Na declaração abaixo que consta de seu inventário ele se justifica:

“Declaro que para evitar-se nas minhas fazendas os desatinos que se dizem verificados [ileg]) escravas ignorantes e perversas no tempo da gravidez e do parto e da reacção [ileg] dos filhos nos primeiros anos concede às minhas escravas quando estivesse criando seus filhos alguma exceção de serviços mais penosos e lhes prometi a liberdade as que criasse cinco filhos e estivessem vivos, quando o quinto filho chegasse à idade de seis annos e tendo [ileg] mas o Pay se fosse casado com [ileg] seria forro; cumpri a primeira parte da minha promessa a respeito de Graciana Crioulla e Maria da Conceição parda [...]”²⁴⁴

Fica aí patente o pragmatismo do Barão como homem de negócios: ao mesmo tempo em que fazia se passar por bom e magnânimo senhor de escravos, interessava-se por aumentar seu plantel através da procriação em cativeiro. Em seu testamento alforriava alguns escravos com obrigação de prestar quatro anos de serviço antes da almejada liberdade. Fazia parte da moral da época: todo senhor de posses alforriava alguns escravos em seu testamento como forma de aliviar a consciência e com o Barão não podia ser diferente; em seu testamento, manda rezar missas pelas almas de seus falecidos escravos.

Na lista dos escravos consta, na frente do nome de alguns, a profissão ou a especialidade. Na fazenda do Pontal seu proprietário contava com alfaiate, sapateiro, ferreiro, carpinteiro e tropeiros entre outras capacitações. Possuir negros tropeiros e bestas significa que o Barão fazia, ele mesmo, o comércio de seus produtos sem precisar de tropas alugadas; o que era apanágio de poucos (e ricos) fazendeiros. No universo dos inventários consultados somente o Barão e o fazendeiro Vicente Ferreira de Sá e Castro possuíam suas próprias tropas para transportar as mercadorias produzidas em suas propriedades.

²⁴⁴ Fórum de Ponte Nova – Cx 1494-1506, doc. 1496. Inventário de 1860

Infelizmente não foi possível localizar o inventário do Senador José Joaquim F. Torres para saber do número de escravos que possuía por ocasião de sua morte. Os dados que obtive são dos dois inventários de suas últimas esposas falecidas. Em 1842, segundo o inventário de Dona Bárbara F. Torres, o casal contava na fazenda com 55 escravos.²⁴⁵ Oito anos depois, quando faleceu sua terceira e última mulher e também sua sobrinha Dona Antonia Joaquina Fernandes Torres, entraram no inventário somente 16 cativos, sendo que, desse total, sete foram adquiridos após o casamento. O número menor de escravos pode indicar a divisão dos mesmos pelos herdeiros, filhos do primeiro e segundo casamento do Senador. Existe também a hipótese dos cativos não terem sido declarados para evitar nova partilha porque não deixa de ser estranho o número de escravos diminuir assim em oito anos.

Nos inventários consultados no Fórum de Viçosa, foram detectadas posses menores na região de Arripiados, Barra do Bacalhau e Santa Rita do Turvo. Em 1848, Domingos Correa da Silva²⁴⁶, proprietário da fazenda da Casca, freguesia de Arripiados, faleceu deixando aos herdeiros 12 escravos. Em suas terras, ele plantava cana de açúcar, milho, feijão e criava gado. Outro fazendeiro, Felisberto Gomes da Silva²⁴⁷, proprietário da fazenda Barra de Sant'Anna, no distrito de Arripiados (termo da Vila de São João Batista do Presídio e comarca do Rio Parahybuna) e falecido em 1844, deixou 10 escravos e também plantava gêneros diversos em suas terras. O já citado comerciante de Pedra do Anta, José Caetano Malaquias Gomes, legou à viúva três escravos.

Não se pode precisar com exatidão, mas é bem provável que outros tipos de mão-de-obra conviveram com a escravidão nas fazendas matenses. Parcerias, meação, agregados, colonos, além de trabalhadores temporários eram utilizados pelos proprietários para dar conta da demanda de trabalhadores braçais exigida pelas atividades agrícolas como a formação, manutenção e colheita nas lavouras de cana, algodão, café, arroz, milho e feijão. Era muito difícil que uma propriedade de grande porte, com toda a diversidade de itens produzidos, contasse apenas com a mão-de-obra escrava. Seria plausível argumentar que, dentro de um plantel por maior que fosse, teria de descontar as crianças pequenas, os velhos demais para trabalhar e ainda os empregados domésticos que ficavam no serviço da

²⁴⁵ CSM - 1º ofício, cód. 69, auto 1464. Inventário de 1842.

²⁴⁶ Fórum de Viçosa. Inventário de 1850.

²⁴⁷ Fórum de Viçosa. Inventário de 1844.

casa grande. Há fortes indícios que, na Zona da Mata a transição para o trabalho livre se deu sem grandes traumas, justamente por uma certa tradição de relações de trabalho estruturadas desta forma – na convivência de trabalhadores livres e escravos dentro das unidades produtivas.²⁴⁸

Vimos nas páginas anteriores como viviam e quem eram os potentados matenses, em especial dois representantes desse segmento de ricos proprietários de terras e escravos. Construindo suas fortunas, acumulando bens e engendrando negócios, esses homens naturalmente participaram da vida política, seja de sua paróquia, seja da província ou, no limite, do governo central. Veremos a seguir, mais profundamente, como política e negócios se imbricavam, como essa parte norte da zona da Mata mineira foi representada politicamente e de que maneira participaram do processo da estruturação do Estado que naquele momento se formava.

²⁴⁸ Para saber sobre a dinâmica dos trabalhadores livres na região de Mariana uma referência é a tese de: **ANDRADE** Francisco Eduardo de – *A enxada complexa. Roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. B. Horizonte, UFMG, 1994. Ver também: **LANNA**, Ana Lúcia Duarte – *A transformação do trabalho*. Campinas, UNICAMP, 1989 e **FRANCO** Maria Sylvia de Carvalho – *Homens livres na ordem escravocrata*. S. Paulo, UNESP, 1997 e **STEIN**, Stanley, op. cit.

CAPÍTULO III

AÇÃO POLÍTICA DOS REPRESENTANTES DA MATA NORTE NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XIX

História de clã

*No Império fomos liberais
e civilistas na República
(foi a primeira ou falta muito
para chegarmos à primeira?).
42, Santa Luzia
na guerra fomos derrotados
e nas urnas Deus é quem sabe.
Nunca chegamos ao Poder nem o Poder baixou a nós.
Ficamos, no choque de forças,
em surdina paralisada.
Mas temos castelos na Escócia.
Corrijo: nas Escócias do Ar.*

Carlos Drummond de Andrade

Um preâmbulo

Quando o príncipe francês François Ferdinand D'Orleans – futuro cunhado de D. Pedro II e conhecido como Príncipe de Joinville – veio ao Brasil, no ano de 1838, ele anotou em seu diário, justamente durante uma visita à província de Minas Gerais, que dificilmente o Brasil escaparia ao destino da América Espanhola: “*Mas há uma coisa que salta aos olhos, é a impossibilidade de conservar unido este imenso Império*”²⁴⁹

A opinião do príncipe não era um fato isolado, dela comungavam muitos estrangeiros que por aqui passaram na época em que regentes governavam o Brasil²⁵⁰. A estruturação do Estado nacional se constituiu, portanto, num processo complexo, assinalado por conflitos de variadas tendências e disparidade de projetos dentro de um vasto território com diferenças abissais e especificidades regionais, formando um verdadeiro mosaico de difícil administração durante o processo de formação do Brasil como “um corpo político autônomo”.²⁵¹ A liberação da imprensa e conseqüente aparecimento de vários periódicos, a ação de sociedades secretas como a maçonaria²⁵² tudo colaborou para o incremento dos embates políticos que eram a expressão dos conflitos de interesses. Essa estruturação dinâmica do Estado teve, portanto, características próprias, como notou Alcir Lenharo:

“Geralmente, a historiografia, sob ângulo jurídico, detém-se na idéia do Estado importado, marcado apenas por traços de permanência do que imigrou da Metrópole, tendendo à imobilidade. O movimento social aqui apresentado mostra um outro lado da questão, mais rico e esclarecedor,

²⁴⁹ **ORLEANS**, François Ferdinand Philippe Louis Marie d' – *Diário de um príncipe no Rio de Janeiro*. Rio, José Olympio, 2006, pág. 71.

²⁵⁰ **SCHLICHTHORST**, C. – *O Rio de Janeiro como é (1824-1826)*. Brasília, Senado Federal, 2000. Esse oficial alemão a serviço do Exército Imperial deixou interessantes relatos sobre sua passagem pelo Brasil.

²⁵¹ **SOUZA**, Iara Lis Carvalho – *Pátria coroada. O Brasil como corpo político autônomo 1780-1831*. S. Paulo UNESP, 1999.

²⁵² As lojas maçônicas foram fechadas em 1806 por ordem do Conde dos Arcos, mas reabertas logo depois da chegada de D. João por interseção de vários nobres maçons, inclusive, segundo nos informa Evaldo Cabral de Mello, o Conde de Linhares, D. Rodrigo de Souza Coutinho. Ver: **MELLO**, Evaldo Cabral de – *Dezessete: a Maçonaria dividida*. In, *Topoi*. Revista de História do Programa de Pós-graduação em história Social da UFRJ, vol. 4. Rio, março de 2002, pág.9.

*apresentando o Estado em formação de face materializada, isto é, classista, em transformação determinada pela expansão sócio-econômica do pólo dinâmico do país, o Centro-Sul”.*²⁵³

No caso de Minas, a capitania e posterior província pode ser definida como um microcosmo, uma imagem reduzida do que acontecia no resto do país: uma região também multifacetada, como já foi demonstrado, com suas especificidades sociais e econômicas. Seria natural, portanto que em seu interior brotassem divergências políticas. Os embates para concretizar os projetos dos vários grupos regionais eram inevitáveis, desfazendo assim qualquer idéia de que Minas foi um mar de serenidade e homogeneidade durante o processo da Independência e a posterior estruturação do Estado nacional. Necessitando esses grupos de indivíduos que fossem seus porta-vozes no parlamento, um dos instrumentos da representatividade da nação em formação, como observou Claus Rodarte:

“Dentro de um quadro de crise geral, à necessidade de se criar instituições mais capazes de atender as demandas que solaparam o antigo Regime, juntou-se a necessidade de se criar também uma nova identidade nacional mais capaz de sintetizar as outras identidades dispersas pelo continente brasílico. Foi principalmente no parlamento que o Estado e a nação brasileiros foram simultaneamente moldados pelas elites regionais, oriundas de espaços e culturas políticas distintos. Se esse desafio permanente de montagem e preservação do mosaico nacional contava com a participação ativa da Assembléia Geral Legislativa, é importante lembrar que outro, simultâneo e análogo, ocorria no interior das províncias do império: se o parlamento projetado buscava sintetizar a nação, precisavam as províncias, quando da escolha de seus porta-vozes na Assembléia Geral, sintetizar

²⁵³ LENHARO, Alcir, op.cit., pág. 31

também a si mesmas – e as eleições de seus representantes são um excelente exemplo da pluritonalidade de vozes que nela existiam.”²⁵⁴

Os interesses daqueles grupos com maior poder econômico – os comerciantes da área central e Sul, assim como os grandes proprietários que produziam gêneros diversificados, elementos mais abastados da antiga área de mineração, habitantes dos centros urbanos como comerciantes varejistas e seus empregados, artesãos, jornaleiros, padres, advogados, magistrados e toda gama de funcionários públicos – dificilmente eram os mesmos (apesar de a manutenção da ordem escravista fosse praticamente uma unanimidade) e num momento de escolhas e estruturação de um Estado é natural que os conflitos surgissem entre eles.

Essa fase da nossa história foi vivida tão intensamente que até a memória de uma criança ficou indelevelmente marcada por ela. As recordações de Francisco Ferreira de Rezende, nascido na cidade de Campanha em 1831, constituem um testemunho raro e precioso da época, principalmente por ter ele vivido nesse tempo na então província mineira e conhecido pessoalmente figuras de proa do governo regencial como Evaristo da Veiga e Padre Feijó:

“ [...] entretanto que as {lembranças} que mais nítidas se conservam, são as se referem a atos públicos, ou mais propriamente a atos e circunstâncias da nossa vida política.

O fato tem, entretanto, quanto a mim, uma explicação plausível e muito natural; e é, que nasci e me criei no tempo da regência; e que nesse tempo o Brasil vivia, por assim dizer, muito mais na praça pública do que mesmo no lar doméstico; ou, em outros termos, vivia em uma atmosfera tão essencialmente política que o menino, que em casa muito depressa aprendia a falar liberdade e pátria, quando ia para

²⁵⁴ **RODARTE**, Claus – *Representação e eleições no Brasil oitocentista: algumas questões teóricas*. Artigo inédito escrito em 2008 a ser publicado em volume organizado por Cecília Helena de Salles Oliveira.

a escola, apenas sabia soletrar a doutrina cristã, começa logo a ler e aprender a constituição política do império.

Daqui resultava que não só o cidadão extremamente se interessava por tudo quanto dizia à vida pública; mas que não se apresentava um motivo, por mais insignificante que fosse, de regosijo (sic) nacional ou político, que imediatamente todos não se comovessem ou que desde logo não se tratasse de cantar um Te Deum mais ou menos solene e ao qual todos, homens e mulheres, não deixavam de ir assistir; ou que não fosse isso ocasião para que à noite, pelo menos, se tratasse de por na rua uma bonita alvorada mais ou menos estrondosa.”²⁵⁵

Prevalecia no Brasil, e principalmente entre os segmentos mais ricos da sociedade²⁵⁶ um temor latente de possíveis agitações que seriam perpetradas por uma maioria de desvalidos, mestiços e desempregados e, pairando ainda sobre suas cabeças, o medo das revoltas escravas insuflado pelo exemplo do Haiti em 1794. Como notou Maria Odila Leite da Silva Dias, o “haitianismo” não deve ser examinado somente como uma manifestação de uma ideologia conservadora, mas como elemento catalisador das forças políticas que, de outra forma, poderia ter desaguado numa cisão radical das classes dominantes em um momento crucial para a formação e configuração de um país que recentemente conquistara sua independência.²⁵⁷ Em Minas Gerais o medo era exacerbado por uma população majoritariamente mestiça, não esquecendo que a província mineira abrigava a maior população escrava do país e também o maior contingente de alforriados. São muitos os

²⁵⁵ REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de, op. cit. pág. 53

²⁵⁶ Quando me refiro à sociedade ou segmentos populares, utilizo os termos expurgados dos indivíduos que na época não participavam da sociedade civil como os escravos, forros, índios, posseiros, homens pobres livres, etc. Para os diversos conceitos de sociedade civil através da história do pensamento ocidental ver: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco – *Dicionário de Política*, 2 vols. Brasília, UNB/LGE, 2004, págs. 1206 a 1211.

²⁵⁷ DIAS, Maria Odila Leite da Silva – *A interiorização da metrópole e outros estudos*. S. Paulo, Alameda, 2005

relatos de autoridades reclamando dos bandos de desocupados que andavam pelas vilas e cidades dados a “horrorosos vícios”.

O período do Primeiro Reinado funcionou, então, como um tempo de ampliação e escalada de poder político dos negociantes ligados ao setor de abastecimento e dos proprietários de terra, mas é sempre bom lembrar que esses interesses estavam longe de compor um corpo homogêneo. Em outras palavras, esses interesses poderiam ser, e efetivamente o eram, conflitantes.

“É possível, então propor que, entre 1821 e 1831, estava em curso uma revolução política que expressou, de forma não linear, profundo reajustamento no âmbito das relações entre os homens livres e que teve importantes desdobramentos posteriores. Em seu interior defrontam-se duas posturas: uma que afirmava a continuidade e que se relacionava aos interesses de grupos diretamente beneficiados com a reorganização da monarquia portuguesa no Rio de Janeiro; outra que se articulava com a prática revolucionária americana. Dirigia para o que Ottoni denominou “republicanizar” a monarquia, pois criticava o poder moderador e o senado vitalício, exigindo, entre outras condições, a soberania para os órgãos de governo locais e para a Câmara dos Deputados.”²⁵⁸

Mas como se deu o processo da “tomada de poder” por uma parcela das classes dominantes mineiras a partir da Independência? Quais foram os elementos mais atuantes durante os embates entre os membros da Junta Governativa e os representantes do poder central? Qual o papel de Manoel Ignácio de Mello e Souza e José Joaquim Fernandes Torres no panorama político provincial? São eles possíveis porta-vozes de grupos

²⁵⁸ **OLIVEIRA**, Cecília Helena de Salles – *Repercussões da Revolução: delineamento do Império do Brasil, 1808/1831*. Pág. 23. Artigo ainda inédito, escrito em 2007, a ser editado em 2008, em obra organizada por Keila Kinberg e Ricardo Salles.

proprietários? Para tentar responder a essas questões será necessário voltar um pouco no tempo.

Durante o período dos governos de D. João VI e seu filho D. Pedro I, as lutas políticas refletiam interesses diversificados. Entendo, como Lenharo, que, *grosso modo*, dois segmentos se destacavam, em Minas Gerais, nos embates por projeção política e conseqüente concretização de seus objetivos. O primeiro segmento, no qual incluo os representantes da Mata norte, era basicamente composto pelos comerciantes, tropeiros e fazendeiros responsáveis pela produção e comercialização dos gêneros que ainda não tinham acesso à Corte para melhor defender seus interesses.

*“O Sul de Minas, principal núcleo produtor, contribuiu decisivamente para a composição social e política desse grupo. Mas ele era extensivo também a outras regiões mineiras, paulistas e fluminenses, onde, por sinal, torna-se difícil, às vezes, precisar os limites entre produção mercantil de subsistência e produção mercantil típica de exportação.”*²⁵⁹

Tal acesso era dificultado pelo segundo segmento que seriam os recém nobilitados, os grandes comerciantes, os burocratas e os áulicos mais poderosos e próximos ao rei, entre eles se encontravam elementos oriundos ou ligados ao Sul mineiro que já haviam conquistado seus espaços na Corte. Este segmento funcionaria como uma “barreira”, dificultando o acesso de outros representantes das áreas de abastecimento, porém aqui também é necessário observar que essas discordâncias e rivalidades eram muito nuançadas para ser definido como blocos estanques. Mas como observou Cecília Helena de Salles Oliveira:

²⁵⁹ LENHARO, Alcir. Op. cit., pág. 30.

Aqui também ver sobre os produtores paulistas em: PETRONE, Maria Thereza Schorer – *O Barão de Iguape: um empresário da época da Independência*. S. Paulo, Cia. Ed. Nacional/MEC, 1976.

*“O cerne da luta que se travava no início da década de 1820 encontrava-se no **mercado interno**, no equacionamento de projetos, reivindicações e ambições de grupos proprietários antagônicos radicados no Rio de Janeiro e nas províncias.”*²⁶⁰

Lenharo notou ainda que a projeção política desse primeiro segmento se deu lentamente. Para ele, com que também concordo, a participação política desses comerciantes e proprietários não se deu concomitantemente à sua ação comercial, ou seja, esse setor já estava atuando de forma sistemática no mercado, mas não tinha uma representatividade política que correspondesse ao peso de sua atuação no mundo do comércio de abastecimento.

*“[...] é oportuno assinalar que nem todos os setores proprietários mais significativos do Centro-Sul estavam sendo arrolados na esfera do poder. Os que representavam os proprietários e comerciantes do interior especializados no abastecimento, por exemplo, encontravam-se numa etapa de acumulação de forças, projetando-se no nível das municipalidades e nas administrações provinciais. Somente após 1826 é que encontrariam os canais mais apropriados de organização e prática política, para ganhar em 1831 o espaço que pretendiam.”*²⁶¹

É o que pretendo demonstrar, de maneira emblemática, com a ação política de Manoel Ignácio de Mello e Souza e José Joaquim Fernandes Torres. Este último não participaria ainda dos arranjos políticos iniciais por se achar ausente, em Portugal, matriculado no curso de Direito na Universidade de Coimbra, de onde retornaria bacharel

²⁶⁰ **OLIVEIRA**, Cecília Helena de Salles – *A Astúcia liberal. Relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)*. Bragança Paulista, EDUSF/Ícone, 1999, pág. 131

²⁶¹ **LENHARO**, Alcir, op. cit., pág. 70

em 1827. Mello e Souza logo que chegou de Portugal se mobilizou para participar da vida política da cidade de Mariana porque, em 1808, dois anos, portanto, após sua chegada, já era vereador quando foi escalado para saudar D. João no Rio de Janeiro em nome da população da Leal Cidade de Mariana. Assim, em 1821, o futuro Barão do Pontal já tinha se projetado na esfera municipal e se articulava para integrar a primeira Junta Governativa, o que vale dizer participar da administração provincial.

1. A Junta rebelde e as “*veleidades separatistas*”

No dia 25 de março de 1822, D. Pedro partiu do Rio de Janeiro em direção a Minas. Em seus quatorze anos de permanência na América Portuguesa, essa foi a primeira viagem que fez para fora da Corte. Uma pequena escolta o acompanhava, além do vice-presidente da Junta Governativa José Teixeira da Fonseca Vasconcellos (futuro Visconde de Caeté), José Rezende Costa e Estevão Ribeiro de Rezende (futuro Marquês de Valença). Embora fosse bem recebido nos povoados, vilas e fazendas por onde passou no trajeto, o Regente se preocupava mais com o clima político que encontraria em Vila Rica.

O objetivo de sua viagem²⁶² era contornar os surtos de rebeldia e acalmar os ânimos que andavam exaltados desde o ano anterior por ocasião das eleições para as Cortes de Lisboa e a decisão das mesmas Cortes de declarar independentes do Rio de Janeiro os governos provinciais. Por outro lado, para agravar a situação, a eleição para a primeira Junta Governativa tinha gerado conflitos e descontentamentos em Vila Rica.

A eleição foi realizada à revelia de vários eleitores de diversas regiões da província, o que provocou insatisfação geral. Saint-Hilaire viajando por Minas em 1822 comenta a repercussão negativa da eleição da Junta:

*“Censura-se o governo em tudo o que faz, e só se fala com respeito da Casa de Bragança, mostrando todos o maior desejo de permanecerem unidos ao Rio de Janeiro, única cidade, onde os cultivadores da região acham escoadouro para as produções de suas terras.”*²⁶³

A Junta eleita era assim constituída: presidente D. Manuel de Portugal e Castro (que já governava a capitania mineira desde 1814); vice-presidente José Teixeira da Fonseca

²⁶² A historiadora Ana Rosa Silva vê o objetivo primordial da viagem de D. Pedro mais focado nos conchavos e alianças com o setor abastecedor mineiro do que propriamente contornar os conflitos da Junta. Ver: **SILVA**, Ana Rosa Coclet da – Identidades políticas e a emergência do novo Estado nacional. In: **JANCÓS**, István (org.) – *Independência: história e historiografia*. S. Paulo, Hucitec/Fapesp, 2005, pág. 535.

²⁶³ **SAINT-HILAIRE**, Auguste – *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo. 1822*. B. Horizonte, Itatiaia/S. Paulo, EDUSP, 1974, pág. 44.

Vasconcellos e os seguintes membros: Dr. João Lopes Mendes Ribeiro, Coronel Antonio Tomás de Figueiredo Neves, Dr. Teothonio Álvares de Oliveira Maciel, Tenente Cel. Francisco Lopes de Abreu, José Ferreira Pacheco, Capitão Mor José Bento Soares, Desembargador Manoel Ignácio de Mello e Souza e padre José Bento Leite Ferreira de Mello.

D. Manuel se desentendeu com os demais membros da Junta e se retirou para a Corte, deixando-a acéfala, pois o vice-presidente também se encontrava no Rio em articulações junto ao Regente. Segundo apurou Saint-Hilaire tudo se deu por incompetência e aparente corrupção do secretário Coronel João José Lopes Mendes Ribeiro; ouvindo alguns moradores ele relata:

“[...] fora a pequena revolução de Vila Rica o resultado de intrigas do secretário do governo, cuja probidade lhe parecera sempre bem suspeita e a quem vigiara muito de perto. Verberou o secretário por haver colocado todos os parentes e argüiu ao atual governo a ignorância dos negócios da Capitania as tentativas de usurpação de atribuições do poder executivo e como que certa pretensão à autonomia para a qual parece pender.”²⁶⁴

A viagem do regente faria parte da estratégia do grupo liderado por José Bonifácio para integrar Minas, Rio e São Paulo num bloco de apoio ao processo separatista. Essas três províncias unidas poderiam atrair a solidariedade das outras províncias para a causa da independência.

Talvez temendo a inexperiência do jovem príncipe, José Bonifácio (recentemente empossado, 18/01/1822, como Ministro do Reino) lhe deu conselhos enfáticos que revelaram a desconfiança e má vontade do “patriarca” acerca do comportamento dos mineiros, finalizando sua preleção com uma jóia de humor fino e cáustico:

²⁶⁴ Idem, pág. 40.

*“Não se fie V. A. R. em tudo o que lhe disserem os mineiros, pois passam no Brasil pelos mais finos e trapaceiros do Universo, fazem do preto branco, mormente nas atuais circunstâncias em que pretendem mercês e cargos e outros deitar poeiras nos olhos de V. A. R. para se livrarem dos atentados e crimes que cometeram; contudo segundo o ditado francês há homens honrados até na Normandia.”*²⁶⁵

Segundo o historiador Francisco Iglesias, o responsável pelo ambiente instável seria D. Manuel de Portugal e Castro que tentava desestabilizar a ordem na Província mineira adotando uma atitude dúbia. Veremos, no entanto, que o ilustre historiador simplificou o fato:

*“[...] D. Manuel, desenvolve ação sinuosa, declarando-se ao lado do Príncipe, mas bloqueando-lhe o trabalho, através de manobras que dificultam a administração, criando clima tenso. D. Manuel não aceitava, no íntimo, que o Regente dispusesse de poderes tão amplos que significavam a independência da tutela portuguesa: só quando não pode mais equilibrar-se na atitude ambígua é que se afastou do cargo, a Província – povo e governo integrando-se então plenamente no processo brasileiro dirigido por D. Pedro.”*²⁶⁶

É prudente relativizar a visão de Iglesias sobre D. Manuel, que, aliás, é muito elogiado num relato de Saint-Hilaire em que reproduz conversas com moradores da província quando por ocasião de sua segunda viagem a Minas Gerais, no início de 1822²⁶⁷. Eleito duas vezes para presidir as Juntas do governo provisório por duas vezes D. Manuel

²⁶⁵ MONTEIRO, Tobias, op. cit., pág. 454.

²⁶⁶ IGLÉSIAS, Francisco, op. cit., pág. 383.

²⁶⁷ SAINT-HILAIRE, Auguste, op. cit., pág. 40. Segundo moradores com quem Saint-Hilaire conversou, por D. Manuel ser honesto e se opor às irregularidades perpetradas por funcionários públicos é que lhe valeu as inimizades.

renunciou por discordar dos encaminhamentos das mesmas. A primeira eleição foi a 20 de setembro de 1821 e poucos dias depois ele viajou para o Rio de onde só retornaria em julho do ano seguinte para presidir a segunda Junta eleita a 23 de maio de 1822; mesmo assim ficou no cargo só até o mês de outubro do mesmo ano, se retirando de Minas logo depois da aclamação de D. Pedro I.²⁶⁸ É bom notar também que D. Manuel era muito ligado aos Braganças; seu irmão D. Fernando José de Portugal veio junto na comitiva de D. João em 1808 e foi um de seus mais fiéis aliados sendo recompensado com títulos e mercês pelo soberano, assim como também D. Manuel.²⁶⁹ Portanto, seu comportamento frente aos conflitos, provavelmente, dependesse muito das decisões vindas de Lisboa ou, quem sabe, da última palavra do príncipe D. Pedro.

Ainda segundo Iglesias, o Regente encontraria a Junta formando um governo local “com veleidades separatistas”. Porém, Ana Rosa Coclet da Silva tem outra visão sobre o episódio. Para ela a chegada, no mês de dezembro, dos decretos de setembro expedidos pelas Cortes exacerbou as intenções autonomistas dos integrantes liberais da Junta governativa porque, a partir daquela data, eles se debatiam “*entre dois pólos de antagonismo: por um lado, a perspectiva da perda dos direitos constitucionais adquiridos, associada à postura recolonizadora das Cortes; por outro, a ameaça de uma guinada absolutista por D. Pedro*”²⁷⁰

A historiadora Vera Lúcia Bittencourt²⁷¹ estudou detalhadamente as questões que envolveram a visita do Príncipe Regente a Minas. Segundo sua análise, em 17 de janeiro de 1822, o vice-presidente da Junta Provisória de Governo, José Teixeira da Fonseca Vasconcellos chegou à Corte como portador, junto ao Regente, de uma “representação” dos mineiros que protestavam contra os decretos de 29 de setembro de 1821²⁷², esta aparente discrepância nas datas se explica pela demora de quase dois meses para os decretos

²⁶⁸ RAPM, CD 01, pasta 01, págs 8 e 9.

²⁶⁹ MALERBA, Jurandir, op. cit, pág. 256.

²⁷⁰ SILVA, Ana Rosa Coclet da, op. cit., pág. 528.

²⁷¹ BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib – *De Alteza Real a Imperador: o governo do Príncipe D. Pedro, de abril de 1821 a outubro de 1822*. Tese de Doutorado. S. Paulo, USP, 2006.

²⁷² Trata-se dos decretos 124 e 125. O primeiro instituía as normas da administração política e militar nas províncias declarando que os governos provinciais estavam ligados diretamente a Lisboa e, independentes, portanto do governo do Rio de Janeiro; o outro decreto ordenava que o regente viajasse por alguns países da Europa para se ilustrar, eufemismo usado para exigir que D. Pedro retornasse a Portugal. Leis das Cortes Geraes Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa. Collecção das Leis do Império do Brazil. Parte I. www.camara.gov.br

chegarem de Lisboa até o Rio de Janeiro e ser devidamente anunciado, o que tem levado muitas vezes ao equívoco de se datar os decretos para o dia nove de dezembro de 1821.

Atraído pelo grupo dos mineiros poderosos²⁷³ que rodeavam D. Pedro, Vasconcellos passou a participar das negociações políticas e, no mês de fevereiro, ele leu, finalmente, a “representação” com as críticas aos decretos e defendeu uma maior autonomia das províncias evitando, no entanto, um confronto radical com o Regente.

“Tratava-se de conciliar o centro de união no Príncipe com as autoridades nas Províncias; conselhos de estado com assembleias legislativas; soberania dos cidadãos e liderança do Príncipe. Pelo teor dos documentos, a permanência de D. Pedro aparecia atrelada, desde a fala de José Bonifácio, a um órgão que equilibrasse a figura real. Lideranças de São Paulo e Minas, muito provavelmente, temiam forças presentes de forma mais influente na Corte que ainda trabalhavam por formas de governo centralizadas no monarca, identificadas, pelos adversários, como “corcundistas” ou defensores de formas “despóticas” de governo. Por outro lado também temiam que uma disputa intensa pelo poder pudesse dar espaço para a “anarquia” e inviabilizar os negócios e a propriedade”²⁷⁴

Para Bittencourt, a Junta Provincial mineira achava-se dividida, com Vasconcellos mais próximo de influentes representantes da Comarca do Rio das Mortes (Estevão Ribeiro de Rezende, José Francisco de Mesquita e Domingos Custódio Guimarães todos oriundos

²⁷³ O grupo mineiro era composto por Estevão Ribeiro de Rezende (natural de S. João Del Rei), Paulo Barbosa da Silva (nascido como Fonseca Vasconcellos em Sabará e ligado à maçonaria), José Francisco de Mesquita (natural de Congonhas do Campo) e Domingos Custódio Guimarães (também de São João del Rei). Todos ligados ao comércio de abastecimento se não diretamente ou por laços familiares. Ver também: **OLIVEIRA**, Cecília Helena de Salles – *A Astúcia liberal. Relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)*. Bragança Paulista, EDUSF/Ícone, 1999.

²⁷⁴ **BITTENCOURT**, Vera Lúcia Nagib, op. cit, pág. 194.

de famílias mineiras de alguma forma ligadas às redes de poder na província)²⁷⁵ que disputavam a ampliação dos mercados da Corte para escoar os produtos do sul mineiro.

Desde setembro de 1821, quando o Sargento-mor José Maria Pinto Peixoto²⁷⁶ comandou a instalação do governo provisório em Vila Rica, vieram à tona disparidades de interesses entre os membros da Junta. Nessa época, o ambiente em Vila Rica fervilhava num momento circunstancialmente complexo, pois de todas as comarcas de Minas vieram seus representantes (com suas propostas) para a eleição dos deputados²⁷⁷ para as Cortes de Lisboa, processo que terminou no dia 19 de setembro.

*“Dissolvido o colégio eleitoral no dia 19, ainda deviam os eleitores esperar até o dia 1º de outubro, designado para a nomeação do governo provisório, como determinara o aviso do Príncipe Regente. Era-lhes bem grande sacrifício, muitos deles traziam de viagem mais de cem léguas por caminhos quase intransitáveis, atravessando espessas matas, expondo sua fortuna e sua vida a mil perigos. Mas nesses homens dos primeiros tempos sobejava o patriotismo. Esperavam o dia 1º de outubro. Fariam mais se o exigisse o bem da Pátria. Era belo esse tempo de virtudes cívicas.”*²⁷⁸

²⁷⁵ Sobre o Marquês de Valença e Paulo Barbosa ver: **BITTENCOURT**, Vera Lúcia Nagib – O lugar da política: Estevão Ribeiro de Rezende, Marquês de Valença. In: **OLIVEIRA**, Cecília Helena; **PRADO**, Maria Lígia Coelho e **JANOTTI**, Maria de Lourdes Mônaco (orgs.) - *A história na política e a política na história*. S. Paulo, Alameda, 2006 e **MARTINS**, Fernanda Vieira – *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Tese de Doutorado. Rio, UFRJ, 2005.

²⁷⁶ Sobre as movimentações de Pinto Peixoto em Vila Rica ver: **SANTOS**, Joaquim Felício dos – *Memórias do Distrito Diamantino*. B. Horizonte, Itatiaia/S. Paulo, EDUSP, 1976, principalmente nas páginas 272 a 275.

²⁷⁷ Os deputados eleitos para as Cortes de Lisboa foram: Dr. Lúcio Soares Teixeira de Gouvêa; José Eloi Ottoni; Pde. Belchior Pinheiro de Oliveira; Capitão Mor Domingos Alves Maciel; Dr. Antonio Teixeira da Costa; Dr. Manoel José Velloso Soares; Desembargador Francisco de Paula Pereira Duarte; José de Rezende Costa; Desembargador Lucas Antonio Monteiro de Barros (futuro Visconde de Congonhas do Campo); Pde. José Custódio Dias; Coronel João Gomes da Silveira Mendonça (futuro Marquês de Sabará); Dr. Cesário de Miranda Ribeiro (futuro Visconde de Uberaba); Dr. Jacintho Furtado de Mendonça. Os deputados resolveram não comparecer às Cortes e comunicaram sua decisão à Junta governativa em 25 de fevereiro de 1822. **Fonte**: Revista do Arquivo Público Mineiro. Versão digitalizada, CD 1, pasta 1, pág. 9. B. Horizonte, Fundação João Pinheiro/APM, 2005.

²⁷⁸ **SANTOS**, Joaquim Felício dos Santos. Op. cit.; pág. 273.

Desconsiderando o arrebatamento, a descrição de Joaquim Felício dos Santos nos informa que o clima na então Vila Rica era agitado e por lá se encontravam segmentos proprietários de todas as regiões de Minas. Essa rara oportunidade, em que se achavam reunidos os representantes das classes mais atuantes, era a ocasião propícia para serem engendrados acordos que demandassem maior autonomia para gerir seus interesses sem a ingerência das autoridades do Rio e, na melhor das hipóteses, de Lisboa. Fica evidente, portanto, que aqueles que tivessem maior poder de articulação para o jogo político sairiam ganhando, podendo até neutralizar antagonismos, não esquecendo aqui dos testemunhos narrados por Saint-Hilaire sobre as gritantes irregularidades que cercaram essa eleição. Mesmo porque não se pode afirmar que havia uma simetria entre pertencimento aos negócios de uma região e posição política. É o que observa Vera Bittencourt sobre a rivalidade aparente entre os grupos de Vila Rica e Mariana e os outros grupos do Sul de Minas.

“As bases de apoio de Pinto Peixoto, delineadas na configuração da Junta de Governo, pareciam remeter aos interesses reunidos em torno de Vila Rica e Mariana, antiga área produtora de ouro e bastante urbanizada. Portanto, não coincidentes com as forças do sul de Minas, especificamente a Comarca do Rio das Mortes, representadas por Estevão Ribeiro de Rezende e Domingos Custódio Guimarães, mais articulados com a Corte, em função de interesses de negócios – estes produtores mineiros abasteciam a Corte de gêneros alimentícios e consumiam e comercializavam na Província produtos “importados”, como o vinho, sal e escravos.”²⁷⁹

As querelas entre os participantes da Junta, a meu ver, podem evidenciar o desencontro de interesses entre eles. O desembargador Manoel Ignácio de Mello e Souza, como já foi demonstrado, era sobrinho de um abastado comerciante de Mariana e com propriedades na Mata norte, portanto com negócios bem plantados na região. Seu tio, o

²⁷⁹ BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib. Op. cit, pág. 201

desembargador Ignácio José de Souza Rabello, era homem rico e prestigiado com várias propriedades em Mariana e Ouro Preto, e foi ele, sem dúvida, que preparou o terreno para a chegada de seu sobrinho vindo de Portugal e disposto a se tornar, a exemplo do tio, um homem próspero. Esse tio e sua esposa Dona Antonia Constancia da Rocha²⁸⁰ – falecidos ambos em 1830 – deixaram todos os seus bens para Manoel Ignácio como já anteriormente mencionado.

A esposa de seu tio, Antonia Constancia da Rocha, era filha do Coronel Antonio Gonçalves Torres, um dos maiores potentados da mata Norte na segunda metade do século XVIII e que era também avô de outro político da zona da Mata, o futuro senador José Joaquim Fernandes Torres.

Porém, o padre José Bento F. de Mello²⁸¹, amigo chegado de Mello e Souza, era natural de Campanha da Princesa, mas sua base política sempre foi Pouso Alegre, no sul de Minas, onde se tornou um homem de muitas posses. Todas as evidências remetem a uma grande amizade estreitada provavelmente durante a época em que Mello e Souza foi ouvidor na Comarca do Rio das Mortes. Embora de regiões diferentes e com interesses econômicos aparentemente antagônicos, os dois sempre se mostraram afinados entre si, demonstrando mais uma vez que não existia uma facção fechada que defendia determinados interesses em determinadas regiões, embora, é claro, os conflitos de interesses fosse uma realidade.

Quanto a Pinto Peixoto, as evidências sinalizam para uma maior sintonia com grupo da antiga região do ouro e o norte da Zona da Mata, porém sua atuação ainda é pouco investigada, tanto no episódio da Junta quanto na Sedição de Ouro Preto, em 1833. Segundo Tobias Monteiro, Peixoto foi iniciado na maçonaria junto com D. Pedro na mesma sessão, a dois de agosto de 1822, na Loja do Grande Oriente no Rio de Janeiro.²⁸²

²⁸⁰ 2º ofício, cód. 133, auto 2695. Testamento incluso em inventário duplo (com o marido Desembargador Ignácio José de Souza Rabello) de 1830.

²⁸¹ VALLADÃO, Alfredo – *Vultos nacionais*. Rio, José Olympio, 1955 e PASCOAL, Isaias – José Bento Leite Ferreira de Mello, padre e político. In: *Varia História*, vol. 23, nº 37. B. Horizonte, UFMG, 2007. Disponível na Internet: www.scielo.br/

²⁸² José Maria Pinto Peixoto nasceu em Portugal por volta de 1785 e faleceu no Rio de Janeiro em 1865. Era filho de Manoel Pinto Coelho e Maria Joaquina Pinto de Carvalho e foi casado com Francisca Henriqueta Alves também portuguesa. A família Pinto Coelho se estabeleceu no interior de Minas e deixou grande descendência. Estas referências biográficas foram-me cedidas por Claus Rodarte. Para outras informações ver MONTEIRO, Tobias, op. cit., pág. 467.

Já o juiz de fora Cassiano Esperidião de Mello Mattos (1797-1857),²⁸³ considerado por Monteiro como um dos líderes mais atuantes da revolta junto com Pinto Peixoto, era, na ocasião, um jovem magistrado, natural da Bahia, e exercendo o cargo em Vila Rica. É outro personagem pouco conhecido e talvez pendesse mais para o lado de Mello e Souza e Peixoto.

O vice-presidente da Junta, José Teixeira de Vasconcellos, era natural de Sabará, mas ligado por parentesco a famílias do Sul de Minas com interesses no comércio de abastecimento para a Corte e, como observou Vera Bittencourt, sua atuação o deixou muito mais ao lado da facção mais ligada ao Príncipe Regente.

Vendo que perdia o controle sobre a formação da Junta, o presidente D. Manuel acabou por se afastar logo do cargo, fato que pode indicar a força de seus integrantes ou mesmo um contexto de ingovernabilidade devido às querelas internas. Erroneamente tem se dito que D. Manuel voltou para Portugal; nessa ocasião, na verdade, ele seria eleito novamente como presidente da segunda junta, em maio de 1822 e aí sim, ele se afastaria e retornaria a seu país de origem.

Com todos esses percalços, a situação do Regente se complicava cada vez mais. Temendo uma reação semelhante em São Paulo, o que atrapalharia seus planos de permanência no Brasil, D. Pedro aceitou a oferta de Paulo Barbosa da Silva para ir a Minas “costurar” uma base de apoio para maior tranquilidade de S.A.R.

*“No momento em que D. Manuel de Portugal e Castro não pôde garantir controle sobre a formação da Junta de Governo, em Vila Rica, revelou-se não só a força dos adversários, como a necessidade de se conduzir negociações mais cuidadosas e amplas que pudessem “acalmar” inquietações e afastar desconfiças quanto às intenções de D. Pedro e da Regência, no Rio.”*²⁸⁴

²⁸³ www.senado.gov.br/sf/senadores_biografias

²⁸⁴ BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib. Op. cit; pág. 203.

Ainda de acordo com as pesquisas de Vera Bittencourt, as articulações de Paulo Barbosa (que era maçon) tiveram sucesso no roteiro provavelmente traçado em função dos possíveis acordos que poderiam ser “costurados” pelo preposto do Regente, levando-se em conta as principais localidades e aquelas pessoas-chave que poderiam auxiliar nas articulações. Barbosa passou pelos mesmos locais que D. Pedro passaria na viagem de março que incluíam: Registro de Matias Barbosa (posto alfandegário próximo a que hoje corresponde à cidade de Juiz de Fora), Nossa Senhora da Borda do Campo (atual cidade de Barbacena), São João Del Rei, São José Del Rei (atual Tiradentes), Queluz (atual Conselheiro Lafaiete), Congonhas do Campo, Capão do Lanna e Vila Rica. No início do mês de janeiro, Paulo Barbosa chegou nessa última onde encontrou o ambiente tenso. Depois de intrincadas negociações, os integrantes da Junta concordaram em enviar Teixeira de Vasconcellos para entregar a D. Pedro a “representação” protestando contra os decretos 124 e 125. Essa trégua só teria sido possível pela notícia que Barbosa levava do apoio dos chefes políticos das localidades por onde passara.

Porém, com a retirada de Barbosa e Vasconcellos para o Rio, os membros da Junta se sentiram fortalecidos e deram azo àquilo que Iglesias definiu como “veleidades separatistas”. No ano anterior, em outubro de 1821, logo depois de eleita, a Junta Provisória tratou de mandar demolir o padrão da infâmia²⁸⁵ construído a mando do governo lusitano em 1791 para amaldiçoar Tiradentes e seus descendentes, o que poderia simbolizar para a autonomia de atuação da Junta.

Os membros do governo provisório mineiro propunham ao Regente que se formasse um Conselho de Províncias que gerisse as demandas que fossem do interesse comum das províncias. Na verdade, ressalta nessa sugestão da Junta certo caráter federalista, na medida em que uma das características básicas da federação é justamente a divisão de competências entre o governo central e os governos regionais.²⁸⁶ Acrescente a isso a lembrança da influência da Constituição norte-americana de 1787 sobre aquela parcela mais informada e intelectualizada da população.²⁸⁷

²⁸⁵ SANTOS, Joaquim Felício dos. Op. cit; pág. 275.

²⁸⁶ Ver DOLHNIKOFF, Miriam – *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. S. Paulo, Globo, 2005, pág. 287. Em sua pesquisa a autora fundamenta seus argumentos da existência de fortes elementos federalistas nas demandas provinciais, citando teórico do federalismo como William Riker e Preston King.

²⁸⁷ Sobre os projetos de federalismo para o Brasil ver: DOLHNIKOFF, Miriam, op. cit. e BASTOS Tavares. *A Província*. S. Paulo, Cia. Editora Nacional, 1937.

Além de ficarem insatisfeitos com a excessiva aproximação de Teixeira de Vasconcellos com o Regente e seus áulicos, os membros da Junta resolveram adotar medidas mais radicais e confrontantes.

“[...] as desconfianças que envolviam D. Pedro eram muito fortes e logo depois da partida de Vasconcellos, manifestou-se a separação entre a Junta e o Regente, cujo governo ela deixava de reconhecer, sem, contudo, aproximar-se das Cortes: tendia antes para separar-se de ambos; e desse modo enfeixou nas mãos toda autoridade. Os seus atos envolveram desde logo o exercício da soberania. Elevou o valor do ouro de 1.200 a 1.500 a oitava; reteve o respectivo quinto devido ao Rei; regulou a circulação da moeda, extinguindo e anulando a das notas da agência do Banco do Brasil; nomeou magistrados; restabeleceu o lugar de juiz de inconfidência abolido pelas Cortes e elevou Pinto Peixoto, de major graduado em tenente-coronel, ao posto de general.”²⁸⁸

Fica então evidente que a Junta Governativa se aproveitava do momento confuso em que estava posta em xeque a autoridade do Regente perante às decisões das Cortes em Portugal. Nessa espécie de vácuo de poder, em que nada poderia ser definitivo, os integrantes da Junta lançavam mão de medidas aparentemente ousadas, mas que não eram mais que instrumentos políticos utilizados na luta pela preservação da autonomia regional. Visão compartilhada por Ana Rosa da Silva que observa:

“[...] a atuação do primeiro Governo Provisório, desde sua instalação, mas principalmente a partir de dezembro de 1821, irá guiar-se pelo objetivo de preservar esta autonomia, seja no seio do grande Império, seja desligando-se deste, uma vez

²⁸⁸ MONTEIRO Tobias, op. cit., pág. 448.

*que não se pode descartar a existência de tendências republicanas da província.”*²⁸⁹

Tratava-se, nesse momento, de cada grupo lutar pela sua efetiva participação política, num quadro confuso, é verdade, mas onde se lançavam os alicerces institucionais do Estado nacional. Desde o início de 1821, as províncias estavam experimentando uma inédita autonomia com a decisão das Cortes para se organizarem os governos provisórios, sem que isso significasse obrigatoriamente uma submissão ao governo do Rio de Janeiro. Na realidade o governo de Lisboa usava a autonomia das províncias para desestabilizar o governo D. Pedro numa tentativa de recolonização. Para Iara Lis Souza, esse fato pode ter contribuído também para os conflitos surgidos em várias províncias.

*“Observe-se que esta dinâmica de reordenação da rede de poder propiciava uma maleabilidade no mando local e na centralização do poder. Nascia, então, um debate sobre as novas relações de poder entre o governo local e o governo central, debate que perdurou para além do I Reinado. Talvez tal processo tenha colaborado – em alguma medida – para explosão de várias revoltas no período regencial, que defendiam o princípio da autonomia local. Esta era a situação da Junta de Goiana, em Pernambuco, que assumiu o governo do Recife em outubro de 1821, depois da deflagração de um processo eleitoral na província e uma grande movimentação de tropas, lideradas por proprietários e lavradores, que resultou na expulsão do antigo governador Luis do Rego.”*²⁹⁰

Em São Paulo também houve disputas e conflitos entre integrantes da Junta Governativa. Sérgio Buarque minimizou a questão considerando a “*Bernarda de Francisco*

²⁸⁹ SILVA, Ana Rosa Coclet da, op. cit, pág. 528.

²⁹⁰ SOUZA, Iara Lis Carvalho – *Pátria coroada. O Brasil como corpo político autônomo 1780-1831*. S. Paulo, UNESP, 1999, pág. 116.

Inácio” de 23 de maio de 1822 como consequência de desavenças e ciúmes entre os integrantes da Junta paulista e os Andradas, mais especificamente Martin Francisco. O que estava por detrás da *Bernarda* era bem mais que ciúmes²⁹¹. Mas ele mesmo reconhece que política e negócios se entrelaçam freqüentemente gerando conflitos.

*“Política e negócios andam constantemente ligados ao senso do oportuno, que pode requerer certa versatilidade. [...] O entrelace de política e negócios é freqüente, aliás, no Brasil, e se torna visível já no Primeiro Reinado.”*²⁹²

Na verdade, tanto em Minas como em São Paulo o contexto político era muito complexo com interesses muito nuançados para serem definidos claramente, como bem observou Salles de Oliveira:

“O jogo político em curso nas províncias de São Paulo e Minas Gerais era extremamente matizado. Ali, tal como no Rio de Janeiro, o embate pelo controle dos principais cargos públicos e pela formação de juntas governativas, bem como o enfrentamento de posturas contraditórias, envolviam setores proprietários diferenciados. Sem dúvida, o apoio ao movimento do “Fico” representou importantes dividendos para negociantes de São João Del Rei e Barbacena. Da mesma forma, fortaleceu a posição dos Andrada, da família Prado e dos donos de engenhos em Itu, Campinas e Piracicaba. Porém nessas províncias as circunstâncias continuaram fluidas e indefinidas, tanto que, no início de 1822, eclodiram em Minas Gerais e São Paulo

²⁹¹ Sobre a *Bernarda* de Francisco Inácio ver além de Petrone e Sérgio Buarque: **BITTENCOURT**, Vera Lúcia Nagib, op. cit. e **DELATORRE**, Aparecida Vanessa – *São Paulo à época da Independência: contribuição para o estudo do chamado movimento “bernardista” 1821/1823*. Dissertação de Mestrado. S. Paulo, USP, 2003.

²⁹² **HOLANDA**, Sérgio Buarque de – Prefácio para: **PETRONE**, Maria Thereza Schorer – *O Barão de Iguape. Um empresário na época da Independência*. S. Paulo. Cia Editora Nacional, 1976, págs. XIV e XV.

*conflitos armados reveladores de que a disputa pelo mercado e pelo poder envolviam múltiplos interlocutores.”*²⁹³

A situação foi ficando cada vez mais complicada à medida que D. Pedro adentrava o território mineiro. O Regente não transigia e se preparava para um enfrentamento, arregimentando adesões durante o caminho e aceitando corpos de voluntários para o caso de luta. Os integrantes da Junta, vendo que D. Pedro não tinha intenção de ceder aos seus desmandos, tentaram uma negociação enviando ao seu encontro dois emissários: o Coronel José Ferreira Pacheco e o desembargador Manoel Ignácio de Mello e Souza que o encontraram hospedado numa fazenda nas cercanias de Queluz. Segundo o testemunho de Estevão Ribeiro de Rezende (futuro Marquês de Valença) D. Pedro teria dito que já era tarde para algum tipo de acordo.²⁹⁴

Somente temos o relato de um homem totalmente comprometido com a versão pedrina do episódio. Poderia sim, ter havido um acordo entre eles: Manoel Ignácio se mostrará, através de sua trajetória, um hábil negociador. O que se pode averiguar é que Pinto Peixoto foi até a fazenda do Capão do Lana, nas cercanias de Ouro Preto, encontrar o Regente para negociar algum tipo de entendimento. Desses entendimentos resultaram no apaziguamento da situação: a promoção de Pinto Peixoto para a patente de Brigadeiro Graduado, conversas com os demais membros da junta, arrefecimento dos ânimos e as necessárias medidas para evitar novos conflitos, convocando a eleição para a segunda Junta Governativa.²⁹⁵ Neste episódio, D. Pedro mostra autonomia e não segue os conselhos de José Bonifácio que, por carta, o recomendara castigar severamente os principais líderes da revolta: Pinto Peixoto, Cassiano Esperidião de Mello e Mattos e o secretário João José Lopes Mendes Ribeiro “[...] *esses três infames devem ser processados e castigados com o rigor das leis para dar exemplo futuro de todos os malvados da mesma ralé.*”²⁹⁶

D. Pedro exigia, para o reforço de sua autoridade, que fosse oficialmente reconhecido “pelos povos” e pelo governo como Príncipe Regente e assim o foi:

²⁹³ OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles – *A astúcia liberal*, pág. 183.

²⁹⁴ BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib, op. cit., pág. 230.

²⁹⁵ Fonte: Revista do APM, vol. 1. Ouro Preto, Imprensa Oficial do Estado, 1896. Neste volume da RAPM encontram-se as atas das eleições para a primeira e segunda Juntas Governativas, assim como as listas dos deputados e senadores por Minas Gerais desde a eleição para as Cortes de Lisboa até a última legislatura do império, incluindo os deputados eleitos para a Assembléia Provincial.

²⁹⁶ Citado por MONTEIRO, Tobias, op. cit., pág. 452

“Manda S. A. Real o Príncipe Regente comunicar ao Governo Provisório desta Província que, tendo em vista accomodar os partidos, que era constante haver na mesma Província, Tomou a resolução de a visitar, e observar por si Mesmo o espírito público..[...] O mesmo Governo Provisório enviou dous dos seus Membros para beijar-lhe a mão, e protestar-lhe os mesmos princípios de obediência e submissão; mas approximando-se à capital Villa Rica, soube com grande magua de seu coração que na mesma Capital se tem formado um pequeno partido, insinuando até o modo por que o Povo, debaixo de penas, há de dar os vivas, na sua Presença o recebimento, com o fim, sem dúvida, de se negar a S. A. Real o reconhecimento da Regência por que os Povos instam. Não Querendo S. A. Real nem usar de força armada, nem expor o Povo inerme, e a Tropa de iguaes sentimentos, a serem sacrificados por esse pequeno partido armado, que lhe consta existir, suspende em consequência a sua entrada na mesma Capital, até que esse Governo declare explícita e formalmente os seus sentimentos, e se reconhece ou não a S. A. Real como Príncipe Regente Constitucional do Reino do Brazil, prestando-lhe a devida submissão e respeito como centro do Poder Executivo deste Reino do Brazil para depois deliberar, si há de, ou não, entrar na mesma Capital onde S. A. Real de certo não entrará sem que o Governo proteste render-lhe respeito e obediência, que cumpre à Sua Real Pessoa. Paço do Capão do Lana, 9 de abril de 1822 – Estevão Ribeiro de Rezende”²⁹⁷

²⁹⁷ Coleção de Decisões do Governo do Império do Brasil. Doc. Nº 32. www.camara.gov.br

A resposta foi entregue para que D. Pedro entrasse triunfalmente em Vila Rica. Observe-se que no documento não se vê a assinatura do juiz de fora Esperidião de Mello Mattos. Pinto Peixoto se achava junto ao Regente para entrarem juntos na capital da província e não poderia ter assinado.

Illm. E Exm. Sr. – A Real determinação de S. A. Real o Príncipe Regente do Brazil, communicada por V. Ex. em Portaria da data de hoje ao Governo Provisional sobremaneira sensível ao mesmo, na consideração que a existência de partidos differentes motivassem a S. A. Real o incommodo de honrar os Seus Provincianos com Sua Augusta Presença, e por si Mesmo observar o espírito publico, e o sentimento dos Povos, que se manifestou ao Mesmo A. S. em diversas Representações das Câmaras das Villas por onde transitou, e outras, e que se acham confirmadas pelo inexplicável enthusiasmo, e alegria de numeroso Povo, que concorria pelas Estradas, e altamente o proclamava Príncipe Regente do Brazil, e considerava como único meio de salvar esta Província dos males que a ameaçavam. O Governo Provisional sente, porém, toda a satisfação com a certeza da vontade dos Povos, e desejando conformar-se com seu voto, e manifestar as suas constantes intenções de veneração, respeito, e amor à Augusta Pessoa de S. A. Real sem a menor dúvida, e com o mais expressivo modo tem reconhecido, e reconhece S. A. Real o Senhor D. Pedro de Alcântara, Príncipe Real do Reino-Unido de Portugal e Brazil e Algarves, como Regente Constitucional do Brazil [...]- Villa Rica, 8 de abril de 1822 – Ilmo. e Exmo. Sr. Estevão Ribeiro de Rezende – Theotônio Álvares de Oliveira Maciel – José Ferreira Pacheco – João José Lopes Mendes Ribeiro – José Bento Soares – Manoel Ignácio de Mello e Souza – José Bento Ferreira de Mello.²⁹⁸

²⁹⁸ Idem. www.camara.gov.br

O Regente e seu reduzido séqüito entraram em Vila Rica seguros, aclamados e sem confrontos. Conseguiu o jovem Príncipe impor sua presença, contornar a crise sem desgastes para sua pessoa, e estabelecido o Paço na cidade, tomou várias medidas para desfazer as resoluções polêmicas da Junta e afastar os membros mais exaltados, sem, contudo, provocar maiores desavenças.

“D. Pedro e seus partidários precisaram demonstrar discernimento e firmeza; a “viagem a Minas”, tratada muitas vezes como “marcha triunfal”, marcada pelo simples adesismo, na verdade exigiu iniciativa e capacidade de negociação. D. Pedro evitou, de certa forma, conferir à entrada de Vila Rica um sentido de “esmagamento” de seus rivais e buscou um clima de entrada triunfal, onde o vitorioso pôde mostrar sua magnanimidade sem, contudo, deixar de afastar aqueles que não soubessem se recompor com ele.”²⁹⁹

D. Pedro determinou que se procedesse a novas eleições com uma Junta de sete membros e que os eleitores seriam os mesmos que votaram na Junta Provisional, pedindo esforços para que tudo estivesse pronto até o próximo dia 20 de maio:

“Manda S. A. Real [...] expeça as ordens necessárias aos Ouvidores, e mais autoridades respectivas, para que façam reunir nesta Capital até o dia 20 do próximo mez de Maio todos os Eleitores da Parochia, afim de se proceder à eleição dos 7 membros, de que se há de compor a Junta Provisória do Governo desta Província [...] 13 de Abril de 1822 – Estevão Ribeiro de Rezende”³⁰⁰

²⁹⁹ BITTENCOURT, Vera. Op. cit., pág. 235

³⁰⁰ Coleção de Decisões do Governo do Império do Brasil. Doc. Nº 35. www.camara.gov.br

A segunda Junta do Governo Provisório seria eleita no dia 23 de maio com os seguintes integrantes: como presidente foi eleito D. Manoel de Portugal e Castro; como secretário, o Sargento Mor Luiz Maria da Silva Pinto e demais membros Capitão Mor Custódio José Dias, Coronel Romualdo José Monteiro de Barros,³⁰¹ Cônego Dr. Francisco Pereira de Santa Apolônia, Vigário Luiz Pereira dos Santos e Capitão Mor Manoel Teixeira da Silva.

D. Manoel de Portugal e Castro se afastaria de vez da presidência em outubro de 1822, “o último governador de nomeação régia que teve Minas Gerais.”³⁰² Assumiu o posto o secretário Luiz Maria da Silva Pinto. Em fevereiro de 1824, José Teixeira da Fonseca Vasconcellos foi nomeado por D. Pedro I presidente da província de Minas Gerais. Seu apoio ao Regente durante a crise da Junta Provisional não foi esquecido e com Vasconcellos no poder significa também que os comerciantes da Comarca do Rio das Mortes continuaram a usufruir prestígio e ganharam força junto à Corte.

Os duros castigos aconselhados por José Bonifácio não aconteceram porque Pinto Peixoto foi promovido e há indícios que ele tenha freqüentado a mesma loja maçônica que D. Pedro, o Grande Oriente. Sobre o juiz de fora Mello e Mattos sabe-se que, em 1824, recebeu promoção como desembargador da Relação em Pernambuco. Mais tarde (1837) foi escolhido senador pelo governo regencial.

Os integrantes rebeldes da Junta tiveram que recuar em seus propósitos autonomistas. Um recuo estratégico que só beneficiou seus membros mais ativos, mesmo porque a posição de D. Pedro como regente foi fortalecida pelos arranjos e alianças políticos engendrados no Rio de Janeiro³⁰³, concretizando por fim a permanência do mesmo no Brasil. Mas esse recuo não queria dizer que não se colocassem a campo para pleitear cargos políticos.

Nas atas da eleição para a Segunda Junta, realizadas dos dias 20 a 23 de maio de 1831, vamos encontrar Manoel Ignácio de Mello e Souza, o Padre José Bento, Teothonio Álvares de Oliveira Maciel e José Bento Soares recebendo votos dos eleitores de paróquia reunidos na igreja Nossa Senhora do Carmo. Não foram reeleitos, mas pelo menos um dos

³⁰¹ Com Romualdo inaugura-se a presença constante do clã Monteiro de Barros na política mineira do século XIX.

³⁰² **VEIGA**, José Pedro Xavier da – *Efemérides mineiras 1664-1897*. B. Horizonte, Fundação João Pinheiro, 1998, pág. 898.

³⁰³ Sobre esses arranjos e alianças ver: **OLIVEIRA**, Cecília Helena de Salles- *A astúcia liberal*, pág. 183

novos integrantes era próximo do grupo da primeira Junta; trata-se do Capitão Mor Custódio José Dias, irmão do padre José Custódio Dias,³⁰⁴ e próspero pecuarista na região de Alfenas, no Sul de Minas, e há indícios que fosse também comerciante de escravos.³⁰⁵

Aqui pode-se inferir que Manoel Ignácio, pelo menos nos primeiros tempos, fosse mais próximo dos grupos que ensejavam propostas referentes à ampliação do espaço da política para diferentes setores proprietários de diferentes regiões de Minas, como a Mata Norte e o Sul.

³⁰⁴ RAPM, CD 01, pasta 01, pág. 108.

³⁰⁵ PASCOAL, Isaías, op. cit. Disponível na Internet: www.scielo.br/

2. Fomos liberais na Regência?

Coincidência ou não, D. Pedro retornou a Minas no final de 1830 num momento crucial de sua trajetória política. Na primeira viagem de 1822, retornou à Corte coberto de glórias e incensado pelo povo; dessa vez, porém, ele voltaria ao Rio de Janeiro para protagonizar a agonia de seu reinado. Diferentemente de 22 que foi uma viagem rápida e com uma comitiva reduzida, a essa o Imperador levou sua segunda esposa, a Imperatriz Dona Amélia, e um séquito maior, permanecendo durante mais de dois meses na província mineira e cumprindo um roteiro mais extenso. Só chegou a Ouro Preto no dia 22 de fevereiro onde permaneceu por dois dias apenas. Mas a demora em chegar à capital da província tinha também outro motivo: a estadia da comitiva imperial em Cachoeira do Campo, onde D. Pedro tinha adquirido terras para estabelecer uma coudelaria e por lá passou alguns dias lidando com seus cavalos e também realizando algumas conferências com líderes da província. O que foi dito ali dificilmente se saberá...³⁰⁶

É mais do que simbólica essa última viagem do Imperador: além de demonstrar a importância de Minas no concerto das províncias brasileiras – com a maior população do país e a maior bancada na Câmara num total de 20 deputados – representava também para D. Pedro uma espécie de termômetro para medir sua popularidade que, diga-se, andava numa situação calamitosa. E disso ele não teve dúvidas ao presenciar por onde passava os dobres fúnebres em homenagem ao jornalista oposicionista Líbero Badaró – assassinado na cidade de São Paulo no dia 20 de novembro de 1830, numa visível afronta à pessoa do Imperador.

Em Ouro Preto, ao que se saiba, nenhuma comitiva foi ao seu encontro no caminho como na viagem anterior e o presidente da Câmara Municipal, Antonio Ribeiro Fernandes Forbes, saudou a augusta visita com um discurso que foi um verdadeiro primor de bajulação ostensiva:

³⁰⁶ **TORRES**, João Camilo de Oliveira – *História de Minas Gerais*, vol. 2.B. Horizonte/Brasília, Lemi/INL, 1980, pág. 817.

*“Senhor, é em transporte de um júbilo divinal que a Câmara da Cidade de Ouro Preto se encaminha à Presença Augusta de V. M. I. [...] Possão os nossos votos realizar-se, dilatando os Céos os preciosos dias de S. M. I.. Permita Vossa Majestade que esta Câmara em signal de reconhecimento beije a Augusta Mão de S. M. I. , e da Excelsa Esposa, objeto de Conjugal Amor de V. M. I. e Manacial Fecundo de mil bens, que o Brazil um dia colherá.”*³⁰⁷

Não há registros de que lá estivessem os políticos mais destacados da província, a começar por Bernardo Pereira de Vasconcellos. A recepção foi fria e muito distante daquela de 1822. No jornal *O Universal* do dia 28 de fevereiro, uma nota chocha do Conselho Geral da Província reiterava fidelidade ao Imperador e à Constituição. Muito mais uma declaração pró-forma, talvez para o Conselho se manifestar já que D. Pedro se encontrava a poucos quilômetros dali, na sua nova fazenda para criar cavalos de raças. E aqui é bom que se lembre, D. Pedro jogou pedras num tema muito caro ao grupo dos liberais mineiros: a federação.³⁰⁸

Aqui é bom lembrar que o jornal *O Universal* circulou em Ouro Preto no período 1825 a 1842 com a periodicidade de três vezes por semana. Sua linha editorial foi atribuída primeiramente a Bernardo Pereira de Vasconcellos até 1836, e depois a seu proprietário José Pedro Dias de Carvalho e Joaquim Antão Fernandes Leão, ambos ligados a Manoel Ignácio.

E foi o mesmo Manoel Ignácio saudado com grande entusiasmo pelo *O Universal* do dia 18 de abril de 1831 quando, sob o título de *Triunfo da Liberdade*, narram com

³⁰⁷ HEMEROTECA MG: *O Universal* do dia 23 de fevereiro de 1831, pág. 3

³⁰⁸ “Existe um partido desorganizador que aproveitando das circunstâncias puramente peculiares a França, pretende illudir-vos com invectivas contra Minha Inviolável Pessoa, e contra o governo, a fim de representar no Brasil scenas de horror, cobrindo-o de luto [...] Escrevem sem reboço e concitam os Povos à federação; se cuidão de salvar deste crime com o Art. 174 da Lei Fundamental que nos Rege.” Trecho do discurso de D. Pedro I aos mineiros publicado no jornal *O Universal* do dia 23 de fevereiro de 1831. O artigo citado por D. Pedro dizia que, passados quatro anos depois do juramento da Constituição, se algum artigo demandasse reforma esta poderia ser feita mediante proposta da Câmara dos Deputados e apoiada pela terça parte da mesma. **Fonte:** *Constituição política do Império*. 1824. Brasília, Min. Int., 1986, pág. 36.

indisfarçável júbilo a abdicação do Imperador. E na segunda página do mesmo periódico foi publicado num tom dramático que revelava os ânimos exaltados:

*“Que penna tão hábil será capaz de descrever hoje os brilhantes festejos com que os Ouropretanos tem celebrado a Regeneração da Pátria. [...] A Cidade estava ricamente iluminada [...] cujas musicas correrão as ruas da Cidade entre o concurso do povo mais numeroso que se há visto entre nós. Um Hymno Nacional allegorico ao triunfo da Liberdade era cantado nas praças e outros lugares. [...] O Immortal Vasconcellos, o Deputado Benemérito da Pátria, que a sórdida intriga, e vil inveja tanto havião insultado naquelle mesmo lugar (a Câmara) [...] recebeu o galardão devido a seus méritos; das suas fadigas que tanto tem arruinado sua saúde. Não foi menos o quinhão que coube ao Ilustre Conselheiro o Sr. Mello e Souza, que pelo bem da Província abandonou sua caza, sacrificou sua fortuna, e tem arriscado a própria vida! Amigo verdadeiro do Paiz que abraçou como Pátria, filho adoptivo do Brasil, elle faz esquecer estas distinções de nascimento que por ventura podem ainda lembrar, quando se recordam passadas offensas”*³⁰⁹

Mesmo em um veículo simpático Mello e Souza foi alvo de elogios efusivos, quase um mártir da causa brasileira, mas mesmo com todo excesso o trecho do jornal evidencia o fato de ser ele um dos mais importantes homens da província. Aparentemente sua carreira política foi engendrada com muita negociação, muito conchavo, talento para seus eleitores se esquecerem de sua origem portuguesa, fato que a meu ver ele manobrou a seu favor, mostrando a todo o momento que, apesar de português de nascimento, abraçara a causa da pátria mineira, numa demonstração de desapego a seu berço em favor de uma vida direcionada para servir ao Estado imperial. Ligou-se também às pessoas como Antonio

³⁰⁹ HMG, *O Universal* do dia 18 de abril de 1831, pág. 2.

Paulino Limpo de Abreu,³¹⁰ Bernardo P. de Vasconcellos e, principalmente aos padres José Bento Ferreira de Mello e José Custódio Dias, que o ligavam ao padre Diogo Feijó e que provavelmente se identificavam com suas convicções políticas. Com Vasconcellos romperia em 1836, permanecendo junto aos liberais, mas com José Bento e José Custódio permaneceu aliado até a morte dos dois padres.

José Custódio Dias nasceu em São João Del Rei no ano de 1767 e ordenou-se padre em Mariana em 1791. Seu irmão Custódio José Dias foi um próspero fazendeiro no extremo sul de Minas (entre Alfenas e Machado) e também deputado pela Assembléia Geral na primeira e segunda legislaturas afinado com as posições do irmão padre. José Custódio tinha fama de grande orador que magnetizava as platéias com seus discursos. Participou da Constituinte de 1823 e ficou famoso por suas verrinas contra D. Pedro e seus áulicos. Faleceu em 1838 na fazenda de seu irmão em Alfenas, no Sul de Minas. No Rio de Janeiro era proprietário da Chácara Floresta, situada na antiga Rua da Ajuda “*ao pé do Morro do Castelo*”.³¹¹

Essa chácara foi palco de várias articulações e mesmo conspirações perpetradas madrugada adentro e que definiriam os rumos da política nacional. Eram assíduos freqüentadores do local os padres José Bento, José Martiniano de Alencar e Diogo Feijó (ficaram conhecidos como os quatro padres que deram as cartas na primeira fase do período regencial). Foi lá, em março de 1831, que se reuniram os 23 deputados e o senador Campos Vergueiro para redigirem a representação³¹² a D. Pedro exigindo atitudes drásticas contra os abusos de seu governo. No mesmo local foi planejado o *golpe de Estado de 1832*³¹³, no qual o padre Feijó planejou a tentativa malograda de transformar a Câmara em Assembléia Nacional Constituinte e afastar o Senado das manobras para a reforma da Constituição.

O Pe. José Bento nasceu em 1785 na Vila da Campanha do Rio Verde, mas fez sua base de apoio em Pouso Alegre onde foi pároco, tornando-se a maior liderança política do sul da província. Por lá possuía suas propriedades e adquiriu grande prestígio por trabalhar

³¹⁰ Paulo Pereira Castro nota que Limpo de Abreu era primo por afinidade de Manoel Ignácio, mas não achei nenhum registro confirmando e como o autor não revelou a fonte, fica a dúvida. Ver: **CASTRO**, Paulo Pereira – A experiência republicana. In. **HOLANDA**, Sérgio Buarque de (dir.) – *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo II, 2º vol. S. Paulo, Difel, 1964, pág. 35.

³¹¹ **VALLADÃO**, Alfredo – *Vultos nacionais*. Rio, José Olympio, 1955, pág. 354.

³¹² A íntegra da representação foi publicada no *O Universal* do dia 30 de março de 1831. Entre os signatários, além do dono da casa estavam Limpo de Abreu, José Maria Pinto Peixoto, H. H. Carneiro Leão entre outros.

³¹³ **CASTRO**, Paulo Pereira, op. cit., pág. 23.

pela instalação de várias escolas no local. Foi também proprietário de dois jornais *O Pregoeiro Constitucional*, de cuja gráfica saíram as cópias da *Constituição de Pouso Alegre* e *O Recopilador Mineiro*. José Bento foi ordenado padre em São Paulo no ano de 1809 junto com aquele que seria seu grande amigo e companheiro político, o padre Diogo Feijó. Foi assassinado em fevereiro de 1844, próximo de sua fazenda em Pouso Alegre. Consta que deixou uma filha D. Possidônia Ferreira de Mello³¹⁴. Sua poderosa influência não passou despercebida a Alcir Lenharo que comentou em seu livro:

*“Constituía [o padre José Bento] um elo político de significação, conectando-se simultaneamente com diferentes líderes do Centro-Sul. Ligava-se especialmente a Bernardo Pereira de Vasconcellos com quem sofreu os ataques dos restauradores em Ouro Preto em 1833 [...] Através de seu intermédio é que a penetração de Feijó em Minas se fez intensa. Reversivamente, por meio de Feijó, aproximou-se dos deputados paulistas e dos políticos ligados a Evaristo da Veiga. Tinha grande ascendência sobre Limpo de Abreu [...] O mesmo também se dava com o Pe. José Martiniano de Alencar com quem dividia residência no Rio de Janeiro.”*³¹⁵

Uma ressalva: aqui acrescentaria ao texto de Lenharo que o padre José Bento era também muito ligado a Manoel Ignácio. No dia 22 de março de 1833 quando do ataque dos “restauradores” segundo Lenharo, José Bento era hóspede de Manoel Ignácio. Essas amizades lhe foram sempre estratégicas, mas a recíproca também tem todos os indícios de ser verdadeira, pois ele sempre foi uma figura de proa na política mineira e era inegável a sua liderança na província.

Em 1824, dois anos, portanto, após a primeira viagem do regente a Minas, Manoel Ignácio de Mello e Souza foi eleito para o Conselho de Governo da Província de Minas Gerais. Este Conselho foi criado em 1823 por decreto da Assembléia Constituinte para

³¹⁴ VALADÃO, Alfredo, op. cit., pág. 414

³¹⁵ LENHARO, Alcir, op.cit., pág. 121

assessorar o presidente da província que também acumulava a função de presidente desse Conselho. No caso de vacância do cargo de presidente o membro mais votado o substituiria. Eram atribuições do Conselho:

*“Todos os objectos que demandassem exame e juízo administrativo taes como o desenvolvimento da agricultura, comércio e industria, artes, educação da mocidade, as informações à Assembleia das infrações de leis e sucessos extraordinários, que tivessem lugar nas províncias.”*³¹⁶

A princípio não foi estabelecido um prazo determinado para o mandato dos seus membros. Somente em 1829 foi fixado o tempo de quatro anos para os mandatos, mesmo assim em 1825 foram escolhidos os seis integrantes do Conselho: Cônego Francisco Pereira de Santa Apolônia, Coronel Romualdo José Monteiro de Barros, Dr. Theotonio Álvares de Oliveira Maciel, Dr. João Lopes Mendes Ribeiro, Desembargador Manoel Ignácio de Mello e Souza e o Capitão Mor João Batista de Souza Coutinho. Metade de seus membros era egressa da Primeira Junta governativa de 1821. No segundo mandato (1830/33) Mello e Souza é reeleito agora na companhia de Bernardo P. de Vasconcellos, padre José Bento Ferreira de Mello, Cônego Santa Apolônia e padre Joaquim Lopes Mendes Ribeiro, lembrando que em abril de 1831 ele é designado presidente da província de Minas Gerais.

Prova de sua incoercível disposição para ocupar cargos políticos está nos registro de eleição para a escolha de senadores em 1824 que elegeu Manoel Ferreira da Câmara (o renomado naturalista mais conhecido como Intendente Câmara) com 508 votos, Manoel Ignácio aparece em 25º lugar com 225 votos e seu tio Ignácio José de Souza Rabello conseguiu 106 votos. Na ata da última apuração da eleição de deputados à Assembléia Geral, também no ano de 1824 (exercício 1826-1829), ele consegue 192 votos e fica em 14º colocado; o primeiro mais votado – Candido José de Araújo Vianna – obteve 488 votos.³¹⁷

³¹⁶ RAPM, CD 01, pasta 01, pág.391

³¹⁷ APM, SP/PP:29, págs. 25 e 27

“Sugestivamente, será a partir de 1826, na retomada dos trabalhos da Assembléia Legislativa que a atuação parlamentar dos representantes do abastecimento se intensificará, para transbordar-se na participação ativa que cumpriram nos eventos associados à deposição do Imperador.”³¹⁸

No ano de 1828, o Conselho Geral da Província finalmente foi instalado apesar de seus integrantes terem sido eleitos em 1824. A duração do primeiro mandato do Conselho deveria corresponder à primeira legislatura da Assembléia Geral, mas por causa de trâmites burocráticos foram realizadas somente duas sessões correspondentes às duas últimas sessões da Assembléia Geral.

“Os Conselhos Geraes tinham por principal objecto propor, discutir e deliberar sobre os negócios mais interessantes das suas Províncias: formando projectos peculiares e accomodados às suas localidades e urgências. As resoluções que assim tomassem eram, por intermédio do Presidente da Província, remmetidas directamente ao Poder Executivo e por este à Assembleia Geral para ahi serem propostos como projectos de lei e obterem a aprovação da assemblea por uma única discussão em cada Câmara.”³¹⁹

Foram eleitos 21 membros e mais 34 suplentes. Entre os escolhidos para o primeiro mandato estavam Manoel Ignácio de Mello e Souza, Bernardo Pereira de Vasconcellos, padre José Bento Ferreira de Mello, Dr. Teothonio A. de Oliveira Maciel, Dr. João José Lopes Mendes Ribeiro, José Bento Soares, Antonio Thomaz Figueiredo Neves. Ou seja, praticamente toda a composição da primeira Junta Governativa estava de volta com exceção do juiz de fora Cassiano Esperidião Mello e Mattos e Pinto Peixoto.

³¹⁸ LENHARO, Alcir, op. cit., pág. 27.

³¹⁹ RAPM, CD 01, pasta 01, pág. 394.

O cientista político Claus Rodarte, que estuda a composição dos processos eleitorais mineiros para a Assembléia Geral do Império, observa que, em 1828³²⁰, o resultado das eleições revelava um elemento novo na medida em que alguns nomes começam a se destacar revelando certa consonância e talvez, até certo agrupamento de tendências, não obstante a forte heterogeneidade política e regional.

Ainda segundo Rodarte, os candidatos mineiros se dividiam em dois grupos ou partidos:³²¹ um que se intitulava de “liberal” tendo como porta-vozes os jornais *O Universal* de Ouro Preto e *O Astro de Minas* de São João del Rei, tendo como líder Bernardo Pereira de Vasconcellos; e o outro, que se auto-denominava “moderado” não possuía veículo de propaganda na província e sim na Corte, um jornal chamado *O Analista* o que deu azo aos adversários o chamarem de “partido analítico”. Pois bem, este partido era governista e estava sob liderança do presidente da província e deputado Desembargador João José Lopes Mendes Ribeiro que articulava em Ouro Preto para promover seus simpatizantes. Era conhecido também como “partido da ordem” ou “defensores do altar e do trono”.

Em 1829 aparece em Ouro Preto o periódico *O Telégrafo* que vai durar até 1831 e vai ser o porta-voz dos “moderados”, chamados constantemente pelos opositores de “os telegráficos”. Mendes Ribeiro e Bernardo Pereira de Vasconcellos se desentenderam por causa de uma acusação que pesava sobre Vasconcellos de ter subornado um eleitor. Mas por trás disso tinha a rivalidade dos dois políticos pela liderança na província. Ribeiro foi empossado no cargo de presidente em dezembro de 1827 e nele permaneceria até abril de 1830. Aliás, é de 1828, quando as rivalidades se acirravam, a famosa *Carta aos Senhores Eleitores de Minas Gerais*,³²² escrita por Vasconcellos e publicada na gráfica de *O Astro de Minas* em São João Del Rei.

³²⁰ É bom notar que as eleições realizadas em 1824 foram para a primeira legislatura de 1826/28 e as realizadas em 1828 se refere ao exercício de 1830/33. Fonte: RAPM, CD 01, pasta 01, pag. 34.

³²¹ A palavra **partido** é aqui usada como um grupo de pessoas unidas pelos mesmos interesses e mesmas ações: processos eleitorais e legislativos e não uma agremiação formal regida por estatutos, com associados e programas. No mais, é sobejamente conhecido que não se pode conceber partidos políticos formais na época focada pela pesquisa. Ver: **BOBBIO**, Norberto, **MATTEUCCI**, Nicola e **PASQUINO**, Gianfranco – *Dicionário de Política*, 2 vols. Brasília, UNB/LGE, 2004, págs. 898 a 905. Ao longo do capítulo o que os documentos sugerem é que não há partidos e sim grupos de opinião que podiam se cindir e depois se recompor.

³²² RAPM, CD 01, pasta 01, pag. 194.

É prudente ressaltar que, na época todos se consideravam liberais, e nos embates era muito comum grupos rivais se chamarem de conservadores ou caramurus sem que o fossem efetivamente, ou vindo de outra forma segundo Aldo Janotti: “*Conservadores eram-no todos, mas na pregação eram liberais*”³²³

Na Câmara dos Deputados, a bancada mineira estava dividida entre os partidários de Vasconcellos e de Mendes Ribeiro. O ala liberal era composta principalmente de Limpo de Abreu³²⁴, Custódio José Dias e seu irmão o padre José Custódio Dias, José Bento Ferreira de Mello e José Cesário de Miranda Ribeiro. Certamente Mello e Souza integrava aos liberais, mas sobre isso não há registros e é bom que se note que ele não se elegeu para a segunda legislatura (1830-1833). No partido dos ditos moderados estavam Antonio da Rocha Franco, Antonio Marques de Sampaio, João José Lopes Mendes Ribeiro e seu irmão padre Joaquim José Lopes Mendes Ribeiro, João Joaquim da Silva Guimarães, José Antonio da Silva Maia³²⁵, José de Rezende Costa e Lucio Soares Teixeira de Gouvêa. Aqui é prudente também relativizar os objetivos desses agrupamentos, que não possuíam matizes claramente definidos

Embora não tenha sido eleito deputado para a segunda legislatura, Manoel Ignácio não descuidou de seus cargos nos dois Conselhos da província e de sua função na Casa de Suplicação no Rio de Janeiro. Tratou de “arrumar a casa” enquanto trabalhava nos bastidores e engrossava a forte reação dos mineiros contra D. Pedro. Além de cuidar de seus negócios, acompanhava seus tios doentes que acabaram ambos falecendo em 1830, o que o fez herdeiro de terras e escravos, como já foi comentado.

No sábado, dia 18 de abril de 1831, o jornal *O Universal* publicou em edição extraordinária (o jornal circulava nas segundas, quartas e sextas) o relato detalhado da abdicação de D. Pedro I e terminava descrevendo como a notícia foi recebida em Ouro Preto³²⁶ no dia anterior.

³²³ JANOTTI, Aldo – *O Marquês de Paraná*. B. Horizonte, Itatiaia/ S. Paulo, EDUSP, 1990, pág. 16

³²⁴ Paulo Pereira Castro definiu Limpo de Abreu como “*o executor metuculoso da política do padre José Bento*”, pág. 36.

³²⁵ Silva Maia seria escolhido, em 1831, Ministro do Império por D. Pedro I e por isso mesmo foi execrado pelos mineiros quando acompanhou o monarca na sua derradeira visita a Minas para tentar se reeleger, o que não conseguiu. Ver: ARMITAGE, John – *História do Brasil*. B. Horizonte, Itatiaia/S. Paulo, EDUSP, 1981, pág. 214.

³²⁶ Na época, a viagem do Rio de Janeiro para Ouro Preto demorava, em média, de uma semana a dez dias.

“O Conselho do Governo reuniu-se a noite, juntou-lhe o Commandante das Armas, a quem se derão as Ordens necessárias e Estes aos Commandantes dos Corpos da Primeira Linha, cujas Musicas, com os Officiaes, e Magistrados da Terra, e de Marianna, com um numerosissimo concurso de Cidadãos sahirão a correr as ruas da Cidade, cujas cazas se acharão rica, e espontaneamente illuminadas, tendo antes chegado ao Fortim e dado Vivas – À Soberana Nação Brasileira, à Constituição, ao imperador constitucional D. Pedro II, à Regência Provisória, à Assembléa Geral, à Biosa Província de Minas, etc. e cujos vivas forão repetidos de fronte do quartel do Batalha, Rua Direita, de S. José, e Praça d’Alegria. [...] O Povo deu muitos vivas à Liberdade de Imprensa, ao sr. Vasconcellos, ao sr. Presidente da Província³²⁷, ao Conselho de Governo, ao sr. Mello e Souza [...]”³²⁸

Em 15 de abril é escolhido o presidente da província, revelando nesse fato que sua atuação nos bastidores não fora desprezível e efetivamente era um homem de confiança no governo que iniciava. Não se pode esquecer de que a tranquilidade na província de Minas Gerais era estratégica para a estabilidade de qualquer governo. Feliz por ter sido escolhido, o presidente Mello e Souza deu um baile para comemorar sua nomeação e, a crer na notícia veiculada no *O Universal*, pagou do seu próprio bolso a festança e ainda revelou uma faceta galante:

“O enthusiasmo, o prazer, a alegria que grandemente dominão os nossos corações desde que tivemos a mui fausta noticia da Regeneração da Pátria é inexplicável, e cada dia

³²⁷ O presidente da província era o Marechal Manoel Antonio Galvão que ficou menos de três meses no cargo (foi empossado no dia 3 de fevereiro) e assim que a notícia da abdicação chegou, ele imediatamente aderiu às comemorações, sendo muito elogiado pelos seus opositores. **Fonte:** HMG, *O Universal* do dia 18 de abril de 1831

³²⁸ Idem.

*novos festejos vem augmentar a nossa satisfação. Além dos que se fizerão a 3 de Maio, na noite de 5 houve no Palácio do Governo um magnífico Baile, o primeiro sem dúvida do nosso Ouro Preto, dado as expensas do Exmo. Presidente da Província. Mais de setenta Senhoras das principaes famílias alli concorrerão , com um triplicado número de cidadãos [...] O bom gosto, o luxo, a magnificência, e a profusão disputarão entre si a preheminencia; mas nada cedia o prazer, a alegria, nascida do fundo d'alma. Até a uma hora da manhã cantou-se, bailou-se, e toda a companhia se divertio amigável e seriamente. A esta hora forão as senhoras servidas de uma esplêndida céa; depois das senhoras occuparão os Cidadãos as duas Mezas que se achavão praticamente recheadas das mais excellentes iguarias, e depois destes os músicos, e mais algumas outras pessoas, e assim se passou quase até a madrugada. Em quanto nas Mezas passavão uns lanta e alegremente, as senhoras no Sallão continuarão a tocar, bailar e cantar até amanhecer. Depois de ser dia, despediu-se a companhia mui saudosa, julgando ainda breve o espaço que tão alegremente tinha passado. Os srs. Presidente e Commandante Militar tiveram a delicadeza de acompanhar todas as senhoras as suas cazas.*³²⁹

Enquanto Mello e Souza iniciava a administração da província mineira, na cidade de São Paulo, José Joaquim Fernandes Torres cumpria sua carreira de lente da segunda cadeira do terceiro ano do Curso de Ciências Jurídicas e Sociais e freqüentava as reuniões da *Sociedade dos Defensores da Liberdade e Independência Nacional*,³³⁰ sendo eleito em

³²⁹ HMG, *O Universal* do dia 9 de maio de 1831

³³⁰ WERNET, Augustin – *As sociedades políticas da província de São Paulo na primeira metade do período regencial*. Tese de Doutorado, USP, 1975, pág. 363. Sobre as sociedades ver também: SOUZA, Octávio Tarquínio de – *Fatos e personagens em torno de um regime*. S. Paulo, EDUSP, B. Horizonte, Itatiaia, 1988.

1831 seu presidente na capital da província paulista. No entanto, tudo leva a crer que, em suas estadias em Minas, ele já freqüentava o Palácio do Governo em reuniões com Manoel Ignácio de Mello e Souza. Ou seja, apesar de despontarem em momentos diferentes e distantes, ambos atuavam no mesmo campo político – o daqueles que haviam lutado pela abdicação e defendiam amplas reformas na Carta de 1824, idealizando até mesmo uma outra constituição, como a que foi veiculada em 1832, conhecida como Constituição de Pouso Alegre e de autoria do padre José Bento Ferreira de Mello. Não há registros de suas atividades como magistrado até agosto de 1833 quando é indicado para juiz de direito da Comarca de Ouro Preto. E nesse fato é bem possível que tivesse o dedo de Mello e Souza na sua indicação porque, no mesmo ano, foi eleito como deputado para a Assembléia Geral numa eleição das mais significativas, pois os deputados teriam poderes constituintes para a reforma da Constituição de 1824.

Sua atuação foi das mais discretas, porém indicando ser afinado com o grupo de Manoel Ignácio e dos padres José Bento e José Custódio. Como Manoel Ignácio conduzia sua carreira política concomitante com a de magistrado.

No comando da província, Mello e Souza tratou de ampliar suas bases, aprofundando sua influência pela Mata norte. Em julho de 1832, de uma só penada eleva Ponte Nova, Barra do Bacalhau (atual Guaraciaba) e Santa Rita do Turvo (Viçosa) a *status* de freguesias. Em seus relatórios e ofícios sempre se mostrou preocupado com a educação e agricultura, embora seja necessário relativizar esse tipo de fonte. Enquanto isso em vários ofícios publicados nas páginas de *O Universal*, mostrava-se extremamente preocupado com os possíveis focos de rebeldia dos “*anarchistas*” e “*inimigos da ordem*” e, como não poderia deixar de ser, rondava sempre por perto o espectro de uma rebelião escrava:

“[...] Contando hoje a Província de 800 mil a um milhão de habitantes, disseminados por uma vasta superfície, ocupados na lavoura e na mineração, em cujos trabalhos tem empregado milhares de escravos, que seduzidos pelos anarchistas podem espalhar o alarma em toda a Província, é indispensável que o Governo tenha meios para acudir promptamente a qualquer insurreição ou mesmo algum

*motim que se levante em qualquer ponto da Província. [...]*³³¹

Em um ofício³³² do dia 31 de agosto, Manoel Ignácio pede ao governo central um maior número de soldados para garantir a segurança na província mineira. É curioso observar os temores que são desvendados ao se folhear as páginas dos jornais da época. O medo de revoltas escravas é uma constante no universo dos políticos e proprietários.

No mês de dezembro de 1831 um incidente no Arraial de Santa Rita do Turvo (atual cidade de Viçosa) vem pôr lenha na fogueira dos temores de uma rebelião:

“No dia 18 do corrente appareceo no Arraial de Santa Rita do Turvo um bando de sediciosos em número de 50 armados de espingardas, fouces, etc. os quaes assistiram dessa maneira a Missa no adro da Igreja. O Juiz de Paz fez-lhe uma proclamação advertindo-lhes, que deposessem as armas, mas elles surdos a voz do Magistrado popular a quem insultarão, e depois de terem feito ameaças, soltado impropérios, alliciando escravos ase lhe unirem com promessa de liberdade, retirarão-se do Arraial havendo prometido volta no dia 25 deste mez para então executar seus damnados intentos de assassinar brancos, roubá-los e abusar das famílias honestas.

*Este magote de sediciosos depois que deixou o Arraial dirigio-se à Fazenda do Capitão Jacintho Manoel Monteiro, a quem elles insultarão atrozmente e ahi tornarão a alliciar a sua escravatura com a mesma promessa.”*³³³

³³¹ HMG. Ofício do presidente da província publicado no *O Universal* do dia 7 de dezembro de 1831, pág. 2.

³³² HMG. Ofício do presidente da província publicado no *O Universal* do dia 31 de agosto de 1831, pág. 1.

³³³ HMG, *O Universal* do dia 23 de dezembro de 1831, pág. 2. Sobre as ocorrências em Santa Rita do Turvo ver: GONÇALVES, Andréia Lisly – *Estatificação social e mobilizações políticas no processo de formação do Estado Nacional brasileiro: Minas Gerais 1831-1835*. Relatório de pesquisa de Pós-doutorado. S. Paulo, USP, 2004.

Prontamente Mello e Souza enviou 25 homens da cavalaria para Santa Rita do Turvo onde os soldados prenderam 13 homens e mataram um. Os presos confessaram que eram liderados pelo Capitão Mor Manoel José Esteves Lima, o juiz de paz de Ponte Nova e o Capitão João Francisco Vieira. Manoel José era proprietário de uma fazenda próxima de Santa Rita. E segundo o redator do *O Universal* “[...] são por elle animados os facciosos já com uma mal entendida liberdade, já como próxima a vinda do ex-Imperador.”³³⁴

O caso intrigou e indignou os leitores que se manifestavam através das páginas do *O Universal* comentando e insultando os “corcundas” e retrógrados que desejavam a volta de D. Pedro I. O inflamado cidadão Silvério Ribeiro de Carvalho mandou publicar a letra do que seria um hino à pátria de sua autoria:

“Hymno Patriótico

*Muito embora hajão corcundas,
Anarchistas inferanes,
No Brasil já nunca mais
Os seus planos medrarão
Vencerá Pedro Segundo
Brasileiro de Nação*

*Bem que os corcundas espalhem
Notícias atteradoras,
As Províncias defensoras
Não temem tal invasão
Vencerá Pedro Segundo
Brasileiro de Nação*

*De Minas fulgente raio,
Hirá decidir a guerra
Sobre o mar e sobre a terra*

³³⁴ HMG, *O Universal* do dia 9 de janeiro de 1832, pág. 2

Hade soar o trovão

Vencerá Pedro Segundo

Brasileiro de Nação”³³⁵

No início de fevereiro de 1832, o Conselho de Governo³³⁶ reuniu-se em sessão extraordinária para deliberar sobre os acontecimentos de Santa Rita do Turvo e tomar medidas para manter a ordem na província. Mas, uma notícia publicada no *O Universal* deixou os leitores intrigados. No dia 11 de fevereiro, entrou na cidade de Mariana o Capitão Mor Manoel José Esteves de Lima, apontado como um dos chefes das escaramuças de dezembro de 1831 no arraial de Santa Rita. Segundo a nota do jornal, ele chegou por volta do meio dia acompanhado de mais ou menos dez homens acintosamente armados. O pior estava por vir quando à noite chegou a sua casa o presidente Manoel Ignácio de Mello e Souza e “*se apresenta este Campeão da desordem a visitá-lo, levando em sua companhia dous sequazes armados que ficarão postados à porta do mesmo Presidente, factos estes, sr. Redactor, que horrorizarão sobremaneira aos habitantes desta Cidade. Haverá, sr. Redactor, homem mais cúmplice? de certo que não!*”³³⁷ A notícia era assinada por alguém que se intitulava “o amigo da pátria”.

Em 27 do mesmo mês de fevereiro de 1832, o juiz de paz de Pinheiros, uma localidade próxima a Mariana, pede ao presidente da província a prisão de Esteves Lima que passou pelo local com seus capangas ,causando alvoroço na população. O mesmo já tinha acontecido na Barra do Bacalhau. No início de março, Mello e Souza publicou ofício alertando as autoridades policiais sobre o perigo de desordeiros que queriam o fim da regência. E no dia 21 aparece um anúncio nas páginas de *O Universal* oferecendo recompensa pela prisão de Manoel José Esteves de Lima e, nesse mesmo número, um cidadão reclama dos desmandos do juiz de paz do Arraial da Ponte Nova.

Pode-se especular sobre os episódios envolvendo o Capitão Esteves Lima e também o fato de ele ter sido recebido na residência de Mello e Souza na calada da noite. O certo é que em julho eleva a Vila da Ponte Nova, Barra do Bacalhau e Santa Rita do Turvo à

³³⁵ HMG, *O Universal* do dia 23 de janeiro de 1832, pág. 4.

³³⁶ Nessa época os membros do Conselho eram: padre José Bento Ferreira de Mello, Baptista Caetano d’Almeida, Gomes Freire de Andrade, José Feliciano Pinto Coelho da Cunha e Manoel Soares do Couto.

³³⁷ HMG, *O Universal* do dia 22 de fevereiro de 1832, pág. 4.

condição de paróquias. E no dia 19 de setembro é publicada a confirmação pelo decreto da regência assinado no dia 14 de julho de 1832, trazendo ainda a assinatura de Feijó como ministro da Justiça:

“Art. 1º Ficção elevadas à Parochias na Província de Minas Gerais e na Câmara de Ouro Preto os seguintes Curatos:

S1 – O Curato de Santa Rita do Turvo tendo por filiaes os Curatos de São José do Barrozo e Conceição do Turvo.

S3 – O Curato de Ponte Nova tendo por filial a Applicação da Casca

S4 – O curato de Barra do Bacalhau tendo por filiaes os Curatos de Tapera e do Calambao”³³⁸

Ao que tudo indica, Mello e Souza atendia as demandas dos moradores dos arraiais e dos proprietários da zona da Mata norte, angariando assim a simpatia e o apoio dos votantes e eleitores da região.

No início de abril de 1832, boatos grassavam pelo Rio de Janeiro avisando sobre a iminente deposição da regência que nada fazia para impedir o retorno de D. Pedro I. Houve realmente algumas escaramuças envolvendo um oficial do exército no dia três e no dia 17 ocorreu um movimento definido por Paulo Pereira Castro como uma “intentona caricata” envolvendo criados do Paço imperial.³³⁹

Alguns dias depois, a notícia chegou a Minas com uma proclamação da regência sobre os fatos e, imediatamente Mello e Souza publica nas páginas de *O Universal* uma carta comentando as escaramuças ocorridas no Rio e, alertando sobre os perigos que representavam esses “*inimigos da nação*”, cita o exemplo da província do Ceará que “*geme sobre a influência do malvado Joaquim Pinto Madeira, deste monstro de horrores, que a*

³³⁸ HMG, *O Universal* do dia 19 de setembro de 1832, pág. 1.

³³⁹ CASTRO, Paulo Pereira, op. cit., pág. 20.

sangue frio tem imolado a seu furor inumeráveis vítimas, não poupando mesmo a vida de seus inocentes sobrinhos.”³⁴⁰

Mello e Souza cumpria zelosamente o papel que lhe coube ao ser escolhido pela regência; entretanto, suas atitudes eram questionadas e sofriam ataques da oposição que espalhava panfletos pelas ruas de Ouro Preto e Mariana na tentativa de enxovalhar a sua reputação. Infelizmente não foi possível localizar nenhum desses panfletos, O teor dos mesmos, ou pelo menos parte deles, fica-se sabendo nos textos das respostas dadas através de *O Universal* que muitas vezes transcreviam alguns trechos em seus artigos.

Em maio, *O Universal* publicou uma nota comentando as perseguições: “*Rara é a noite em não se espalhão pasquins mais ou menos incendiários contra o Presidente da Província que elle tanto desejão ver fora.*”³⁴¹ E segue a notícia relatando que esses mesmos pasquins acusavam *O Universal* de ser vendido ao governo da regência e acusando como o idealizador dos pasquins o padre Mestre M. J. Ribeiro, apontando-o como um elemento caramuru que disseminava a discórdia e intrigas pelo interior da província “*encarregando de espalhar por ahi as boas douctrinas do Caramuru, de cujo periódico levou o Sr. Padre Mestre um grande surtimento para repartir pelos crentes, e pelos prosélitos que angariasse.*”³⁴² Embora o jornal não colocasse o nome do padre por extenso, tudo indica que se tratasse do padre Manoel Joaquim Ribeiro ligado aos moderados do grupo de João José Lopes Mendes Ribeiro, ex-presidente da província e opositor de Vasconcellos e Mello e Souza.

Nos ofícios mandados publicar pela administração provincial, transparece a liberação de verbas para armar as guardas enquanto sucediam comunicados da regência e da presidência da província, alertando contra os inimigos da pátria e caramurus desordeiros. Nas páginas do *O Universal* abundavam artigos defendendo Manoel Ignácio dos ataques da oposição que o acusavam entre outras coisas de “dividir os mineiros”. Concomitantemente, chegavam à capital da província ofícios e comunicados de várias vilas e distritos apoiando o a luta do governo contra as tentativas da volta de D. Pedro I.

³⁴⁰ HMG, *O Universal* do dia 23 de abril de 1832, pág. 3. Sobre Joaquim Pinto Madeira ver: QUINTAS, Amaro – O Nordeste. In. HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.) – *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo II, 2º vol. S. Paulo, Difel, 1964, pág. 222.

³⁴¹ HMG, *O Universal* do dia 2 de maio de 1832, pág. 2.

³⁴² Idem, pág. 3.

No mês de agosto, chegou a notícia da demissão de Diogo Feijó do ministério da Justiça em virtude da tentativa de golpe articulada por ele, Evaristo da Veiga e seus amigos padres com o intuito de transformar a Câmara em Assembléia Nacional Constituinte. A intervenção do então deputado Honório Hermeto Carneiro Leão frustrou os planos do grupo³⁴³. No ano seguinte Honório, receberia o troco vindo da província de Minas Gerais.

No entanto, no próximo mês de setembro foi publicado um decreto da regência, vindo da pena de Feijó, a 17 de julho de 1832, conclamando juizes de paz e oficiais de justiça para contabilizar os vadios e malfeitores que andavam pela província, além de pedir aos fazendeiros que contabilizassem os moradores de suas terras, sejam ele escravos, agregados, empregados e feitores.

“A Regência, em nome do Imperador Pedro Segundo, tem Sancionado e Manda que Execute a Resolução Seguinte da Assembléa Geral sobre a proposta do Conselho Geral da Província de Minas Gerais. Artigo 1. Os Juizes de Paz da Província de Minas Gerais cuidarão quanto antes de fazerem o arrolamento de todas as pessoas existentes nos districtos de sua jurisdição, especificando suas naturalidades, idades e occupaões, depois que procederão na forma de seu Regimento contra aquelles que se verificarem vadios e sem meios decentes de subsistência.”

E seguem demais artigos especificando penas e detalhando a questão. Aqui é bom chamar a atenção para o trecho em que a regência atende a uma proposta do Conselho Geral da Província, em outras palavras o pedido veio do governo mineiro. O que não é de se estranhar porque no final do ano Mello e Souza toca novamente no assunto em seu discurso de abertura dos trabalhos do mesmo Conselho:

³⁴³ Nos debates na Câmara dos Deputados na sessão do dia 30 de julho de 1832 houve o enfrentamento entre Ferreira de Mello e Honório Hermeto. Fonte: Anais da Câmara dos Deputados www.camara.gov.br

*“A falta de braços pela cessação do tráfico da escravatura, faz sentir a urgente necessidade de se abrigar ao trabalho grande número de vadios que divagão pelas grandes e pequenas povoações, e é mister o maior cuidado na polícia urbana e rustica, para que os Artistas e Jornaleiros não o sejam só no nome.”*³⁴⁴

Como senhor de muitos escravos, Manoel Ignácio e seus companheiros do Conselho se preocupavam com a falta de braços diante da perspectiva de que a lei que abolira o tráfico³⁴⁵ um ano antes, pudesse ser obedecida e, em decorrência, comprometeria a oferta de mão-de-obra escrava, acarretando desarranjos profundos para a economia. Para eles uma das saídas para a provável crise seria lançar mão daqueles indivíduos sem trabalho que vagavam pelas vilas e arraiais e aproveitá-los no trabalho das lavouras. Resolveria assim o problema da mão de obra e da ordem pública.

A atuação de Manoel Ignácio frente à presidência de Minas Gerais era estratégica para os planos dos liberais engajados na reforma da constituição. É sintomático notar que tanto Mello e Souza em Minas e Rafael Tobias de Aguiar na província de São Paulo ficaram firmes em suas funções de presidentes e foram ambos renomeados para um segundo exercício; Aguiar ainda permaneceria no cargo até abril 1835. Cabia a eles garantir a paz nas províncias e a execução dos decretos da regência.

Em Ouro Preto, o clima esquentava com ataques a Mello e Souza que não ficavam sem resposta. As acusações iam desde perseguições políticas até suspeitas de suas atitudes por causa de sua origem portuguesa:

“Qual é dos Presidentes aquele que tem sabido com mais destreza conciliar o respeito ao seu cargo com o amor de seus Concidadãos? Que appareça o que lhe leve a palma e nós lhe cataremos o triunfo. Mas tudo isto não nos admira conhecendo que debaixo das vestes de defensores da justiça

³⁴⁴ HMG, *O Universal* do dia 5 de dezembro de 1832, pág. 2.

³⁴⁵ Lei de 7 de novembro que proibia o tráfico de escravos para o Brasil, o que na verdade representou letra morta.

andão encobertos os perseguidores da Causa da Pátria; os amigos de D. Pedro, os retrógrados e saudosos pela Regeneração: é por isso que não lhes agrada o actual Presidente [...] por que tendo elle pertencido ao círculo dos amigos da liberdade, convem roubar-lhe o crédito para que igualmente recahia a opinião desfavorável sobre seus amigos e companheiros [...]”³⁴⁶

Os artigos publicados no jornal *O Universal* – a despeito de sua parcialidade – espelham em grande parte os debates sobre as instituições de um Estado em processo de formação e até onde ia a disposição para reformas mais profundas na Constituição.

Depois do fracassado golpe de julho de 1832, a configuração na Assembléia Geral se modificou, muito em função da intervenção do deputado Honório Hermeto Carneiro Leão³⁴⁷, quebrando a hegemonia governista e perpetrando um “racha” entre Honório e o grupo de Feijó, Evaristo e dos padres. Feijó deixa o Ministério da Justiça que o próprio Honório ocuparia em seguida.

Em outubro numa “transação” entre o Senado e Câmara (onde Evaristo da Veiga teve papel de destaque) foi aprovada a lei de 12 de outubro de 1832 que estabeleceu as bases da reforma constitucional que a próxima legislatura teria os poderes para fazê-las. Porém, esta lei representou um retrocesso para os setores ligados a Feijó e a Vergueiro que pretendiam ampliar seu poder político, apontando para a capacidade de articulação de Honório que, definitivamente, afastou-se de seus antigos correligionários de 1831.

O clima no país era conturbado e os debates e conflitos acerca das modificações acirravam os ânimos pelo Brasil afora, notadamente nos centros urbanos. Um editorial de *O Universal*, do dia cinco de novembro de 1832, ilustra bem como andavam as discussões sobre o sistema de governo ideal para o país:

“Nós também não somos advogados do Sistema Republicano, por que ainda que conheçamos a sua superioridade sobre

³⁴⁶ HMG, *O Universal* do dia 29 de outubro de 1832, pág. 3.

³⁴⁷ Sobre a atuação de Honório Hermeto frente á tentativa de golpe por Feijó ver: JANOTTI, Aldo, op. cit., principalmente o item *O apogeu*, iniciando na pág. 147 e seguintes

todos os outros, vemos que elle seria por ora impracticável em nosso paiz, tanto pela falta de instrucção em todas as classes, como pela pouca moralização, base essencial da conservação das repúblicas; mas não podemos perdoar aqueles srs. que nos pintão com tanto horror a Federação, isto é, o sistema dos poderes locaes, quando elles mesmos admittem a realidade da Federação, desenvolvendo-se esse princípio que a nossa Constituição sabiamente estabelleceo por meio dos Conselhos Geraes, cuja conversão em Assembleas Provinciaes, com maior soma de atribuições, importa essa mesma Federação que desejam aquelles que conhecem a impossibilidade de manter-se no Brasil, pela sua posição Geográfica sob um Governo Unitário e dependendo dos recursos para a Capital do império ainda nas cousas mais insignificantes.”³⁴⁸

Tudo leva a crer que Manoel Ignácio tinha suas simpatias pelo federalismo; certamente um federalismo que coubesse escravidão e a monarquia e que possibilitasse a ele e seus iguais um maior controle das instituições provinciais e, levando em conta a resistência encontrada anos mais tarde por ocasião das reformas do Ato Adicional, seria bem plausível que almejasse um total controle da administração da justiça e das rendas da província.

No final do ano de 1832, na instalação dos trabalhos do Conselho Geral da Província, Manoel Ignácio de Mello e Souza leu um extenso relatório onde pontua os ganhos com sua administração, aponta problemas e soluções para contorná-los e propõe também a criação de novas paróquias e comarcas. Alguns trechos do seu discurso são emblemáticos para se compreender o momento vivido. Iniciou sua fala reafirmando a tranquilidade da província mineira que estava passando incólume por um momento de grandes agitações em outros pontos do Império e exorta os mineiros a manterem a paz.

³⁴⁸ HMG, *O Universal* do dia 5 de novembro de 1832

“[...] confio na sisudez de seus habitantes, e de seu respeito as leis, que sempre assim se conservarão, à despeito de pequenos movimentos, que possam ter lugar n’uma ou n’outra parte, mais por motivos e interesses particulares, do que por objectos puramente políticos; e quando por desgraça ocorrerão, o governo apoiado na maioria sente-se com força sobeja para os suffocar e destruir [...]

“Consultando os verdadeiros interesses do Paiz, e inspirados pela mais sólida política considerateis (sic) dever nosso não reconhecer Governo da Capital do Império que não fosse livremente elleito, e com as Solemnidades que a Lei requer. Muito lisonjeiro me é Srs. Informar-vos que os Cidadãos, Sociedades Patrióticas, Câmaras, e mais Authoridades constituídas aplaudirão tão sabia medida [...]”³⁴⁹

Um exame mais detido nos exemplares do jornal *O Universal*, principalmente nos primeiros anos da década de 30, impressiona pela campanha acirrada em prol dos liberais. Os redatores eram useiros e vezeiros em publicar notas, cartas e artigos sobre a iminente invasão do Brasil pelas forças do Duque de Bragança. Esses boatos só terminarão mesmo com a morte de D. Pedro I em setembro de 1834.

Boatos ou não, a província mineira tinha a fama de calma e ordeira. Aldo Janotti nota, a propósito do ano de 1832, que era consenso no Brasil da época o perigo iminente do esfacelamento da unidade. Segundo o autor, várias vozes se levantavam alertando para o perigo de se desintegrar o país diante de *“tanta desordem, tantos motins e sedições”* e, nas sessões da Câmara nos dias 30 de maio e 1º de junho de 1832, os deputados comentavam que:

³⁴⁹ HMG, O Universal do dia 5 de dezembro de 1832, pág. 2.

*“[...] a Província de Minas Gerais era vista como um oásis de tranqüilidade; todas as províncias estavam convulsionadas, menos Minas Gerais. Tal exceção como que causava estranheza, discutia-se a respeito das razões motivantes da tranqüilidade mineira, ela proporcionava admiração por não registrar desordens.”*³⁵⁰

A calma era, porém, aparente com se verá adiante.

³⁵⁰ JANOTTI, Aldo, op. cit., pág. 173.

3. A Revolta do Ano da Fumaça

O ano de 1833 começa na região de Ouro Preto e adjacências com uma neblina persistente que iria adentrar o mês de março e abril. Tão persistente quanto a neblina eram os boatos que agitavam a província sobre possíveis ataques por parte dos caramurus que sonhavam com a restauração. E o jornal *O Universal* era um dos mais atuantes veículos de propaganda dos liberais, elevando a temperatura com seus ataques aos caramurus que davam o troco, espalhando panfletos e editando jornais que duravam poucos números, mas o suficiente para espalhar boatos e ameaças variadas.

*“Há muito prenunciava-se próxima revolta restauradora em Minas Gerais. Os sintomas disso cada dia mais se acentuavam pela organização de clubes secretos e pela polêmica azeda dos periódicos de Ouro Preto São João Del Rei, Sabará, Mariana e Caeté: **O Universal**, **O Novo Argos**, **O Astro de Minas** e o **Homem Social**, apoiando o governo legal da Regência e de seu delegado na província e tendo por isso, e pela habilidade e prestígio de seus redatores, maior eco na opinião; e **O Grito do Povo**, **Papagaio**, **Vigilante** e **Despertador Mineiro**, órgão de oposição, tão constantes na brecha como intrépidos no ataque.”*³⁵¹

Nos últimos dias de fevereiro, apesar de todos os boatos e de toda neblina, a população de Mariana se divertiu com o entrudo até que um cidadão perdeu a calma, depois de ter sido atingido por uma “laranja de cheiro”, e espancou o rapaz dono do artefato, o que levou o redator de *O Universal* a comentar: “Se os nossos Concidadãos houvessem

³⁵¹ **VEIGA**, José Pedro Xavier da – *Efemérides mineiras 1664-1897*, 2 vols.B. Horizonte, Fund. João Pinheiro, 1998, pág. 307.

*meditado com atenção nas conseqüências de tão bárbaro divertimento; já há muito o teria prescripto; porém só o tempo e a civilização o podem desterrar (o entrudo)”*³⁵²

Aliás, *O Universal* publicava também artigos de jornais de outras províncias como *O Carapuceiro*, de Pernambuco e o *Aurora Fluminense* e ainda cartas anônimas³⁵³ com insultos dirigidos aos caramurus. Claramente se vê que os redatores do jornal tratavam de pôr lenha na fogueira nos ânimos nacionalistas. Vários ofícios de autoridades municipais e publicados³⁵⁴ relatavam ao presidente Manoel Ignácio as movimentações caramuruanas. No dia 28 de janeiro de 1833, foi publicado um ofício enviado da comarca de Lavras do Funil relatando que a região estava em relativa calma, porém:

*“[...] desgraçadamente tem aparecido dissidentes, e entre esses, um pequeno número, que, ou por motivos particulares, ou allucinados com o ouropel da esperança de verem renascer os tenebrosos dias que ennoitirão o Brasil desde a dissolução da constituinte até o Sete de Abril.”*³⁵⁵

As eleições para eleitores realizadas no dia 3 de março de 1833 transcorreram tranqüilas e Mello e Souza parecia não estar muito preocupado apesar dos boatos. Na tarde do dia 22, ele saiu de Ouro Preto e foi para sua casa em Mariana. No Palácio do Governo, deixou reunidos Bernardo Pereira de Vasconcellos e o padre José Bento Ferreira de Mello, seu hóspede toda vez que vinha a Ouro Preto nas suas atribuições de conselheiro do governo provincial.

Talvez aproveitando sua ausência, um grupo de populares e praças de linha amotinados liderados pelo engenheiro (e também maçom) João Reinardo de Werna e Bilstein³⁵⁶ e Manuel Soares do Couto³⁵⁷, libertaram alguns presos políticos. Vasconcellos

³⁵² HMG, *O Universal* do dia 25 de fevereiro de 1833, pág. 4.

³⁵³ Sobre o anonimato de jornais, panfletos e cartas ver: **OLIVEIRA**, Cecília Helena de Salles- A astúcia liberal, pág.150.

³⁵⁵ HMG. *O Universal*, do dia 22 de fevereiro de 1833 , pág. 2.

³⁵⁶ Segundo Castro, o engenheiro João Reinardo (ou Reinaldo) era parente da ama do imperador. Ver: **CASTRO**, Paulo Pereira , op. cit., pág. 34.

³⁵⁷ Couto era membro do Conselho Geral da Província era proprietário de “*botica e casa de negócio*” em Mariana, além de Tenente da Guarda Nacional e serviu como Secretário da Mesa Eleitoral de 1831. Em 1840 seria eleito como deputado para a terceira legislatura provincial.

assumiu a presidência provincial, mas foi expulso da cidade por Soares do Couto, fugindo para São João Del Rei, em companhia do padre José Bento, onde restaurou o governo até a chegada de Mello e Souza. O chefe dos rebeldes se instalou na sede do governo em Ouro Preto.

Segundo o relato de José Pedro Xavier da Veiga, o presidente Mello e Souza só soube do ocorrido no dia seguinte ao despertar na sua residência marianense e ficou escondido em casa até resolver se deslocar para São João Del Rei, o que ocorreu somente no dia 27. Essa demora, ou indecisão, Veiga atribui ao “*reflexo de seu espírito fraco e aterrorizado*”,³⁵⁸ aliás, não é só Veiga que duvida da coragem de Mello e Souza. O memorialista Francisco Ferreira de Rezende narra uma anedota que corria por Minas na época sobre a coragem e ousadia de Vasconcellos que contrastava com a tibieza de Manoel Ignácio.³⁵⁹

Para debelar a rebelião, foi enviada do Rio de Janeiro uma tropa liderada pelo Marechal José Maria Pinto Peixoto (homem de confiança de Feijó e líder da Guarda Nacional) que, depois de alguns combates em localidades próximas, entrou em Ouro Preto e dominou os rebeldes, deixando um saldo de duas dezenas de mortos e muitos feridos. Restaurado o governo na capital provincial, os presos julgados, em sua maioria militares, tiveram penas severas que, mais tarde foram abrandadas pelo próprio governo da Regência.

Através da bibliografia consultada,³⁶⁰ constatei que esta rebelião não foi ainda estudada em todas as suas possíveis repercussões, especialmente no tocante ao envolvimento de proprietários radicados no Norte da Zona da Mata. A pesquisa sugere que o movimento foi mais amplo do que comumente se pensou. Documentos coevos analisados dão conta de vários focos rebeldes espalhados por Ponte Nova, Arripiados, Santa Rita do Turvo e Barra do Bacalhau. Graças às descrições minuciosas de um prestimoso oficial da

³⁵⁸ **VEIGA**, José Pedro Xavier da, op. cit., pág. 310.

³⁵⁹ **REZENDE**, Francisco de Paula Ferreira de, op. cit., pág. 49.

³⁶⁰ **ANDRADE**, Francisco Eduardo de – Poder local e herança colonial em Mariana: faces da Revolta do Ano da Fumaça. In. *Termo de Mariana. História e documentação*. Ouro Preto, UFOP, 1998; **GONÇALVES**, Andréa Lisly – *Estratificação social e mobilização política no processo de formação do Estado Nacional Brasileiro 1831-1835*. Relatório de pesquisa para Pós Doutorado. S. Paulo, USP, 2004; **IGLÉSIAS**, Francisco, op. cit.; **VEIGA**, José Pedro Xavier da – *Efemérides mineiras 1664-1897*. B. Horizonte, Fundação João Pinheiro, 1998, 3 vols.; **SILVA**, Wlamir – Usos da fumaça: a Revolta do Ano da Fumaça e a afirmação moderada em Minas Gerais. In. *Revista Lócus*, Juiz de Fora, EDUFJF/NHR, 1998, vol. 4, n.o 1;

Guarda Nacional contidas nos ofícios³⁶¹ enviados a Manuel Ignácio de Mello e Souza, ficamos sabendo de focos rebeldes nas localidades acima citadas.

Fica, no entanto, a questão sobre a situação de Manoel Ignácio que se mostrou indefinida. A historiografia coloca como o grande protagonista da Sedição Bernardo Pereira de Vasconcellos que teria o “expediente” de se dirigir a São João del Rei para formar o governo da legalidade e, por outro lado, minimiza o papel de Mello e Souza como um túbio, um indeciso. Acusado de fraquejar frente ao inimigo, Mello e Souza se defendeu enviando um ofício ao Ministro Nicolau de Campos Vergueiro, em 3 de maio de 1833, que surpreende pelo tom duro e de enfrentamento:

*“(...) ao Governo Imperial de quem tão pouco conceito pareço merecer, quando havendo eu em virtude das primeiras ordens do mesmo Governo partido para esta Vila, a fim de sustentar a autoridade atrozmente insultada pelos sediciosos, e levado ao conhecimento de Vossa Excelência o estado dos negócios públicos da Província, nem ao menos se dignou V. Exca. de acusar recebimento de meus ofícios. (...) Não foram, Exmo. Sr., injustiças praticadas pelo Governo Provincial que animou os sediciosos a derribarem (sic) o Governo Legal, nem seu fim era demitir a primeira autoridade: as suas exigências se manifestam bem que os militares descontentes com as privações de gozos que estavam acostumados, buscaram essa ocasião de estabelecer as influências que caíram depois da Gloriosa regeneração operada no dia 7 de abril de 1831.”*³⁶²

Aqui também se pode cogitar num desprestígio crescente de Manoel Ignácio pelo governo regencial, o que pode ter realmente ocorrido se se levar em conta que, com a volta

³⁶¹ APM. SP/PP16, Caixa 47, docs. 2, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25.

³⁶² REVISTA DO APM, 1902, Ano VII, fascs.I e II, págs. 77 a 80.

de Feijó, em 1835, como regente único, ele seria prestigiado sendo escolhido senador em 1836.

A revolta também colocou em oposição Bernardo Pereira de Vasconcellos e Honório Hermeto Carneiro Leão, o então Ministro da Justiça. Honório foi acusado de fazer vistas grossas ao movimento, pois tinha fortes ligações familiares com um dos líderes da rebelião, Manuel Soares do Couto, de quem era amigo, primo e cunhado. No Parlamento, deputados amigos de Vasconcellos acirraram o debate que culminou com a renúncia do Ministro, dividindo, ao menos momentaneamente, na província mineira, as forças políticas entre Vasconcellos e Hermeto.

A despeito dos descontentamentos dos militares, boatos infundados sobre a volta de D. Pedro I e querelas de partidos, havia outras questões que grassavam no meio da arraia-miúda: insatisfações por causa de contratações apadrinhadas na recém criada Tesouraria Provincial³⁶³, aumento do preço da aguardente, em consequência de majoração nos tributos que incidiam sobre a bebida e, a meu ver, um fato que transtornou aqueles mais humildes: a decisão do governo provincial de proibir enterramentos nas igrejas, o que poderia soar como uma heresia ou afronta ao mais elementar direito de um cristão temente a Deus.³⁶⁴

Todos esses episódios nos levam a crer que a sedição teve, realmente, desdobramentos profundos e complexos, em termos das demandas populares, da dinâmica da política local, da definição de grupos de poder e da repercussão do movimento na Corte. Um ofício do juiz de paz de Arripiados (Araponga) enviado ao presidente provincial relatava o clima no distrito:

“Ilmo e Exmo. Sr. Manoel Ignácio de Mello e Souza

Em 8 do corrente junho ouvi – que o Capitão José Máximo Pereira dissera no Rio do Peixe publicamente que em 22 de março nesta vila havia de haver muito sangue de gente, que viesse fazer chouriço – Que D. Brígida Mascarenhas dissera em casa de José Pereira Rates no dia

³⁶³ A criação da Tesouraria Provincial beneficiou os segmentos mais poderosos porque o controle das rendas das províncias ficava subordinado ao governo provincial e os empregados da repartição eram controlados pelos deputados, daí abria a possibilidade de apadrinhamentos para os empregos e ingerência dos mesmos deputados nos assuntos da Tesouraria.

³⁶⁴ VEIGA, José Pedro Xavier da, op. cit., pág. 315.

22 de março – Hoje em Vila Rica (sic) há de haver uma grande rusga, o que tinha ouvido em casa de seu primo Miguel Rodrigues Braga – Que o Tenente Coronel Luis Álvaro de Moraes Navarro e outros disvanecião (sic) aos Guardas e oficiais, que se ofereceram voluntários para se unirem ao exército da legalidade contra os sediciosos de Ouro Preto – Que em público e em particular diziam ser legítima a autoridade de Manoel Soares do Couto, o não o legal de São João (...) Deus guarde, etc, etc.

Freguesia de Arripiados, 24 de junho de 1833

Luiç Rodrigues Silva

*Juiz de Paz*³⁶⁵

Por todos esses indícios apontados, acredito que um estudo mais aprofundado da rebelião se faz necessário, pois na documentação consultada constatei a participação de proprietários de Ponte Nova. Um certo Capitão Camilo de Lelis Gomes, dono³⁶⁶ de engenho de açúcar, liderou um foco rebelde naquele local. Todos esses vestígios têm que ser perseguidos para melhor refinar as imbricações deste episódio da história provincial mineira com a definição dos grupos dirigentes locais e com a própria configuração dos poderes provinciais em momento assinalado pela construção do Estado monárquico.

Para Paulo Pereira e Castro³⁶⁷, a Sedição poderia ser uma reação dos caramurus através de elementos infiltrados em Ouro Preto. Parece que essa versão era divulgada pelo Padre José Bento Ferreira de Mello e para refutá-la, ou não, se fazem necessárias maiores investigações. Ainda segundo Castro, os rebeldes poderiam estar resistindo a uma tentativa de golpe do próprio Manuel Ignácio, sob influência das articulações de Bernardo Pereira de Vasconcelos e do Padre José Bento. Versão um pouco fantasiosa, a meu ver, pelas evidências apontadas na documentação consultada. Teria Mello e Souza tanto poder de liderança para urdir um plano que não deixasse pistas sobre sua atuação? Não há nenhuma

³⁶⁵ APM. SPPP 16, Caixa 45, doc. 19.

³⁶⁶ APM, SPPP/06, Caixa 07, doc. 3

³⁶⁷ CASTRO, Paulo Pereira, op. cit., pág. 33.

evidência unindo Mello e Souza e Manuel Soares do Couto, ao contrário, este último era amigo íntimo de Honório Hermeto.

Francisco Iglesias vê a Revolta do Ano da Fumaça como um movimento inconsistente, localizado e sem maiores consequências:

*“Exemplo de movimento sem consistência é o que se verifica em Ouro Preto em março de 1833. A sedição que o resumiu resulta da longa e miúda luta entre defensores e inimigos do governo da Regência, que se organizam em sociedades e se exprimem nos órgãos do Legislativo e em polêmicas de jornais.”*³⁶⁸

Francisco Eduardo Andrade observa o movimento sob outro prisma; no seu entender, a sedição seria consequência das leis regenciais que subordinaram as Câmaras Municipais ao poder provincial. Ele diz sobre as Câmaras:

*“A Lei (de 1º de Outubro de 1828) subordinou-as, ainda, ao presidente da província ou ao governo central, na corte. Com o Ato Adicional de 1834, precedido pela Lei de reforma constitucional de 1832 que já previa a subordinação dos poderes municipais às Assembléias Provinciais, os corpos municipais perdem de vez a autonomia, tornando-se dependentes do Legislativo Provincial que passa a fiscalizar as despesas e rendas municipais, legislar sobre impostos, criar ou revogar posturas municipais, criar, nomear ou suprimir empregados da municipalidade.”*³⁶⁹

Andrade observa também a participação de vários distritos na contenda, acentuando o envolvimento da Câmara de Mariana que se mostrou majoritariamente a favor da

³⁶⁸ IGLESIAS, Francisco, op. cit., pág. 401.

³⁶⁹ ANDRADE, Francisco Eduardo de, op. cit., pág. 129.

Sedição. Segundo o autor, os vereadores, ao se darem conta que o movimento tinha alcançado as ruas, voltaram atrás, temerosos com os rumos que a sedição poderia tomar.

Já Alcir Lenharo viu indícios de que a revolta seria resultado do empobrecimento do antigo setor minerador que não se conformava com a ascensão política e social de representantes de fazendeiros que estavam se enriquecendo com a venda de produtos para o abastecimento interno. Ainda segundo Lenharo, esses políticos eram vistos pelo governo regencial como a retaguarda do “poder moderado”.

*“O conflito refletia objetivamente uma situação de disparidade estabelecida entre a crise arrastada da economia mineradora, cujos proprietários não mais faziam frente à ascendência econômica e social dos proprietários [...]”*³⁷⁰

O certo é que a sedição causou uma grande comoção em toda a província de Minas Gerais. Ferreira de Rezende narra, em suas memórias, o impacto da notícia na sua região do ocorrido em Ouro Preto:

“[...] apenas chegava a notícia da sedição a qualquer lugar, imediatamente e mesmo talvez sem que de cima tivessem chegado as precisas ordens, a Guarda Nacional reunia-se; e sem mais demora partia para a capital em contingente maior ou menor. Ora nesse tempo, meu Avô era o comandante superior da Guarda Nacional da Campanha; e apenas teve a comunicação daquela sedição, com a maior presteza fez partir o contingente que lhe cabia dar. E digo – que lhe cabia dar; porque o entusiasmo era tanto. Que alguns moços, e das melhores famílias, não tendo sido designados para fazer parte da expedição, esperaram que ela partisse, e

³⁷⁰ LENHARO, Alcir, op. cit., pág. 116.

*alguns dias depois fugiram das casas de seus pais e foram em caminho a ela se juntar.”*³⁷¹

Mello e Souza retornou a Ouro Preto no dia 26 de maio de 33, mas sua volta não significou a paz na Província, agitada com as penas severas aplicadas aos revoltosos e por uma onda de boatos insistentes sobre uma possível invasão do Brasil por tropas portuguesas lideradas pelo Duque de Bragança.

Não havendo mais clima para continuar frente à administração da província, Manoel Ignácio foi substituído, na primeira hora, pelo jovem diplomata Dr. José de Araújo Ribeiro que tomou posse no dia quatro de julho de 1833. Ribeiro era gaúcho, formado em Coimbra e parecia talhado para o cargo, pois sempre se destacou como diplomata tendo, jovem ainda, ocupado postos em na Itália, França e Estados Unidos. Foi substituído por Limpo de Abreu em novembro do mesmo ano.

Quanto a Honório Hermeto Carneiro Leão, envolvido ou não no episódio, sua reputação sofreu estragos consideráveis na província mineira. Em 1834, o colégio eleitoral da vila de Itabira pediu a anulação da deputação de Honório Hermeto que tinha sido eleito deputado por Minas Gerais, assim como a Vila de Pitangui e Lavras do Funil enviaram representações ao presidente Limpo de Abreu. O colégio da vila de São José (atual Tiradentes) enviou um ofício contundente ao Ministro do Império:

“[...] e visto que o referido Cidadão (Honório Hermeto Carneiro Leão) eleito um dos representantes da Província Mineira não pode agora ser encarregado da eminente e honrosa Commisão de advogar os interesses desta Província por ser reconhecido um dos mais influentes da Sedição de 22 de Março e se ter tornado connivente com os Caramurus Restauradores, à quem deu mais assignalada protecção desde as eleições primárias em Santa Rita servindo durante seu Ministério de protector dos inimigos jurandos de nossas Liberdades como é apregoadado constantemente pela voz

³⁷¹ REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de, op. cit., pág. 48.

publica. E bem se deixou pelos seus feitos a favor dos Ouro Pretanos revoltosos que lançarão pela primeira vez hua torpe nodoa nesta Província, que até então tinha a ufanía de ser o Paiz Clássico da Liberdade como tinha assaz comprovado pelo sentido em que forão feitas as suas Eleições tanto as primarias como as indirectas. Se o Chichorro proclamador do absolutismo em Taubaté foi expulso da Câmara dos Deputados sendo um cidadão sem notabilidade, com mais justa razão o deva ser o Cidadão Honório, que adornado de subida instrucção, se prevalece della para atração o partido Nacional de que se inculcava Corifeo para a ser salvo faze-lo succumbir aos refalçados dos restauradores e retrógrados. Despídos de ódio, ou prevenção nos eleitores, com as nossas consciências em Deos, em Pátria, reclamamos os votos que prestamos ao Cidadão Honório, e protestamos não o reconhecer como nosso Representante sujeitando-nos a tudo a sabia resolução da Câmara a tal respeito.

Villa de São José, 19 de Janeiro de 1834”³⁷²

Entre as assinaturas estão as de Giraldo (sic) Ribeiro de Rezende e Pedro Ribeiro de Rezende, irmãos de Estevão Ribeiro de Rezende (Marquês de Valença) e membros de importantes famílias da Comarca do Rio das Mortes e comerciantes de grosso trato.

A nomeação de Limpo de Abreu para ocupar a presidência da província é considerada um equívoco, pois muito ligado aos liberais afrontados, ele fez o que se esperava: não transigiu com os condenados da Sedição e se negou a obedecer a pedidos de comutação de penas e *habeas corpus* vindos do próprio governo central. Não posso precisar com exatidão, mas há suspeitas de que quem estaria por trás das atitudes intransigentes de Limpo, controlando tudo com mão de ferro, seria o padre José Bento Ferreira de Mello, e é claro, Diogo Antonio Feijó.³⁷³ O prestígio de Ferreira de Mello era tanto que, em 1834,

³⁷² RAPM, Ano IV. 1899, pág. 778/9.

³⁷³ CASTRO, Paulo Pereira, op. cit., pág. 35 e VEIGA, José Pedro Xavier da, op. cit., pág. 317.

concorreu a uma vaga no Senado e foi escolhido na lista tríplice onde constavam os nomes de Bernardo Pereira de Vasconcellos e Manoel Ignácio de Mello e Souza. No ano seguinte a escolha para o Senado caiu sobre o padre José Custódio Dias e em 1836 foi a vez de Manoel Ignácio.

A Sedição de 1833 está ligada a movimento mais amplo de reivindicações de diferentes protagonistas defendendo diferentes propostas de reforma constitucional e de organização de exercício de poder. Como notou Maria de Lourdes Janotti:

*“Somaram-se aos problemas de organização do Estado Nacional as divergências dos interesses provinciais, representativos de um dos momentos iniciais em que começa a engendrar-se o discurso das classes dominantes brasileiras.”*³⁷⁴

Porém, os grandes derrotados do momento foram aqueles que queriam republicanizar a monarquia. Esses liberais somente em parte serão atendidos em 1834 com o Ato Adicional que não alterou a configuração do Senado e tampouco suprimiu o Poder Moderador.

³⁷⁴ JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco, op. cit., pág. 10.

4. A Repilha de Mané Pança

Em 1838 começou a circular por Ouro Preto, Barbacena, São João Del Rei e adjacências exemplares de uma peça de teatro com o nome de *O Clube dos Anarquistas*. O enredo era simples e ambientado em um só cenário: uma sala onde se reuniam autoridades que tramavam um golpe de Estado, insinuando, talvez, que fosse a Assembléia Legislativa Provincial. O autor da peça era o padre Justiniano da Cunha Pereira.

Exposto na casa de um oficial no Serro em maio de 1798, Justiniano ingressou no Seminário de Mariana em 1822. Pouco se sabe sobre sua vida a não ser alguns fatos isolados: sua profunda admiração por Bernardo Pereira de Vasconcellos que o transformou em ardente defensor das idéias do mesmo; sua breve passagem pela vida política como suplente para o segundo exercício do Conselho Geral da Província (1830-1833) e a propriedade do jornal *O Parahybuna* surgido em Barbacena no ano de 1836, justamente quando Bernardo rompe com os seus antigos companheiros.

O padre Justiniano era tão adepto de Vasconcellos que escolheu para o frontispício de seu periódico um trecho de um discurso do deputado: “*Os homens passam, passam as circunstâncias; mas os princípios subsistem. Deus louvados, à despeito das intrigas, à despeito das paixões, em todas as lutas sahem triunfantes, e sabem vingar-se dos ultrajes que lhes irrogão a má fé, a ambição, ou a ignorância.*” O jornal teve vida relativamente curta, durando até 1839. Os exemplares deste jornal se encontram hoje no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e na Biblioteca Nacional.

Quanto à peça, além de um exemplar na Seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional, há um outro no Arquivo Público Mineiro. Este último apresenta uma característica que ajuda a reconhecer os personagens da peça: junto veio uma lista dos prováveis nomes reais dos políticos satirizados. Esta lista foi enriquecida com as pesquisas feitas pelo cientista político Claus Rodarte, aliás, o responsável pelo interessante achado e

por Jorge da Cunha Pereira Filho. A íntegra da peça com comentários está disponível na Internet.³⁷⁵

O padre Justiniano era admirador incontestado de Vasconcellos e, após o rompimento, ou melhor, da sua guinada conservadora, o padre foi um ardoroso defensor do político contra seu antigo grupo agora acrescido de novos elementos como José Joaquim Fernandes Torres, padre José Antonio Marinho, Manoel José Pires da Silva, José Pedro Dias de Carvalho e Joaquim Antão Fernandes Leão. Estes ligados ainda ao padre José Bento Ferreira de Mello.

No ano de 1838, os Conselhos Gerais já haviam sido substituídos pelas Assembléias Legislativas Provinciais pelo Ato Adicional de 1834 que subtraiu aos municípios sua autonomia frente ao governo provincial que ganhou toda força como disse Castro: “ [...] os legisladores de 34 estabeleceram um regime de rigorosa concentração administrativa em âmbito provincial, fazendo depender das Assembléias Provinciais toda a vida econômica municipal, mesmo as providências mais simples como a criação de empregos, a fixação dos respectivos ordenados, as desapropriações etc.”³⁷⁶

Outra vitória que reforçou o grupo dos liberais mineiros ligados a Feijó e ao padre José Bento foi a aprovação da eleição periódica e por eleitores de província para regente único. Apoiado também pela propaganda intensa do jornal *Aurora Fluminense* (leia-se Evaristo da Veiga) Feijó se candidatou para o desespero de Honório que de tudo fez para lançar um candidato que derrotasse o padre paulista e, depois de tentar vários nomes, a escolha recaiu sobre Antonio Francisco de Paula de Holanda Cavalcanti de Albuquerque. No dia 7 de abril de 1835, quatro anos após a abdicação de D. Pedro I, foram realizadas as eleições. Feijó teve uma vitória significativa em Minas Gerais, obtendo mais votos que Vasconcellos. Iniciava-se, portanto, aquele tempo que Castro chamou de “experiência republicana” e Octávio Tarquínio de Sousa chamou de “ensaio de república”.³⁷⁷

Aqui talvez esteja o ponto fulcral da participação política do grupo no qual Manoel Ignácio (e também José Joaquim Fernandes Torres) era membro ativo e participante. Aqui as evidências indicam que conseguiram a vitória a que tanto aspiraram de autonomia

³⁷⁵ www.geocities.com/clubanar/justport.htm

³⁷⁶ CASTRO, Paulo Pereira, op. cit., pág. 38.

³⁷⁷ SOUSA, Octávio Tarquínio de – *Fatos e personagens em torno de um regime*. S. Paulo, EDUSP, B. Horizonte, Itatiaia, 1988.

provincial e ainda elegeram o regente que queriam. Em outras palavras, estabeleceram um aparelhamento institucional que lhes dava o controle quase total da província e como consequência adquiriram crédito suficiente para ter influência no governo central.

O que não quer dizer que se perpetuariam no poder, a renúncia de Feijó certamente os enfraqueceria. Pode ser também que o ponto forte do apoio mútuo entre o grupo de Manoel Ignácio (ou ao qual ele pertencia) e o regente estivesse na defesa intransigente que Feijó fazia da autonomia das províncias, tema visivelmente caro ao grupo. No seu discurso como regente eleito, logo ao início da fala, a preocupação de Feijó foi enfatizar sua fidelidade à autonomia provincial:

*“O governo, longe de disputar as províncias, o gozo de vantagens que a reforma lhes outorgou, será o primeiro a mantê-las literalmente instruindo convenientemente aos presidentes, como seus delegados, para que o espírito e a marcha da administração sejam francos e uniformes a este respeito em todo o Império.”*³⁷⁸

Outro exemplo fortuito disso foi dado por ocasião dos debates no Senado em torno do projeto da lei interpretação do Ato Adicional. Disse o então senador Feijó:

*“O que eu observo é que elas (as assembleias provinciais) poderão argumentar com o procedimento da Assembleia Geral, porque, se as Assembleias Provinciais têm usurpado poderes, têm aprendido isso com a Assembleia Geral [...] Se, pois, as Assembleias Provinciais têm exorbitado, que grande crime é esse quando a Assembleia Geral se tem arrogado igual direito? O seu procedimento foi por imitação e não por má inteligência.”*³⁷⁹

³⁷⁸ Citado por: CALDEIRA, Jorge (org. e introd.) – *Diogo Antonio Feijó*. Col. Formadores do Brasil. S. Paulo, Editora 34, 1999, pág.172.

³⁷⁹ Idem., pág. 202.

Embora o Ato Adicional não aprovasse a eleição do regente pelas Assembléias Provinciais, conseguiram certa influência sobre a escolha já que as eleições se dariam nos mesmos moldes dos deputados gerais. E como observou Miriam Dolhnikoff: “*O que significava manter de qualquer forma a eleição do regente nas mãos dos grupos provinciais.*”³⁸⁰

Manoel Ignácio mostrou com o tempo que não era um pião girando ao redor de Vasconcellos, eu diria que, se ele tinha que girar, o fez muito mais em volta do padre José Bento Leite Ferreira de Melo e por tabela de Diogo Antonio Feijó, que, aliás, o colocou no Senado em 1836. Sua trajetória política mostra o engajamento na construção de um modelo de Estado que preservasse a ordem, a escravidão e a autonomia das províncias, garantindo representação na Corte – na Câmara e, é claro, no Senado porque vitalício – e na província, tanto no governo (os vice-presidentes eram eleitos sendo escolhidos entre elementos provincianos locais) como na assembléia provincial.

As evidências sugerem, então, que Manoel Ignácio e seu grupo, pelo menos até 1837, detiveram o poder da província em suas mãos, num quadro aparentemente homogêneo; só aparentemente porque os conflitos existentes mostraram que esse mesmo quadro era mais fragmentado do que as evidências pareciam fazer crer.

No âmbito provincial, já se esboçava desde 1834 uma cisão entre Vasconcellos e os liberais mineiros. Preterido na vaga para o Senado em 34 – o governo da regência optou por Ferreira de Mello – só conseguiria a tão desejada vaga em 1838 quando Feijó já tinha renunciado. Conhecido por seu temperamento forte e vingativo, Vasconcellos não engoliria a derrota para Feijó em Minas na votação para eleger o regente único, não aceitando o fato de ter sido derrotado em sua própria “pátria”. Ou por ver que perdia espaço político entre os liberais, ou por discordar realmente dos rumos tomados após a provação do Ato Adicional, Vasconcellos iniciou sua aproximação com a facção mais conservadora que aglutinava monarquistas de matiz mais autoritário.

Uma ressalva: utilizo aqui o adjetivo **conservador** para determinar aquele grupo de políticos favoráveis à revisão do Ato Adicional e a uma monarquia centralizada, embora, nunca é demais enfatizar, dada a época estudada, como é sempre complexo a definição e o

³⁸⁰ DOLHNIKOFF, Miriam – *O pacto imperial. Origens do federalismo no Brasil*. S. Paulo, Globo, 2005, pág. 94.

uso desse adjetivo, como da mesma maneira é o uso do adjetivo **liberal** que utilizo aqui para designar aqueles contrários à reformulação do Ato Adicional, embora isso englobasse uma enorme gama de interesses. Ilmar Mattos fala dessa dificuldade em seu livro *O tempo saquarema*:

*“Observe-se, contudo, que esta unidade de propósito em torno de uma monarquia descentralizada – apresentada por seus defensores como o equivalente a democracia, e quase sempre assim reproduzida, de maneira acrítica, pela historiografia – não era suficiente para estabelecer uma unidade de ação, em termo de política geral do Império. E isso porque não apenas os liberais divergiam a respeito dos fundamentos e dos modos de agir em direção a esse propósito – como se mostrara na tibieza dos praieiros por ocasião dos movimentos de 1842; [...]”*³⁸¹

Cada um desses adjetivos traz uma variedade imensa de significados e no contexto do período regencial fica mais ainda complicado seu emprego, no Segundo Reinado eles ficarão menos nuançados. Não obstante, numa simplificação utilizo aqui o termo no sentido de **conservador** indicar aqueles que se pugnavam por uma monarquia centralizada, e o poder judiciário totalmente atrelado ao governo central na Corte.³⁸²

A discussão dos resultados do Ato Adicional, reduzido por muitos conservadores ao aspecto de “autonomia das províncias”, é um debate dos mais importantes, porém aqui não cabe discutir a questão de concepção institucional e filosofia política que envolve o tema.

Ora, os conservadores pleiteavam desde muito uma revisão do Ato Adicional, principalmente nos artigos referentes à estrutura judiciária e, além disso, é bem provável que Bernardo Pereira de Vasconcellos estivesse atemorizado com os conflitos que se propagavam pelo país, e talvez pensando o que Nabuco verbalizaria anos mais tarde: “A

³⁸¹ **MATTOS**, Ilmar Rohloff de – *O tempo saquarema*. S. Paulo, Hucitec, 2004, pág. 117.

³⁸² Sobre a imensa dificuldade de se definir conservador ver: **BOBBIO**, Norberto, **MATTEUCCI**, Nicola e **PASQUINO**, Gianfranco, op. cit., pág. 242

*fatalidade das revoluções é que sem os exaltados não é possível fazê-las e com eles é impossível governar.”*³⁸³

A questão da mudança no conteúdo do Ato mobilizou a imprensa e a opinião pública. Foram anos difíceis: embates na Câmara e turbulências por todo o país como eclosão da Guerra dos Farrapos no Sul, da Cabanagem no Pará, o levante dos malês na capital da província baiana e, no Maranhão, explode em a Balaiada. Sem se entender com a Câmara, Feijó foi se isolando, rompeu com seu grande amigo e protetor Evaristo da Veiga (que morreu logo após o rompimento em maio de 1837) até que, em 11 de setembro, ele deixa a regência e é substituído pelo senador pernambucano Pedro de Araújo Lima, futuro Marquês de Olinda.³⁸⁴

Bernardo Pereira de Vasconcellos é chamado para ocupar os ministérios do Império e da Justiça e acelera, junto aos conservadores, a campanha para a reforma do Código do Processo de 32 com o intuito de trazer para a alçada do governo central a estrutura judiciária, controlada pelas Assembléias Provinciais. Paulo Castro conta como foi o projeto de Paulino José Soares de Souza, este da linha de frente dos conservadores e integrante do grupo que ficaria conhecido como *saquarema*:

*“As alterações versavam principalmente sobre três pontos: 1º) retirava às Assembléias Provinciais o poder de definir atribuições aos agentes previstos no Código do Processo; 2º) os cargos criados por lei geral e sob responsabilidade do Tesouro da União eram retirados da competência das mesmas Assembléias; 3º) distinguia-se a polícia administrativa da polícia judiciária e subordinava-se essa última ao governo-geral. O efeito dessas alterações foi fundamentalmente transferir para o governo central todo o sistema judicial e policial.”*³⁸⁵

³⁸³ NABUCO, Joaquim – *Um estadista do Império*. Rio, Nova Aguilar, 1975, pág. 60.

³⁸⁴ CASTRO, Paulo Pereira, op. cit., págs. 49 e seguintes.

³⁸⁵ Idem, pág. 56.

Obviamente os liberais estrilaram e não aceitavam aquilo que postulavam como ingerência do poder central em assuntos das províncias, ou seja, para eles o aparato judiciário deveria ser da alçada dos governos provinciais, mesmo porque se aprovada a reforma levaria para a esfera do governo central mecanismos estratégicos de poder das administrações provinciais.

Os ânimos acirraram principalmente em Minas e São Paulo e nesse contexto o padre Justiniano elabora sua peça teatral para atacar as figuras que predominavam na Assembléia Provincial. Há uma reunião dos elementos mais poderosos (todos eles deputados da Assembléia Provincial) onde tramam um golpe de Estado para declarar independente a província de Minas Gerais e transformá-la numa *Repilha*. (certamente a junção das palavras república com pilhagem) e para tanto combinam os detalhes da criação das instituições. Numa crítica cruel em que não poupa nem a ascendência africana do padre José Antonio Marinho, dando-lhe o nome de Macaco, e nem o nariz avantajado do deputado Joaquim Antão Fernandes Leão, que foi nomeado como Narigão. Transcrevo aqui alguns trechos que são bem ilustrativos e satíricos do momento de enfrentamento entre a Assembléia mineira e a regência de Araújo Lima.

Os personagens identificados são:

Mané Pança: Manoel Ignácio de Mello e Souza

Mentira: José Joaquim Fernandes Torres

Tiple: Teófilo Otoni

Narigão: Joaquim Fernandes Leão

Jóia: Domiciano Leite Ribeiro

Chicrapires: Manoel José Pires da Silva Pontes

Mópadinho: José Pedro Dias de Carvalho

***Mané Pança.** A pátria agradecida, Srs., deve levantar estátuas aos beneméritos patriotas, que tem feito uma oposição tão veemente ao Governo, que por desgraça do Brasil ainda nos rege. Continuai ilustres concidadãos, não percamos de vista o nosso*

plano de ataque. A mentira, a calúnia e a falsidade, tudo serve; anarquizemos a Província e teremos a Repilha.

Mentira. *Sr. Presidente. Tudo conspira para que nós o quanto antes instalemos a Repilha; qualquer demora pode ser funesta. Na Corte temos o Limpo de Brio para nos coadjuvar; escrevem-me de Pouso Alegre que lá está tudo pronto para o primeiro sinal; o amigo Malagrida tem um exército às nossas ordens...*

Tiple. *Srs. Eu tenho hoje de propor uma medida interessante e é que em vez de um Regente ou ditador se nomeie um Triunvirato. Esta moderna denominação há de fazer fracasso; e segundo diz Jefferson, o número três apaga a idéia de um Monarca absoluto.*

Narigão. *Não posso deixar de opor-me à indicação do Sr. Deputado Tiple. Um triunvirato servirá somente para estagnar a marcha dos Negócios Públicos, quando ela pelo contrário deve ser mais rápida possível, principalmente no princípio de um estabelecimento tão colossal. Imitemos nisso a Bahia que só tem um Presidente e não três. E se na Bahia foi escolhido um Carneiro, nós podemos requintar de escolha e por um Leão à testa dos Negócios Públicos. Não o digo por mim Srs., porque pretendo resignar-me com vossa escolha; mas qualquer patriota que for nomeado deve ter a coragem, a força, a destreza e a cólera de um Leão.*

Jóia. *Pouco importa, Srs., que seja Presidente um Leão, ou Javali, ou elefante. O que queremos é derribar o Governo. Contudo será sempre a minha opinião que não tiremos da Presidência o nosso benemérito Pança (apoiados). Srs., o nome dos Panças ainda hoje com admiração se repete na ilha Barataria, aonde se immortalizou o grande Sancho, como se lê nas crônicas de D. Quixote; e vós bem sabeis que deste tronco ilustre descende o nosso estimável Mane Pança; isto não é queimar-lhe um podre incenso, mas sim demonstrar-vos a conveniência de que o Exmo Sr. Presidente Pança continue a presidir a nossa Repilha (apoiados gerais).*

[...]

Macaco. *Peço a palavra pela ordem. Requeiro que daqui em diante não se diga mais a lei de 12 de Agosto, mas sim que se lhe dê o nome próprio de – Ato Adicional -, neste sentido mandarei à mesa uma indicação: - Todas as vezes que se houver de falar na lei de 12 de Agosto de 1834, diga-se Ato Adicional (apoiados gerais).*

Chicrapires. *Apoio muito a lembrança do Sr. Macaco. Convém mesmo que o povo saiba tanto de cor o Ato Adicional, como o Padre Nosso. Portanto indico que esta Assembléia autorize aos Juizes de Paz de toda a Província para explicarem ao povo o Ato Adicional nos domingos e Dias Santos de Guarda (apoiados).*

[...]

Macaco. *Esta Assembléia fez uma lei abolindo a estabilidade e perpetuidade ou vitaliciedade dos párocos, tornando-os amovíveis, segundo a vontade dos Presidentes. Isto cabia nas atribuições de nossa Assembléia, pois que os párocos são empregados provinciais. Mas a Assembléia Geral do Brasil teve o atrevimento de anular a nossa lei. E deixaremos nós passar tal precedente? Não, por certo. Srs., isso seria o maior servilismo (apoiados). Desenganamos-nos Srs. Nós na Província somos Legisladores do Universo (apoiados). Seria desairoso que esta Assembléia fosse corrigida por outra (apoiados gerais). Devemos seguir os princípios de Poncios Pilatos que nunca, jamais riscava o que uma vez tinha escrito: quod seripsi, seripsi. Tal deve ser o emblema da nossa firmeza de caráter. Não consintamos que um poder estranho anule hoje uma lei que ainda ontem havíamos sancionado (apoiados). Conservemos intactas nossas atribuições (apoiados). Essa versatilidade não seria digna de Legisladores Mineiros. Em uma palavra, Srs. A lei deve subsistir a despeito da Assembléia Geral (apoiados). Eu protesto e juro, jamais consentirei que a nossa lei seja insultada, pulverizada, anulada e calcada aos pés.*

E ao final, na última cena, quando os conspiradores são presos pelas tropas do governo e levados para um hospício, Mané Pança suspira e desabafa: “*Eu bem estava livre desta caçoada. Mas quem se mete com crianças amanhece mijado.*”

O padre Justiniano pegou com mão pesada a pena que redigiu sua obra cômica e que jamais foi encenada e, é bem provável, que não fosse essa sua intenção. Mas penso que é possível, através de sua leitura, inferir alguns aspectos como, por exemplo, a visível

influência de Manoel Ignácio de Mello e Souza, agora também um senador, sobre os demais deputados provinciais e já sugerida pela documentação consultada. Eu ousaria dizer que tal período foi o auge de sua influência sobre os políticos mineiros.

Outro ponto a inferir seria o radicalismo com que os liberais satirizados (Otoni, Mello e Souza, Leão, Carvalho, Torres entre outros) na peça trataram a questão da Interpretação do Ato Adicional, levando a crer que as divergências ultrapassavam as questões da reforma do Ato e apontavam para querelas que tinham por finalidade a obtenção de maiores espaços políticos, ou pelo menos, a tentativa de não perder os espaços já anteriormente conquistados.

No decorrer da peça, o papel de José Joaquim Fernandes Torres, personificado como Mentira, mostra um pouco do que a análise da documentação aponta: um político que viveu muito na esfera de Manoel Ignácio, sob sua influência e proteção. Aparentemente, suas promoções e títulos foram muito mais por ser um magistrado competente e representar a província mais populosa do país do que por seus dotes como político, o que não minimiza sua participação na estruturação do Estado.

Embora transitasse com desenvoltura no meio conservador, o que levou muitas vezes a ser considerado como tal, tudo leva a crer que Torres sempre foi um liberal. Xavier da Veiga, que o conheceu pessoalmente, dá seu testemunho:

*“Homem de governo, soube conciliar a perfeita fidelidade devida às idéias e princípios do partido liberal na monarquia, ao qual sempre pertenceu, figurando nele, e por muitos anos, como um dos chefes mais ilustres e respeitáveis em Minas Gerais [...]”*³⁸⁶

No mês de agosto de 1866, Torres assumiu o Ministério dos Negócios do Império, no gabinete Zacarias, e aqui talvez se tenha uma pista da permanência suas convicções liberais, embora depuradas pelo tempo e pela experiência adquirida; em um relatório apresentado à Assembléia Geral em 1867, dois anos antes de sua morte, retoma a defesa das Assembléias Provinciais:

³⁸⁶ VEIGA, José Pedro Xavier da, op. cit., pág. 1084.

*“A instituição das Assembléias provinciais, para substituírem os conselhos gerais, era altamente reclamada pelas mais urgentes necessidades das províncias. Não sendo possível que pelo poder central fossem pronta e devidamente apreciadas e atendidas tais necessidades, sofriam as mesmas províncias gravemente em seus interesses, e achavam-se peadas nas vias do progresso. Aquelas Assembléias investidas de todas as atribuições precisas para regularem e satisfazerem os interesses peculiares de cada uma de nossas grandes circunscrições administrativas dentro da esfera que se lhes traçou., foram o complemento do sistema de nossas instituições, e ao mesmo tempo um forte elemento da união e prosperidade do Império. É inegável o desenvolvimento que, depois de sua criação, tem tido nas províncias a educação primária e secundária, as obras públicas, as vias interiores de comunicação, as prisões, as casas de trabalho e correção, e muitos outros ramos do serviço público de sua competência, intimamente ligados ao progresso social. Se alguns desvios cometeram estas Assembléias no exercício de suas funções, são de sobejo compensados pelos importantes benefícios que se lhes devem.”*³⁸⁷

³⁸⁷ Citado por DOLHNIKOFF, Miriam, op. cit., pág. 241.

5. Santa Luzia:

José de Alencar contava em suas memórias que, em 1840, seu pai o senador José Martiniano de Alencar reunia às quartas feiras vários deputados e senadores em sua casa na Rua do Conde para tramarem a maioria de D. Pedro. Na sua ótica de criança, tinha 11 anos na época, José de Alencar achava que esses políticos só se reuniam lá porque o dono da casa, a certa altura da reunião, mandava uma escrava servir uma bandeja cheia de deliciosos chocolates que eram devorados com voracidade pelos presentes.³⁸⁸ É bem provável que o senador Manoel Ignácio também se deliciassem com os chocolates de seu colega Alencar. Por essa ocasião os políticos liberais se articulavam para tentar neutralizar os efeitos da aprovação da Lei de interpretação do Ato Adicional³⁸⁹ que dera um duro golpe em suas pretensões de conseguir barrar as reformas.

O projeto apresentado por Holanda Cavalcanti para declarar a imediata maioria de D. Pedro II trazia a assinatura de senadores como Alencar, José Bento Ferreira de Mello e Manoel Ignácio de Mello e Souza.³⁹⁰ O projeto foi derrotado, mas os liberais não esmoreceram e começaram a se reunir na casa de José Bento para planejar estratégias que sensibilizassem a opinião pública e “*converteram a campanha da maioria numa causa popular*”,³⁹¹ derrotando assim seus principais oponentes, entre eles Bernardo Pereira de Vasconcellos e Honório Hermeto Carneiro Leão, este último retira o projeto contrário ao ver que a causa era perdida. D. Pedro se tornava, então, aos 14 anos, Imperador do Brasil, para o gáudio, principalmente dos liberais mineiros. Mas seria uma vitória de Pirro.

E é sobre essa vitória que se deu um episódio interessante envolvendo o padre José Bento e as comemorações da maioria. A narrativa de Ferreira de Rezende é reveladora das astúcias, do caráter e do poder desse padre político e, é claro, da sensibilidade do memorialista:

³⁸⁸ SILVA, Daniel Pinha – O império do chocolate. In. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, nº 30, março de 2008. Rio, Biblioteca Nacional.

³⁸⁹ Para o conhecimento mais profundo das mudanças encetadas pela Lei de Interpretação de 1840 e a reforma do Código de Processo Criminal ver: DOLHNIKOFF, Miriam, op. cit.

³⁹⁰ VALLADÃO, Alfredo, op. cit., pág. 429.

³⁹¹ MAGALHÃES JR., R. – *Três panfletários do Segundo Reinado*. Col. Brasileira, vol. 286. S. Paulo, Cia. Editora Nacional, 1956, pág.136.

“A Campanha era então, e nunca deixou de ser mais ou menos, um dos inexpugnáveis baluartes do partido conservador no Sul de Minas; entretanto que, em Pouso Alegre, pode-se dizer que naquele tempo não havia um só conservador. Ora, sendo a natureza do homem em tudo imperfeita e por tal forma, que ainda mesmo no fundo da sua maior benevolência talvez não fosse difícil achar-se um grãozinho de maldade; não só parece que nunca para o homem uma felicidade qualquer é inteiramente completa se uma tal felicidade não chega a causar alguma inveja aos outros; mais ainda parece que a celebração de um triunfo ou vitória, nunca deixa de ser mais ou menos aguada, se o vencido não puder ver ou se dela não resultar para o vencido o espinho do abatimento e da mortificação.

José Bento, portanto, passando pela Campanha na sua volta da Corte, combinou com meu Avô, que em vez de celebrarem os liberais de Pouso Alegre naquela mesma vila a proclamação da maioria, eles a viriam em um tempo e marcaram celebrá-la na Campanha. E, com efeito, algum tempo depois, parecia que a boa sociedade de Pouso Alegre se transplantava toda para a Campanha; pois que tudo quanto ali gozava de uma tal ou qual posição social, sem que de modo algum se embaraçassem com uma incômoda viagem de catorze léguas e de mais a mais de maus caminhos, puseram-se em caravana para aquela cidade, e como que de surpresa e com a mais completa admiração por parte dos conservadores, ali se foram apresentar com o maior brilhantismo.”³⁹²

³⁹² REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de, op. cit., págs105/106.

A preocupação de José Bento em afrontar os conservadores de Campanha com festejos alusivos à maioria do imperador dá bem a medida de como pensavam esses políticos. Ao comemorar a vitória dos liberais, no território da facção rival, o padre leva para o lado pessoal uma vitória política.

Após a vitória dos liberais com a maioria do imperador, a 23 de julho de 1840, logo no dia seguinte, foi empossado o primeiro Gabinete do Segundo Reinado que trazia na pasta da Justiça Antonio Paulino Limpo de Abreu, notando aqui que este era muito ligado ao padre José Bento Ferreira de Mello e foram realizadas sob seu beneplácito as tristemente famosas “eleições do cacete”. Trazia também no ministério dos Estrangeiros, Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, grande amigo de Feijó, apelidado por Justiniano José da Rocha com o alcunha nada lisonjeiro de Couro de Anta.

Menos de um ano depois, a 23 de março de 1841, o chamado Gabinete Maiorista foi substituído só ficando no cargo o ministro Aureliano. Os liberais foram no decorrer de 41 sofrendo derrotas atrás de derrotas: no dia 23 de novembro é restaurado o Conselho de Estado e no dia 3 de dezembro é sancionada a Reforma do Código do Processo jogando a pá de cal nas demandas ensejadas pelos liberais ou como escreveu Mattos: “*O triunfo conservador reduziria as pretensões e ilusões liberais a quase pó.*”³⁹³

Uma das medidas dos liberais para tentar reverter suas derrotas foi a fundação, pelo padre Alencar, da Sociedade dos Patriarcas Invisíveis na tentativa desesperada de aglutinar o maior número possível de focos de protesto contra as reformas. Mas os Patriarcas só conseguiram mobilizações relativas em São Paulo e Minas Gerais. O novo Gabinete propôs que a nova Câmara a ser empossada em maio de 1842 fosse dissolvida, alegando que as eleições foram fraudulentas e o país não aceitaria uma “*Câmara Legislativa eivada de tantos vícios e crimes, desconceituada na opinião geral dos brasileiros [...]*”³⁹⁴

No dia primeiro de maio de 1842, a Câmara foi efetivamente dissolvida trazendo como consequência mais imediata os conflitos de São Paulo e Minas.

Na província mineira os ânimos se exaltaram de vez com a nomeação, a 18 de maio, de Bernardo Jacinto da Veiga (irmão de Evaristo) para presidente. Bernardo era detestado

³⁹³ MATTOS, Ilmar Rohloff de, op. cit., pág. 117.

³⁹⁴ Exposição do Gabinete Ministerial propondo a dissolução da Câmara dos Deputados, citado por VEIGA, José Pedro Xavier, op. cit., pág. 543.

pelos liberais ligados a Otoni e Marinho e era a segunda vez em pouco tempo que presidia a província (março de 1838 a agosto de 1840).

Não cabe aqui discorrer sobre os conflitos iniciados em São Paulo e deflagrados em Minas no dia 10 de junho de 1842, dada a complexidade e extensão do tema e, mesmo porque, outros trabalhos já foram ou estão sendo feitos sobre a revolta.³⁹⁵ Não obstante, pesquisei sobre a participação de Manoel Ignácio de Mello e Souza e José Joaquim Fernandes Torres na Revolução. Esmiucei as fontes possíveis e nada encontrei.

É interessante notar que quase todos os companheiros da *Repilha de Mané Pança* estavam na linha de frente da revolução em Minas: Teófilo Otoni, José Pedro Dias de Carvalho, padre José Antonio Marinho, Joaquim Antão Fernandes Leão.

Outro ponto a destacar é que, como presidente revolucionário, José Feliciano Pinto Coelho da Cunha convocou reunião dos deputados da Assembléia Provincial para o dia 17 de julho que redundou num fracasso com poucas presenças. O que valeu um desabafo do padre Marinho:

*“O que mais concorre para a queda das revoluções é, sem dúvida, a falta de dedicação e de sincera franqueza em muitos dos que as aprovam, mas que desde o princípio, como que contando com a derrota, sem que toquem ao grau de traidores, vão todavia juntando cabedais para uma futura defesa.”*³⁹⁶

Porém, adverte ele, que no meio dos amigos e “*antigos companheiros*” não houve “*um traidor, não houve um trãnsfuga*” Estaria ele se referindo também a seus antigos colegas Fernandes Torres e Mello e Souza?

Duas fontes são importantes, a meu ver, para se pesquisar sobre a Revolta Liberal de 1842 em Minas Gerais.

³⁹⁵ HÖRNER, Erik – *Guerra entre pares. A revolução liberal em São Paulo 1838-1844*. Dissertação de Mestrado. S. Paulo, USP, 2005.

A revolução teve também sua história satirizada pelo padre Correia de Almeida. Para conhecê-lo ver: ARAÚJO, Maria Marta – *Com quantos tolos se fazem uma República? Padre Correia de Almeida e sua sátira ao Brasil oitocentista*. B. Horizonte, UFMG, 2007.

³⁹⁶ MARINHO, José Antonio – *História do movimento político de 1842*. B. Horizonte, Itatiaia/S. Paulo, EDUSP, 1977, pág. 135.

A primeira é o livro do Padre José Antonio Marinho *História do Movimento Político de 1842*, ainda a mais importante obra que se escreveu sobre o episódio, no dizer de Francisco Iglesias. Sem embargo de sua participação direta no episódio e sua falta de isenção, é dessa fonte que se pode, com os devidos cuidados, inferir os fatos ocorridos durante a rebelião, também chamada de Guerra de Santa Luzia e o julgamento dos indiciados.

A segunda se trata de um livro com textos compilados por Bernardo Xavier Pinto de Souza, obviamente um simpatizante do governo, logo após o final da revolta. *História da Revolução de Minas Geraes em 1842*.³⁹⁷

Outra referência relevante é o relato resumido feito por José Pedro Xavier da Veiga em seu livro *Efemérides Mineiras*, embora tenha que se utilizar dela com cuidado porque o autor, apesar de não ter vivido na época (1846-1900), era sobrinho do presidente da província, Bernardo Jacinto da Veiga, durante o período de junho de 1842 a março de 1843.

Tanto no livro de Souza, quanto no texto de Marinho e Veiga, não há uma única menção sobre a participação de Mello e Souza e de Fernandes Torres na revolta. No trecho do livro do padre mineiro, onde relata os processos, o autor cita o único irmão do Conselheiro que a falta de originalidade paterna o batizou como Joaquim José:

“Minas, porém estava entregue a Bernardo Jacinto da Veiga!! Esse homem de alma baixa consentiu que ficasse constantemente aberto, para massacrar os mineiros, para os empobrecer, para os atormentar por todos os meios, um processo de rebelião, a fim de que fosse pronunciado por qualquer delegado ou subdelegado todo aquele que tivesse dignidade para se não curvar aos dominadores, ou os não quisesse comprar. Assim, apesar de que, além dos pronunciados em Sabará, Ouro Preto, Barbacena e Bonfim, e do Coronel Joaquim José Fernandes Torres e Manuel

³⁹⁷ *História da Revolução de Minas Geraes em 1842, exposta hem um Quadro Chronológico organizado de peças officiaes das autoridades legitimas; dos actos revolucionários da Liga Facciosa; de artigos publicados nas folhas periódicas, tanto da legalidade como do partido insurgente; e de outros documentos importantes, e curiosos sobre a mesma Revolução.* Rio de Janeiro, Typographia de J. J Barroso e Cia., 1843. Este exemplar se encontra na biblioteca do Instituto Cultural Amílcar Martins em Belo Horizonte.

*Antonio Machado pronunciados no município de Mariana [...] qualquer indivíduo, cuja presença fosse de alguma sorte, molesta, ou de quem se quisesse haver alguma coisa, era processado e pronunciado como cabeça da rebelião.”*³⁹⁸

Narrando os processos e sentenças, outra vez Marinho cita Joaquim José:

*“Havia então sido absolvidos pelo Júri da Capital o Dr. Antão, Dias de Carvalho e Mariano José Bernardes: pelo de Mariana, o Coronel Torres, Dr. des Genetts e Capitão Vicente, e todos eles continuavam presos, porque todas as sentenças haviam sido apeladas. No dia 10 de junho de 1843, aniversário do Movimento,[...] Dias de Carvalho e Torres foram mandados entrar em segundo julgamento e novamente foram absolvidos.”*³⁹⁹

Através do testemunho do Padre, o coronel Fernandes Torres permaneceu preso até junho de 1843. No mesmo ano, seu irmão, o deputado José Joaquim trabalhou no segundo ano da quarta legislatura na companhia de Mello e Souza. A instalação da Assembléia Legislativa Provincial se deu no dia 18 de maio de 1843 e o encerramento no dia 20 de julho.⁴⁰⁰ Evidencia-se, então, que seria pouco provável que José Joaquim e Manoel Ignácio estivessem entre os acusados. Um ponto que chama a atenção é a remoção – a 20 de fevereiro de 1843 – de José Joaquim da Comarca de Ouro Preto, onde era Juiz de Direito, para a Comarca vizinha de Piracicava, não ficando comprovada, no entanto, a sua efetivação. A ordem partiu de Honório Hermeto Carneiro Leão, ministro da Justiça e antigos oponentes na Sedição de Ouro Preto, dez anos antes.

Embora não tenha encontrado outros indícios concretos da participação de fazendeiros da Mata norte (ou de seus representantes) no conflito, a questão, no entanto fica

³⁹⁸ Idem, pág. 225. Outro relato interessante sobre a Revolta Liberal está nas memórias de Francisco Ferreira de Rezende, págs. 123 a 144.

³⁹⁹ Idem, pág. 235.

⁴⁰⁰ RAPM, CD 01, pasta 01, pág. 84.

aberta. A única notícia de repercussão da Guerra de Santa Luzia na região da Mata norte foram algumas arruaças promovidas, em Ponte Nova, por estudantes em férias do tradicional Colégio Caraça, que abrigava filhos das famílias abastadas de Minas Gerais.

Uma última notícia sobre Manoel Ignácio de Mello e Souza: na Biblioteca Nacional, na pasta referente ao Barão do Pontal, há um documento que onde está escrito:

*“O Desembargador Manoel Ignácio de Mello e Souza se há de expedir Carta do Título de **Barão do Pontal** em sua vida e para que possa pagar no Thesouro Público os competentes direitos, se lhe passou o presente.*

Secretaria de Estado dos Negócios do Império em 27 de julho de 1841

Antonio José de Paiva Guedes de Andrade.”⁴⁰¹

Depois veio o segundo gabinete, o terceiro e no quarto os saquaremas impuseram a Ordem. Esta ordem tinha muitos significados na visão de Ilmar Mattos como, por exemplo: manter a escravidão, o acesso à terra restrito a uma minoria privilegiada e as condições de um país que gerava uma massa de homens livres, porém pobres e à margem da sociedade. Para ele a Ordem significava ainda: [...] *garantir a reprodução das relações com o mundo exterior, capitalista e civilizado, por meio de prevalência da Coroa, propiciadora da associação estreita entre negócios e política e da dominância do capital mercantil.*”⁴⁰²

⁴⁰¹ BN, Seção de Manuscritos, C - 911, 35.

⁴⁰² MATTOS, Ilmar Rolhoff, op. cit., pág. 294.

6. Pequenas notícias de alguns fazendeiros da Mata norte

José Murilo de Carvalho⁴⁰³ afirma que a corrente política que prevaleceu na província mineira foi o liberalismo nascido nas velhas cidades surgidas da mineração durando até o boom da economia cafeeira. Observa ainda o historiador que os interesses dos proprietários rurais e dos habitantes das cidades mineiras coincidiam apenas na luta contra a centralização do poder. Esqueceu-se de dizer que lutavam também em prol de seus negócios, a favor da inserção nas esferas do poder, provincial e central.

Nas atas das eleições para deputados provinciais, observa-se que, além de Torres e Mello e Souza, seus parentes e amigos também entravam na disputa por cargos, embora sem muitas chances de alçar a uma posição similar a dos dois políticos. Na eleição para a Assembléia Legislativa Provincial realizada na cidade de Mariana aos 19 de novembro na ata do colégio eleitoral consta o Capitão Joaquim José Fernandes Torres com apenas um voto. Nesse mesmo colégio, seu irmão, o Dr. José Joaquim teve 50 votos e o mais votado pelos 65 eleitores foi Bernardo Pereira de Vasconcellos.⁴⁰⁴

O Tenente Manoel José Martins da Silva, um dos proprietários da fazenda do Quebra-Canoas, anteriormente citada, tentou se eleger em 1836. Conseguiu seis votos no colégio de 94 eleitores reunidos em Mariana. Na mesma eleição, o Capitão Mor Miguel Martins Chaves (primo por afinidade de Manoel Ignácio) da fazenda da Paciência, em Ponte Nova também obteve seis votos. É curioso observar que os dois fazendeiros faziam parte de uma lista onde constavam nomes como Teófilo Otoni, Bernardo Pereira de Vasconcelos, Padre José Antonio Marinho, Manoel Ignácio (o mais votado com 67 votos), Fernandes Torres e Manuel Soares do Couto, este um dos líderes da Revolta do Ano da Fumaça e já em plena atividade depois da anistia decretada pela Regência.⁴⁰⁵

O Tenente Manoel não lograria maior destaque na política provincial. Porém, seu filho Francisco Ferreira Martins da Silva, conseguiu por duas vezes chegar à Assembléia Provincial.

Francisco tornou-se médico no Rio de Janeiro em 1846, nesse mesmo ano se elegeu deputado provincial, na sexta legislatura. Retorna à Assembléia Provincial em 1858

⁴⁰³ CARVALHO, José Murilo de – *A construção da ordem. Teatro de sombras*. Rio, Civilização Brasileira, 2003.

⁴⁰⁴ APM,SP/PP 1/11 – Caixa 77, doc. 22.

⁴⁰⁵ APM,SP/PP 1/11 – Caixa 78, doc. 07

na 12ª legislatura. Faleceu precocemente na sua fazenda Sacramento, em Ponte Nova, no ano de 1864. Seu inventário mostra que além da medicina e da política se dedicava, na sua fazenda, à produção de açúcar e aguardente. Mostra também que ele e sua mulher Dona Ana Regina Martins usufruíram conforto e requinte em sua fazenda, onde eram servidos por 20 escravos. Misto de empresário do ramo açucareiro, médico e político, sua atuação se restringiu, ao que parece, à esfera local e provincial.

Seu filho Antonio Martins Ferreira da Silva se projetou mais que o pai na carreira política, eleito deputado provincial nas últimas legislaturas antes da República, chegou a senador pelo estado de Minas Gerais. Outro filho Custódio Martins da Silva também foi deputado provincial na 25ª legislatura (1885-1885).⁴⁰⁶

Já o Capitão Mor Miguel Martins Chaves, cujo inventário já foi citado, ao que tudo indica, fez dessa sua única tentativa para conseguir uma cadeira na Assembléia Provincial. Ele e seu irmão o padre José Miguel se destacaram, posteriormente, como líderes políticos na cidade de Ponte Nova.

Esses três proprietários Manoel José Martins da Silva, Joaquim José Fernandes Torres e Miguel Martins Chaves não conseguiram cargos eletivos no governo provincial embora fossem homens de posses. A representatividade desses três postulantes não teria uma base sólida de sustentação? Pode-se inferir também que a magistratura seria um dado fundamental para alavancar o prestígio e a força política, já que futuro Barão e o Dr. José Joaquim se formaram em Coimbra e fizeram carreira no Judiciário. Mas, acredito que seria uma simplificação se levar em conta que homens como Teófilo Otoni⁴⁰⁷ não fizeram carreira na magistratura, ou mesmo Feijó⁴⁰⁸ que, como se sabe, fez seus estudos em São Paulo com padres ligados à sua família. Não se pode descartar, no entanto, a significação dos tempos passados na universidade coimbrã, a convivência e os contatos com colegas brasileiros elementos importantes para quem almejava a carreira política.

⁴⁰⁶ RAPM, ano I. Ouro Preto, Imprensa Oficial do Estado, 1896, págs. 23, 24 e seguintes.

⁴⁰⁷ Sobre a vida de Otoni ver: **CHAGAS**, Paulo Pinheiro – *Teófilo Otoni: ministro do povo*. B. Horizonte, Itatiaia, 1978.

⁴⁰⁸ **CALDEIRA**, Jorge (org. e introd.) – *Diogo Antonio Feijó*. Col. Formadores do Brasil. S. Paulo, Editora 34, 1999.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando iniciei meus trabalhos de pesquisa, não sabia quais os mecanismos e quem participava da política no universo dos fazendeiros da Zona da Mata Norte nas primeiras décadas do século XIX, muito menos quais eram seus agentes mais destacados. O primeiro nome de relevo que encontrei foi o de Manoel Ignácio de Mello e Souza, o Barão do Pontal e, em seguida, o de José Joaquim Fernandes Torres e logo notei também que os dois eram parentes, o que me remeteu à importância das redes parentais dentro do mundo da política e dos negócios e como elas são uma constante na política imperial, seja na esfera do poder central (a Corte) como na esfera provincial. Essa constatação, obviamente nada tem de novidade, porque ela foi comentada anteriormente por Paulo Pereira Castro, Alcir Lenharo, Ilmar Mattos e muito bem desvendada nas suas entranhas por Maria Fernanda Vieira Martins.⁴⁰⁹ A referência é tão somente para ressaltar a existência e a força dessas redes como um elemento a mais nas diversas variáveis que compõem o quadro das ações políticas dos fazendeiros e comerciantes da parcela Norte Zona da Mata de Minas Gerais.

Outra variável observada durante o trabalho foi o apego que esses homens possuíam pela região onde estavam locadas as suas empresas. É interessante observar que, coincidentemente, tanto Torres como Mello e Souza faleceram em suas fazendas na Zona da Mata Norte. Mais que simbólico, este fato aponta para o quanto esses homens eram afeiçãoados à sua “pátria”. Serviam na capital da província, na Corte, em outras províncias até, mas, a certa altura, voltavam para suas propriedades onde reinavam absolutos; senhores de terras e de gentes; cuidando sempre da política e de seus negócios. Sem dúvida, eram apegados às suas raízes e prezavam sobremaneira o seu local de origem, que no caso do Barão foi uma origem “adotada” (chegou ao Brasil, no ano de 1806, com 25 anos de idade), mas nem por isso menos verdadeira.

⁴⁰⁹ Sobre a importância das redes parentais e suas influências no quadro da política imperial ver: **MARTINS**, Maria Fernanda Vieira – *A velha arte de governar. Um estudo sobre políticas e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1888)*. Tese de Doutorado. Rio, UFRJ, 2005.

Pugnaram os dois pela maior autonomia das províncias, fortalecendo, portanto, o poder local, mas dentro de uma monarquia constitucional: uma parte autônoma que fizesse parte de um só governo soberano que permitisse o acesso dos segmentos mais poderosos dessas mesmas províncias ao governo central. Esse projeto foi revelado nas falas de Fernandes Torres e de Mello e Souza e, não considero mero acaso, que um dos livros arrolados no inventário do Barão fosse *A democracia na América*, de Alexis

No entanto, é necessário salientar que os objetivos similares dos dois poderiam ser apenas uma coincidência. Não é possível afirmar que existia ampla convergência de objetivos políticos entre todos os elementos pertencentes a uma mesma região, embora na Zona da Mata Norte não se tenha notícia de nenhum projeto divergente que conseguisse adeptos da envergadura de um Barão do Pontal ou de um Fernandes Torres.

Ao focar parte do trabalho na trajetória dos dois políticos, busquei demonstrar como a região teve sua importância dentro do contexto dos embates que marcaram a província mineira desde a eleição da primeira Junta Governativa, em 1821, até nobilitação de Mello e Souza em 1841.

Manoel Ignácio de Mello e Souza recebeu o título de Barão do Pontal em julho desse mesmo ano, talvez uma das primeiras nobilitações do Segundo Reinado⁴¹⁰, porém, a partir desse fato, não é possível afirmar categoricamente que ele teria, com o tempo, se transformado num conservador. Sempre na linha de frente dos embates ocorridos na província de Minas Gerais, não se vislumbra sua presença nos conflitos da Revolução Liberal de 1842, como de resto ali não se nota também a presença de José Joaquim Fernandes Torres. Pode-se supor que, estrategicamente, não quisessem o confronto direto com o governo central como o fizeram Teófilo Otoni, José Feliciano Pinto Coelho da Cunha, José Pedro Dias de Carvalho e tantos outros.

Em 28 de março de 1854, Manoel Ignácio de Mello e Souza recebe as honras de Grande do Império. Contava, então, 73 anos de idade e tudo indica que as lutas políticas não mais o mobilizavam, pois seus negócios, suas fazendas, escravaria, sua chácara carioca do Rio Comprido, seus imóveis em Mariana, suas apólices passavam a ser mais importante

⁴¹⁰ Compreensivelmente, as nobilitações foram suspensas durante a regência sendo retomadas em 1841. Para o tema nas nobilitações ver: **HOLANDA**, Sérgio Buarque de – A herança colonial: sua desagregação. In: **HOLANDA**, Sérgio Buarque de – *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo 2, vol. 3º. Rio, Bertrand Brasil, 2003.

e demandavam maiores esforços para um homem de sua idade. Permanecia mais tempo em sua propriedade do Pontal usufruindo seus bens enquanto seus amigos mais novos pertenciam ao governo como, por exemplo, seu companheiro de longa data, Antonio Paulino Limpo de Abreu que, desde setembro de 1853, ocupava a pasta dos Estrangeiros no Gabinete de Honório Hermeto Carneiro Leão.

Fernandes Torres foi nomeado Ministro de Justiça em maio de 1846, e, no ano seguinte, conseguiu uma vaga no Senado. Todas as evidências apontam Torres como um magistrado probo e pessoa de confiança do governo central. Porém, é interessante notar o orgulho que guardava dos tempos vividos no período regencial, embora reiterasse sua fé na conciliação que trouxera para o país a “*calma geral dos espíritos*”. No ano de 1858, em seu discurso de abertura dos trabalhos da Assembléia Legislativa da província de São Paulo, na qualidade de presidente nomeado a 27 de setembro de 1857, ele pondera:

*“[...] Convencido de antemão da necessidade de sua doutrina, e collaborador sincero do Acto Adicional à Constituição Política que, outhorgou às províncias um poder legislativo pleno, completo e final [...] E, Snrs, os benefícios que vai logrando o paíz, o impulso immenso que se tem dado ao seu progresso e desenvolvimento –a calma geral dos espíritos; não seria o mais solemne desmentido aos que não duvidarão qualificar de sonho lisongeiro a política de conciliação?”*⁴¹¹

Dois anos depois, em 1860, perante a mesma instituição, mostra novamente como se orgulhava de ter defendido o Ato Adicional:

“Snrs, Propugnador sincero da doutrina consagrada do Acto Adicional à Constituição do Império que substituindo os Conselhos Geraes de Província pelas Assembléas Legislativas Provinciais fundou esta Instituição no systema de

⁴¹¹ Discurso de abertura da Assembléia Legislativa de São Paulo em 1858. Fonte: <http://brazil.crl.edu/bsb/bsb/994>

solidificar as bases de união, força e integridade deste vasto Império. [...] Bem vedes, que o jubilo que patenteo por cumprir entre vós o preceito Constitucional não é mais do que um corollario dos princípios pelos quaes combati”⁴¹²

O que se pode concluir de sua fala é que ele integrou um segmento que lutou pela configuração de um Estado soberano capaz de abranger dentro dele a nação e, sob esse aspecto, saiu vitorioso, mesmo depois das reformas impostas pelos conservadores.

Em suma, procurei revelar, através desta pesquisa, aspectos do meio físico, dos instrumentos do cotidiano e da vida política de uma região até então ignorada pela história. Espero ter conseguido alcançar os objetivos propostos a contento.

⁴¹² Discurso de abertura da Assembléia Legislativa de São Paulo em 1860. Fonte: <http://brazil.crl.edu/bsb/bsb/994>

FONTES:**1. FÓRUM DE VIÇOSA**

Inventários e testamentos consultados dispersos e sem numeração

2. FÓRUM DE PONTE NOVA

Inventários e testamentos consultados no 1º ofício

3. ARQUIVO DA CASA SETECENTISTA DE MARIANA

Inventários e testamentos consultados do 1º e 2º ofícios.

4. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO

Matricula de eleitores: Seção Provincial SG 118 e SG 119

Eleições: SP/Presidência da Província

Registro de Patentes da Guarda Nacional: SP 643, Caixas de 1 a 62

Ofícios e correspondências da Guarda Nacional: SP/PP 16, Caixas 45, 46 e 47.

Registros de terras: SP/TP 07, 15, 168 e 231.

Relação nominal de vereadores, juízes de paz e suplentes eleitos e Relação de eleições e eleitores: APM/SP, SG 118 e 119.

Qualificação de votantes e eleições de eleitores: PP 1/11 Caixas 01, 02, 03, 04 e 05.

Eleição de Deputados Provinciais: PP 1/11 Caixas 77, 78, 79, 80 e 81.

5. BIBLIOTECA NACIONAL

Seção de manuscritos: documentos referentes ao Barão do Pontal e ao Senador José Joaquim Fernandes Torres

6. ARQUIVO ANTONIO BRANT

Documentos da família Fernandes Torres

7. ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

www.camara.gov.br

8. RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DE PROVÍNCIAS

<http://brazil.crl.edu/bsb/bsb/994>

9. HEMEROTECA DE MINAS GERAIS

Coleção do jornal **O Universal** (1825-1842)

FONTES IMPRESSAS:

ANTONIL, André João – *Cultura e opulência do Brasil*. S. Paulo, Cia. Editora Nacional, s/d.

ARMITAGE, John – *História do Brasil*. S. Paulo, EDUSP, B. Horizonte, Itatiaia, 1981.

BARÃO DO JAVARI – *Organizações e programas ministeriais. Regime parlamentar no Império*. Rio de Janeiro, 1962.

BASTOS, Tavares – *A Província*. S. Paulo, Cia Ed. Nacional, 1937.

CATALÓGO DE SESMARIAS. Belo Horizonte, Arquivo Público Mineiro, 1988, 2 vols.

DEVASSA DA REVOLUÇÃO DE 1842 EM MINAS GERAIS. Brasília, Senado Federal, 1978.

ESCHWEGW, Wilhelm Ludwig Von – *Jornal do Brasil 1811-1817 ou relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas por W.L.E.* B. Horizonte, Fundação João Pinheiro, 2002..

HALFELD, H. G.F. e TSCHUDI J.J. von – *A Província brasileira de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 1998.

HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO DE MINAS GERAES EM 1842. Rio de Janeiro, Typographia de J. J Barroso e Comp., 1843.

LUCCOK, John – *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes Meridionais do Brasil (1808-1818)*. B. Horizonte, Itatiaia/S. Paulo/EDUSP, 1975.

MARINHO, José Antonio – *História do movimento político de 1842*. Belo Horizonte, São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1977.

MAWE, John – *Viagens ao interior do Brasil*. B. Horizonte, S. Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1978.

MORAES, João Baptista de – *Revolução de 1842: memória acompanhada de documentos e autographos lida no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo, Typ. Do Diário Oficial, 1908.

ORLEANS, François Ferdinand Philippe Louis Marie d' – *Diário de um príncipe no Rio de Janeiro*. Rio, José Olympio, 2006.

REPERTÓRIO GERAL OU INDICE ALPHABETICO DAS LEIS E RESOLUÇÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PROVINCIAL DE MINAS GERAIS. Ouro Preto, Typ. Do Bom Senso, 1855.

REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de – *Minhas recordações*. Belo Horizonte, São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1988.

REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. B. Horizonte, Edição do APM, vários volumes. Documentos referentes à:

- Bases materiais da província (teares e produção de tecidos)
- Conflitos políticos
- Correspondência do governo provincial
- Listas de deputados provinciais
- Listas de senadores de Minas
- Representantes de Minas na Assembléia Geral

SAINT-HILAIRE, Auguste de – *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo, 1822*. B. Horizonte, S. Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1974.

_____ - *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. B. Horizonte, S. Paulo, Itatiaia/ EDUSP, 1975.

SANTOS, Joaquim Felício dos – *Memórias do Distrito Diamantino*. B. Horizonte, Itatiaia/ S. Paulo, EDUSP, 1976.

SCHLICHTHORST, C. – *O Rio de Janeiro como é (1824-1826)*. Brasília, Senado Federal, 2000.

SOUZA, Bernardo Xavier Pinto de – *História da Revolução de Minas Geraes em 1842, exposta hem um Quadro Chronológico organizado de peças officiaes das autoridades legítimas; dos actos revolucionários da Liga Facciosa; de artigos publicados nas folhas*

periódicas, tanto da legalidade como do partido insurgente; e de outros documentos importantes e curiosos sobre a mesma Revolução. Rio de Janeiro, Typographia de J. J. Barroso e Cia., 1843.

SPIX, Johann Baptist von e MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von – *Viagem pelo Brasil 1817-1820*. B. Horizonte, Itatiaia/ S. Paulo, EDUSP, 1981.

TRINDADE, Raimundo (Cônego) – *Genealogias da Zona do Carmo*. Ponte Nova, Gutenberg, 1943.

_____ - *Velhos troncos mineiros*, 3 vols. S. Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 1955.

VEIGA, José Pedro Xavier da – *Efemérides mineiras, 1664-1897*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 1998.

ZALUAR, Augusto Emílio – *Peregrinação pela província de São Paulo (1860-1861)*. B. Horizonte, Itatiaia/ S. Paulo, EDUSP, 1975.

FONTES DIGITALIZADAS:

REVISTAS DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. 5 CDs. B. Horizonte, Fundação João Pinheiro/APM, 2005.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de – Modelos da história e da historiografia imperial. In: NOVAIS, Fernando (dir.) – *História da vida privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional*. Vol. 2. S. Paulo, Cia. das Letras, 1997.
- _____ - Vida privada e ordem privada no Império. In: NOVAIS, Fernando (dir.) – *História da vida privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional*, vol. 2. S. Paulo, Cia das Letras, 1997.
- AMANTINO, Márcia – O sertão oeste em Minas Gerais: um espaço rebelde. In: *Revista Varia Historia*, nº 29. Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, 2003, págs. 79 a 97.
- ANASTASIA, Carla Maria Junho – *A Geografia do crime. Violência nas Minas setecentistas*. B. Horizonte, UFMG, 2005.
- ANDRADE, Francisco Eduardo – *A enxada complexa: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. Dissertação de Mestrado. FAFICH/UFMG, 1994.
- _____ - Poder local e herança colonial em Mariana: faces da Revolta do Ano da Fumaça. In: *Termo de Mariana. História e documentação*. Ouro Preto, UFOP, 1998.
- ANDRADE, Rômulo Garcia de – *Limites impostos pela escravidão. A comunidade escrava e seus vínculos de parentesco: a zona da Mata de Minas Gerais, século XIX*. Tese de Doutorado. FFLCH/USP, 1995.
- ARAÚJO, Maria Marta – *Com quantos tolos se fazem uma República? Padre Correia de Almeida e sua sátira ao Brasil oitocentista*. B. Horizonte, UFMG, 2007.
- ARIÈS, Philippe e DUBY, George (orgs.) – *História da vida privada*, vols. 1, 2, 3,4 e 5. Trad. Maria Lucia Machado. S. Paulo, Cia. Das Letras, 1991.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade – A economia brasileira no fim da época colonial: a diversificação da produção. O ganho de monopólio e a falsa euforia do Maranhão. In: *Revista de História*, n. 119, jul/dez 1985, S. Paulo, USP.

- ARRUDA, Maria A. do Nascimento – *Mitologia da mineiridade*. Tese de Doutorado. FFLCH/USP, 1986.
- BARBOSA, Silvana Mota – *A Sphinge monárquica: o Poder Moderador e a política imperial*. Tese de Doutorado. Campinas, UNICAMP, 2001.
- BARBOSA, Waldemar de Almeida – *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. B. Horizonte, Itatiaia, 1995.
- _____ - *Dicionário da terra e da gente de Minas*. B. Horizonte, APM, 1985.
- BERGARD, Laird W. – *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais 1720-1888*. Bauru, EDUSC, 2004.
- BICALHO, Maria Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.) – *Modos de governar. Idéias e práticas políticas portuguesas no Império Português, séculos XVI a XIX*. S. Paulo, Alameda, 2005.
- BITTENCOURT, Vera Nagib – *De Alteza Real a Imperador. O governo de D. Pedro, de abril de 1821 a outubro de 1822*. Tese de Doutorado. S. Paulo, USP, 2006.
- BLASENHEIM, Peter Louis - *A Regional History of the Zona da Mata Mineira 1870-1906*. Stanford University, 1982.
- BLOCH, Marc – *La história rural francesa*. Barcelona, Ed. Crítica, 1978.
- BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco – *Dicionário de política*. Brasília, UNB, s/d.
- BORGES, Maria Eliza Linhares – *Elites agrárias e modernização em Minas Gerais: notas para reflexão*. In, *Revista Locus*, vol. 2, n. 1. Juiz de Fora, EDUFJF/NHR, 1996.
- BOSCHI, Caio César – *Os leigos e o poder. Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. S. Paulo, Ática, 1986.
- BOTELHO, Angela e REIS, Liana – *Dicionário histórico do Brasil. Colônia e Império*. B. Horizonte, Ed. do Autor, 2001.
- BRAUDEL, Fernand – *As estruturas do cotidiano*. S. Paulo, Martins Fontes, 1997.
- BRANT, Antonio – *Ponte Nova 1770 – 1920. Cento e cinquenta anos de história*. Viçosa, Ed. do autor, 1993.
- _____ - *Desbravamento, caminhos antigos e povoamento nos Sertões do Leste*. Viçosa, Centro de Referência do Professor, 2004.

- _____ - *Lavoura e riqueza, voto e poder*. Ponte Nova, Sociedade Pró-Memória, 1996.
- BURKE, Peter – *A escola dos Annales, 1929-1989*. S. Paulo, Ed. Unesp, 1991.
- _____ - (org.) - *A escrita da história. Novas perspectivas*. S. Paulo, Unesp, 1992.
- CALDEIRA, Jorge (org.) – *Diogo Antonio Feijó*. Col. Formadores do Brasil. S. Paulo, Ed. 34, 1999.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. e BRIGNOLI, Héctor Pérez – *Os métodos da história*. Rio, Graal, 1990.
- CARDOSO, Ciro Flamarion – *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis, Vozes, 1882.
- CARRARA, Angelo Alves – *A zona da Mata mineira: diversidade econômica e continuismo 1835-1909*. Dissertação de Mestrado, UFF, 1993.
- _____ - Ocupação territorial e estrutura fundiária: as Minas e os currais (1674-1850). In: *Estudos de História* (Terras no Brasil colonial e imperial), vol. 8, n.º 2. Franca, Olho D'água/UNESP, 2001.
- CARVALHO, Daniel – Formação histórica de Minas Gerais. In: *Primeiro Seminário de Estudos Mineiros*. B. Horizonte, UMG, 1956.
- CARVALHO, José Murilo de – *A construção da ordem. Teatro de sombras*. Rio, Civilização Brasileira, 2003.
- _____ - *Pontos e bordados. Escritos de história e política*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1999.
- CASTRO, Hebe M e SCHNOOR, Eduardo (org.) – *Resgate. Uma janela para o oitocentos*. Rio, Topbooks, 1995.
- CASTRO, Paulo Pereira de – A experiência republicana, 1841/1840. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.) – *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo II, 2.º vol. Rio, Difel, 1995.
- _____ - Política e administração de 1840 a 1848. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.) – *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo II, 2.º vol. Rio, Difel, 1995.
- CERTEAU, Michel de – *A invenção do cotidiano. Artes de fazer*. Petrópolis, Vozes, 2007.
- CHAGAS, Paulo Pinheiro – *Teófilo Ottoni: ministro do povo*. Belo Horizonte, Brasília, Itatiaia/INL, 1978.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças – *Perfeitos negociantes. Mercadores das Minas setecentistas*. S. Paulo, Annablume, 1999.

COELHO, Maria Sylvia Salles – *Guardai na memória*. Rio, Ed. da Autora, 1984.

COSTA, Joaquim Ribeiro – *Toponímia de Minas Gerais*. B. Horizonte, BDMG, 1997.

DIAS, Maria Odila da Silva - *História do cotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. S. Paulo, Brasiliense, 1984.

_____ - *A interiorização da metrópole e outros estudos*. S. Paulo, Alameda, 2005.

DOLHNIKOFF, Miriam – *O pacto imperial. Origens do federalismo no Brasil*. S. Paulo, Globo, 2005.

_____ - O lugar das elites regionais. In: *Revista USP. Brasil Império*, nº 58, junho/julho/agosto 2003.

_____ - O poder provincial: política e historiografia. In: *Revista de História*. S. Paulo, nº 122, jan/jul. 1990.

DUTRA, Eliana de Freitas – Para uma sociologia histórica dos testemunhos: considerações preliminares. In, *Revista Locus*, vol. 6, n.º 2. Juiz de Fora, EDUFJF/NHR, 2000.

DUARTE, Regina Horta – *Noites circenses. Espetáculos de circo e teatro em Minas Gerais no século XIX*. Campinas, UNICAMP, 1995.

_____ - (org) *Teófilo Otoni: notícias sobre os selvagens do Mucuri*. B. Horizonte, UFMG, 2002.

ESPINDOLA, Haruf, Salmen – *O sertão do Rio Doce*. Gov. Valadares, Ed. UNIVALE/ Bauru, EDUSC/ Aimorés, Instituto Terra, 2005.

FAORO, Raymundo – *Os donos do poder*. 2 vols. P. Alegre/S. Paulo, Globo/EDUSP, 1975.

FERREIRA NETO, Maria Cristina Nunes – *Memória, política e negócios: a trajetória de Theophilo Benedicto Ottoni*. Tese de Doutorado. Campinas, UNICAMP, 2002.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de A. - *Barrocas famílias. Vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. S. Paulo, Hucitec, 1997.

FONSECA, Cláudia Damasceno – *Des terres aux Villes de l'or. Pouvoirs et territoires urbains au Minas Gerais (Brésil, VIII siècle)*. Paris, Centre Culturel Calouste Goulbekian, 2003.

- FRAGOSO, João Luis Ribeiro – *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio, Arquivo Nacional, 1992.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho – *Homens livres na ordem escravocrata*. S. Paulo, Unesp, 1997.
- FREYRE, Gilberto – *Casa-Grande & Senzala*. Rio, José Olympio, 1950.
- FRIEIRO, Eduardo – *Feijão, angu e couve*. Belo Horizonte, São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1982.
- _____. *O diabo na livreria do Cônego*. Belo Horizonte, São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1981.
- FURTADO, Celso – *Formação econômica do Brasil*. Rio, Nacional, 1989.
- FURTADO, Júnia Ferreira – *Homens de negócios: a interiorização da Metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. S. Paulo, Hucitec, 1999.
- GODOY, Marcelo Magalhães – Civilização da cana de açúcar: dois paradigmas de atividades agroaçucazeiras no Novo Mundo, século XVI a XIX. In: *Revista História Econômica & História de Empresas/ABPHE*, vol. X, nº 2. S. Paulo, jul.dez 2007.
- _____. - *No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casa de negócios. Um estudo das atividades agroaçucazeiras tradicionais mineiras, entre o setecentos e o novecentos, e do complexo mercantil da província de Minas Gerais*. Tese de Doutorado. S. Paulo, USP, 2004.
- GONÇALVES, Andréa Lisly – *Estratificação social e mobilização política no processo de formação do Estado Nacional Brasileiro: Minas Gerais, 1831-1835*. Relatório de Pesquisa/Pós Doutorado. S. Paulo, USP, 2004.
- GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro – *A Princesa do Oeste e o mito da decadência em Minas Gerais: São João Del Rei (1831-1888)*. S. Paulo, Annblume; S. João Del Rei, UFSJ, 2002.
- GRAHAM, Richard – *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio, Ed. UFRJ, 1997.
- GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs.) – *Brasil Império*. Rio, Civ. Brasileira, 2007.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.) – *A época colonial. História Geral da Civilização Brasileira*, tomo I, 2º vol. Rio, Bertrand Brasil, 1995.
- _____. (org.) – *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo II, 1.º, 2.º e 3º vols. Rio, Bertrand Brasil, 1995.

- _____ (org.) – *D o Império à República. História Geral da Civilização Brasileira*, tomo II, 5.º vol. São Paulo, Difel, 1985.
- _____ - *Raízes do Brasil*. Rio, José Olympio, 1986.
- _____ - Metais e pedras preciosas. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo I, 2º vol. Rio, Bertrand Brasil, 1995.
- IGLÉSIAS, Francisco - Política econômica do Estado de Minas Gerais (1870-1930). In. *V Seminário de Estudos Mineiros: a República Velha em Minas*, B. Horizonte, UFMG/PROED, 1982.
- _____ - *Trajetória política do Brasil: 1500-1964*. S. Paulo, Cia. das Letras, 1993.
- _____ - *Historiadores do Brasil*. B. Horizonte, UFMG/ Rio, Nova Fronteira, 2001.
- _____ - Minas Gerais. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de – *O Brasil monárquico (Dispersão e unidade)*. HGCB, tomo II, 2.º vol. Rio, Bertrand Brasil, 1995.
- JANCSÓ, István – A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII. In: *História da vida privada no Brasil*, 1º vol., S. Paulo, Cia. das Letras, 1997.
- _____ - A construção dos Estados nacionais na América Latina: apontamentos para o estudo do império como projeto. In: SZMRECSÁNYI, Tamás e LAPA, José Roberto do Amaral (orgs.) – *História econômica da independência e do império*. São Paulo. EDUSP/Imprensa Oficial/Hucitec, 2002.
- _____ - *Brasil: formação do Estado e da nação* (org.). São Paulo, Hucitec/UNIJUÍ/ FAPESP, 2003.
- _____ (org.) - *Cronologia de história do Brasil monárquico, 1808-1889*. São Paulo, Humanitas, 2000.
- HEINZ, Flávio (org.) – *Por outra história das elites*. Rio, Ed. FGV, 2006.
- HÖRNER, Erik – *Guerra entre pares: a “revolução liberal” em São Paulo, 1838-1844*. Dissertação de Mestrado. S. Paulo, USP, 2005.
- JANOTTI, Aldo – *O Marquês do Paraná*. B. Horizonte, S. Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1990.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco – *A Balaiada*. S. Paulo, Brasiliense, 1987.
- _____ - O livro Fontes históricas como fonte. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) – *Fontes Históricas*. S. Paulo, contexto, 2005.

- LANNA, Ana Lúcia Duarte – *A transformação do trabalho. A passagem para o trabalho livre na Zona da Mata mineira*. Campinas, Ed. Unicamp, 1989.
- LEFORT, Claude – *As formas da história. Ensaio de antropologia política*. São Paulo, Brasiliense, 1979.
- LE GOFF, Jacques – *História e memória*. Campinas, Ed. Unicamp, 1990.
- LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre – *História: novos objetos*. Rio, Francisco Alves, 1988.
- LENHARO, Alcir – *As tropas da moderação*. S. Paulo, Símbolo, 1979.
- LEWKOWICZ, Ida – *Vida em família: caminhos da igualdade em Minas Gerais, sécs. XVIII e XIX*. Tese de Doutorado. FFLCH/USP, 1992.
- LIBBY, Douglas Cole e GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro – *A economia do Império brasileiro*. S. Paulo, Atual, 2004.
- _____ – Protoindustrialização em uma sociedade escravista: o caso de Minas Gerais. In, *História econômica da independência e do império*. S. Paulo, EDUSP/Hucitec/Imprensa Oficial, 2002.
- _____ - *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. S. Paulo, Brasiliense, 1988.
- LIMA JÚNIOR, Augusto de – *A Capitania de Minas Gerais*. B. Horizonte, Itatiaia/ S. Paulo, EDUSP, s/d.
- LINHARES, Maria Yeda – O Brasil no século XVIII e a idade do ouro: a propósito da problemática da decadência. In: *Seminário sobre cultura mineira no período colonial*. B. Horizonte, Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1979.
- LINHARES, Maria Yeda e SILVA, Antonio Carlos Teixeira da – Região e história agrária. In. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, nº 15, 1995.
- LYRA, Maria de Lourdes Viana – *O Império em construção: Primeiro Reinado e Regências*. S. Paulo, Atual, 2000.
- LUNA, Francisco V. e CANO, Wilson – Economia escravista em Minas Gerais. In: *Cadernos IFCH*, nº 10. Campinas, UNICAMP, 1983.
- LUSTOSA, Isabel – *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência*. S. Paulo, cia. das Letras, 2000.

- MACHADO, Janaína Marcon – *Família e herança na Zona da Mata mineira: a formação do povoado de santa Rita do Turvo (1813-1850)*. Dissertação de Mestrado. B. Horizonte, UFMG, 2007.
- MAGALHÃES JR., R. – *Três panfletários do Segundo Reinado*. Col. Brasileira, vol. 286. S. Paulo, Cia. Editora Nacional, 1956.
- MAGALHÃES, Marion – *A banalização da violência: a atualidade no pensamento de Hannah Arendt*. Rio, Relume Dumará, 2007.
- MALERBA, Jurandir – *A Corte no exílio. Civilização e poder no Brasil às vésperas da independência (1808-1821)*. S. Paulo, Cia. das Letras, 2000.
- MARSON, Izabel Andrade – O império da revolução: matrizes interpretativas dos conflitos da sociedade monárquica. In: FREITAS, Marcos Cezar de – *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo, Contexto/USF, 1998.
- _____ - *O império do progresso. Revolução Praieira em Pernambuco, 1842/1855*. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- _____ - Hannah Arendt e a Revolução: ressonâncias da Revolução Americana no Império Brasileiro. In: DUARTE, André, LOPRETATO, Christina e MARTINEZ, Claudia Marques – *Cinzas do passado. Riqueza e cultura material no vale do Paraopeba 1840/1914*. Tese de Doutorado. S. Paulo, USP, 2006.
- MARTINS FILHO, Amílcar e MARTINS, Roberto Borges – Slavery in a nonexport economy: nineteenth century. Minas Gerais revisited. In: *Hispanic American Historical Review*, nº 63, aug. 1983.
- MARTINS, Maria do Carmo Salazar – Revisitando a província: comarca, termos distritos e população de Minas Gerais em 1833-35. In: *Revista do V Seminário sobre Economia Mineira*. B. Horizonte, UFMG, 1990.
- MARTINS, Maria Fernanda Vieira – *A velha arte de governar. Um estudo sobre políticas e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1888)*. Tese de Doutorado. Rio, UFRJ, 2005.
- MARTINS, Roberto Borges – Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez. In: SZMRECSÁNYI, Tamás e LAPA, José Roberto do Amaral (orgs.) – *História econômica da independência e do império*. São Paulo. EDUSP/Imprensa Oficial/Hucitec, 2002.
- MARTINS, Roberto Borges – *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. B. Horizonte, Cedeplar/UFMG, 1980.

- MARX, Karl – *O 18 Brumário e cartas a Kugelmann*. Tradução revista por Lenadro Konder. Rio, Paz e Terra, 1974.
- MASSA, Françoise – *Alexandre Bréthel: pharmacien et planteur français au Carangola*. Université Haute-Bretagne Rennes II / CNRS, 1977.
- MATA, Sérgio da – *Chão de Deus. Catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil. Séculos VIII e XIX*. Berlim, Wiss. Verl., 2002.
- MATTOS, Ilmar – *O tempo saquarema*. S. Paulo, Hucitec/INL, 1987.
- _____ - Construtores e herdeiros. A trama dos interesses na construção da unidade política. In: JANCÓS, István (org.) – *Independência: história e historiografia*. S. Paulo, Hucitec/FAPESP, 2005.
- MATTOSO, Kátia de Queirós – *Bahia século XIX. Uma província no Império*. Rio, Nova Fronteira, 1992.
- MAXWELL, Kenneth – *A devassa da devassa*. S. Paulo, Paz e Terra, 1995.
- MELLO, Evaldo Cabral de – *A outra Independência. O federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. S. Paulo, Ed. 34, 2004.
- _____ - O fim das casas-grandes. In: *História de vida privada no Brasil*. vol. 2. S. Paulo, Ed. Cia. das Letras, 1997.
- _____ - Dezesete: a Maçonaria dividida. In: *Topoi*, vol. 4. Rio, UFRJ, 2002.
- MELLO FRANCO – Afonso Arinos de – *Um estadista da República (Afrânio de Mello Franco e seu tempo)*. Rio, Nova Aguilar, 1976.
- _____ - Continuidade e atualidade política em Minas. In, *IV Seminário de Estudos Mineiros. B. Horizonte*, UFMG, 1977.
- MENESES, José Newton Coelho – *O continente rústico. Abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina, Maria Fumaça, 2000.
- MERCADANTE, Paulo – *Crônica de uma comunidade cafeeira. Carangola: o vale e o rio*. B. Horizonte, Itatiaia, 1990.
- _____ - *Os sertões do leste. Estudo de uma região: a Mata mineira*. Rio, Zahar, 1973.
- MONTEIRO, Tobias – *História do Império: a elaboração da Independência*, 2 vols. S. Paulo, EDUSP, B. Horizonte, Itatiaia, 1981.

- MOREL, Marco – Independência no papel: a imprensa periódica. In: JANCSÓ, István (org.) – *Independência: história e historiografia*. S. Paulo, Hucitec/FAPESP, 2005.
- MOTA, Carlos Guilherme (org.) *Lucien Febvre*. São Paulo, Ática, 1987.
- MOTTA, José Flávio – *Corpos escravos, vontades livres. Posses de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. S. Paulo, Anablume/FAPESP, 1999.
- NABUCO, Joaquim – *O abolicionismo*. Rio, Nova Fronteira, 1999.
- _____ - *Um estadista do Império*. Rio, Nova Aguilar, 1975.
- NAVA, Pedro – *Baú de ossos*. Rio, José Olympio, 1974.
- NOVAIS, Fernando (dir.) – *História da vida privada no Brasil*, vols. 1,2,3. S. Paulo, Cia. das Letras, 1997.
- _____ - *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1877-1808)*. São Paulo, Hucitec, 1986.
- NOZOE, Nelson – *Sesmaria e apossamento de terras no Brasil Colônia*. Artigo disponível na Internet: www.anpec.org.br/encontro 2005/artigos
- OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles – *A astúcia liberal. Relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)*. Bragança Paulista, EDUSF/Ícone, 1999.
- _____ - Museu e memória: fontes para o estudo de representações sobre a mulher no século XIX. In: SAMARA, Eni de Mesquita (org.) – *Trabalho feminino e cidadania. Cursos e eventos*, vol. 1. S. Paulo, Humanitas/FFLCH, 2000.
- _____ - Sociedades e projetos políticos na província do Rio de Janeiro (1820-1824). In: JANCSÓ, István (org.) *Independência: história e historiografia*. S. Paulo, Hucitec/FAPESP, 2005.
- _____ - Tramas políticas, redes de negócios. In: JANCSÓ, István (org.) - *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo, Hucitec/FAPESP/UNIJUÍ, 2003.
- _____, PRADO, Maria Lígia Coelho e JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco (orgs.) – *A história na política, a política na história*. S. Paulo, Alameda, 2006.
- _____ - Ressonâncias da Revolução: delineamento do Império do Brasil, 1808/1831. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs.) – *Brasil Império*. Rio, Civ. Brasileira, 2007.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de – Mercado interno e agroexportação: as origens da expansão cafeeira na Zona da Mata Mineira: notas para uma pesquisa. In, *Revista Locus*, vol. 1, n.º 1. Juiz de Fora, EDUFJF/NHR, 1995.

_____ - *Negócios de família: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira 1780-1870*. Tese de Doutorado, UFF, 2001.

PAIVA, Clotilde Andrade – *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. Tese de Doutorado. S. Paulo, USP, 1996.

PAULA, João Antônio de – *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. B. Horizonte, Autêntica, 2000.

PEDROSA, Manuel Xavier de Vasconcelos – Zona silenciosa da historiografia mineira: a zona da Mata. In, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, n. 9, 1962.

PETRONE, Maria Thereza Schorer – *O Barão de Iguape: um empresário da época da Independência*. S.Paulo, Cia Editora Nacional/Brasília, INL, 1976.

PIRES, Anderson – A emergência do sistema financeiro na economia agroexportadora da zona da Mata de Minas Gerais – 1889/1929. In, *Revista Locus*, vol. 1, n.º 1. Juiz de Fora, EDUFJF/NHR, 1995.

_____ Tendências da produção agro-exportadora da Zona da Mata de Minas Gerais – 1870/1930. In. *Revista Locus*, vol. 3, n.º 2. Juiz de Fora, EDUFJF/NHR, 1997.

PINHO, Wanderley - *História de um engenho no Recôncavo*. Col. Brasiliana, S. Paulo, Cia. Editora Nacional, 1982.

PRADO JR., Caio – *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo, Brasiliense, 1970.

_____ - *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 1975.

RESENDE, Henrique de - *Pequena história sentimental de Cataguases*. B. Horizonte, Itatiaia, 1969.

REZENDE, Irene Nogueira de – *O Paraíso e a Esperança. Vida cotidiana de fazendeiros na zona da Mata de Minas Gerais. 1889-1930*. São Paulo, Humanitas, 2004.

RODRIGUES, José Carlos – *Idéias filosóficas e políticas em Minas Gerais no século XIX*. B. Horizonte/S. Paulo, Itatiaia/ EDUSP, 1986.

ROSANVALLON, Pierre – Por uma história conceitual do político. In *Revista Brasileira de História*, vol. 15, n.º 30. São Paulo, ANPUH/Contexto, 1995.

ROCHE, Daniel – *História das coisas banais. Nascimento do consumo séc. XVII-XIX*. Rio, Rocco, 2000.

SAMARA, Eni de Mesquita (org.) – *Trabalho feminino, globalização e cidadania*. S. Paulo, CEDHAL, 2000.

_____ - Patriarcalismo, família e poder na sociedade brasileira (séculos XVI-XIX). In: *Revista Brasileira de História – Estruturas agrárias e relações de poder*. São Paulo, Marco Zero/ANPUH, vol. 11, n.º 22, março/agosto 1991.

_____ - A história da família no Brasil. In: *Revista Brasileira de História – Família e grupos de convívio*. São Paulo, Marco Zero/ANPUH, vol. 9, n.º 17, set. 1988/fev. 89.

SANTOS FILHO, Lycurgo – *Uma comunidade rural do Brasil antigo*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1956.

SILVA, Ana Rosa Cloet da – Identidades políticas e a emergência de um novo Estado nacional: o caso mineiro. In: JANCÓS, István (org.) *Independência: história e historiografia*. S. Paulo, Hucitec/FAPESP, 2005.

SILVA, Arthur Vieira de Resende e - *O município de Cataguases*. B.H., Imprensa Oficial, 1908.

_____ - *Genealogia dos fundadores de Cataguases*. Rio, Coelho Branco, 1934.

_____ - *Genealogia mineira. Família Rezende*. B. Horizonte, Imprensa Oficial, 1939.

SILVA, Francisco Carlos e LINHARES, Maria Yedda – Região e História agrária. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 8, n.º 15.

SILVA, Lúcia Osório – *Terras devolutas e latifúndios. Efeitos da Lei de Terras de 1850*. Campinas, Ed. Unicamp, 1996.

SIMONSEN, Roberto – *História econômica do Brasil (1500-1820)*. S. Paulo, Cia. Editora Nacional, 1969.

SILVA, Wlamir – “*Liberais e povo*”: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834). Tese de Doutorado, Rio, UFRJ, 2002.

SLENES, Robert W. – Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX. In: *Estudos Econômicos*, vol. 18, n. 3. S. Paulo, set/dez 1988.

SKINNER, Quentin – *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo, Cia. das Letras, 1996.

SOUSA, Octávio Tarquínio de – *História dos fundadores do império do Brasil: Bernardo Pereira de Vasconcelos*. Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo, EDUSP, 1988.

_____ - *História dos fundadores do império do Brasil*. Evaristo da Veiga. Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo, EDUSP, 1988.

_____ - *Fatos e personagens em torno de um regime*. B. Horizonte, Itatiaia, S. Paulo, EDUSP, 1988.

SOUZA, Iara Lis Carvalho – *Pátria coroada. O Brasil como corpo político autônomo 1780-1831*. S. Paulo, UNESP, 1999.

SOUZA, Antônio Cândido de Melo e – *A autobiografia poética e ficcional na literatura de Minas*. In, *IV Seminário de Estudos Mineiros*. B. Horizonte, UFMG, 1977.

SOUZA, Laura de Mello e – *Desclassificados do ouro. A pobreza mineira no século XVIII*. S. Paulo, Graal, 1990.

_____ - *Norma e conflito. Aspectos da história de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1999.

_____ - *O sol e a sombra*. S. Paulo, Cia. das Letras, 2006.

STEIN, Stanley - *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba*. S. Paulo, Brasiliense, 1961.

_____ - *Vassouras. Um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio, Ed. Nova Fronteira, 1990.

TAUNAY, Afonso de E. – *Pequena história do café no Brasil*. Rio, Edição do Departamento Nacional do Café, 1945.

_____ - *História do café no Brasil*. Rio, Ed. do Departamento Nacional do Café, 1939.

TÔRRES, João Camilo de Oliveira – *História de Minas Gerais*, 2 vols. Belo Horizonte, Lemi/INL, 1980.

VALLADÃO, Alfredo – *Vultos nacionais*. Rio, José Olympio, 1955.

VASCONCELLOS, Diogo de – *História antiga das Minas Gerais*. 2 vols. B. Horizonte, Itatiaia, 1974.

VASCONCELLOS, Sylvio de – *Mineiridade. Ensaio de caracterização*. B. Horizonte, Imprensa Oficial, s/d.

VILLALTA, Luiz Carlos – O que se fala, o que se lê: língua, instrução e leitura. In: NOVAIS, Fernando A. (org.) – *História da vida privada no Brasil*. Vol. 1. S. Paulo, Cia. das Letras, 1997.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro - *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. B. Horizonte, C/Arte, 2001.

_____ - História, região e poder: a busca de interfaces metodológicas. In: *Revista Locus Revista Locus*, vol. 3, n.º 1. Juiz de Fora, EDUFJF/NHR, 1997.

WERNET, Augustin – *As sociedades políticas da província de São Paulo na primeira metade do período regencial*. Tese de Doutorado. S. Paulo, USP, 1975.

WIRTH, John D. – *Minas Gerais na Federação Brasileira 1889-1937: o fiel da balança*. Rio, Paz e Terra, 1982.

_____ - Minas e a Nação. Um estudo de poder e dependência regional (1889-1937). In. *O Brasil Republicano*. HGCB, tomo III, vol. 1. Rio, Bertrand Brasil, 1997.

ZEMELLA, Mafalda P. – *O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII*. S. Paulo, Hucitec/USP, 1990.